

IV semana
de História

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA:
controvérsias e impactos (1917-2017)

2017



ANAIS

 **UFVJM** | História

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA

IV SEMANA DE HISTÓRIA:
100 anos da Revolução Russa, controvérsias e impactos (1917-2017)

ANAIS

1ª edição

Edneila Chaves
Caio Pedrosa da Silva
(Organizadores)

UFVJM
DIAMANTINA-MG
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Reitor: Prof. Dr. Gilciano Saraiva Nogueira

Vice Reitor: Prof. Dr. Claudio Eduardo Rodrigues

Diretor da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades:

Prof. Dr. Lucio do Carmo Moura

Coordenadora do Curso de História: Prof^a. Dr^a. Keila Auxiliadora Carvalho

Comissão Organizadora do Evento

Prof^a. Dr^a. Edneila Chaves

Prof. Dr. Caio Pedrosa da Silva

Prof. Me. Mario Mariano Ruiz Cardoso

Prof. Me. Túlio César Dias Lopes

Thiago Antônio de Souza (discente)

Marcílio Carlos Ferreira Junior (discente)

Comissão Científica

Prof^a. Dr^a. Edneila Chaves

Prof. Dr. Caio Pedrosa da Silva

Prof. Me. Mario Mariano Ruiz Cardoso

Prof. Me. Túlio César Dias Lopes

Prof. Dr. Cesar Henrique de Queiroz Porto

Prof. Dr. Wellington de Oliveira

Local do Evento

Campus JK – UFVJM

Rod. MGT 367, 5000 - Alto da Jacuba,

Diamantina-MG

Órgão Promotor:

Curso de História/UFVJM

Financiamento:

UFVJM

Parcerias:

PROGRAD-UFVJM

PROEXC-UFVJM

PRPPG-UFVJM

SGEA-UFVJM

FAPEMIG

ADUFVJM-ANDES

SINDIFES

Sind-UTE/MG

IV Semana de História (UFVJM): Identidade visual

Textos: Caio Pedrosa da Silva



5º aniversário da Revolução Russa. Simakov, 1922

Pôster elaborado em 1922, para comemorar o 5º aniversário do início da Revolução Russa. Essa imagem foi elaborada pelo artista gráfico Ivan Vasilyevich Simakov (1877-1925). Tendo como personagem central um vigoroso homem do povo seguido por multidões, o pôster pode ser considerado um exemplo da estética realista socialista, que se desenvolveu nas décadas seguintes. Diferentemente da estética nacionalista, tem-se aqui um exemplo do esforço internacionalista da Revolução em seus primeiros anos. No cartaz, podem ser lidas as seguintes mensagens: “Viva o quinto aniversário da Grande Revolução Proletária”, em letras maiores no alto da imagem, e “4º Congresso da Internacional Comunista”, em letras menores no canto inferior esquerdo da imagem.



Vença os brancos com a cunha vermelha. Lissitzky, 1919

O pôster “Vença os brancos com a cunha vermelha” foi elaborado pelo artista judeu-russo Lazar Markovich Lissitzky em 1919. Unindo a vanguarda estética construtivista a esforços propagandísticos, Lissitzky (1890-1941) criou uma das mais icônicas imagens da faceta artística do movimento revolucionário russo. Tendo trabalhado com fotografia, arquitetura, artes gráficas e tipografia, Lissitzky, como outros vanguardistas do período, aproximou a busca contínua por inovação estética com as técnicas modernas. Seu trabalho teve profundo impacto nos caminhos do design gráfico ao longo do século XX.

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618

S471a Semana de História (4. : 2017 : Diamantina, MG)
Anais [da] IV Semana de História: 100 anos da Revolução Russa -
controvérsias e impactos (1917-2017) / Organizadores Edneila
Rodrigues Chaves, Caio Pedrosa da Silva. – Diamantina: UFVJM,
2018.
297 p. : il.

IV Semana de História
21 a 25 de novembro de 2017

ISBN 978-85-61330-81-1

1. História. 2. Ciências Humanas. 3. Revolução Russa. 4. Ensino.
5. Historiografia. I. Chaves Edneila Rodrigues. II. Silva, Caio Pedrosa
da. IV. Título.V. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri.

CDD 947

Elaborada com os dados fornecidos pelos organizadores.

Sumário

Apresentação	6
Programação geral	9
Programação – cursos e oficina	11
Programação – sessões de comunicação	12
Programação – lançamento de livros.....	14
Trabalhos completos.....	15
Minicurso – O Anarquismo e a Revolução Russa (21/11 e 22/11).....	15
Marivaldo Aparecido de Carvalho	15
Mesa de debates IV (23/11)	31
Marcos Lobato Martins	31
Mesa de debates VI (24/11)	66
Marcos Lobato Martins	66
Sessão de comunicação I – 22/11	100
Taislane Vieira	100
Sessão de comunicação II – 22/11 (quarta-feira).....	115
Paulo Moisés de Melo Júnior.....	115
Danyele Nayara Santos Dias.....	137
Sessão de comunicação III – 23/11 (quinta-feira).....	152
Danne Vieira Silva	152
Marcos Vinícius Santos Machado.....	176
Edneila Chaves.....	176
Elisdael Oliveira Santos	194
Jannyllian Christine da Silva Viana	211
Alan Faber do Nascimento.....	211
Sessão de comunicação IV – 23/11 (quinta-feira)	226
Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani.....	226
Sessão de comunicação V – 24/11 (sexta-feira)	254
Abner Miguel Rodrigues Pereira	254
Joslane Kevelly Teles da Silva.....	254
Wellington Carlos Gonçalves	267
Conferência de encerramento (24/11 – sexta-feira).....	279
Osvaldo Coggiola.....	279



Apresentação

A Semana de História é um evento de caráter científico e acadêmico do curso de História da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e de edição anual, desde 2014. A sua quarta edição foi realizada entre os dias 21 e 25 de novembro de 2017, no *Campus JK*, em Diamantina. Nesta, abordou-se a temática da Revolução Russa, cujo ano se registraram 100 anos da ocorrência desse fenômeno.

O objetivo geral da IV Semana de História foi promover atividades científicas e acadêmicas na área de conhecimento da História e na grande área Ciências Humanas. Objetivou-se especificamente: promover reflexão crítica sobre a construção do conhecimento sobre a Revolução Russa e sobre temas transversais de relevância para as sociedades atuais; oferecer a docentes e a discentes de cursos de graduação e de pós-graduação em História e em áreas afins formação complementar qualificada; proporcionar formação continuada de professores da Educação básica; proporcionar a difusão de pesquisas, de estudos e de práticas na área da História e de seu ensino, bem como de caráter interdisciplinar; promover a popularização do conhecimento científico; promover discussões e ações em âmbito de políticas públicas. Assim, a relevância da realização do Evento se circunscreve nas suas linhas de atuação em âmbito da ciência histórica e em âmbito do conhecimento científico de caráter interdisciplinar; do ensino; da popularização do conhecimento científico; da promoção do debate sobre políticas públicas.

Sobre a produção do conhecimento histórico científico relativa ao fenômeno Revolução Russa, trata-se de debate controverso. Pretendeu-se trazer contribuições significativas sobre o tema, com a reunião de conceituados pesquisadores de instituições científicas, em nível nacional. A divulgação de resultados de pesquisas e o diálogo entre pesquisadores, professores e discentes promoveram importantes debates sobre a relevância atual de produzir-se conhecimento sobre a Revolução Russa e seus impactos nas sociedades desde sua ocorrência. Teve-se em vista uma elaboração de conhecimento que problematizasse pressupostos controversos desse objeto, os quais se inscrevem em bases teóricas que fundamentam divergentes projetos de sociedades na atualidade, referenciados na interpretação historiográfica que valoriza o capitalismo ocidental e na interpretação de base marxista. Considerou-se também a formulação de conhecimento e os debates relativos



a temas transversais e de caráter interdisciplinar, sobre problemas e desafios postos nas sociedades contemporâneas.

As ações para discussão e promoção da popularização do conhecimento científico circunscreveram-se na formação continuada de professores; na formação política de trabalhadores filiados a seções sindicais locais, em parcerias para a participação deste público; na participação de integrantes de movimentos da sociedade civil, alinhados às temáticas de gênero e de movimentos sociais.

Quanto à discussão sobre políticas públicas, primeiramente, deu-se relevância a políticas públicas orientadas para a formação inicial e continuada de professores. Em segundo, e especificamente, essa discussão foi promovida nas mesas que abordaram questões de gênero, educação e movimentos sociais, contemplada nas mesas “Mulher e revolução”, “Educação, Movimentos, sociais e Revolução” e “Trabalhadores do campo no Brasil”. Nessas sessões, os debates abordaram histórico, estudos de caso, políticas públicas e demandas sociais relativas às temáticas referidas. Assim, pretendeu-se que as discussões instrumentalizem ações, em âmbito da Universidade e em âmbito da sociedade civil, que impactem na aplicação eficaz das políticas públicas existentes, nas suas reformulações necessárias e nas proposições de novas políticas mediante demandas sociais.

O Evento é de abrangência local e seus públicos-alvo são docentes e discentes do curso de graduação em História e de cursos de áreas afins da UFVJM, tanto de graduação como de pós-graduação, bem como docentes da Educação básica de Diamantina/MG, cidade sede do Campus JK da UFVJM. Contou-se também com a participação dessas categorias de público-alvo de outras instituições, especificamente de âmbito regional, como do Vale do Jequitinhonha, da região Norte e da região Central do Estado de Minas Gerais. Outros participantes são integrantes da comunidade acadêmica e da comunidade em geral.

Com os Anais da IV Semana de História, oferece-se aos participantes da IV Semana de História e a interessados a publicação de artigos referentes a trabalhos de conferência, palestras de mesas de debates, cursos e comunicações. Os trabalhos publicados podem ser localizados na Programação, com fins de situar sua inserção nas atividades do Evento.

No que se refere à programação das atividades do Evento, as mesas de debates I, II, IV e VI, os cursos, a oficina, as comunicações e lançamento de livros foram propostos por: docentes do curso de História e de outros cursos de graduação da UFVJM; docentes do



Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais/UFVJM, bem como por docentes do Programa de Pós-graduação em História da Unimontes; discentes do curso de História e do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, ambos da UFVJM, discentes do curso do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas, do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, ambos da UFVJM, discentes do Programa de Pós-graduação em História da Unimontes; e docentes de outras instituições. A chamada para a proposição de trabalhos foi com o objetivo de acolher contribuições efetivas dos diferentes públicos nos debates sobre a temática principal, sobre temas transversais de caráter interdisciplinar e sobre temas livres, os quais foram orientados para os objetivos do Evento.

Dentre os resultados, a IV Semana de História promoveu: discussões historiográficas qualificadas sobre o fenômeno Revolução Russa; debates sobre temas e desafios das sociedades contemporâneas, transversais ao tema central e de caráter interdisciplinar; proporcionou formação complementar qualificada; difusão de pesquisas e de estudos científicos, bem como difusão de estudos e de práticas na área de História e de seu ensino; a popularização do conhecimento científico; debates sobre políticas públicas. Constituiu-se como lócus do debate temático em questão, em interlocução com outras instituições e com a sociedade em geral, em perspectiva científica e crítica de transformação social.

Agradecemos aos participantes, colaboradores e parceiros, cuja contribuição foi fundamental para a realização da IV Semana de História, que se configurou em uma semana científica e acadêmica de excelência.

Prof^a. Dr^a. Edneila Chaves
Curso de História/FIH - UFVJM
P/ Comissão Organizadora do Evento

Diamantina, fevereiro de 2018



Programação geral

Horário	21/11/2017	22/11/2017	23/11/2017	24/11/2017	25/11
08:30h-11:30h	Cursos e oficina	Cursos e oficina	Cursos e oficina	Cursos e oficina	
14h-18h	Credenciamento	Credenciamento	-	-	
14h - 16h	<p>Mesa de debates I <i>A influência da Revolução Russa no processo de independência dos países africanos de matriz portuguesa - 1970/1980</i> Prof. Dr. Wellington Oliveira (UFVJM) Valmir Alcantara Alves (UFMG)</p>	<p>Mesa de debates III <i>Mulher e Revolução</i> Prof^a Me. Betzaida Mata Machado Tavares (E.T.F.G/Sebrae-Pedro Leopoldo/MG) Leila Silva (SINDIFES-UFMG-CEFET/MG, IFMG,UFVJM)</p>	<p>Mesa de debates IV (PPGER/UFVJM) <i>Agricultura, campesinato e transformação social: as contribuições de Chayanov, da geografia e da literatura na Rússia pré-revolucionária e revolucionária</i> Prof^aDr^aAline Weber Sulzbacher Prof^aDr^aEdneila Chaves Prof. Dr. Marcos Lobato Martins</p>	<p>Mesa de debates VI (PPGER/UFVJM) <i>Novos e velhos sujeitos históricos: a organização sociopolítica dos trabalhadores do campo no Brasil</i> Prof. Dr. Alan Faber do Nascimento Rafael Pereira Santos (Mestrando) Prof. Dr. Marcos Lobato</p>	
16h-18h	<p>Mesa de debates II (PPGH - Unimontes) <i>Ecossistemas da Revolução Russa nas trajetórias de Carlos Marighela e José Maria Alkmin</i> Prof. Dr. César Henrique Porto; Danyele Naiara Santos; Prof. Dr. Laurindo Mekie Pereira</p>	Sessões de comunicações	Sessões de comunicações	Sessão de comunicações	



Horário	21/11/2017	22/11/2017	23/11/2017	24/11/2017	25/11
18h-18h50	Intervalo cultural com Joyce Santos e Marcelo Brant: “Fitas e sons”	Intervalo cultural com Nino Aras: “Agradado”	Intervalo cultural com Daniel Gomes e João Lucas: “Clássicos no violão e saxofone”	Intervalo cultural com Raphael Cima: “Cinema russo: Serguei Eisenstein” e com Débora Barcellos e Marcelo Rocha: “A Revolução será cantada”	
19h-22:30h	Conferência de abertura (I) <i>Revolução Russa: ontem e hoje</i> Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás (USP)	Conferência (II) <i>Socialismo e contrarrevolução - séculos XX-XXI</i> Prof ^a Dr ^a Virgínia Fontes(UFF)	Mesa de debates V <i>Educação, Movimentos Sociais e Revolução</i> Prof. Dr. AntonioJulio de Menezes Neto(UFMG) Prof ^a Dr ^a Samantha Lodi-Corrêa (FIMI)	Conferência (III) <i>Realidade e lenda do bolchevismo</i> Prof. Dr. Osvaldo Coggiola (USP)	Cine Mercúrio: <i>Um homem com uma câmara</i> Sessão com o Prof. Dr. Caio Pedrosa



Programação – cursos e oficina

Horário: 8h30 - 11h30

Curso/Oficina	Ministrante	Data
Grupo 1		
O anarquismo e a revolução Russa (curso)	Prof. Marivaldo Aparecido de Carvalho FCBS / PPGSaSA / PPGER - UFVJM	21/11 e 22/11
Os impasses de uma Revolução na atualidade (curso)	Prof. Atanasio Mykonios FIH-BHu / Grupo Crítica Social - UFVJM	21/11 e 22/11
Grupo 2		
A Arqueologia e o Vale do Jequitinhonha (curso)	Ana Rosa Lima FIH-BHu / LAEP – UFVJM Wellington Santos Greco FIH-MPICH / LAEP – UFVJM Roberto Pilade Gambassi Junior LAEP-PAAJ – UFVJM / GEOCARE	23/11 e 24/11
Centenário da Revolução Russa: a transformação social perpassa a socialização cotidiana (oficina)	Prof ^a . Josélia Barroso Queiroz Lima FIH-BHu - UFVJM	23/11 e 24/11
Estado, Partido Comunista e Revolução: breve história do Movimento Comunista Internacional (curso)	Prof. Túlio César Dias Lopes FIH-História - UFVJM	23/11 e 24/11
1917, um ano de revoluções: a luta por direitos sociais e políticos no México e na Rússia (curso)	Prof. Caio Pedrosa da Silva FIH-História – UFVJM Prof ^a . Edneila Chaves FIH-História / PPGER – UFVJM	23/11 e 24/11



Programação – sessões de comunicação

Horário: 16h-18h

Sessão de comunicação I – 22/11 (quarta-feira)
 Coordenação: Débora Barcellos (Mestranda – MPICH)

Autor(es)	Título
Regiane Aparecida Farias Ferreira Mariana Santos Miranda	Mulheres na História: a importância feminista para a representação da mulher na História
Tulio Henrique Pinheiro Gerfeson Carvalho dos Santos	A mulher Rural dos vales do Jequitinhonha nos anos finais do século XX
Taislane Vieira	Militância e Feminismo em <i>Parque Industrial</i> de Patrícia Galvão
Piter Jonathan dos Santos Pereira	A mulher à luz do <i>Malleus Maleficarum</i>
Mariana Santos Miranda Flávia Aparecida Amaral	Joana D'Arc no Cinema

Sessão de comunicação II – 22/11 (quarta-feira)
 Coordenação: Prof. Caio Pedrosa da Silva

Autor(es)	Título
Paulo Moisés de Melo Júnior	As instituições políticas no Estado Novo
Danyele Nayara Santos Dias	A questão feminina no discurso de um deputado comunista: “temas abordados pelo deputado Carlos Marighella em sua sabatina com as mulheres baianas” (maio de 1946)
Laurindo Mekie Pereira	O intelectual e a ditadura: Gilberto Freyre, o lusotropicalismo e o regime de Salazar

Sessão de comunicação III – 23/11 (quinta-feira)
 Coordenação: Prof. Túlio César Dias Lopes

Autor(es)	Título
Danne Vieira Silva	Apontamentos histórico-filosóficos sobre as origens e a decadência ideológica nas Ciências Econômicas
Marcos Vinícius Santos Machado Edneila Chaves	O conceito de classe social de E. P. Thompson em “A formação da classe operária”
Elisdael Oliveira Santos	A cultura política trabalhista em Montes Claros durante o período democrático (1945/1964)
Jannyllian Christine da Silva Viana Alan Faber do Nascimento	A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula (2003-2010)



Sessão de comunicação IV – 23/11 (quinta-feira)

Coordenação: Prof^a. Maria Cláudia Magnani

Autor(es)	Título
Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani	Os véus nas pinturas e as pinturas nos véus: as sibilas dos panos quaresmais de Diamantina
Ana Rosa Lima	Os sentimentos marcados no barro: análise estilística dos cachimbos afro-brasileiros em Diamantina, MG
Helena Gomes da Costa Túlio Henrique Pinheiro	A importância da religião como regulador da ordem social e dos costumes
Arthur Benicio de Oliveira Mello	Os templários segundo São Bernardo de Claraval

Sessão de comunicação V – 24/11 (sexta-feira)

Coordenação: Prof. Wellington Oliveira

Autor(es)	Título
Fernando Cesar Pereira Bueno	O papel da escola na época da informação e suas tecnologias
Kamila Cristina De Souza Matheus Leão Rocha Natalia Francisco	Trabalhando com mídias - PIBID
Abner Miguel Rodrigues Pereira Oslane Kevelly Teles Da Silva	Patrimônio em cartas
Marlene Jéssica Brito Matheus Leão Anderson Ribeiro Delaine Marques Rhayane Santos Douglas Silva Wellington Gonçalves Elizabeth Seabra	A festa de Santo Antônio em Diamantina/MG
Wellington Carlos Gonçalves	Museu Tipografia Pão de Santo Antônio: Produção do conhecimento no ensino de História a partir da imprensa enquanto fonte histórica



Programação – lançamento de livros

23/11 (quinta-feira)

Intervalo cultural

- Samantha Lodi-Côrrea
Nadezhda Krupskaya: uma estrela vermelha
- Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani; João Baptista Vieira Gomes e Eduardo Pires de Oliveira
Entre Braga e Diamantina, histórias de Sibilas
- Wellington de Oliveira, Erick Johanns de Meira, Fernando Bueno e Ewerton Souza Diniz
Experiências e Perspectivas no Ensino de História na Formação Docente



Trabalhos completos

Minicurso – O Anarquismo e a Revolução Russa (21/11 e 22/11)

A sombra de Proudhon em "A Educação Sentimental" de Flaubert e sua projeção na Revolução Russa de 1917

Marivaldo Aparecido de Carvalho

Doutor em Sociologia (UNESP)

Docente do Deptº Ciências Básicas da FCBS e dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares em Saúde, Sociedade & Ambiente e em Estudos Rurais
UFVJM

Resumo

O texto aqui apresentado visa contemplar os conflitos inerentes a duas linhas de pensamentos revolucionários o anarquismo e o comunismo Marxista. Demonstrando a concepção objetiva do marxismo e a percepção subjetiva do anarquismo no ato revolucionário. Tendo como foco a revolução, mas todavia buscamos fazer um jogo comparativo com a revolução de 1848 na França onde o pensamento de Proudhon se fez presente e norteou as ações revolucionárias de 1848, e como essa ação do pensamento anarquista projetou suas sombras desde 1848 até 1917 na Rússia. Comprendemos que o anarquismo não separa sentimento e revolução.

Palavras chave: Anarquismo; Objetividade; Revolução Russa; Subjetividade.

Introdução

Ao falarmos da revolução russa e do anarquismo que esteve presente em seu desenvolvimento, podemos dizer que estamos falando da oposição entre uma visão subjetiva do ato revolucionário e uma visão objetiva do mesmo. Como ‘objetivo’ tratamos aqui da perspectiva determinista de um dado movimento histórico, ou seja, como uma ação que deve ser obra de um ser coletivo, onde as particularidades são dissolvidas. Já como ‘subjetivo’ compreendemos a ação vivida por sujeitos de ação e visão, que compreendem o momento coletivo mas sem perder as particularidades do seu ser.



Essa dualidade se apresenta no processo de organização da luta durante o processo revolucionário e depois durante a consolidação do poder revolucionário pós outubro de 1917.

Logo após a vitória do processo revolucionário os anarquistas acreditavam e lutavam pela emancipação radical dos trabalhadores, pela possibilidade de poderem organizar o processo produtivo industrial e do campo. As indústrias e as plantações seriam geridas por coletivos autogeridos sem mediação de partidos ou do Estado, tinham a preocupação de não serem dominados por uma burocracia estatal e por atitudes centralizadoras, confiavam na sabedoria do povo, numa ciência popular, industrial e camponesa. Essa visão de mundo e de conquista de uma nova sociedade permeava os projetos de vida futuros dos anarquistas em relação as classes oprimidas e exploradas pelo trabalho que alimentava a grande burguesia.

Os bolcheviques, por sua vez, acreditavam numa organização centralizadora e burocrática para garantir o futuro da revolução de 1917, pensavam que as coletividades deviam ser geridas e não auto geridas, pois a autogestão não representaria uma visão científica da organização, seja esta política ou econômica. Política como forma de organização das decisões de ordem social e de poder, e econômica na forma de organização da produção, ou seja, do trabalho. Neste sentido os bolcheviques pensaram, via Trotsky, a militarização do trabalho, os trabalhadores seriam como soldados, prontos a responder as demandas emanadas pelo partido central (conferir TRAGTENBERG, 2011). Assim uma ordem burocrática, com contornos do taylorismo, visava uma organização burocrática do trabalhador/a e do trabalho, conseqüentemente o proletariado não superava sua alienação ao não poder se emancipar de uma ordem vertical no seu ato de trabalho. Compreendemos ser este o elemento que separa anarquistas e bolchevistas no processo revolucionário russo, os primeiros pretendiam ir nas raízes e romper com os processos de opressão de uma vez por todas, os segundos compreendiam a necessidade de um estado mediador entre o trabalho e o trabalhador e o processo produtivo, forjando assim uma formula alicerçada numa burocracia que organizaria as relações entre as pessoas, centralização das decisões e o Estado como representação material e organizacional do partido revolucionário, ou seja, do Partido Comunista, que se fundiria numa ideia denominada de ditadura do proletariado, mas que poderíamos pensar numa ditadura para o proletariado.



Dentro do próprio marxismo, Rosa de Luxemburgo mostra o contrário, que a concepção de Marx da ‘ditadura do proletariado’ não é uma concepção política, mas sim sociológica, que, então, não pode ser confundida como *ditadura de um partido ou do controle do mesmo em nome da classe*, que dizer: durante a guerra, a ditadura (segundo Rosa de Luxemburgo, no livro a revolução Russa) era uma ditadura no sentido sociológico, que os meios de produção estão no meio dessa classe, mas não se dá no sentido político. Isso pode coexistir com a maior democracia política, sem o que não é possível discutir coisa nenhuma. (TRAGTENBERG, 2011, p.365)

Observamos que mesmo dentro do marxismo a ideia política de uma ditadura do proletariado não era consenso.

Em 1917 se fez presente uma possibilidade histórica, em que a oposição entre exploradores e explorados levavam um país a um processo revolucionário que “abalou o mundo”. E novamente no campo das batalhas se fez presente o anarquismo e o comunismo. Num certo momento do processo de luta que precedeu a revolução de 1917, essas forças, anarquista e bolchevistas, criaram processos de aliança pois combatiam um mesmo inimigo. Porém nesse processo de luta as diferenças já se faziam presentes, como nos indicam os estudos sobre a região da Ucrânia durante o processo revolucionário e os primeiros anos pós 1917.

Podemos em linhas gerais demonstrar que a grande diferença entre os princípios anarquistas e comunistas se daria em primeiro lugar pela valorização que o anarquismo dá a individualidade, compreendendo a individualidade como a possibilidade de cada ser humano poder se realizar enquanto pessoa humana, nesse sentido permitindo a diversidade do ser humano, e essa conquista teria como base a transformação do indivíduo e da sociedade de forma conjunta. Nesse sentido o pensamento anarquista busca a dissolução do poder em todas suas manifestações e espaços, seja no poder central (Estado) ou nas relações cotidianas familiares, de trabalho, da propriedade, etc.

Ao portar este tipo de visão do humano e da sociedade os métodos anarquista de se pensar e fazer a revolução tinham como princípio a dissolução imediata do poder central, toda forma de organização seria oriunda do povo que em assembleias, encontros determinariam a organização social do trabalho e a distribuição dos seus frutos, assim seriam abolidas a propriedade privada e o Estado, pois toda liberdade sem igualdade é privilégio e toda igualdade sem liberdade é escravidão.



Essa maneira dos anarquistas pensarem o processo revolucionário foi marcante na revolução russa, podemos observar isso em Emma Goldman, Nestor Makhno entre outros. Em referencia a este último:

Novembro de 1920, a contra-revolução branca é vencida na Rússia e na Ucrânia; poder-se-ia contar com uma paz geral não fosse a vontade hegemônica de Lenin e de seu partido, que desencadearam uma sórdida traição uma vasta operação militar contra os makhnovistas. Makhno escapa por muito pouco ao cerco e ao aniquilamento, em seguida realiza longos deslocamentos pelo país. É o começo de uma segunda e não menos terrível guerra civil, opondo, desta vez inúmeros grupos partidários dos soviets livres, quer dizer, de um retorno as aspirações de 1917, contra um partido-Estado que quer monopolizar a revolução em seu único proveito. Essa luta dura vários anos; todavia, gravemente ferido, Makhno vê-se obrigado, em agosto de 1921, a atravessar a fronteira romena para tratar-se. É o caminho de um exílio que o conduz, após quatro anos de perseguição tchekista pela Europa, a França, a Paris, em 1925. Morre de tuberculose em 1934, aos 45 anos. (SKIRDA, 2001, p. 15)

Logo depois da revolução russa de 1917, a centralização do poder apregoada por Lenin e seus companheiros em um Estado socialista, que mediaría a passagem para o comunismo, formou uma casta de poder, pensada como a vanguarda revolucionária. Essa visão gerou a dissolução dos soviets, organismo revolucionário de base e defendidos pelos anarquistas. Apesar do lema da revolução ser ‘todo poder aos soviets’, a questão que se coloca é como pensar o que é um soviets, pois havia uma diferença entre a interpretação anarquista e a interpretação dos bolchevistas. Essa questão fica evidente num diálogo entre Lenin e Nestor Makhno. Num certo momento, Lenin pergunta a Makhno como os camponeses da Ucrânia receberam o lema ‘todo poder aos soviets’, Makhno responde que os camponeses ucranianos tem sua própria concepção desse lema e, para eles, ‘todo poder aos soviets’ significava o poder que se origina do trabalhador revolucionário e de sua organização durante a revolução, nas palavras de Makhno,

Outubro ainda não havia acontecido quando os camponeses, em inúmeras regiões, recusaram-se a pagar os impostos de arrendamento aos pomestchikis e aos kulaks, confiscaram-lhes as terras e o gado, em nome de suas coletividades, enviaram, em seguida, delegados ao proletariado das cidades para se entender como ele quanto ao controle das fábricas, empresas etc., e estabelecer elos fraternos a fim de construir, juntos, a nova livre sociedade dos trabalhadores. (MAKHNO, 2001, p. 22)



O importante da citação acima é a observação de que a classe camponesa na Rússia não esperou o processo revolucionário se dar nas fábricas ou na cidade. Os próprios camponeses agem e buscam uma forma de organização social que diminua suas aflições e explorações, coletivizaram o uso da terra, e foram para as cidades. Se dirigiram ao proletariado, pois sabiam que a revolução era uma obra coletiva dos explorados contra os exploradores.

Obviamente essa visão de um poder que se origina do trabalhador/a, camponês/a e que, por exemplo, os deputados, e as formas de organização política, teriam o papel de simplesmente representar esse poder do trabalhador/camponês, contrastava com a burocracia centralizadora advinda da visão de poder bolchevique.

A centralização apregoada pelos bolcheviques demandou processos de burocratização que fortaleceram mais ainda o estado centralizador de vanguarda, dessa forma a revolução se torna contra revolucionária ao possibilitar uma organização de Estado extremamente forte e castradora, como a burocracia de Estado. Onde a individualidade é totalmente perdida, assim como a autogestão dos proletariados. Em linhas gerais são esses temas que envolvem uma reflexão da revolução russa e o anarquismo.

Emma Goldman, quando ainda acreditava na revolução liderada por Lenin e Trotsky, realizou uma viagem para levantar materiais para o Museu da Revolução:

A viagem a Rússia profunda proporcionou-lhe uma visão mais rica e complexa da revolução. Os caminhos revolucionários eram muitas vezes diferentes e originais. Nas províncias onde as lideranças locais haviam conseguido se organizar no poder, havia mais liberdade, menos sabotagem e a população vivia melhor. Na Ucrânia encontraram cidades inteiras traumatizadas pelos *pogroms* dos generais brancos: mulheres violadas, velhos torturados e mortos diante das crianças. Os bolcheviques haviam restabelecido a paz e nas sinagogas rezava-se por Lenin. (LOBO, 1983, p.62-63)

Esses retalhos de textos onde esboçamos a perspectiva anarquista de um poder descentralizado, ou da dissolução do poder em apoio as formas autônomas e locais de poder sempre dividiram os anarquistas dos marxistas, neste sentido poderíamos afirmar que os acontecimentos de 1848 na França, foi o primeiro palco



em que se evidenciou as diferenças entre anarquista e marxistas na ação revolucionária. E para aprofundarmos essa temática apresentamos esse conflito ideológico tendo como pano de fundo o romance de Flaubert, ‘Educação Sentimental’.

Entre 1848 e 1917

“...Proudhon «a personificação mais completa da revolução de 1848.” (GURVITCH, 1972, p.112)

Porém, compreendemos que ao passarmos pela revolução francesa de 1848 no Romance de Flaubert a ‘Educação sentimental’ e sua relação com as ideias de Proudhon, podemos refletir um pouco mais sobre o anarquismo, ou melhor dizendo, de uma de suas vertentes, onde podemos encontrar a percepção do indivíduo e da sociedade no processo revolucionário. E dessa forma imaginarmos as projeções ideológicas de 1848 em 1917.

A representação do povo para Flaubert, durante a revolução de 1848 em Paris, era formulada por metáforas que descrevem agitações, movimentos, forças inconscientes. Assim, Flaubert representa o povo aludindo a idéia de massa, onda, movimentos naturais, enfim uma força instintiva e como tal perigosa.

Esse olhar de Flaubert sobre o povo, revela também uma perspectiva ideológica do autor. As riquezas de detalhes que constituem a obra em questão, se referem ao cotidiano das classes ricas. O autor ao se referir aos trabalhadores, além dos detalhes dos casacos como vestimenta típica dos operários da época, os mesmos não possuem vozes próprias no romance de Flaubert, a não ser metáforas: “...e a multidão concentrada parecia de longe um campo de espinhos que oscilavam.” (FLAUBERT, 1959, p.90), e mais a frente; “...as pessoas desapareciam nesta massa ruidosa que subia sempre como um rio impelido por uma maré um equinócio, como um longo mugido, sob um impulso irresistível...” (FLAUBERT, 1959, p.100). Assim, a representação de Flaubert sobre o operariado, é fundamentada por uma naturalização dos mesmos, e como tal, forças inconscientes, em outras palavras, a ação do povo não era conduzida por uma racionalidade, não era uma ação pensada, mas simplesmente, uma fúria parecida com os fenômenos naturais.



Discordamos dessa postura de Flaubert, pois vários pensadores influenciaram e participaram da revolução de 1848. Proudhon é um dos poucos pensadores (de esquerda, se assim podemos dizer) citados durante o romance de Flaubert, através das vozes de seus personagens (principalmente Fumichon), próximo ao final do romance. Aparece assim, no romance, a sombra de Proudhon, e o ódio que a classe burguesa possuía dele.

Sabemos da presença marcante de Proudhon durante a revolução de 1848, da repercussão de sua frase bombástica, “A propriedade é um roubo”, das suas atividades como deputado eleito com 77.000 votos, como representante do povo, e de sua prisão após o golpe do “Príncipe Presidente” (Luís Bonaparte).

Assim a ‘sombra’ de Proudhon em ‘A Educação Sentimental’, nos aparece como um contra-ponto para refletirmos a imagem do povo, e também para observarmos qual a impressão de Flaubert sobre o socialismo.

Os possíveis diálogos entre ‘A Educação Sentimental’ e o pensamento de Proudhon

Notamos que no decorrer do seu livro, Flaubert coloca os seus personagens vivendo momentos históricos. Esse encontro entre o literário e o histórico proporciona ao texto um diálogo entre o autor e o momento histórico que ele está a representar. Assim, acreditamos que nas reflexões de seus personagens, ele (o autor) pensa e discute a revolução de 1848, ao apresentar o imaginário burguês e político da época. Deste modo ao confrontarmos as idéias de Proudhon com este imaginário (descrito por Flaubert), possibilitamos uma leitura sócio-política da obra.

Antes de partirmos para uma leitura direta entre Proudhon e a obra de Flaubert, se faz necessário apresentar a postura do autor de ‘A Educação Sentimental’, sobre a atmosfera política da época, principalmente no que se refere às idéias socialistas. Através de seu personagem Sénécal, e de uma passagem de sua obra, o autor nos traça o mosaico do imaginário político da época:

As convicções de Sénécal eram mais desinteressadas; tôdas as noites, acabado o trabalho, voltava para mansarda, e procurava nos livros a justificativa dos seus sonhos. Anotara o Contrato Social. Não largava a



Revue Indépendente.¹ Conhecia Mably, Morelly, Fourie, Saint Simon, Comte, Labet, Louis Blanc, a carrada dos escritores socialistas, aqueles que reclamam para a humanidade o nível das casernas, aquêles que queriam diverti-la num lugar ou dobrá-la sôbre um balcão; e, da mistura virtuosa, com o duplo aspecto de fazenda e fábrica de fiação, uma espécie de Lacedemônia americana em que o indivíduo existiria apenas para servir a sociedade, mais onipotente, absoluta, infalível e divina do que os grandes Lamas e Nabucodonosores. Não tinha a menor dúvida sobre o próximo advento dessa concepção; e encarniçava-se contra tudo o que lhe julgava adverso, com raciocínios de geômetra e uma boa fé de inquisidor. Os títulos nobiliárquicos, as comandas, os penachos, sobretudo as librés, e mesmo as representações demasiado apregoadas, escandalizavam-no, - e tanto os estudos como os sofrimentos estimulavam nêle, de dia para dia, o ódio essencial contra qualquer distinção ou superioridade. (Grifo nosso) (FLAUBERT, 1959, p.156).

A leitura dos autores socialistas realizada por Flaubert, é uma observação direta do autor, onde ele demonstra uma crítica sarcástica, das idéias e das finalidades socialistas, “...aqueles que reclamam para a humanidade o nível das casernas”. Acreditamos que há uma relação direta entre esta crítica do autor e a sua representação do povo, como fenômenos naturais, ou uma massa sem identidade e racionalidade. Esta passagem citada do texto de Flaubert, nos indica que estes pensadores eram complicados, não possuíam coerência, não davam importância para a figura do indivíduo, e nem tão pouco para os seus conflitos internos, *o indivíduo só existiria apenas para servir a sociedade*, já por outro lado a sociedade é pensada como coisa divina, *mais onipotente, absoluta, infalível e divina do que os grandes Lamas e Nabucodonosores*. E para Flaubert, esta concepção religiosa de uma nova sociedade daria um de tom de irracionalidade e de ódio: *o ódio essencial contra qualquer distinção ou superioridade*. Sénecal (personagem de Flaubert), seria então uma metáfora usada para descrever: como as teorias socialistas da época, não possuíam uma coerência, uma solidez diante do real, é por isso que Sénecal começa revolucionário, e acaba como soldado opressor a serviço da ditadura.

Mas percebemos também nesta passagem da obra, a fidelidade do autor no que se refere a conjuntura sócio-política da época,

... as utopias românticas formaram algo como um oxigênio comum para os homens da época, em particular para aquilo que os franceses

¹ Escrevendo a Michelet, em princípios de 1869, Flaubert dizia que o seu livro fizera-o estudar o socialismo. “Creio que uma parte de nossos males provém do neocatolicismo republicano. Encontrei entre os pretensos homens do progresso, a começar por Saint Simon e acabando em Proudhon, as mais estranhas citações. Todos partem da revelação religiosa.” (nota obtida na edição de ‘A Educação Sentimental’ – citada na bibliografia).



nomearam como espírito “quarente – huitard”. Quadro mental e sensibilidade, concepção de tempo histórico linguagem e gestos comuns – eis, ao que parece, o repertório difuso que indicou a presença dos projetos utópicos românticos nas revoluções de 1848. (SALIBA, 1991, p.78)

Não concordamos com a leitura que Flaubert faz dos ideais socialistas, ou como coloca Saliba, utopias românticas. Por outro lado, concordamos que a difusão e a mistura desses ideais, não suportou o conflito, entre o querer imaginário e o real concreto, que configurou-se nos acontecimentos de 1848. E, segundo Saliba (1991), conflito que subjugou as utopias românticas.

Um pouco de Proudhon

Depois de apresentarmos o posicionamento de Flaubert, no que se refere aos ideais socialistas, partiremos para uma apresentação de Proudhon, de suas idéias e de sua participação nos acontecimentos revolucionários de 1848.

«Que é a propriedade? A propriedade é um roubo.» Esta frase aparece num pequeno livro, em forma de panfleto no ano de 1840, transformando-se assim numa das expressões mais famosas e profícuas do século XIX. O teor revolucionário dessa frase repercutiu de forma marcante nos acontecimentos de 1848.²

Proudhon, apesar de ter trabalhado em Lião e em Paris sempre guardou consigo valores, seja no sentido moral ou político, dentro de uma perspectiva provinciana (JOLL, 1977, p.69). No ano de 1838, fora premiado pela Academia de Bensaçon:

...e foi a este organismo, um tanto ironicamente, que dedicou **Que é a propriedade?** Esta obra rendeu a Proudhon, controvérsias com as autoridades de Bensaçon e por outro lado o tornou famoso. A partir deste momento, Proudhon tornou-se um crítico radical de toda a sociedade existente, e devotando-se a “...promover as condições física, intelectual, e moral da classe mais numerosa e mais pobre. (JOLL, 1977, p.71).

Outra característica da obra de Proudhon é que ele se distancia dos autores utópicos, como Fourier ou Saint Simon, entre outros.

² Como veremos mais adiante, esta frase é dita textualmente no romance de Flaubert.



Proudhon rejeitava qualquer reorganização da sociedade que tentasse reajustar pura e simplesmente os componentes já existentes. A questão não estava em mudar o Poder de um grupo para o outro ou em apropriarmos-nos do capital, nas mãos dos atuais proprietários, apenas para o entregar a um novo grupo de exploradores monopolistas. “Quem quer que apele para o Poder e para o capital com o fim de organizar o trabalho está a mentir, porque a organização do trabalho acarreta a destruição do capital e do poder.” Desta maneira se opunha Proudhon às grandes empresas industriais que os saint-simonianos julgavam levar à abolição da propriedade e à produção e ao consumo em massa dos falanstérios de Fourier; mas rejeitava também os planos apresentados por Etienne Cabet ou Louis Blanc para comunidades utópicas onde, sendo tudo propriedade comum, o trabalho estava no entanto, sujeito a uma rigorosa direção central. (JOLL, 1977, p.72)

Percebemos assim o distanciamento de Proudhon em relação aos outros pensadores. Flaubert não exprime essa diferença em seus comentários sobre o socialismo. E no que cabe sobre a observação de Saliba, de que os acontecimentos de 1848 deram um ‘xeque-mate’ nas utopias românticas, é pelo fato de que estas utopias já sofriam um processo crítico dentro do próprio movimento socialista.

Ao realizar as críticas, acima citadas, Proudhon observa que:

Qualquer reforma real deve também ser uma reforma moral em cada indivíduo. O homem é por natureza pecador, o que quer dizer que não é essencialmente um malfeitor (malfaisant), mas antes um malfeitor (malfait), e o seu destino é perpetuamente o de recriar seu ideal em si mesmo. (JOLL, 1977, p. 77)

Após esta apresentação sucinta do pensamento de Proudhon, indicaremos a sua participação nos movimentos de 1848, enquanto deputado eleito por 77.000 votos. Como observaremos, Proudhon foi o primeiro a opor dentro da assembleia legislativa a burguesia e o proletariado, ao propor a sua idéia de banco popular. Cabe aqui uma observação: Flaubert, numa passagem do seu romance, faz alusão à esta proposta de Proudhon ao dar voz ao seu personagem banqueiro:

O banqueiro odiava particularmente Lamartine (por ter apoiado Ledrun Rollin) juntamente com Pierre Leroux, Proudhon, Considerant, Lamennais, todos os cérebros esquentados, todos socialistas.

-Porque, afinal, que querem êles? Foi suprimido o impôsto de barreiras sobre a carne, e a prisão por dívidas; agora, acha-se em estudo o projeto



de um banco hipotecário; outro dia, era de um banco nacional! ... (grifo nosso) (FLAUBERT, 1959, v. II, p.128)

O que é mencionado no texto como ‘banco nacional’ se refere à proposta radical de Proudhon de banco popular (aparece aqui um dos primeiros diálogos entre Flaubert e Proudhon). Passemos agora a descrever como ocorreu a sua proposta.

Sublinhemos que durante a sua famosa controvérsia com Thiers, por alturas dos sangrentos dias de julho de 1848, e sobretudo no seu célebre discurso à Assembléia Nacional, a 31 de Julho de 1848, Proudhon teve a coragem de opor pela primeira vez nessa assembléia, proletários e burgueses. A isto seguiu-se um escândalo estrondoso, que valeu ao ‘cidadão Proudhon’ a condenação quase unânime da Assembléia Nacional.

A cena comentada por todos os quotidianos da época, é nos contada pelo próprio Proudhon nas "Confissões de um Revolucionário" (1849), a primeira das obras que escreveu na prisão Sainte-Pélagie. Encarcerado a 5 de junho de 1849 lá permaneceu por três anos por ofensa ao Príncipe-Presidente.” (GURVITCH, 1972, p.10-11)

A 15 de julho de 1848, Proudhon propõe sua idéia de um banco popular que concederia “créditos gratuitos”.

No discurso que proferiu, comenta nesta altura da seguinte maneira a sua proposição. «aqui está pois, independentemente das vias e dos meios, que seguidamente examinei, o sentido da minha proposição:

- 1-Renúncia da propriedade e da classe burguesa.
- 2- Intimidação dirigida à propriedade, para proceder à liquidação social, e, entretanto, para contribuir, por seu lado, para a obra revolucionária; responsabilização dos proprietários pelas consequências da sua recusa.

Vozes: Senhor presidente o orador que se explique! Proudhon – Ela (a minha proposição) significa, que em caso de recusa, nós próprios procederíamos à liquidação, sem vós. Vozes – Que significa o nós, que significa o vós? (Agitação) Proudhon - Quando empreguei os dois pronomes “vós” e “nós” é evidente que me identificava, a mim, com o proletariado e que vós identificava, a vós, com a classe burguesa. O cidadão Saint-Priest – Mas é a guerra social! Outro deputado – É o 23 de Junho no poder. (Citado segundo introdução de Ganiel Halevy, p.32-35, às confissões, ed. Marcel Rivére 1929).” (GURVITCH, 1972, p.11-12).

A proposição de Proudhon perde por 691 votos contra e 2 votos a favor.



Proudhon fora jornalista e quando a revolução ‘arrebenta’, trabalha no seu jornal quotidiano o ‘Representante do Povo’, que fora fundado em outubro de 1847. Sabemos que Flaubert cita quase todos os jornais da época, mas ‘por um acaso’ não cita em seu romance o jornal editado por Proudhon. Podemos deixar uma pergunta em aberto: -Por que Flaubert não cita este jornal?

Um outro contato direto entre a obra ‘A Educação Sentimental’ e Proudhon, pode ser percebido nesta outra passagem do romance:

O industrial «Fumichon» (...) ficava rubro de cólera ao ouvir falar em propriedade.

- É um direito escrito na natureza! As crianças têm apêgo aos seus brinquedos; todos os povos são da minha opinião, todos os animais; até o leão, se pudesse falar, se declararia proprietário! Eu por exemplo, meus senhores, comecei com quinze mil francos de capital! Durante trinta anos, fiquei sabendo, levantava-me regularmente às quatro horas da manhã! Tive um trabalho dos diabos para fazer a minha fortuna! E vêm dizer-me que não sou senhor dela, em suma, que a **propriedade é um roubo.**

- Mas Proudhon...

- Ora, deixe-me em paz com êsse Proudhon! Se o apanhasse aqui, creio que o estrangulava! (FLAUBERT, 1959, v.II, p.157-158)

Fica claro aqui a presença e a importância de Proudhon, e nos parece que a argumentação do industrial, seria uma resposta de Flaubert sobre a famosa frase de Proudhon, que é reproduzida no texto, e por nós grifada. Argumentação entendida por nós como ‘fraca’, não por uma incapacidade do autor (Flaubert), mas também como um elemento de crítica a Proudhon. Ou seja, a proposição de Proudhon seria tão sem fundamento, que não precisaria de muito raciocínio para rebatê-la. Mas o que é interessante observar, é que a idéia de trabalho apresentada pelo industrial, que fundamentaria o direito a propriedade (o que se opõem totalmente a concepção de trabalho compreendida por Proudhon), para ele o trabalho não é só um atributo econômico, mas antes de tudo social e ético. E o trabalho entendido como tal não poderia produzir a idéia de propriedade, pois trabalho e propriedade se opõem, são termos antinômicos, porque a propriedade seria um roubo e sendo assim antiética.

A participação de Proudhon, nos acontecimentos de 1848 lhe rendeu não somente a sua fama e reconhecimento no meio do proletariado, mas também perseguição e prisão.



A 10 de Dezembro de 1848, Luís Bonaparte é eleito presidente da República. Após o golpe de Estado de 3 de Dezembro de 1851, faz-se proclamar Imperador. Proudhon declara então em *O Povo* (jornal) que a democracia, o socialismo e o proletariado «não têm maior inimigo que Luís Bonaparte». E durante o inverno de 1848-1849, Proudhon ataca o Príncipe-Presidente em artigos tão violentos e insultantes que é perseguido pela justiça e condenado como sabemos, em 28 de Março de 1849, a três anos de prisão. (GURVITCH, 1972, p.115).

Mas foi também nos acontecimentos de 1848 que Proudhon se consolidou como um dos primeiros pensadores anarquistas devido as

...experiências na revolução de 1848 que voltaram sua atenção para questões de organização quer política quer econômica e o levaram a elaborar o duplo programa que resumiu quando disse: «A nossa idéia de anarquismo está lançada: nada de governo e da propriedade.» É esta negação do governo e da propriedade que faz de Proudhon o primeiro pensador anarquista autêntico e efectivo. (JOLL, 1977, p.81).

Considerações finais

O principal personagem da obra de Flaubert, Frederic Moreau, é pensado por vários críticos da obra, como um personagem niilista, derrotista, tal concepção do personagem reflete de certa maneira, a atmosfera sócio política do ano de 1848 na França. O golpe de Luís Bonaparte, foi um ‘demolidor’ de utopias, ideologias. As mortes, prisões, as fugas, a ditadura. Tudo isto permeou o carácter do seu personagem central. Não que o seu personagem representasse um teor revolucionário, muito pelo contrário, Moreau nos parece como um personagem perdido, no tempo histórico e social e político de sua época, assim como no campo do amor. Inseguro e desorientado, ele se apresenta, ao nosso ver, como uma metáfora de todos aqueles que perderam e foram derrotados. Ele não perdeu a revolução pois dela não participou, mas perdeu o seu amor, amigos e amigas. Ficou desesperançado diante da falta de carácter das pessoas que o rodeava, das mudanças de posturas daqueles que lhe eram próximos.

Flaubert nos deixa claro, que a educação sentimental, ou melhor dizendo que o aprendizado de Moreau, se deu através desses sentimentos acima citados, mas nos parece que todo o ano de 1848 foi um aprendizado que se deu pelo sentimento de saber que a vida carrega consigo valores e não valores que gera a dor, o sentimento de não



pertencimento, falta de esperança diante dos fatos presentes, e por um futuro meio duvidoso. Aprendizado que se deu devido o processo revolucionário de 1848, onde sentimentos e poder se confrontaram.

Proudhon também teve esse aprendizado, a revolução foi derrotada, enganada, traída, no seu lugar surgiu a figura de um ditador 'a farsa da história'. Sim, fomos derrotados e humilhados, fomos dispersados, presos, desarmados, emudecidos. Diria Proudhon. Mas esse aprendizado de Proudhon não diminuiu suas forças, pelo contrário, escreveu vários livros, superou suas dores, aprendeu a pensar suas críticas e a continuar na confiança de um mundo libertário, e de uma forma ou de outra aprimorou aquilo que viria a ser conhecido como 'anarquismo'.

Em 1848 a demolição das utopias românticas, a origem de uma cultura política; a modernidade, e entre elas o anarquismo. Ou como diria Flaubert, de acordo com a nossa leitura, 1848 seria a própria '*educação sentimental*'.

Poderíamos falar numa educação sentimental na revolução russa de 1917? Nos parece que não, pois as ordens burocráticas do poder se assessoram num desencantamento do mundo, onde os sentimentos são percebidos como frutos de uma moral pequena burguesa, que devia ser eliminada para recriar um consciência revolucionária a partir de uma submissão a um partido e a uma ditadura que se auto-denominou de proletária.

Com o passar do tempo e olhando o que hoje significa a revolução russa, poderíamos pensar que com ela acabou-se um dos maiores sonhos do proletariado, dos despossuídos, dos camponeses. A Rússia de hoje se coloca com um país dominador e ligado profundamente ao capital e ao mercado, guardou para si, da experiência revolucionária a centralização do poder e a manutenção da ordem a todo custo, apesar dos conflitos e de algum mal estar com suas alianças com o governo Trump, confiscou a pouco tempo territórios ucranianos demonstrando resquícios da época revolucionária. Mas apesar desse fim melancólico do projeto revolucionário, as experiências revolucionárias marcam a nossa história e nosso estar no mundo. Um pouco do sonho e da utopia se faz presente e quem sabe uma educação sentimental, pois haveria de fato um ato revolucionário vazio de sentimento?



Podemos fazer de nossas palavras as observações de Tragtenberg escritas a cinquenta anos atrás:

Podemos dizer hoje, numa perspectiva histórica de cinquenta anos, que a vitória de Lenin na Revolução Russa se deveu menos à força do Partido Bolchevista, mais à desintegração dos quadros tradicionais da sociedade russa, que não tinham capacidade de adaptar-se às situações novas, e especialmente ao Exército. O Exército, que é um fato decisivo em qualquer estrutura de poder, passou por um processo violento de desintegração desde a revolução de 1905, processo de divisão, de lutas de facções, de manifestação política de generais, que desencadeou o problema de crise de consciência ou de antagonismo entre o governo civil e o elemento militar.

É claro que a derrota da Rússia na Guerra de 1917 e o desencanto com isso aceleraram o processo de decomposição do Exército. Então, certamente, todo mundo sabia o que estava errado, mas ninguém sabia o que estava certo, e nesse burburinho todo, Lenin e o Partido Bolchevista, atrás dele e não à sua frente, tinham uma visão mais clara do que queriam. (TRAGTENBERG, 2011, p.368)

Porém, mesmo sendo mais claro o que queriam, esse querer não se desvinculou de medidas autoritárias e da ideia de uma ditadura por um partido. Nesse sentido falar da revolução russa e do anarquismo e mediar esse debate com os acontecimentos de 1848 na França, nos faz ver a importância das possibilidades e jogar para o futuro a possibilidade de revolucionar as relações humanas, apesar das dores e da dureza da vida.

Penetrávamos num mundo mortalmente gelado. A estação da Finlândia vazia, sob os reflexos da neve. A praça de onde Lenin falara a multidão do alto de um carro blindado era um deserto branco, rodeado de casas mortas. Parecia uma cidade abandonada. As largas avenidas, as pontes sobre o Neva, rio de gelo, coberto pela neve. Esparsos, um magro soldado de capote cinzento, uma mulher transita com um xale passavam como espectros no silêncio do esquecimento. Na direção do centro havia uma animação suave e fantasmagórica. Trenós puxados por cavalos famintos deslizavam lentamente na brancura. Quase não havia automóveis. Só raros transeuntes de rosto lívido (SERGE, apud LOBO, 1983, p.59)

Penetrar num mundo pós revolucionário pode nos levar a manter o poder com as mãos duras e fortes, que não podemos abaixar a guarda, que não podemos experimentar o novo. Mas lembrando um velho revolucionário que completa 50 anos de sua morte em



2017, podemos dizer: endurecer sim, mas sem perder a ternura. Sem perder a ternura jamais.

Referências Bibliográficas

FLAUBERT, Gustave. *A educação sentimental - História de um moço*. Introdução e notas e variantes por Édouard Maynial. Tradução de Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro, v.II, 1959.

GURVITCH, Georges D. *Proudhon e Marx I*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

LOBO, Elisabeth Souza. *Emma Goldman*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MAKHNO, Nestor. O grande outubro na Ucrânia. In: MAKHNO, N.; SKIRDA, A.; BERKMAN, A. (Org.). *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. São Paulo: Ed. Imaginário, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SKIRDA, Alexandre. Nestor Makhno e a luta dos camponeses na Ucrânia pelos soviets livres. In: MAKHNO, N.; SKIRDA, A.; BERKMAN, A. (Org.). *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. São Paulo: Ed. Imaginário, 2001.

TRAGTENBERG, Maurício. *Teoria e ação libertárias*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



Mesa de debates IV (23/11)

Safras literárias em estepes convulsionadas: o mundo rural russo na ficção³

Marcos Lobato Martins⁴

Doutor em História Econômica (USP)
Professor adjunto da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades,
Coordenador do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais
UFVJM

“De historiografias terrestres/ Não desejava revolver a/
Cronologia e sua poeira,/ Mas anedotas dos ancestrais.”
Aleksandr Púchkin

“Deus, como é triste a nossa Rússia.”
Aleksandr Púchkin

“O passado é apertado demais.”
Vladímir Maiakovski

Em algum momento entre os anos de 1848 e 1889, Michael Saltykov (1826-1889) – que um crítico de Moscou qualificou como “o mais autêntico de todos os russos” – publicou um conto intitulado “De como um mujique alimentou dois burocratas”. *Mujique* é a palavra russa para camponês, designando as pessoas que executam os trabalhos braçais na agricultura, tornando produtiva a terra de terceiros. É um conto de humor, sempre antologizado, contendo crítica implacável às estruturas sociais e à burocracia da Rússia tsarista (COSTA, 2009, p. 207-218).

Dois funcionários aposentados de uma repartição pública sediada em São Petersburgo, que acabara de ser extinta, residiam na rua Podyacheskaya e viviam confortavelmente graças às benesses recebidas do Estado. Eram sujeitos medíocres, cujas vidas foram gastas no ramerrão da burocracia, incapazes de qualquer ato de criatividade e

³ Palestra proferida na mesa de debates “Agricultura, campesinato e transformação social: as contribuições de Chayanov, da geografia e da literatura na Rússia pré e pós-revolucionária, na *IV Semana de História: 100 anos de Revolução Russa: controvérsias e impactos (1917-2017)*, realizada de 21 a 25 de novembro de 2017 na UFVJM, *Campus Diamantina-MG*.

⁴ Doutor em História Econômica pela USP. Professor adjunto da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Coordenador do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais dessa Universidade, *Campus Diamantina-MG*.



de lidar com outra coisa senão colocar assinaturas e carimbos em papéis. Tratavam-se um ao outro como “Vossa Excelência”, possuíam criados para cuidar de suas casas, roupas e alimentação. Um dia, inesperadamente, acordaram ambos em uma ilha deserta. Assustados, resolveram percorrê-la à procura de alimentos. Depararam com muitas árvores frutíferas, animais de caça, rios coalhados de peixes. Porém, não sabiam como apanhar os frutos, capturar as perdizes e lebres e fregar os salmões; pior, não sabiam cozinhar. E estavam morrendo de fome, os estômagos roncando, de modo que não conseguiam dormir ou pensar direito. Um dos funcionários, então, ante a abundância de comida na ilha, perguntou ao outro: *“O alimento humano, na sua forma original, voa, nada e cresce em árvores. Quem teria imaginado isso, heim, Excelência?”* Ao que o outro respondeu: *“Eu também devo confessar que imaginava que as bolachas que comemos pela manhã vêm ao mundo tal e qual aparecem nas nossas mesas”*.

Os dois burocratas quase se entredevoraram, aturdidos com os clamores da fome. Descobriram uma edição antiga da *Gazeta de Moscou*. Começaram a lê-la tentando distrair seus estômagos. Mas em toda página e coluna sempre havia referência à comida: notícias de banquetes, formas novas de preparar sopa de peixe, achamento de um esturjão espetacular, etc. Os burocratas se desconsolaram. De repente, um deles, o mais inteligente, que também havia sido professor de caligrafia na Escola de Reservas, teve uma ideia luminosa: *“Que me dizeis, Excelência, que me dizeis de procurarmos um mujique?”* Afinal, um mujique haveria de lhes *“arranjar bolinhos de carne e também haveria de pegar as perdizes e os peixes”* para eles. Era a solução perfeita, sobretudo porque *“há mujiques por todo lado. O que é preciso é procurar. Com toda certeza haverá algum mujique escondido por aqui, fugindo do trabalho”*. Dispararam pela ilha à procura de um mujique. Até que *“um cheiro concentrado de pão preto e pele velha de carneiro chegou-lhes às narinas e guiou-os na direção certa”*. Terminaram encontrando um mujique colossal debaixo de uma árvore, em sono profundo. Indignados, acordaram o vagabundo, repreenderam-no por haver fugido para a ilha para não trabalhar e o submeteram novamente a seu destino. *“E seu destino era trabalhar”*. Trabalhar para os dois funcionários, arranjando-lhes alimentos, cozinhando, acendendo fogo.

De posse do mujique, os dois funcionários rejubilaram-se, chegando a pensar o seguinte: *“Como é bom ser um burocrata. A um burocrata do Governo nunca acontecerá*



nada de mal". O mujique trabalhou incessantemente, comeu as sobras da comida dos burocratas, ficou amarrado por uma corda de cânhamo que fora obrigado a confeccionar, enquanto os dois funcionários, cada vez mais gordos, discutiam questões elevadas inspirados na leitura do exemplar da *Gazeta de Moscou*. Quando se entediaram com a ilha, ordenaram ao mujique que fabricasse uma embarcação que os levasse através do oceano até a rua Podyacheskaya. O mujique cumpriu a ordem, conduziu e remou o barco, alimentou os funcionários com arenque, aliviou-lhes o medo e os enjoos, e suportou resignado os destratos dos senhores.

Quando deram com o rio Neva, entraram na rua Podyacheskaya, os dois funcionários exultaram de alegria. Comeram biscoito, tomaram café, vestiram uniformes e foram imediatamente receber suas pensões, há tempos acumuladas. Puseram as mãos em muito dinheiro, e não se esqueceram do mujique. Mandaram-lhe cinco tostões e uma garrafa de vodka, dizendo: "*Agora, divirta-se, mujique!*"

O conto de Saltykov expressa o desdém com que os mujiques eram tratados na "velha mãe Rússia", a carga de trabalho e opressão que pesava em seus ombros, imposta pelos proprietários e pelo Estado; revela ainda as imagens negativas que cercavam os trabalhadores rurais, vistos como feios, sujos, fedidos e preguiçosos. Todavia, da faina diária dos mujiques dependiam a riqueza das elites proprietárias, os confortos e facilidades usufruídos pelos funcionários públicos e a hidgez do Estado. Dessa forma, Saltykov, na base do mais puro humor, abordou, a um só tempo, tanto o problema da desigualdade social, do autoritarismo como a questão agrária na Rússia oitocentista. Botou sua voz no caudaloso debate sobre as mazelas da Rússia, destilando uma ironia acre em relação aos poderosos. Nas circunstâncias daquela época, poderia algum escritor escapar a tomar partido na discussão a respeito das mudanças que o país vivia e os caminhos mais propícios para sua modernização? E conseguiria ficar à margem de tematizar o injusto e tenso cotidiano no campo, sendo a Rússia um extenso e multifacetado condomínio de povos rurais?

Muitos escritores russos – dentre eles, alguns dos maiores – denunciaram a pobreza e o sofrimento dos mujiques, o atraso da economia rural, a crueza e a crueldade dos conflitos nas imensas áreas agrícolas; dissecaram o cotidiano de senhores e camponeses; inventariaram os valores, hábitos e atitudes dos moradores do campo. Representações literárias variadas fornecem-nos, portanto, uma via de aproximação com o mundo rural



russo oitocentista, rica em *insights* e inferências tão argutos quanto os da lavra dos “filósofos” e dos “reformadores sociais”, fossem eles ocidentalistas ou eslavófilos. Embora dispersas em contos, romances, cartas, artigos e depoimentos pessoais, as descrições e análises do campo, dos latifúndios, das aldeias e das pequenas cidades russas, especialmente no domínio das estepes, escritas por literatos da estatura de Ivan Turguêniev (1818-1883), Lev Tolstói (1828-1910), Fiódor Dostoiévski (1821-1881) e Anton Pavlovitch Tchekhov (1860-1904) contribuem tanto quanto a reflexão famosa de Vladímir Lênin (1870-1924) para o entendimento da questão agrária na Rússia tsarista.⁵ São de natureza diferente, é claro, mas podem ser colocadas no mesmo plano de importância. Não foi o falecido professor Francisco Iglésias, decano de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, e também grande crítico literário, quem disse que Tolstói valia mais que um caminhão repleto de historiadores?

Neste trabalho, cujo objetivo é examinar as imagens literárias do mundo rural russo oitocentista, enfatizando a maneira como foram representadas ficcionalmente as relações entre camponeses e proprietários de terras, procedeu-se à seleção de um pequeno *corpus* documental – o que é inevitável, dada a profusão e o volume de textos ficcionais que tematizam o objeto em pauta –, tendo em vista dois critérios:

- a) A contemplação de obras escritas justamente no período de transição do regime soturno e repressivo de Nicolau I – que tinha o sonho da Rússia como um “quartel prussiano” – para o “degelo” no ambiente cultural e político da era reformista do tsar Alexandre I, na qual ocorreu, no ano de 1861, o fim da servidão;
- b) A preferência por narrativas diretamente referentes à cena rural, seguindo a tradição de realismo, na forma de contos ou novelas, que têm como protagonistas camponeses, latifundiários, *odnodvórtsi*,⁶ *starotas*,⁷ clérigos, feitores, mercadores, *isprávniki*,⁸ conselheiros e funcionários públicos distritais.

1. As fontes literárias e a história agrária russa em meados do século XIX

⁵ A referência aqui é a obra escrita em 1896, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

⁶ Plural de *odnodvóriets*, pequeno proprietário rural, categoria intermediária entre a nobreza e os servos. Tinha o direito de possuir terras e servos, mas pagava impostos sobre os últimos. *Isprávniki* eram chefes da polícia rural dos distritos.

⁷ Em português, *estaroestes*, líderes de comunas rurais, geralmente escolhidos entre os mais antigos.

⁸ Plural de *isprávník*, chefe da polícia rural do distrito.



Há muito que os historiadores empregam a literatura como fonte para estudar os mais diversos aspectos das sociedades do passado. Nisso não há novidade, e é claro que a literatura também serve para abordar a história agrária. Como se sabe, se o texto histórico “*busca produzir uma versão do passado convincente e próxima o mais possível do acontecido um dia, o texto literário não deixa de levar em conta esta aproximação. Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e convincente*” (PESAVENTO, 1999, p. 831).

No caso da literatura russa, há uma singularidade a ser destacada. Como apontou Bruno Barreto Gomide (2013, p. 7-8), “(...) *a arte de Gógol, Dostoiévski e Tolstói tinha o papel crítico de informar, admoestar, intervir e profetizar, mesclando radicalmente áreas que em outros países, grosso modo, encontravam-se mais autonomizadas*”. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a literatura foi o principal meio de conhecimento da vida social russa, a chave para entender o corpo e a alma russos. Os textos literários imbricavam-se com o ensaísmo, circulavam lado a lado com os textos críticos nas mesmas “revistas grossas”, discutindo os grandes temas culturais e sociais do país: o “povo” (*narod*), a comuna camponesa (*mir*),⁹ o Estado, a religião, a identidade nacional, a relação da arte com a sociedade, o papel do intelectual, as especificidades geográficas e históricas da Rússia, o impacto das ideias estrangeiras na cultura nacional. Novamente conforme Bruno Barreto Gomide (2013, p. 7), nas revistas, lidas “*de uma ponta a outra da vasta Rússia, propostas críticas e personagens literários estabeleciam diálogos tensos e fecundos*”.

A propósito, vale assinalar que o mais influente crítico literário russo do século XIX, líder da chamada Escola Natural, Vissarion Bielínski (1811-1848), advogava uma literatura de compromisso político, engajada, de mãos dadas com a luta pela liberdade e a decência comum, exigindo assim que os escritores fossem “*guias, defensores e salvadores das trevas da autocracia, da ortodoxia e do sentimento de povo; por isso está sempre pronto a perdoar*

⁹ O *mir* era uma comunidade de aldeia que tinha poder sobre as terras dos camponeses e as distribuía entre seus membros segundo diversos critérios que supostamente mantinham certa igualdade entre as famílias camponesas. Para efeito de distribuição, a unidade era a família. Calcula-se geralmente que, no começo do século XIX, as glebas assim distribuías representavam cerca da metade das terras cultivadas; as terras restantes eram: terras dos proprietários rurais, dos camponeses desligados do *mir*, as terras de colonização (principalmente situadas nas regiões conquistadas havia um século pela Rússia tsarista), e as terras do Estado, da coroa e das instituições religiosas. Ver Bettelheim (1979, p. 190 e 193-194).



ao escritor um livro ruim, mas jamais lhe perdoa um livro pernicioso”.¹⁰ Mais do que isto: Bielínski conclamou os escritores à “tarefa sagrada” de dar voz e vez ao mujique. Escreveu:

A natureza é o modelo eterno da arte, mas o maior e mais nobre objeto da natureza é o homem. (...) Será que o mujique não é um homem? Mas o que pode ser interessante em um homem rude e inculto? Como assim? Sua alma, mente, paixões, inclinações – em uma palavra, tudo que existe em um homem instruído.¹¹

Especificamente no século XIX, a literatura constituiu, para a nobreza e os letrados russos, o canal decisivo para enfrentar duas alteridades: o *outro* europeu e o *outro* camponês, cujas presenças e visibilidades tornaram-se incontornáveis desde as guerras napoleônicas. Nas palavras de Bruno Barreto Gomide (2013, p. 11), esses *outros* “aparecem como problemas simultâneos e inadiáveis, e tornam obrigatória a reflexão sobre o tipo de história e de sociedade que a Rússia possuía, e sua possível comparação com modelos fornecidos pela modernidade ocidental”.

Este trabalho compulsou narrativas de Nikolai Gógol, Ivan Turguêniev e Fiódor Dostoiévski, escritas entre os anos 1836 e 1876. Recorreu também a contos escritos por Anton Tchekhov nos anos 1890, tanto para esclarecer certos aspectos presentes nas narrativas de meados do século XIX, especialmente questões relativas a costumes e valores – que exigem levar-se em conta a longa duração –, como para revelar opinião contrastante com as dos três nomes citados em relação ao mujique.

Com intenções, tons e estilos diversos, os textos selecionados têm em comum a linha tênue entre a crônica e o conto, o olhar frequentemente irônico sobre a realidade de um “país estranho” – a expressão é de Dostoiévski, na obra *Sonhos de Petersburgo em verso e prosa* –, o sucesso e a profunda impressão que causaram nos leitores coevos, a ponto de levantarem suspeitas da censura e causarem problemas para os autores (notadamente Turguêniev e Dostoiévski). Não raro é perigoso buscar entender uma pátria atrasada, submetida ao poder despótico da autocracia.

¹⁰ Carta a Nikolai Vassílievitch Gógol, de 15 de julho de 1847, em resposta a carta em que Gógol queixou-se do estado de irritação presente no artigo de Bielínski sobre seu livro *Trechos escolhidos da correspondência com amigos*. O texto da carta encontra-se na antologia de Bruno Barreto Gomide (2013, p. 147-159).

¹¹ Trecho da obra *Olhar sobre a literatura russa em 1847*, citado por Isaiah Berlin (1992).



2. A cartografia ficcional do campo russo: o contraste entre natureza, campo e metrópole

As narrativas publicadas entre a segunda metade dos anos 1830 e o fim dos anos 1860, que têm o campo russo como tema e cenário destacados, permitem traçar uma “cartografia imaginativa”, uma “geografia ficcional” do vastíssimo interior rural. É claro que ela apanha os traços mais visíveis do espaço rural, as linhas preponderantes de sua organização territorial, em perspectiva por assim dizer de telescópio, de grande escala. Visada macroescalar, na qual se destacam três elementos postos continuamente em contraste, que chega a ser, no andamento das narrativas, violento, irreconciliável: a natureza, as áreas agrícolas com suas roças e aldeias, e cidades (como Moscou e Petersburgo).

A floresta e a estepe são evocadas liricamente na quase totalidade dos escritores da primeira metade do século XIX. Especialmente nos contos de Turguêniev, a natureza do interior é de uma beleza poética, mesmo durante o rigoroso inverno. Ela é fonte de força vital, e com ela os camponeses possuem vínculos indissolúveis. A natureza nas áreas rurais seria uma delícia, incitaria os homens a percorrê-la, e quem o fazia ganhava coisas valiosas, envolvido por suas variações no correr dos dias e das estações:

Você vai pela orla do bosque, (...), e, enquanto isso, imagens queridas, rostos queridos, mortos e vivos, vêm à memória, e impressões adormecidas há muito tempo despertam inesperadamente; a imaginação se deixa levar e voa como um pássaro, e tudo se move e se detém com enorme clareza diante de seus olhos. O coração ora se põe a tremer e palpitar de súbito, lançando-se para a frente com paixão, ora afunda irremediavelmente nas lembranças. Toda a sua vida se desenrola ligeira e rápida, como um pergaminho; a pessoa agora toma posse de todo o seu passado, todos os seus sentimentos, forças, toda a sua alma.¹²

Conforme Turguêniev, na primavera russa até as pessoas felizes são atraídas pela distância. A estepe imensa, sem limites, é surpreendentemente bela, uma espécie de revigorante telúrico para o corpo e o espírito. Também no inverno, caminhar na natureza seria compensador, e não somente para os caçadores: “*sair pelos montes de neve em um dia de inverno, atrás de lebres, respirando o ar gelado e cortante, apertar os olhos involuntariamente com o brilho raso e cegante da neve suave, deleitar-se com a cor verde*

¹² Turguêniev, “A floresta e a estepe”, p. 464.



do céu sobre a floresta avermelhada!”¹³ Nas florestas, na estepe e nos montes que compõem a natureza das áreas rurais russas, “*nada em volta incomoda – nem o sol, nem o vento, nem o barulho...*” Tudo é esplendor, calma, uma “calma indizível”, que convida ao “*prazer de vagar na alvorada por entre as moitas*”. Para Turguêniev, a natureza é amável.

A opinião dele estava inteiramente afinada com a de Nikolai Karamzin (1766-1826), homem de letras que foi, a um só tempo, intelectual orgânico do tsarismo e fonte de inspiração para a juventude, consagrado autor do conto *Pobre Liza*. Nessa narrativa sentimental e perturbadora, que conta a história de uma camponesa cuja vida fora destruída pela ação de um aristocrata, pode-se ler:

É provável que nenhum habitante de Moscou conheça tão bem quanto eu os arredores desta cidade, porque ninguém costuma ir ao campo mais que eu, ninguém vagueia mais que eu, sem plano, sem rumo – aonde os olhos levam –, por seus prados e bosques, por suas colinas e planícies. Todo verão encontro lugares novos e agradáveis, ou novas belezas nos antigos”.¹⁴

Essa natureza prodigiosa, bela e de bons recursos, é melhorada pela intervenção das populações rurais, pelo trabalho tenaz e diligente dos camponeses. Adquire estradas, nas quais circulavam “*comboios infindáveis, por pátios de hospedaria com o samovar a chiar debaixo do alpendre, portões escancarados e poços, de uma aldeia a outra, por campos a perder de vista*”.¹⁵ Homens e mulheres ajardinavam a “velha Rússia”, tornando suas terras produtivas, espalhando entre carvalhos, bétulas e tílias, moinhos, fornos, lavouras de centeio amarelo e trigo sarraceno vermelho, em listras estreitas. Há nessa natureza transformada telegas a ranger, e mujiques que se aproximam a pé, trazendo a gadanha sobre o ombro e o alforje preso ao tronco. Há as carruagens pesadas dos fazendeiros, atreladas a seis cavalos altos e alquebrados trafegando em estradas vicinais, na busca de uma estrada principal que leva a um armazém. Enfim,

[Campos] lavrados e semeados (...) disseminam-se em ondas amplas; ribanceiras invadidas por moitas serpenteiam entre eles; pequenos bosques se espalham como ilhas oblongas; caminhozinhos estreitos correm de aldeia em aldeia; as igrejas destacam sua alvura; entre os salgueiros reluz um riacho, cortado por represas em

¹³ Turguêniev, “A floresta e a estepe”, p. 466.

¹⁴ Karamzin, “Pobre Liza”, p. 23.

¹⁵ Turguêniev, “A floresta e a estepe”, p. 465. A citação seguinte é também do mesmo conto, figurando nas páginas 466.



quatro lugares; ao longe, no campo, abetardas passam em fila indiana; uma velha casa senhorial com suas dependências, pomar e eira se abriga atrás de um pequeno tanque.

O “mapa mítico” do espaço rural assinalava terras de cultivo e criação, sedes de fazendas, benfeitorias, aldeias e caminhos sobrepondo-se a montes e planícies. Cartogramas que exibiam o “*seio da tranquilidade rural*”.¹⁶

Nikolai Gógol fornece uma breve descrição das grandes propriedades rurais, onde, segundo o autor, os senhores viviam “assoberbados (...) com sementeiras, coelhos e as incumbências de suas mulheres”. Ele nos fala da fazenda de Pifagór Pifagóritch Tchertokútski, no sul da Rússia, dotada de espaçosa casa senhorial – bonita e arrumada, com numerosos cômodos –, galpão, estrebaria, cocheira, secador, celeiro, amplo jardim, alamedas sombreadas, pomar, horta com repolhos, pepinos e couves, carruagens, prado vasto e considerável rebanho. A residência, de construção antiga, possuía antessala, sala de jantar, sala de estar, gabinete, cozinha e aposentos.¹⁷ Gógol realçou os luxos da casa de Tchertokútski, que se conduzia “à la grão-senhor”:

Casara-se com uma juvenzinha bastante bonita, que lhe trouxera um dote de duzentas almas e alguns milhares de rublos de capital. O capital foi imediatamente empregado na aquisição de seis cavalos realmente soberbos, fechaduras douradas para as portas, um macaco domesticado e um mordomo francês. As duzentas almas e mais umas duzentas de sua propriedade foram penhoradas para certos investimentos comerciais. Em uma palavra, era um proprietário de terras como se deve... um verdadeiro proprietário de terras.¹⁸

Turguêniev fornece uma descrição das aldeias camponesas da província de Oriol, no sudoeste de Moscou, que se transcreve a seguir:

A aldeia de Oriol normalmente está situada em meio a campos arados, perto de uma vala transformada de qualquer jeito em um tanque imundo. Tirando uns salgueiros sempre às ordens e umas duas ou três bétulas ralas, não se vê uma árvore sequer no raio de uma *versta* [corresponde a 1,07 km]; uma isbá é grudada na outra, os telhados, atulhados de palha suja.¹⁹

¹⁶ Essa era a visão de Aleksandr Púchkin, expressa limpidamente no sétimo capítulo de *Ievguêni Oniéguin*, romance em versos publicado em 1832.

¹⁷ Nas narrativas literárias, o mobiliário das casas senhoriais sempre inclui aparadores, ícones, retratos de família, sofás, mesas, espelhos, relógio, armários, poltronas, camas e, não raro, piano.

¹⁸ Gógol, “A carruagem”, p. 92. Almas, assim eram chamados os camponeses servos na Rússia até 1861.

¹⁹ Turguêniev, “Khor e Kalínitch”, p. 7.



Com a ajuda de Anton Tchekhov (2010, p. 83-126) e seu conto “Os mujiques”, datado de 1897, sabe-se que o terreno de uma *isbá* era cercado de madeira, abrigando um quintal e uma horta. A construção era pequena e mal feita, com as vigas e paredes feitas de madeira. As *isbás* distribuíam-se em uma única fileira. Lá dentro, reinava a pobreza: o mobiliário consistia de mesa, camas de tábua, bancos, arcas, peles de ovelhas, tachos, potes de barro, o samovar e a estufa, escurecida pela fuligem e ocupando grande parte da casa. Num canto, ficavam os ícones da família. Na aldeia de Jukovo, a um dia de viagem de Moscou, “*havia apenas quarenta casebres*”.

Havia ainda as cidadezinhas, os burgos provinciais, acanhados, monótonos, não obstante, simpáticos aos olhos de Turguêniev: “*Eis a cidadezinha do distrito, com suas casinhas tortas de madeira, cercas infundáveis, edifícios de pedra desabitados, pertencentes a comerciantes, e uma ponte estranha em cima de uma ribanceira profunda...*”²⁰ Nelas, além de chusmas de animais domésticos (porcos, galinhas) bem no meio das ruas, sem a menor expectativa de serem incomodados, dominavam os botequins que vendiam bebidas alcoólicas, cuja frequência era assídua; o proprietário atrás do balcão, esforçando-se para ter bom senso e conhecer bem tanto o estilo de vida do fazendeiro, quanto do camponês e do pequeno-burguês, sabedor de tudo que acontece em um raio de cem *verstas*. Turguêniev descreve um botequim da aldeia de Kolotovka, chamado Pritinni, no conto “Os cantores”:

uma pequena *isbá* quadrada, sozinha, separada das outras. É coberta de palha, com uma chaminé; uma janela, qual olho vigilante, (...) nas noites de inverno, iluminada de dentro, pode ser vista de longe, em meio à neblina opaca do gelo, tendo cintilado para mais de um mujique de passagem como uma estrela guia do caminho.²¹

Sempre existia também uma estalagem e ocorriam as feiras na praça do mercado. O negócio mais importante era compra e venda de cavalos, de todos os tipos (de trote, garanhões, de tiro, de transporte, de posta e os simples rocins camponeses). As pessoas se aglomeravam nas feiras, observavam com astúcia as mercadorias, marcavam compradores e vendedores, negociavam à exaustão,

²⁰ Turguêniev, “A floresta e a estepe”, p. 466.

²¹ Turguêniev, “Os cantores”, p. 273. O nome Pritinni, segundo o escritor, era dado a um lugar ao qual as pessoas vão de bom grado, a um lugar acolhedor. A tradução em português seria “refúgio”.



apertando as mãos um dos outros centenas de vezes, mantendo cada um o seu preço. (...) Os que haviam fechado negócio corriam para a taberna ou para o botequim, de acordo com sua condição... e toda essa gente fazia algazarra, gritava, se remexia, brigava e fazia as pazes, xingava e ria com lama pelos joelhos.²²

Para Nikolai Gógol, as cidadezinhas provincianas eram melancólicas, nada agradáveis, arrastando-se na pasmaceira. Somente algum fator extraordinário, externo, conferia-lhes algum movimento. Foi o que aconteceu na cidadezinha de B..., que

ficou muito animada quando lá se aquartelou o regimento de cavalaria de ... Até então, reinava o mais profundo tédio. (...) Os oficiais deram vida à sociedade, que até então consistia apenas no juiz, que vivia em uma casa com certa diaconisa, e no prefeito, homem sensato, mas que dormia categoricamente o dia inteiro: do almoço até a noite e da noite até o almoço.²³

Fiódor Dostoiévski, por sua vez, considerava deploráveis as cidadezinhas provincianas. Pareciam-lhe burgos miseráveis, sem atrativos, de ruas e construções desalinhadas. Em *O Sonho do Titio*, o genial escritor, talvez carregando nas tintas por se tratar de novela cômica que promovia um desmascaramento da aristocracia, descreveu com dureza as capitais provincianas, caso da fictícia Mordássov, urbe minúscula nos confins do país. Os termos são os seguintes:

Pelas ruas formadas de casinhas, que afundavam no chão, ladravam ensandecidamente uns cães que nas cidadezinhas de província aparecem em número assustador, justo naqueles quarteirões onde não há nada para guardar e nada para roubar. (...) De raro em raro se deparava com algum retardatário, homem ou mulher, de sobrecasaca e botas (p. 127). (...) a alta calçada de madeira era estreita para duas pessoas que caminhassem lado a lado (p. 179).²⁴

Não bastasse a má figura urbanística, essas cidadezinhas ficavam mais feias por causa de sua atmosfera carregada de bisbilhote e mexericos, a única manifestação cultural que animava a rotina de um cotidiano asfixiante. Conforme Dostoiévski:

“Sobre esse visitante [o príncipe Schepetílov] toda a Mordássov começou a falar num piscar de olhos, mas a falar de um jeito meio misterioso, por murmúrios,

²² Turguêniev, “Lebedian”, p. 226-228.

²³ Gógol, “A carruagem”, p. 89-90.

²⁴ Dostoiévski, 2012.



espiando-o por todas as brechas e janelas quando ele passava pela rua Bolcháya em direção à casa do governador.²⁵

Esta característica negativa e desanimadora das cidades situadas nas áreas rurais é reiterada com mais força e detalhamento na obra *A aldeia de Stepántchikovo e seus habitantes*. Dostoiévski menciona um “embotamento provinciano” como solo psicológico e social da vida em lugares como a fictícia Mordássov e a real Semipalatinsk, a aldeia siberiana onde, punido, ele serviu no exército após deixar a prisão em Omsk. Aliás, as impressões e observações agudas recolhidas em Semipalatinsk moldaram a sua percepção sobre as cidadezinhas interioranas russas.

Nem as aldeias camponesas, nem as cidades distantes e relativamente isoladas podiam se ombrear com o espetáculo de “progresso” experimentado nas metrópoles russas, notadamente Moscou e São Petersburgo. Este era o ponto de vista geral, em particular da aristocracia. Expressa-o sem rodeios o personagem Viktor Aleksándritch, pajem mimado de nobre jovem e rico, sujeito pretensioso que, na narrativa “O encontro”, usara e abandonara a bela camponesa Akulina. Turguêniev fê-lo dizer a Akulina, ao anunciar sua partida no dia seguinte:

Eu e o patrão não podemos ficar aqui; o inverno está chegando, e o inverno no campo – como você sabe – é simplesmente detestável. São Petersburgo é outra coisa! Lá tem cada maravilha que você, sua boba, não conseguiria imaginar nem em sonho. Cada casa, cada rua, a sociedade, a instrução – é um assombro! (...) Aliás – acrescentou, remexendo a terra –, por que é que estou lhe dizendo isso tudo, se você não tem com entender?²⁶

O desdém pelo campo e pelos camponeses é evidente no seio de uma nobreza e uma burocracia que passavam a ter olhos cada vez mais voltados para as metrópoles, na medida em que a modernização avançava no país e a Europa ocidental adquiria o foro de modelo a ser emulado.

Na “cartografia imaginativa” dos escritores, os fluxos da metrópole em direção às áreas rurais compunham-se de “ideias novas”, produtos manufaturados e de luxo, oficiais de governo – civis e militares – e nobres em busca de descanso ou em fuga de escândalos nos altos círculos sociais. Reversamente, do campo rumavam para as metrópoles os

²⁵ Dostoiévski, 2012, p. 181.

²⁶ Turguêniev, “O encontro”, p. 324-325.



impostos sugados dos trabalhadores agrícolas, parte da produção primária, homens livres à procura de oportunidades e membros da nobreza provincial em busca de postos mais elevados na burocracia tsarista, ou de educação e diversão nos bulevares, academias e teatros. Tampouco se poderia olvidar dos senhores arruinados, que perdiam suas terras e aldeias inteiras de almas em leilões, a exemplo de Piotr Petróvitch Karatáiev, o protagonista do conto de mesmo nome, que foi viver em Moscou à custa de amigos, perambulou em bares e teatros. Este integrante da pequena nobreza explicou a mudança: *“Agora estou indo para Moscou (...). Não tenho mais o que fazer no campo. (...) reconheço que acabei com a fazenda, arruinei os mujiques; foram anos ruins: más colheitas, sabe, e desgraças diversas...”*²⁷

Para os camponeses, a metrópole, porém, é lugar praticamente inacessível. Uns poucos iam esbarrar nela, empurrados geralmente por forças externas. Justamente o que aconteceu a Arina, serva do senhor Aleksandr Sílicht Zverkov, homem de posição bastante elevada. A propósito dessa moça, explicou o senhor Zverkov:

Uma vez estávamos atravessando nossa aldeia, deve fazer (...) uns bons quinze anos. Olhamos e na casa do estaroste havia uma moça, a filha, muito bonita; e algo também, veja, de muito obsequioso em seus modos. Minha mulher me disse: “Kokó (...), vamos levar essa moça para São Petersburgo; gostei dela, Kokó...”. Respondi: “Com prazer”. O estaroste, evidentemente, estava a nossos pés; não podia esperar tamanha felicidade...”²⁸

Servos mandados para o recrutamento militar, como os dois filhos de Antip Toboliêiev, da propriedade de Arkádi Pávlicht Piênotchkin,²⁹ se tivessem sorte passariam por grandes cidades durante o deslocamento de tropas. Veriam uma metrópole, ficariam nela algumas horas ou dias, caindo na vida mundana de suas periferias ou bairros de pequenos funcionários.

Ao terminar o esboço da “geografia ficcional” do campo russo, construída pela pena de escritores da primeira metade do século XIX, convém fazer uma advertência, na linha do geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1999), leitor arguto de obras literárias. Ele ponderou que não se podem ler paisagens ficcionais como se fossem paisagens reais, já

²⁷ Turguêniev, “Piotr Petróvitch Karatáiev”, p. 299.

²⁸ Turguêniev, “Iermolai e a moleira”, p. 33. Estaroste era o chefe de um distrito, isto é, de uma aldeia camponesa, geralmente da mesma condição social de seus vizinhos.

²⁹ Turguêniev, “O gerente”, p. 161-177.



que o escritor inventa e simboliza. Noutras palavras, não se pode ficar obcecado pela objetividade e o real, insistindo em identificar e localizar cartograficamente cada cidadezinha, aldeia, rio, bosque, monte ou vale citado nas narrativas literárias. Paisagens ficcionais costumam ter muito de criação e de mistura de elementos na sua composição, os escritores transgredindo a realidade geográfica.

3. Hierarquias e relações sociais na estepe: um estado de coisas desumano

Ao abordar a “fisiologia social” do mundo rural russo oitocentista, os escritores tomaram consensualmente um ponto de partida. Os habitantes do campo – na fazenda, na aldeia camponesa ou na cidadezinha de província – estavam todos inseridos em relações bastante pessoalizadas, de tipo face a face. Esta condição é magistralmente anotada por Dostoiévski:

Assim é o faro dos provincianos! O instinto dos mensageiros de província às vezes atinge o maravilhoso e, é claro, há motivos para isso. Ele se funda no estudo mais próximo, interessante e antigo de uns pelos outros. Todo provinciano vive como numa redoma de vidro. Não há decididamente nenhuma possibilidade de esconder seja lá o que for dos seus respeitáveis concidadãos. Você é conhecido de fio a pavio, sabem até aquilo que nem você sabe sobre si mesmo. Por sua natureza, o provinciano dá a impressão de que deveria ser um psicólogo e entendedor de corações humanos.³⁰

Não obstante, estas proximidade e intimidade foram incapazes de fazer nascer uma sociedade rural equilibrada e pacífica, na qual todos os seus integrantes vivessem irmanados. Ao contrário, o campo russo era dolorosa e profundamente fraturado pela ação combinada da força da lei e dos costumes e da exploração econômica.

A linha de fratura principal era aquela que opunha proprietários de terras e servos das glebas, nobreza e campesinato. Os senhores, cercados de bajuladores e lacaios, detentores de grande parte das terras, viviam no ócio e na abundância, recebendo a adoração dos servos com magnânima paciência e condescendência, empregando o tempo todo expressões como: “Sou obrigado, meu bom senhor, a fazê-lo notar”; ou: “Creio que o senhor sabe com quem está falando” etc.

³⁰ Dostoiévski, “O sonho de titio”, p. 81.



Turguêniev descreve dois latifundiários. Um deles é o major-general Viatcheslav Illariônovitch Khvalinski, um velho rabugento, com princípios antigos, uma pessoa desinteressada:

Trata-se de uma pessoa excelente, mas com opiniões e hábitos bem estranhos. Por exemplo: não consegue tratar os nobres sem fortuna ou sem posição como iguais. (...) As pessoas dos graus mais baixos da sociedade são tratadas de forma ainda mais estranha: não as olha de jeito nenhum (...). É intrometido, terrivelmente mão de vaca, e mau proprietário: contratou como administrador um furriel reformado, um ucraniano de rara estupidez. (...) É um terrível aficionado do belo sexo, e basta ver uma beldade no bulevar da cidade de seu distrito para ir atrás dela. (...) Viatcheslav Illariônovitch lê pouco (...). Diante dos superiores, Khvalinski fica a maior parte do tempo calado, mas, diante dos inferiores, que evidentemente despreza, mas que são os únicos com quem se dá, fala de forma entrecortada e ríspida (...). É temido em especial pelos administradores dos correios, assessores permanentes e chefes de estação de posta.³¹

O outro latifundiário é Mardari Apollônitch Stegunov, um velho hospitaleiro e brincalhão, solteiro, que “vive completamente à moda antiga”, viciado em jogar *préférence*:

possui quinhentas almas (...), se ocupa de sua propriedade de forma bastante superficial; para não ficar ultrapassado, comprou, há dez anos, dos irmãos Butenop, em Moscou, uma debulhadora, trancou-a no galpão e sossegou. (...) Tem muitos criados, todos vestidos à antiga: cafetã azul, comprido e de gola alta, pantalona de cor turva e colete curto e amarelado. Tratam os hóspedes por “meu pai”. A propriedade é dirigida por um gerente, um mujique cuja barba cobre todo o seu sobretudo de peles; em casa, manda uma velha envolta em lenço marrom, enrugada e avarenta. As estrebarias de Mardari Apollônitch abrigam trinta cavalos de diversas estirpes (...). Ele mesmo nunca faz nada, e até o *Livro dos sonhos* parou de ler. Contudo, há muitos latifundiários assim na Rússia (...).³²

As descrições de Turguêniev salientam alguns traços dos latifundiários oitocentistas: a consagração ao ócio, o espírito conservador, o reduzido interesse pela gestão das fazendas, o valor que atribuíam à honra e o gosto que tinham pelo mando na esfera local. Na “velha Rússia”, a consciência do grão-senhor, seguidor dos costumes antigos, era assim: “*Patrão é patrão, e mujique é mujique... É isso. (...) Esses mujiques são ruins, uns desgraçados. (...)*”

³¹ Turguêniev, “Dois latifundiários”, p. 214-217.

³² Turguêniev, “Dois latifundiários”, p. 218-219.



São férteis, os malditos”.³³ E, por essa razão, quando mandavam castigar uma alma sua, justificavam-se pensando: “Quem ama castiga, como o senhor sabe”.

Vale frisar, a propósito, o conjunto de fórmulas qualificadoras dos mujiques recolhido por Turguêniev em suas *Memórias de um caçador*: “molengas”, “estúpidos”, “íngrats”, “bêbados e vagabundos”, “diga o que disser... coração, sentimentos, não adianta procurá-los nessa gente!”, “eles têm que ser tratados como crianças (...) são uns ignorantes”, “sempre insatisfeitos”... Por isso, os senhores e seus prepostos tratavam o mujique “como se fosse um boneco: giram, giram, quebram e jogam fora”. Diga-se de passagem, a visão dos russos como indolentes era antiga, contrastando com a operosidade dos germânicos, tidos como excelente povo trabalhador. Na literatura, esse preconceito foi expresso com cores fortes no romance *Oblomov*, publicado em 1859 por Ivan Goncharov. O protagonista, o russo Oblomov, é a encarnação da indecisão e invariavelmente procrastinava o enfrentamento das situações, exatamente ao contrário de Stolz, o industrioso personagem alemão. Dessa forma, o referido preconceito ganhou o nome de oblomovismo.

O autorretrato dos proprietários enaltecia sua contribuição para a pátria e para o século, tal como afirma Mária Alieksándrovna – ela mesma senhora, com seu marido Afanassi Matvêitch, de fazenda e aldeia nos arredores de Mordássov, onde havia cento e vinte almas: “Se existe algo de cavalheiresco e majestoso em nossa sociedade atual, isto existe precisamente na casta superior. Um príncipe é príncipe até dentro de um saco, até numa choupana um príncipe se sentirá como se estivesse no palácio!”.³⁴ Curiosamente, no entanto, muitos desses grão-senhores, conforme Turguêniev, “falam tão bem que comovem a alma, mas não têm a menor ideia de seus negócios, e não percebem nem seus próprios interesses: o administrador, um servo, faz com eles o que quer, como se fossem sua montaria”.³⁵

E já que se fala, a esta altura, de intendente – um servo – ou de administrador – um alemão ou ucraniano –, convém assinalar que estes tipos sociais frequentemente colocavam os camponeses em suas garras, arruinando-os por completo. A condição para não desagradar o verdadeiro proprietário era não haver atraso no pagamento dos impostos. Assim agia Sofron Iákovlitch, administrador de fazenda em Chipilovka: lá, quem mandava era ele, a

³³ Turguêniev, “Dois latifundiários”, p. 222.

³⁴ Dostoiévski, “O sonho de titio”, p. 30.

³⁵ Turguêniev, “O odnodóriets Ovsíánikov”, p.82.



propriedade só constando no nome de Piênkin, As palavras de Turguêniev a respeito de Sofron são:

Manda como se fosse dele. Todos os camponeses têm dívida com ele; trabalham como se fossem peões dele: esse ele manda ir com o trem, aquele para um outro lugar... não deixa ninguém em paz. (...) Só para os habitantes de Khlínov ele arrenda oitenta *deciatinas* [deciatina=1,09 ha], e mais cento e vinte para nós (...) E ele não mexe com terra: mexe com cavalos, gado, alcatrão, manteiga, cânhamo, isso e aquilo... (...) Mas o pior é que ele bate. É uma fera, não um homem (...).³⁶

Seja por ação direta dos proprietários, seja por meio de seus interpostos, intendentos ou administradores, os servos eram submetidos a brutalidades e usurpados pelos impostos. Restavam-lhes, pois, lascas de vida, migalhas. A respeito do tributo pago ao latifundiário pelos servos da gleba, chamado *obrók*, Dostoiévski afiança inequivocamente sua centralidade nos cálculos econômicos e políticos da nobreza de terras. Tanto que o velhote senil – meio vivo e meio morto –, o príncipe K, proprietário da excelente fazenda Dukhánovo e suas quatro mil almas, desistiu da ideia de alforriar todos os seus camponeses em conversa com senhoras de Mordásov:

– Adivinhas-te por completo a minha vontade, meu querido – respondeu o príncipe, sem embaraço. – Estou mesmo querendo dar alforria a todos eles. – Perdão, príncipe, mas no mesmo instante eles todos vão fugir do senhor, e então quem pagará o *obrók*? – bradou Felissata Mikháilovna. – É claro, todos vão fugir – respondeu inquieta Anna Nikoláievna. (...) – Ah, meu Deus! Bem, sendo assim não vou alforriá-los. Aliás, só falei por falar.³⁷

O peso dos impostos sobre os servos pareceu a Turguêniev excessivo. Lukéria, a comovente personagem do conto “Relíquia viva”, perguntada pelo filho de sua senhora se precisava de algo, respondeu-lhe:

– Que Deus dê saúde a todos! Mas o senhor, patrão, convença a sua mãe – os camponeses daqui são pobres – a abaixar o tributo daqui, nem que seja um pouquinho! A terra deles é insuficiente, eles não têm benefícios... Eles rezariam a Deus pelo senhor... Mas eu não preciso de nada – estou satisfeita com tudo.³⁸

³⁶ Turguêniev, “O gerente”, p. 177.

³⁷ Dostoiévski, “O sonho de titio”, p. 149.

³⁸ Turguêniev. “Relíquia viva”, p. 439.



Vale mencionar que a “Emancipação dos Servos”, realizada pelo tsar Alexandre II, objetivava produzir uma distensão das tensões no mundo rural, sem, contudo, desagradar a nobreza. Em discurso pronunciado no ano de 1856, Alexandre II disse: “É melhor abolir a servidão desde cima do que esperar a hora em que ela comece a ser abolida desde baixo”. Os servos foram libertados, mas continuaram obrigados a trabalhar para seus senhores durante alguns anos. Foram obrigados a pagar prestações sobre as terras que receberam, cujos preços foram estipulados muito acima do valor de mercado. E continuaram vinculados à comunidade: a propriedade e os impostos eram coletivos, a distribuição dos pedaços de terra para as famílias e o direito de comprar terras de nobres também, e nenhum camponês podia deixar a aldeia sem permissão dos líderes (LEONARD, 2011, p. 26-50). De maneira que a liberdade concedida era relativa e os servos jamais experimentaram a propriedade individual.

A emancipação russa foi, por assim dizer, um ato de “equilíbrio político”: libertou os servos e propiciou-lhes terra, é verdade, mas sem prejudicar a nobreza, pois as terras não foram dadas aos servos. Eles teriam que comprá-las. Como explica Angelo Segrillo (2015, p. 149),

Os servos domésticos não receberam terra (já que não a possuíam antes); os servos privados e estatais receberam terra pela qual teriam que pagar em longos financiamentos. (...) Os donos [a nobreza] tinham direito a reter um terço de suas terras para si, às vezes mais do que isso. Finalmente, no máximo até 1883, os camponeses deviam começar a pagar pelas terras que receberam em financiamentos de 49 anos. O governo imperial adiantava, à vista, aos donos da terra, três quartos do preço total acordado pela terra em forma de títulos governamentais (e recebia essas parcelas dos pagamentos dos camponeses).

De volta aos latifundiários, outro aspecto do modo de vida da aristocracia é apresentado sem meias-palavras: o familismo e a manipulação de laços sociais como moeda de troca tanto para a sobrevivência como para a ascensão nos círculos palacianos e da alta sociedade. Dostoiévski o apresenta pela boca de Mária Alieksándrovna, cujo único objetivo na vida é casar a filha Zina com um homem rico e deixar a cidadezinha:

O senhor a tomará jovem, rica, nobre – e quando? Quando qualquer notável grão-senhor poderia orgulhar-se de um casamento com ela! Através dela o senhor se tornará gente de casa no mais elevado círculo social; através dela o senhor receberá



de pronto um emprego significativo, ganhará classe funcional. Hoje o senhor tem cento e cinquenta almas, mas então será rico (...).³⁹

Mária Alieksándrovna Moskaliova, a primeira-dama de Mordássov, heroína do narrador da novela “O sonho do titio”, serviu também para expressar a visão negativa de Dostoiévski a respeito da moralidade da nobreza russa, de sua conduta reprovável no âmbito das relações sociais.

[Ela] acreditava que na alta sociedade quase nunca se passa sem um escândalo, especialmente nos casamentos; que isso até fazia parte do tom, embora os escândalos da alta sociedade, segundo ela entendia, devessem ser sempre um tanto especiais, grandiosos, algo assim como em *O Monte Cristo* ou *Mémoires du diable*.⁴⁰

A percepção dostoiévskiana dos hábitos e práticas da nobreza, especialmente no espaço dos salões, era francamente ácida e nada ambígua, ressaltando o cálculo mesquinho, a impostura, a dissimulação, a manipulação e o arraigado preconceito. Nas cidadezinhas de província, portanto, conforme esse escritor, as mentiras e os podres da aristocracia davam o tom ao dia a dia. Isto seria precisamente aquela coisa antiga russa, autêntica...

Todos – Karamzin, Gógol, Turguêniev, Dostoiévski e Tchekhov – reconheceram o controle da nobreza sobre o mundo rural russo. Eles concordariam inteiramente com a afirmação: “*o tsarismo pôde manter-se durante séculos graças a 130 mil aristocratas, proprietários feudais que exerciam o poder de polícia, cada qual em sua região*” (BRAUDEL, 1989, p. 492). Afinal, desde os tempos de Pedro, o Grande (tsar que reinou de 1682 a 1725) – cujo favorito, Mentichikov, recebeu cem mil servos no ano de 1714 –, “*uma espécie de pacto efetivo liga o tsarismo à nobreza que o cerca e serve, sempre temerosa e submissa diante dos caprichos do senhor*” (BRAUDEL, 1989, p. 483). Segrillo (2015, p. 132) esclarece a natureza desse pacto nos seguintes termos:

Em 1714 Pedro havia abolido as diferenças entre as propriedades do tipo *votchina* (alódios ou feudos hereditários, sem obrigação de serviço ao monarca, e com direito a serem vendidos ou alienados) e *pomestie* (feudo de serviço, em que os nobres recebiam, em caráter temporário, a terra em troca de serviços ao Estado): dali em

³⁹ Dostoiévski, “O sonho de titio”, p. 112.

⁴⁰ Dostoiévski, “O sonho de titio”, p. 117. Os livros referidos no trecho citado são o famoso romance *O conde de Monte Cristo* (1844) de Alexandre Dumas, pai, que em 1858 visitou a Rússia, e o romance social de aventura do francês Frédéric Melchior soulié, *Memórias do diabo* (1837-1838).



diante todas as terras seriam hereditárias e implicariam serviço ao Estado. O objetivo [era que a] nobreza deveria ser útil ao Estado e ao imperador.

Agora é, finalmente, a vez do mujique, ou melhor, de abordar as representações literárias do camponês. Ele é retratado como rude, simples, supersticioso, *petchenegue* (ignorante), mas dotado de princípios admiráveis e inesgotável capacidade de trabalhar, e de suportar adversidades e sofrimentos. Seu cotidiano é doloroso, e nele predomina a pobreza. As administrações locais não lhe davam a menor atenção. Ao contrário, contribuía para infernizar a vida do mujique, como bem observou Anton Tchekhov:

(...) mesmo o funcionário mais insignificante trata os mujiques como se fossem vagabundos, (...) e está convencido de que tem todo o direito de agir assim. E por acaso poderia vir qualquer ajuda ou bom exemplo de pessoas gananciosas, cobiçosas, devassas, indolentes, que só aparecem na aldeia para insultar, extorquir, intimidar?⁴¹

No que concerne ao aspecto do mujique, as narrativas literárias assinalam razoavelmente bem sua variabilidade. Turguêniev escreveu:

O mujique de Oriol é baixo, arqueado, soturno, olha de soslaio, mora em umas isbás de choupo pequenas e mal feitas, presta corveia, não faz comércio, come mal, calça alpargatas; o camponês arrendatário de Kaluga habita em espaçosas isbás de pinheiro, é alto, olha de forma sorridente e alegre, tem o rosto limpo e claro, comercia manteiga e alcatrão e usa botas nos feriados.⁴²

Ao falar do espírito do mujique, o autor empregou o recurso de elaborar dois modelos, que dariam ao leitor entendimento mais completo das qualidades dos homens que lavravam a terra. Criou os personagens Khor e Kalínitch. E assim os caracterizou:

Khor era um homem decidido, prático, uma cabeça administrativa, um racionalista; Kalínitch, ao contrário, pertencia aos idealistas, românticos, gente entusiasmada e sonhadora. Khor entendia a realidade, ou seja: construía, acumulava dinheiro, se dava bem com o patrão e demais poderes; Kalínitch andava de alpargatas e vivia do jeito que dava. Khor criou uma família grande, submissa e unânime; Kalínitch chegou a ter mulher, da qual tinha medo, e filhos não houve. Khor compreendia o senhor Polutikin; Kalínitch venerava seu amo. Khor amava Kalínitch e lhe oferecia proteção; Kalínitch amava e respeitava Khor. Khor falava pouco, ria e pensava consigo mesmo; Kalínitch se explicava com ardor (...). Kalínitch era próximo da

⁴¹ Tchekhov, “Os mujiques”, p. 124.

⁴² Turguêniev, “Khor e Kalínitch”, p. 7.



natureza; já Khor, das pessoas, da sociedade; Kalínitch não gostava de discutir, e acreditava cegamente em tudo; Khor se distinguia por seus pontos de vista irônicos com relação à vida.⁴³

Entre estes dois tipos, em uma escala contínua que comportava numerosas combinações de traços, geradoras de tipos intermediários, poderiam ser colocados os mujiques, individualmente. Segundo Irineu Franco Perpetuo, no posfácio de *Memórias de um caçador*, Turguêniev “chegou a pensar em Goethe como modelo para Khor, e Schiller para Kalínitch”.

Turguêniev se admirou com muitos traços de caráter dos mujiques. Seu senso simples e reto de justiça, por exemplo, como no caso do guarda-florestal Fomá Kuzmitch, de apelido Biriuk: “– *Cumpro o meu dever, não posso comer o pão do meu amo a troco de nada*”.⁴⁴ Quando aprisionava um aldeão cortando árvore da floresta, roubando madeira, e se justificando alegando fome, necessidade, replicava ao infrator: “– *Arruinados... Ninguém tem o direito de roubar*”. A atitude deles diante da morte: “*O mujique russo morre de modo surpreendente! Sua atitude diante do falecimento não pode ser chamada nem de indiferente, nem de inexpressiva; morre como se cumprisse uma cerimônia, com frieza e simplicidade*”.⁴⁵ A obstinação em sobreviver, aproveitando tudo que se lhe oferecia, de que dava boa mostra o caçador Vladímir, um servo liberto: “*na mais tenra infância aprendeu música, depois foi camareiro, foi alfabetizado, leu, como pude observar, um ou outro livrinho e vivia hoje como muitos vivem na Rússia, sem um tostão nem ocupação permanente, alimentando-se de pouco mais que o maná dos céus*”.⁴⁶ Versatilidade, resiliência, frugalidade. E tenacidade, muita tenacidade, pois geralmente pagavam o tributo com regularidade, mesmo com acesso a pouca terra: “*Sempre fico surpreso em como eles conseguem, no fim das contas*”.⁴⁷ Admirou-se também com o conhecimento da natureza, intuitivo e profundo, que possuía o mujique, como percebeu em Kalínitch, servo do senhor Polutikin.⁴⁸

⁴³ Turguêniev, “Khor e Kalínitch”, p. 17.

⁴⁴ Turguêniev, “Biriuk”, p. 204. A citação seguinte é da página 208.

⁴⁵ Turguêniev, “Morte”, p. 263.

⁴⁶ Turguêniev, “Lgov”, p. 98-99.

⁴⁷ Turguêniev, “O gerente”, p. 165.

⁴⁸ Turguêniev, “Khor e Kalínitch”, p. 22. O saber sobre a natureza fica evidente no diálogo seguinte: “*Amanhã o tempo vai ser lindo*”, observei, fitando o céu claro. “*Não, vai chover*”, retrucou Kalínitch, “*os patos estão chapinhando por ali, e a grama tem um cheiro forte demais*”.



A presença constante da religião entre os servos – e a força que ela lhes transmitia para enfrentar uma vida que não era fácil – foi observada por Turguêniev com profunda simpatia e com uma nota de melancolia. É o que se depreende no conto “Relíquia viva”, quando a protagonista, a desgraçada Lukéria, explica que a religião é, simultaneamente, por assim dizer, sua companhia e diversão:

(...) Faço orações (...). Só que eu não conheço muitas dessas orações. E para que vou ficar aborrecendo o Senhor? O que vou lhe pedir? É ele quem sabe melhor o que preciso. Mandou-me minha cruz, sinal de que me ama. Assim nos é ordenado compreender. Rezo o Pai-Nosso, a Ave-Maria, o acatisto a todos os aflitos, e volto a ficar deitada sem o menor pensamento. E tudo bem!⁴⁹

Mas não se pode concluir que, com todos esses elogios ao espírito do mujique, Turguêniev iludiu-se com uma idealização do homem da estepe por ele mesmo elaborada. Não foi assim. Há simpatia, mas não adoração. O autor de *Memórias de um caçador* anotou muitos defeitos nos mujiques. No operoso, ativo e sensato Khor, observou que, “*por mais inteligente que ele fosse, também tinha muitas superstições e preconceitos. Por exemplo, desprezava as mulheres do fundo da alma (...)*”.⁵⁰ Desprezo tão arraigado e disseminado na Rússia a ponto de ficar estampado em ditado popular: “quanto mais você bater em sua mulher, mais gostosa será sua sopa” (SUNY, 2011, p. 12). Em Vássia, o copeiro do senhor Mardari Apollônitch, reprovou sua opinião sobre o espancamento que o patrão lhe aplicara como castigo por travessura: “*Foi merecido, meu pai, merecido. Aqui não se castiga por bobagem; não temos esse hábito; não, não.*”⁵¹ Opinião reveladora de algo mais que a simples resignação, a introjeção da lógica da violência (física e simbólica) no espírito do camponês. Igualmente, censurou a opinião da serva Lukéria, deitada há sete anos, praticamente paralisada, isolada numa cabana em ruínas: “*(...) tem que viva ainda pior. (...) Tem gente que não tem abrigo! Tem gente cega e surda! E eu, graças a Deus, vejo muito bem e escuto tudo, tudo. (...) Não, por que provocar a cólera divina? Muita gente está bem pior que eu.*”⁵²

⁴⁹ Turguêniev, “Relíquia viva”, p. 432.

⁵⁰ Turguêniev, “Khor e Kalínitch”, p. 20.

⁵¹ Turguêniev, “Dois latifundiários”, p. 223.

⁵² Turguêniev, “Relíquia viva”, p. 430-431.



Uma instituição secular das comunidades camponesas desagradou Turguêniev, pois, além de lhe parecer injusta, funcionava como mecanismo perpetuador de pequenas, mas odiosas tiranias no seio das famílias. Tratava-se da regra da primogenitura, criticada da seguinte forma:

– E então? O senhor quer que alugue cavalos para ir a Tula? – insistia Iermolai. – E será que a gente acha cavalo nesse fim de mundo? – exclamei, com irritação involuntária... (...) – É possível – respondeu Iermolai (...). Nesse mesmo lugar, vivia um camponês. Inteligentíssimo! Rico! Tinha vinte cavalos. Morreu, e hoje quem manda é o filho mais velho. É o mais estúpido dos estúpidos, mas ainda não conseguiu acabar com os bens do pai. Vamos arranjar cavalos com ele. (...) Ouvi dizer que seus irmãos são espertos... mas ele é que manda. – Por que isso? – Porque é o mais velho! Ou seja, os mais novos têm que obedecer.⁵³

A Dostoiévski, mais sombriamente, impressionava o comportamento humilde, beirando à passividade, ao anulamento de si, que o mujique assumia ante um proprietário, expresso em fórmulas amplamente difundidas e arraigadas: “Quando um mujique passava por um [nobre] e, parando ao lado, tirava o chapéu fazendo-lhe uma reverência profunda, acompanhada de um ‘Bom dia, paizinho (...), nosso solzinho vermelho!’”, surgiam, cruas e constrangedoras, as duras hierarquias sociais do mundo rural.⁵⁴ Nestas situações, o mujique adquiria “ar de boi olhando palácios!”.

Mas, no balanço geral, o autor de *Crime e Castigo* e *Os Irmãos Karamázov* cultivou e difundiu uma imagem, na tradição inaugurada por Nikolai Karamzin e que chegou ao auge com Turguêniev, de que havia enorme valor no “homem sem importância”, olhando-o com compaixão. O mujique mal-educado podia guardar uma essência do divino. No conto “Mujique Marei”, publicado no *Diário de um escritor* (1876), suas palavras a respeito são:

(...) recordei-me daquele sorriso maternal e carinhoso do pobre mujique camponês, de seu sinal da cruz, de seu aceno com a cabeça: “Se assustou mesmo, hein, rapazinho!”. Mas em especial daquele seu dedo gordo, sujo de terra, com o qual ele suavemente e com tímida ternura tocou meus lábios trêmulos. (...) ainda que eu fosse seu próprio filho, ele não poderia me dirigir um olhar que irradiasse amor mais puro; mas o que o levou a fazer isso? Ele era nosso servo, e eu o filho do seu senhor, ninguém ficaria sabendo como ele me afagou e nem o recompensaria por isso. Será que ele amava tanto assim as crianças pequenas? Existem pessoas desse tipo. O encontro foi solitário, no campo vazio e apenas Deus, quiçá, viu lá de cima que

⁵³ Turguêniev, “Um barulho”, p. 442.

⁵⁴ Dostoiévski, “O sonho de titio”, p. 20.



sentimento humano profundo e esclarecido e que ternura delicada, quase feminina, pode existir no coração de um mujique russo bruto, bestialmente ignorante, que ainda não esperava ou mesmo imaginava sua liberdade. Digam, não era isso que Konstantin Aksákov tinha em mente quando falava da elevada formação do nosso povo?⁵⁵

A narrativa ficcional oitocentista não ficou alheia à diversidade de situações dos servos no mundo rural russo. Havia os que conseguiam comprar sua alforria. Havia os que eram vendidos de um proprietário para um pequeno burguês, e, nessa mudança de mãos, terminavam livres.⁵⁶ Havia alguns que recebiam generosamente de seus senhores a liberdade.⁵⁷ Havia ainda servos que deixavam a propriedade senhorial e rumavam para as cidades, onde exerciam um ofício, porém continuavam pagando o tributo regularmente.⁵⁸

Tampouco escapou a escritores como Turguêniev, Dostoiévski e Tchekhov a existência de pequenos proprietários rurais, os *odnodvórtsi*. Karazim já os havia mencionado no fim do século XVIII, nas cercanias do mosteiro de Símonov e da aldeia de Kolómienskoie, junto ao rio Moscou. Tratava-se do falecido pai de sua malfadada heroína:

O pai de Liza fora um camponês abastado, porque amava o trabalho, lavrava bem a terra e sempre levava uma vida sóbria. Mas logo após sua morte, a mulher e a filha empobreceram. A mão preguiçosa do lavrador contratado cultivara mal a roça e o trigo deixara de crescer. Foram obrigadas a arrendar suas terras por um valor ínfimo.⁵⁹

Turguêniev assevera que, “*em termos gerais, (...) é difícil distinguir um odnodvóriets de um mujique: sua propriedade é quase pior que a do mujique, os vitelos só comem trigo sarraceno, os cavalos mal se aguentam, os arreios são de corda*”.⁶⁰ Mas havia alguns que

⁵⁵ Dostoiévski, “Mujique Marei”, p.339.

⁵⁶ É o caso de Arina Timofiêievna: de criada do senhor Aleksandr Sílitich Zverkov passou para Savéli Aleksêievitch, um moleiro de Beliov; casou-se com o moleiro e ganhou a liberdade (Turguêniev, “Termolai e a moleira”, p. 23-36).

⁵⁷ Caso de Vassili Poliakov, rapaz que era copeiro da mãe do narrador-caçador inventado por Turguêniev. O rapaz “*encontrou uma mulher ótima, bondosa, e teve filhos. É o intendente de um vizinho: sua mãe o liberou com um passaporte [documento equivalente à carteira de identidade brasileira], e ele está muito bem, graças a Deus*” (Turguêniev, “Relíquia viva”, p.430).

⁵⁸ Situação de Fedóssia Mikháilovna: “*Aquela do fazendeiro Garpêntchenko, que arrematou Mikúlino em um leilão. Fedóssia é de Mikúlino. Era costureira em Moscou, e pagava regularmente um tributo de 182 rublos e meio por ano. O caso é que, em Moscou, recebia ótimas encomendas. E, agora, Garpêntchenko a convocou e fica nessa, sem lhe dar ocupação. Ela está pronta para comprar sua alforria, e até já falou com o amo, mas ele não se decide*” (Turguêniev, “O odnodvóriets Ovsíánikov”, p. 91).

⁵⁹ Karamzin, “Pobre Liza”, p. 25.

⁶⁰ Turguêniev, p. 73-74. A citação seguinte está na página 74.



fugiam a essa regra, como o personagem Luká Petróvitch Ovsíánikov: não chegava a ser rico, mas “*vivia apenas com a mulher em casinha aconchegante e asseada, tinha poucos servos, vestia seu pessoal à russa e os chamava de trabalhadores. Eram eles que lavravam sua terra*”. Esses pequenos proprietários mais bem sucedidos angariavam o respeito dos vizinhos, os quais ouviam seus conselhos. Mas costumavam ter problemas com os latifundiários, que lhes tiravam terra na base de violenta expropriação. Nesses casos, recorrer aos tribunais resultava em perda de tempo, além de expor o queixoso a retaliações do usurpador. Ainda segundo o autor de *Memórias de um caçador*, esses pequenos proprietários de terra ficam à mercê do abuso de poder e das extorsões praticados por funcionários encarregados de inspeções. O funcionário inventava uma irregularidade, dizia que escreveria um relatório devastador à chefia, mas insinuava que poderia esquecer tudo se fosse gratificado, como de hábito.⁶¹

Nas relações das autoridades com a nobreza, um jogo de subornos e propinas surgia sem disfarces. Isso fica estampado no trecho em que Turguêniev narra a disputa entre o senhor Karatáiev e a proprietária Mária Ilínitcha pela serva Matriona, que fugira de sua dona e tornara-se amásia de Karatáiev:

A patroa, a velha, reconheceu Matriona e me reconheceu, e ainda deu queixa contra mim: minha moça fugida está morando com o nobre Karatáiev; e apresentou o suborno de praxe. Quando eu vi, o *isprávník* apareceu lá em casa (...) Ele chegou e disse: “o que é isso, Piotr Petróvitch, como foi acontecer?... A responsabilidade é coisa séria, e as leis são claras a esse respeito”. Eu disse a ele: “É lógico que vamos falar disso, mas o senhor não deseja comer alguma coisa?”. Concordou em comer, mas disse: “A justiça exige, Piotr Petróvitch, julgue pelo senhor mesmo”. – “Ah, claro, a justiça – eu disse –, é claro... mas eu ouvi dizer que você tem um cavalinho preto, não desejaria trocá-lo pelo meu Lampurdos?... Quanto à moça Matriona Fiódorovna, ela não mora aqui.” – Ora, Piotr Petróvitch – ele disse – a moça está aqui, olhe que nós não estamos na Suíça... posso trocar o Lampurdos pelo meu cavalinho; como também posso simplesmente levá-lo.”⁶²

Na “velha mãe Rússia”, a responsabilidade, as leis e a ação das autoridades eram flexíveis o suficiente para se dobrarem, em uma ou outra direção, conforme as pressões e subornos em contenda.

⁶¹ Turguêniev, “O odnodériets Ovsíánikov”, p. 88.

⁶² Turguêniev, “Piotr Pétrovitch Karatáiev”, p. 309.



Um pequeno parêntesis a respeito da corrupção do funcionalismo russo. Rios de tinta os escritores oitocentistas gastaram com esse tema. Talvez o texto mais conhecido seja a divertida e cáustica peça de Nikolai Gógol, *O inspetor-geral*, publicada em 1836. Nela, são narradas as peripécias de um trapaceiro que se faz passar por um inspetor incógnito do governo em uma cidadezinha, obtendo, com o estratagemas, atenções e regalias dos corruptos integrantes da administração e da elite locais.

Anton Tchekhov não se calou diante do mal crônico que era corrupção da burocracia czarista. Por exemplo, no conto “No fundo do barranco”, ele alfinetou o reduzido espírito público das autoridades locais, escrevendo uma longa frase demolidora:

O prefeito do distrito e o escrivão, que trabalhavam juntos havia catorze anos e que, durante todo esse tempo, não haviam assinado uma só folha de papel e não haviam deixado uma só pessoa sair da sede da administração distrital sem a enganar e ofender, sentavam-se agora lado a lado, ambos gordos, cevados, pareciam a tal ponto impregnados de tramoias que até a pele do seu rosto tinha algo de peculiar e fraudulento.⁶³

Ainda há o que falar sobre os *odnodvórtsi*. Anton Tchekhov expôs ponto de vista francamente negativo sobre os camponeses livres e proprietários. Dizia que eram “grosseiros, sujos, estão sempre bêbados e também brigam aos berros de modo abominável”; eles “*temiam a morte, e quanto mais enriqueciam, menos acreditavam em Deus e na salvação da alma; movidos apenas pelo medo do fim do mundo, acendiam velas e mandavam oficiar missas, por via das dúvidas*”.⁶⁴ A ganância, a sovinice e o egoísmo dos *odnodvórtsi* exasperaram Tchekhov. Não há dúvida de que o contista esbarrou com novos valores e comportamentos que traduziam o avanço da mercantilização da terra na segunda metade do Oitocentos.

Para completar a galeria dos principais personagens presentes na aldeia e na cidadezinha provinciana da Rússia oitocentista, é preciso falar da pequena-burguesia. Turguêniev, Dostoiévski e Tchekhov povoaram seus contos e novelas com taberneiros, estalajadeiros, proprietários de oficinas e comerciantes. Como não mencionar o espertalhão Chichikov, o burguês estelionatário protagonista do romance *Almas mortas*, de 1842? O danado inventou um golpe contábil para ganhar dinheiro com servos mortos. Em uma

⁶³ Tchekhov, “No fundo do barranco”, p. 190-191.

⁶⁴ Tchekhov, “Os mujiques”, p. 124 e 120.



pequena cidade, comprava servos já mortos por preço baixo. Para os nobres locais, isso era bom negócio, pois tinham aliviadas suas cargas fiscais, uma vez que pagavam tributo sobre o total de servos que possuíam no último censo. Como os censos não se realizavam com regularidade, acontecia que servos morriam e o proprietário continuava a pagar sobre o número anteriormente registrado, que já não era mais o real. Para Chichikov, o esquema resultava em posse (fictícia) de numerosos servos, o que lhe aumentava o prestígio social e, mais importante, permitia obter vultosos empréstimos bancários ou governamentais oferecendo suas “almas mortas” como garantia. *Almas mortas* denunciou a sordidez de comerciantes e de latifundiários, bem como o tratamento desonroso conferido aos servos.

Esta pequena burguesia das cidadezinhas, no meio da qual certamente havia golpistas como Chichikov, vivia da fabricação artesanal e do comércio de mercadorias diversas: tecidos, bebidas, farinhas, cerâmicas, objetos de ferro, prestação de serviços. A maioria não era rica, vivia em condições parecidas às dos camponeses. Alguns, porém, alcançaram fortuna, tornando-se os “banqueiros” tanto da nobreza quanto do campesinato. Caso do senhor Borodúiev, a quem o impostor atrapalhado e falastrão Mozglyákov devia visitar:

– Meu padrinho Borodúiev, a senhora o conhece – aquele comerciante... hoje ele deu de cara comigo. (...) Ele tirou meu falecido pai da força quando ele perdeu dinheiro público no jogo. Por isso acabou me batizando. Se meu casamento com Zinaída Afanássiévna se realizar, mesmo assim terei apenas cento e cinquenta almas. Já ele possui um milhão, como dizem, até mais. Não tem filhos. Se eu lhe agradar ele me deixará cem mil rubros em testamento. Está com setenta anos, imagine só!⁶⁵

Também não contribuía para uma imagem positiva da pequena-burguesia suas próprias práticas comerciais, eivadas de espertezas condenáveis, que amiúde prejudicavam sua clientela, tanto senhores quanto servos. Tchekhov forneceu aos seus leitores um modelo de personagem desse tipo, Grigori Pietrov Tsibúkin, natural de Epifania e radicado na aldeia de Uklêievo. Ouçamos Tchekhov:

Grigori tinha uma pequena mercearia, mas isso era só para salvar as aparências, pois ali mesmo vendia vodca, couro, gado, cereal em grão, porcos, negociava tudo que aparecesse, e quando, por exemplo, no estrangeiro havia demanda de pegas para

⁶⁵ Dostoiévski, “O sonho de titio”, p. 85. A citação seguinte é da mesma página.



fazer chapéus de senhora, ele conseguia lucrar 30 copeques em cada par; comprava madeira em demolições, emprestava dinheiro a juros, em suma, era um velho muito hábil para negócios.⁶⁶

Por uma de suas noras, fica-se sabendo que o comerciante cometia muitos pecados para acumular dinheiro e bens:

Fazemos mal a muita gente. O meu coração dói, meu amigo. Como fazemos mal aos outros, meu Deus! Se trocamos um cavalo, se compramos alguma coisa, se contratamos um trabalhador, em tudo há alguma trapaça. Trapaças e mais trapaças. O azeite da mercearia é rançoso, está estragado, pior do que o alcatrão que os outros vendem. Diga, por caridade: não seria possível vender um azeite melhor?

Apenas de passagem, assinala-se ademais que Anton Tchekhov enxergou na pequena burguesia das cidades provincianas sujeitos engolfados pela pasmeira da vida rural, que se acomodaram a ela. Pessoas enfadonhas, imersas em cotidiano sempre igual, repetitivo, corroídas pelas futilidades do dia a dia e pela ganância encarniçada. A exemplo do médico distrital de Dialij, Dmítri Iônitch Startev, que, cada vez mais rico e mais gordo, acomodou-se, dizendo a sua antiga paixão, Ekaterina Ivánova Turkin: “*Envelhecemos, engordamos, decaímos. Dia vem, dia vai, e a vida passa, insípida, sem impressões, sem pensamentos...*”.⁶⁷ Conforme as palavras de Tchekhov:

Os pequeno-burgueses da cidade o irritavam com suas conversas, com seu modo de ver a vida e até com sua aparência. (...) bastava conversar com eles sobre política ou ciência, para se verem num beco sem saída, ou desfiarem uma filosofia tão obtusa e cruel que não havia outra saída senão desistir e afastar-se. (...) E quando Startsev (...) dizia que era necessário trabalhar, que sem trabalho não se podia viver, todos tomavam isso como uma recriminação, fechavam a cara e se punham a discutir de modo impertinente. Todas essas pessoas não faziam nada, absolutamente nada, não se interessavam por coisa alguma e Startsev não conseguia de jeito nenhum encontrar um assunto para conversar.⁶⁸

A mesma visão Tchekhov estendeu aos funcionários públicos das comarcas rurais. Enfim, os pequeno-burgueses – comerciantes, médicos, advogados, donos de oficinas, etc. – e os funcionários das cidadezinhas se compraziam, ao fim e ao cabo, com uma única distração: “*retirar dos bolsos, à noite, as notas recebidas de seus clientes, cédulas amarelas*

⁶⁶ Tchekov, “No fundo do barranco”, p. 176. A citação seguinte está na página 194.

⁶⁷ Tchekhov, “Iônitch”, p. 147.

⁶⁸ Tchekhov, “Iônitch”, p. 142-143. A citação seguinte está nas páginas 143-144.



e verdes, que tinham cheiro de vinagre, incenso e óleo de peixe (...) e as depositar” numa conta corrente ou numa arca.

Todavia, mesmo os burgueses endinheirados não contavam com prestígio social, sendo tratados com desprezo pelos latifundiários. Pragmaticamente, os nobres se serviam do dinheiro deles, mas, pelas costas, insultavam-nos. Eis o que revela a surpresa de Mozglyákov: “– Ora, Mária Alieksándrovna, a senhora mesma (...) a senhora mesma tinha me atacado por essa relação! Ora, a senhora me disse que ele [Borodúiev] é um mujique, barbudo, aparentado com botequineiros, gentinha reles e capatazes”.

Para a nobreza, porque os índices de prestígio social eram dados pela posse de terra e de gente (servos) e o pertencimento a antigas e destacadas linhagens familiares, os pequeno-burgueses eram gente de segunda categoria; para os camponeses, acostumados secularmente à organização coletivista e igualitária do *mir* e à vida frugal, as pessoas endinheiradas eram vistas com reserva, com um pé atrás, fato que se expressava no ditado popular russo: “A riqueza é um pecado contra Deus, e a pobreza é um pecado contra seus vizinhos”. Por conseguinte, os pequeno-burgueses não despertavam maiores simpatias entre os servos e camponeses livres.

Para resumir em fórmula bastante sintética o emaranhado de relações sociais que aprisionava senhores e servos na “velha Rússia”, pode-se perfeitamente lançar mão da sentença de Dostoiévski: “a tirania é um hábito que se transforma em necessidade” (“O sonho de titio”, p. 120). Ora, isso fazia do país, no fim do século XIX, um barril de pólvora. Tanto que, quando o jovem Nicolau II, nascido em 1868, mostrou intenção de se casar com a neta da Rainha Vitória, a soberana comentou: “O estado da Rússia é tão ruim, tão podre, que a qualquer momento algo terrível pode acontecer” (FARQUHAR, 2014, p. 237).

“Não, a liberdade é melhor!”? Anton Tchekhov e a aldeia camponesa

No modo como viram o campo russo, e, em particular, os camponeses e os pequenos proprietários de terra, há oposições dignas de nota entre Ivan Turguêniev e Anton Tchekhov. Diferenças que não se explicam apenas pelo fato de que, enquanto o primeiro escreveu na vigência da servidão, o segundo produziu seus textos sobre ambientes rurais já no tempo após a abolição da servidão. Ou porque Turguêniev escreveu de Paris, distante do cotidiano russo, enquanto Tchekov viveu numa propriedade rural em Melikhovo, nos anos 1890,



atendendo a população local como médico e combatendo epidemia de cólera. Não se trata de uma questão de proximidade ou distanciamento físico do mundo rural russo.

Parece existir em Tchekhov um desencanto, não apenas com a pasmaceira das áreas rurais, mas com as próprias qualidades das populações submetidas a mais extrema pobreza. Se Turguêniev e mesmo Dostoiévski são capazes de ver no pobre aldeão um reservatório de humanidade, Tchekhov enxergou as misérias do ser humano lançado a um estado de miséria ainda maior. Diante do trabalho duro, da exploração, do sofrimento e da humilhação, praticamente não sobra humanidade no mujique do contista nascido em Taganróg, que “introduziu na literatura os nomes rudes dos objetos rudes” (Vladímir Maiakovski). Pode-se também pensar que ele reverbera a onda de choque causada pelo insucesso do movimento “ida ao povo”, que envolveu milhares de jovens intelectuais. Movidos a entusiasmo e ingenuidade, deixaram suas casas, universidades e empregos para peregrinar até as aldeias camponesas, no ano de 1874. Mas encontraram massas apáticas e conservadoras, ficando decepcionados. Alguns destes jovens foram presos pela polícia, outros foram entregues às autoridades pelos próprios camponeses por “falar contra Deus e o Tsar” (NOVAES, 2017, p. 44).

Neste trabalho, vamos tocar em duas oposições entre Turguêniev e Tchekhov no que se refere à representação do mundo rural russo. A primeira delas é quanto à existência e natureza de uma consciência camponesa, em sentido mais histórico-político. Turguêniev a vê sendo esboçada em meados do século XIX; Tchekhov não a encontra de jeito algum em fins do século.

No conto “O odnodóriets Ovsíánikov”, o pequeno proprietário Luká Petróvitch, perguntado se, no seu tempo, a coisa era melhor, responde:

Não, não tenho por que elogiar especialmente os velhos tempos. Para dar um exemplo, hoje o senhor é um latifundiário, exatamente como o seu finado avô, mas não vai ter o mesmo poder! E o senhor também é uma outra pessoa. Hoje somos oprimidos por outros senhores; sem isso, contudo, não é possível passar, evidentemente. Vamos moendo, e quem sabe sai farinha. Não, hoje eu não vejo mais coisas que presenciei na juventude.⁶⁹

⁶⁹ Turguêniev, “O odnodóriets Ovsíánikov”, p. 76.



Essa consciência – da mudança histórica, das transformações graduais da realidade russa – é do autor, obviamente, mas também não teria sido percebida por ele em alguns dos camponeses com quem tivera contato? Não fosse assim, até por causa dos foros de veracidade que Turguêniev impôs a sua obra, que motivo teria para colocar diálogo desse tipo em uma narrativa sobre o modo de vida dos pequenos do campo? A hipótese mais plausível é justamente a de que Turguêniev encontrou pequenos proprietários e camponeses atentos às mudanças de meados do século XIX, que captavam intuitivamente, e com alguma argúcia, os processos associados ao desmoronamento da antiga ordem social e tentavam compreender os efeitos que as novidades produziriam em seu cotidiano.

Do contrário, soaria absolutamente inverossímil a entrada em cena, nesse mesmo conto, do personagem Mítia, sobrinho de Luká Petróvitch, um rapaz que ganhava a vida escrevendo petições para camponeses, redigindo informes, instruindo policiais, desmascarando agrimensores e aconselhando pequenos proprietários e camponeses na busca de justiça contra latifundiários e autoridades. Um proto-revolucionário como Mítia não alcançaria qualquer legitimidade entre os leitores a menos que, de fato, todos admitissem que sua existência seria consequência lógica de uma conjuntura tensa e conturbada, prenunciadora de reformas.

Os mujiques de Tchekhov não se dão conta das razões de sua miserável situação e nem percebem em que direção nova rumava o mundo rural. Não compreendiam nada do mundo além da aldeia, “só conseguiam falar de miséria, de comida, da neve que não vinha...”. Assim é o personagem Ossip Tchikildieiev:

Num feriado, antes de anoitecer, os vizinhos foram à casa de Ossip para conversar. (...) Havia novidades bastante desagradáveis. (...) Agora debatiam a questão: de quem era a culpa? – Do conselho local! – disse Ossip. – De quem mais seria? – Está certo, é do conselho local. O conselho local foi acusado por tudo – os impostos atrasados, as perseguições, as colheitas ruins, embora nenhum deles soubesse o que significava conselho local.

Quanto ao movimento da história, não queriam saber. Preferiam agarrar-se a uma suposta “idade de ouro” situada no passado, como expressa a fala de Ossip Tchikildieiev:

– No tempo da servidão era melhor – disse o velho, enquanto enrolava seda. – O sujeito trabalhava, comia, dormia, tudo na sua hora. No almoço, tinha sopa de repolho e mingau, de noite também davam sopa de repolho e mingau. Pepino e



couve, isso tinha à vontade: a gente comia livremente, o quanto a alma quisesse. E havia muita severidade. Todo mundo andava na linha.

A segunda oposição entre Turguêniev e Tchekhov é quanto ao valor dado à figura do camponês russo oitocentista. O autor de *Memórias de um caçador* via qualidades de sobra no mujique, admirava sua fala simples e inteligente, nutria por ele um afeto inegável. Isso já ficou evidenciado neste trabalho, de modo que não é preciso repetir. Antes dele, ninguém jamais retratara o camponês russo com tamanha dignidade: o mujique é o “representante do povo russo”, de sua singeleza, de sua inteligência prática. Com Tchekhov, todavia, a coisa é diferente. Radicalmente diferente.

A despeito de serem numerosíssimos – na Rússia de fim do século XIX, os camponeses representam por si sós 80% da população, contra 5% de operários –, os mujiques de Tchekhov são dignos de pena, grosseiros, sujos, bêbados, briguentos, imprevidentes, falam quase só palavrões, tiranizam suas mulheres e filhos, descumprem suas obrigações com vizinhos, senhores e o Estado. Não compreendem nada, nem a religião que praticam de modo detestável. A respeito da vida religiosa do mujique, escreveu Tchekov:

Mária e Fiokla se benziavam, jejuavam e comungavam todos os anos, mas não compreendiam nada. Não ensinavam as crianças a rezar, não lhes diziam nada sobre Deus, não lhes incutiam norma alguma (...). Nas demais famílias, era quase a mesma coisa: poucos acreditavam, poucos compreendiam. Ao mesmo tempo, todos amavam a Sagrada Escritura, com carinho, com veneração, mas não tinham livros, não havia ninguém para ler nem para explicar (...). No dia de Santo Elias, beberam; na Assunção, beberam; no dia da Exaltação da Cruz, beberam. Na festa do manto da Virgem, era feriado paroquial em Jukovo e por esse motivo os mujiques beberam durante três dias; consumiram em bebida 50 rublos do fundo comunal e depois ainda foram em todas as casas pedir dinheiro para comprar vodca.⁷⁰

A aldeia camponesa não lhe parecia nada harmoniosa, solidária, pacata. A feiúra da vida social contrastava com a beleza do campo: na aldeia não havia espaço para a felicidade encantadora. Havia lugar apenas para “*a miséria terrível, desesperadora, da qual não havia onde se esconder!*”. A visão de Tchekhov é ácida, trágica, sem idealizações de qualquer espécie – talvez um recurso para maximizar o impacto de sua descrição do horror dos mais

⁷⁰ Tchekhov, “Os mujiques”, p. 118-119.



ricos contra os despossuídos. Seja como for, suas palavras são incompatíveis com as de Turguêniev, como se pode aquilatar no trecho seguinte:

(...) aquela gente parecia viver pior do que os animais, viver com eles era horroroso; grosseiros, sujos, sórdidos, sempre bêbados, eles vivem em atrito, não param de brigar, não se respeitam, têm medo e desconfiança uns dos outros. Quem cuida da taberna e dá de beber às pessoas? O mujique. Quem desperdiça e consome em bebida o dinheiro do fundo comunitário, da escola, da igreja? O mujique. Quem rouba os vizinhos, provoca incêndios de propósito e presta falso testemunho na justiça, em troca de uma garrafa de vodca? Quem, na assembleia do conselho local e em outras reuniões, se pronuncia contra os mujiques? O mujique. Sim, viver com eles é horrível, mas também são gente, sofrem e choram feito gente, e na vida deles não existe nada que não possa encontrar justificação.⁷¹

Ah, bom... Os mujiques do médico-escritor Tchekhov são boçais e irascíveis por causa de uma “doença social”, disseminada nas terras russas pela atmosfera exasperante de pobreza, desigualdade, injustiça e autocracia.

Basta essa visão distinta do camponês para explicar por que o conto de Tchekhov foi recebido por muitos críticos como “um pecado contra o povo russo”, ao passo que o livro *Memórias de um caçador* logo caiu nas graças da *intelligentsia* russa.

Não há dúvida de que o tom desencantado de Tchekhov reflete o retumbante fracasso das reformas promovidas por Alexandre II (o “Tsar Libertador”) a partir de 1861. O fim da servidão, a política das demarcações, a subsistência parcial das obrigações coletivas do *mir*, a possibilidade de *resgate* das terras tomadas aos senhores, tudo isso aprofundou os problemas agrários no país, notadamente a concentração fundiária e a pobreza dos camponeses. E o reinado de Alexandre III (1881-1894) foi um período de retrocesso, de reforço do poder da nobreza, pois o tsar retirou o poder dos *zemstvos* e recolocou a administração das vilas campesinas nas mãos dos latifundiários.⁷² Noutras palavras, o conto de 1897 é filho da frustração e do desalento com a marcha da modernização na Rússia, com o atávico apego da nação a seu interminável passado; por outro lado, o livro de Turguêniev é fruto da expectativa luminosa e dos ventos de mudança que animaram o país por pouco tempo, no período dos anos 1850-1860.

⁷¹ Tchekhov, “Os mujiques”, p. 123-124.

⁷² Os *zemstvos* eram instâncias administrativas locais, com representação de proprietários de terras, comerciantes, cidadãos, profissionais liberais e camponeses (mas com maior peso da nobreza), cuja atribuição era cuidar da manutenção de escolas, hospitais, estradas e pontes, bem como buscar incentivar o comércio, a indústria e a agricultura. Ver Wood (2003).



Enfim, voltando à literatura, o decisivo é reconhecer que os grandes escritores russos do século XIX não se furtaram a discutir as questões mais candentes do regime da autocracia e da servidão, a essencial e abrangente questão camponesa. Na verdade, eles propiciaram uma imensa tomada de consciência da Rússia por ela mesma. Não é à toa que a literatura – geradora de múltiplas visões das realidades nacionais – cai como um golpe seco na cabeça dos leitores. Por isso, Platão assinalou: “Nós coroaremos o poeta com flores e o expulsaremos da cidade”. E Vladímir Odóievski anotou: “Um reinado possui três pilares: o poeta, a espada e a lei”. Mas a evidência histórica mostra que a espada e a lei têm dificuldades para conviver com o poeta.

Fontes

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. (1876). Mujiqe Marei. In: *Contos reunidos*. Trad. Priscila Marques e outros. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 335-340.

_____. (1859). O sonho do titio. In: *Dois sonhos*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 9-186.

_____. (1859). *A aldeia de Stepántchikovo e seus habitantes*. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. Polzunkov. (1848). *Contos reunidos*. Trad. Priscila Marques e outros. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 127-140.

GÓGOL, Nikolai. (1836). A carruagem. In: GOMIDE, Bruno Barreto (Org.). *Nova antologia do conto russo (1792-1998)*. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 87-100.

_____. (1842). *Almas mortas*. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *Teatro completo*. Trad. Arlete Cavaliere. São Paulo: Editora 34, 2009.

KARAMZIN, Nikolai. (1792). Pobre Liza. In: GOMIDE, Bruno Barreto (Org.). *Nova antologia do conto russo (1792-1998)*. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 21-37.

PÚCHKIN, Aleksandr. *Eugênio Oneguín*. Trad. Dário Moreira de Castro Alves. Rio de Janeiro: Record, 2010.

TCHEKHOV, Anton Pavilovitch. *O assassinato e outras histórias*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Abril, 2010.

TURGUÊNIEV, Ivan. (1852). *Memórias de um caçador*. Trad. Irineu Franco Perpetuo. São Paulo: Editora 34, 2013.



Referências bibliográficas

- BERLIN, Isaiah. *Pensadores russos*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. 2v. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- COSTA, Flávio Moreira da (Org.). *Contos de humor: clássicos escolhidos*. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2009.
- FARQUHAR, Michael. *Secret lives of the Tsars: Three Centuries of Autocracy, Debauchery, Betrayal, Murder, and Madness from Romanov Russia*. Nova York: Random House, 2014.
- GOMIDE, Bruno Barreto. Apresentação. In: *Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LÊNIN, Vladímir I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, 3 v.
- LEONARD, Carol S. *Agrarian Reform in Russia: The Road from Serfdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. O espaço iluminado no tempo volteador. In: *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. São Paulo: USP, 1999. (Mimeo.)
- NOVAES, Marcel. *Do czarismo ao comunismo: as revoluções russas do início do século XX*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura. In: NODARI, Eunice et alii (Orgs.). *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*, Florianópolis, julho 1993, v. 2, p. 819-831.
- SEGRILLO, Angelo. *Os russos*. São Paulo: Contexto, 2015.
- SUNY, Ronald G. *The Soviet Experiment: Russia, USSR and the Successor States*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- WOOD, Alan. *The Origins of the Russian Revolution, 1861-1917*. Londres: Routledge, 2003.



Mesa de debates VI (24/11)

Faiscadores e garimpeiros na ordem escravista: lutas e resistências nos terrenos diamantinos das Minas Gerais⁷³

Marcos Lobato Martins

Doutor em História Econômica (USP)

Professor adjunto da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades,
Coordenador do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais
UFVJM

A investigação das lutas e resistências de faiscadores e garimpeiros de diamante no período escravista deve tomar como ponto de partida o exame de pelo menos quatro ordens de fatores. A legislação minerária na colônia e no império precisa ser analisada, uma vez que ela determinou em boa medida os padrões dos serviços de lavra e dos negócios do diamante. Há que também prestar atenção aos interesses da Coroa e do Estado imperial no que concerne aos metais e pedras preciosas, cujas componentes mais salientes foram duas: a preocupação fiscal e a obsessão com a ordem pública nos sertões onde se situavam as jazidas. Outra variável importante são os tipos dos empreendimentos mineradores no decorrer do período, suas formas de organização e funcionamento, e especialmente as interações de grandes e pequenos mineradores. Por fim, é preciso levar em conta a cultura garimpeira tradicional, inventariar seus traços característicos e seus efeitos sobre as ações e estratégias de faiscadores e pequenos garimpeiros.

Estudar o tema dos mineradores ilegais na ordem escravista é tarefa que envolve muitas dificuldades, a principal delas sendo o fato de que as fontes disponíveis refletem o olhar das autoridades e do Estado, tendencialmente mascarando a complexa natureza de suas motivações, formas organizativas e estratégias, reduzindo os sujeitos envolvidos com a mineração ilegal a simples criminosos, contumazes praticantes da violência e da barbárie.

⁷³ Comunicação apresentada na mesa de debates “Novos e velhos sujeitos históricos: a organização sociopolítica dos trabalhadores do campo no Brasil, na *IV Semana de História: 100 anos de Revolução Russa: controvérsias e impactos (1917-2017)*, realizada de 21 a 25 de novembro de 2017 na UFVJM, Campus Diamantina-MG.



Esses homens não tiveram direito à palavra, nem os moradores das áreas diamantíferas com os quais estabeleceram contatos próximos e vigorosos – escravos, quilombolas, pequenos comerciantes, sitiante, etc. – legaram relatos mais densos sobre suas atividades e seu cotidiano. Fica-se, portanto, na dependência da documentação oficial, produzida pelos detratores dos mineradores ilegais, que carrega uma perspectiva enviesada, francamente hostil a esses homens e que, por conseguinte, precisa ser lida a contrapelo, buscando-se nas entrelinhas os indícios dos valores, ideias e práticas que nortearam sua passagem pelos sertões das Minas Gerais. Ou então o pesquisador se depara com os escritos de memorialistas e literatos, também frequentemente enviesados, mas porque idealizam romanticamente os mineradores ilegais, transformando-os em campeões rústicos e simplórios da luta contra a metrópole e os grandes mineradores, portadores inconscientes das causas da liberdade e da justiça.

Os conflitos no período colonial: Estado *versus* garimpeiros

A mineração de diamantes no século XVIII foi marcada pela exclusividade do acesso aos terrenos diamantinos. Devido à extraordinária sensibilidade do preço das gemas preciosas à relação oferta-procura no mercado internacional, a Coroa se viu imediatamente enredada em esforços para conter o volume de partidas que chegavam às praças europeias, abandonando o regime de livre extração (PINTO, 1979). A exploração dos terrenos diamantinos foi suspensa entre 1734 e 1738. Voltou a ocorrer no ano de 1739, mas no âmbito de regime especial, os chamados *contratos*, os quais estipularam o monopólio da extração legal de diamantes aos contratadores.⁷⁴ Os córregos auríferos continuaram desimpedidos, mas as áreas onde se encontravam diamantes somente podiam ser mineradas pelas tropas de escravos e feitores a serviço dos contratos. Para isso, realizou-se a demarcação do Distrito Diamantino,⁷⁵ a colocação de registros nos pontos estratégicos de

⁷⁴ O sistema de contratos baseava-se no arrendamento do direito de exploração diamantífera a terceiros, por meio da realização periódica de hastas públicas, levadas a efeito na Vila do Príncipe (atual cidade do Serro). O indivíduo ou sociedade de indivíduos vencedor da hasta, que se tornava “contratador”, obrigava-se a pagar, anualmente, *royalties* no valor de 138 contos de réis, além do imposto de captação sobre cada escravo empregado nas lavras (valor anual de 230 mil réis). Os contratadores podiam empregar, no máximo, 600 escravos nas catas. Sobre os diamantes obtidos, incidia o imposto do quinto. As pedras só podiam ser transportadas para a Europa em naus portuguesas, incidindo sobre elas frete na proporção de 1% sobre o valor de cada uma.

⁷⁵ Em 1734, a Coroa demarcou o Distrito Diamantino, procurando dificultar o acesso às lavras, por meio de proibições de entrada e da cobrança de altíssimas taxas de captação. Tendo o Tijuco por centro, o Distrito era



entrada e saída da zona demarcada e a construção de quarteis no interior da demarcação, pontos de apoio para a atuação de forças regulares e de pedestres cuja missão primordial era patrulhar a região, caçar e combater mineradores ilegais e contrabandistas.⁷⁶ E todo um aparato administrativo, sediado no arraial do Tijuco, operou no sentido de fiscalizar a atuação dos contratadores, tendo à frente o Intendente dos Diamantes (SANTOS, 1976).

O regime de monopólio prosseguiu mesmo com o fim dos contratos, no ano de 1771. O Marquês de Pombal, por considerar fora de controle o contrabando de diamantes, estabeleceu diretamente o monopólio régio, por meio da criação da Real Extração, cuja operação teve por base o Livro da Capa Verde, isto é, o Regimento Diamantino publicado nesse mesmo ano. A partir de 1772, a extração de diamantes ficou a cargo diretamente da Real Fazenda. Além da antiga Intendência dos Diamantes, cujos poderes foram reforçados, criou-se a Administração Diamantina. Ampliaram-se, destarte, o controle sobre os terrenos diamantíferos e os recursos disponíveis para o combate à mineração ilegal, representados, sobretudo, pelas guardas da Intendência e da Administração Diamantina.

Assim, os tempos coloniais no arraial do Tijuco foram caracterizados pela presença e desenvoltura de feitores, soldados, escritvães, meirinhos, intendentess, ouvidores. Privilégios e propinas, abusos de poder e interpretações arrevesadas da lei correram soltos, favorecendo as camadas bem situadas da sociedade regional. Alugar escravos para os contratadores e, depois, para a Real Extração constituiu o negócio mais rentável para os proprietários da demarcação. As redes de apadrinhamento cresceram como estratégia de sobrevivência entre os habitantes do Distrito Diamantino, sem o que não se podia “ficar a salvo da lei” nem obter um quinhão nos negócios em torno da mineração (FURTADO, 1996).

Por isso mesmo, no século XVIII, os indivíduos ou grupos de mineradores que pesquisaram córregos e grupiaras em busca de diamantes cometiam crime – a mineração ilegal, furtiva –, punido severamente com prisões, multas e banimento do Distrito. Regionalmente, esses mineradores ilegais ficaram conhecidos como *garimpeiros*. O crime

um quadrilátero delimitado pelos registros de Caeté-Mirim, Rabelo, Palheiro, Pé do Morro, Inhacica e Paraúna. Em 1745, o livre acesso aos limites diamantinos foi vetado: só se podia entrar com autorização por escrito do intendente.

⁷⁶ Junto com a instituição da Real Extração, em 1771, foi estabelecida uma “esquadra de pedestres”, tropa de infantaria de segunda linha, composta por mestiços, cuja tarefa era percorrer a região à caça de garimpeiros, retornando ao Tijuco a cada mês.



do garimpeiro era justamente a contestação do regime de monopólio da mineração diamantífera, a burla dos direitos reservados aos contratadores (ou à Real Extração). Tanto fazia se atuavam em pequenos grupos, formando “sociedades de mineradores”, ou se agiam individual e isoladamente, percorrendo os matos à procura de cascalhos ricos. Os integrantes dos grupos eram propriamente chamados de garimpeiros, ao passo que os mineradores isolados recebiam a designação de *faiscadores*.

Enquanto os grandes senhores da Demarcação Diamantina se acomodaram em relações clientelares com os contratadores e intendentes, enriquecendo com o aluguel de escravos, o contrabando e os proventos decorrentes do exercício de postos públicos, os mineradores ilegais – garimpeiros e faiscadores – foram perseguidos e sofreram os arbítrios das autoridades locais. A luta deles foi por acesso a terras minerais e contra a Coroa, pois os agentes e regulamentos régios procuravam insistentemente impedir a sobrevivência deles.

Na perspectiva das autoridades régias, garimpeiros e faiscadores eram a praga que assolava a região, agindo em conluio com os contrabandistas que lhes compravam as pedras ilegalmente extraídas. Especialmente os bandos garimpeiros preocuparam a administração instalada nas áreas diamantinas e o governo da capitania, por causa do seu número, da sua capacidade de ação em vastos espaços e da força que frequentemente acumularam. Os maiores bandos garimpeiros, organizados e aguerridos, ameaçaram a soberania da Coroa sobre porções dos sertões mineiros.

Como se constituíram os bandos garimpeiros? Quais os seus objetivos e os padrões de organização adquiridos por eles? De que maneira se deslocavam pelas áreas diamantíferas? Como interagiram com os atores presentes nas regiões das lavras? E que sentimentos despertaram nas gentes dos sertões, nas autoridades e nos senhores que habitavam os arraiais e vilas?

Os memorialistas definiram com simpatia os garimpeiros de diamante que infestaram os sertões do nordeste e do oeste da capitania, seguindo a linha traçada por Joaquim Felício dos Santos em suas *Memórias do Distrito Diamantino* (1976, p. 79):

O garimpeiro tornava-se muitas vezes, aquele obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração que se lhe tirava o único meio e subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado.



M. Esteves realçou o fato de que os sertões, onde antes só havia fazendas de gado desmesuradamente afastadas umas das outras, foi povoado e explorado pelos bandos de garimpeiros, sujeitos que procuravam tão somente viver sua vida em paz, praticando a mineração: *“Os bandos de garimpeiros, que, acossados do Tejuco pela tenaz e desumana perseguição que lhes moviam as autoridades portuguesas, procuravam zonas afastadas, onde, livres das carabinas assassinas dos pedestres e dragões, podiam exercer com alguma liberdade a sua profissão”* (ESTEVES, 1961, p. 7).

Em comum, os memorialistas salientaram a perseguição das autoridades aos garimpeiros, afirmaram sua condição de gente pacífica – que só queria minerar, e não cometer crimes – alegando, inclusive, que nas áreas por eles ocupadas as estradas seriam seguras e os viandantes viajariam em paz. Joaquim Felício dos Santos afirmou que, depois de consultar centenas de processos em Diamantina, não encontrara um único sequer em que garimpeiros houvessem sido acusados de rapto ou roubo. Na visão dos memorialistas, os grupos garimpeiros foram reconhecidos pela população por sua generosidade e heroísmo. Razão pela qual Catão Jardim Júnior (1928, s/p) defendeu que o garimpeiro deveria ser proclamado como o *“herdeiro da energia bandeirante – o varador de terras no início da formação racial – o garimpeiro se enfileira dentre os mais valentes e destemidos defensores da conquista, para garanti-la ao produto resultante do caldeamento – o genuíno brasileiro”*.

Os memorialistas também indicaram o fato de que os garimpeiros – personagens destacados na formação da nacionalidade brasileira – viveram em constantes refregas com as tropas da Coroa, em meio à natureza agreste das serras diamantinas, andando a esmo, amargando cotidiano rude, frequentemente enfrentando a fome, a sede e o cansaço. Os faiscadores e os pequenos grupos garimpeiros, por isso mesmo, se viram obrigados a *“buscar padrinho”*⁷⁷ – isto é, um proprietário ou comerciante que lhes garantisse a *“capanga”*, os víveres e ferramentas necessários ao dia a dia da mineração clandestina.

A documentação portuguesa enfatizou a presença de contingente numeroso de garimpeiros tanto nas áreas de mineração aurífera quanto nas serras e rios diamantíferos. Os

⁷⁷ AHU, cx. 99, doc. 15, p. 371. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais (1680-1832), microfilmados pelo “Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco”. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Portugal.



garimpeiros pareciam brotar das pedras, e seu acúmulo em uma dada área causava problemas para as autoridades. É o que se depreende do documento seguinte:

Nessa capitania sempre houve muita gente que se empregasse em novos Descobrimientos de Ouro com licença (...) muitos desses homens são encaminhados algumas vezes para terras Diamantinas que se acham abaixo de Guardas ainda fora da Demarcação (...) encontrados em grandes bandos, não tantos como suspeita, para resistirem para fazerem outros serviços, semelhantes homens se denominam aqui garimpeiros.⁷⁸

No trecho citado notam-se alguns pontos importantes: a) que os garimpeiros se moviam por todo o território da capitania, deslocando-se entre terras de ouro e terras de diamantes; b) que eles tanto podiam se apresentar isoladamente como em grupos, havendo bandos grandes, embora predominassem os pequenos agrupamentos; c) que os garimpeiros resistiam às guardas, insistindo na mineração clandestina e; d) que eles eram úteis na empreitada de realizar novos descobrimentos.

A visão das autoridades em relação aos garimpeiros, a despeito do reconhecimento de sua utilidade em encontrar jazimentos, era a de que se tratava de gente aventureira, turbulenta, destemida, rebelde, arraia-miúda que existia na condição de vadios e/ou facinorosos (MELLO E SOUZA, 1986). Os garimpeiros formavam “repúblicas de pés-rapados”. É o que, no ano de 1782, afirmou o governador Rodrigo de Menezes, ao se referir aos ocupantes da serra de Santo Antônio do Itacambiraçu: “*ladrões dos que aqui chamam pés-rapados, homens perversos cujos bens só consistem em uma espingarda de que se servem para cometer assassínios por qualquer pequeno prêmio que se lhes dê (...), se tornassem um corpo e se pusessem em resistência haveria muita morte e um sucesso duvidoso*”.⁷⁹

Na perspectiva do governador, os bandos garimpeiros eram associações onde imperava a desordem, que espalhavam pelas áreas onde passavam o tumulto e a violência, pondo em desassossego os povos e em risco a soberania da Coroa. Os garimpeiros seriam homens que *não conheciam outra lei que a da força*. Suas ações, portanto, implicavam em “sucesso duvidoso”. Imagem em tudo oposta à que difundiram os memorialistas.

⁷⁸ AHU, cx. 149, doc. 5.

⁷⁹ APM, SC, Cód. 224, fl. 192 v. Registro de ofícios do governador à Secretaria de Estado, 1780-1782.



Autoridades coloniais e memorialistas concordaram em uma coisa: o grande conhecimento do terreno aliado à enorme capacidade de trabalho, rapidez e mobilidade dos grupos garimpeiros. Eles possuíam saber essencialmente sertanejo, que abrangia desde as condições ecológicas até a índole dos moradores. Eram homens experientes nas matérias relativas ao sertão. A respeito de seus feitos, um militar em serviço na região de Minas Novas e Grão Mogol pronunciou-se nos seguintes termos: “*a exemplo da serra de Santo Antônio, não há canto, serra, nem córrego pelo sertão que não seja visto e examinado dessa gente vadia, a ver se topam algum haver, que lhes faça conta*”.⁸⁰

Diversos fatores contribuíram para a formação de tão numerosos contingentes de garimpeiros e, em particular, de grandes grupos garimpeiros nas Minas Gerais setecentistas. A geografia foi um deles: distâncias imensas, topografia acidentada, serras, matas e beiras de cursos d'água que forneciam abrigos e esconderijos. Os rincões penhascosos das serranias impediam as investidas das tropas de dragões e dificultavam muito a operação das guardas de pedestres. A marcha do povoamento também contribuiu à proliferação de garimpeiros: apenas uma porção central da capitania, correspondente à zona mais antiga de mineração, possuía espaço mais urbanizado, caminhos, registros e quartéis onde se impusera a ordem colonial. Circundava-a uma vastíssima periferia mal conhecida, rarefeita de colonos e, sobretudo, de autoridades, onde podiam transitar sem incômodo índios, quilombolas, bandidos, contrabandistas e, é claro, garimpeiros. Outro fator foi a balbúrdia da própria administração colonial: trata-se da grande quantidade de conflitos de jurisdição entre as autoridades. As competências dos cargos eram definidas com imprecisão, gerando superposições, áreas de indefinição. Isso só fazia multiplicar os abusos de autoridades, as disputas renhidas entre ouvidores, intendentos, contratadores, governadores, juízes de fora, etc. Caldo de cultura para os potentados, que praticamente se arvoraram régulos (ANASTASIA, 2005). Desordem administrativa que favoreceu a atuação dos garimpeiros. Finalmente, há que considerar os fabulosos ganhos trazidos a poderosos senhores da capitania pela aliança com garimpeiros, como ilustra o caso do contratador Felisberto Caldeira Brant (1748-1751). Sua praxe era deixar os garimpeiros trabalharem e, em seguida, tomar-lhes à força os “descobertos”. Conluio feito em nome da prosperidade da mineração,

⁸⁰ APM, SC, Cód. 237, fl. 16. Registro de ofícios dirigidos ao Governo por militares e ordenanças, 1783.



sob a vista grossa das autoridades assentadas no Tijuco, no Serro e em Vila Rica (FERREIRA, 2009, p. 183).

Os grupos garimpeiros setecentistas possuíam composições variadas. Havia os que eram constituídos por escravos postos por seus senhores na mineração clandestina, prática tão comum quanto acobertada pelas autoridades, conforme informa Laura de Mello e Souza (1999, p. 146-147): “*as autoridades locais fingiam que os garimpeiros eram quilombolas para assim dar continuidade ao extravio e poupar os senhores do confisco de escravos postos de caso pensado na mineração clandestina de diamantes*”. Havia grupos formados por negros fugidos, como o que figurou na carta do governador Gomes Freire a Diogo de Mendonça Corte Real, datada de janeiro de 1753, na qual se relata o “*desaforo em que se [tinham] posto os negros que andavam fugidos da casa de seus senhores, como mulatos, mestiços e carijós, que lhes tinham agregado, roubando os córregos dos diamantes*”.⁸¹ Ou o pequeno grupo de quatro negros presos no ano de 1784, nas proximidades do registro de Simão Vieira.⁸² Havia grupos compostos por brancos e mulatos livres ou forros, homens sem ocupação definida, a exemplo do que encontrou Manoel Caetano de Lima, no ano de 1769, ao percorrer a região de Grão Mogol tirando devassas de crimes ocorridos na serra. A autoridade deparou com o bando de Manoel Vieira da Cruz e Gonçalo Martins, ambos brancos e acusados de perverter os moradores do lugar. Manoel Vieira da Cruz morava “feito galo” na serra, não pagava a quem devia e era temido “*em razão de ser entre aqueles poucos homens que lá moram o mais potentado e de mais fábrica, e além disso ter em sua companhia alguns mulatos voluntários*”.⁸³ E havia ainda bandos formados por brancos, pardos forros e negros escravos, como o que guardas da Real Extração confrontaram à bala no córrego das Escuras, na serra de Itacambiraçu, em novembro de 1781. Desse grupo, com mais de duzentos integrantes oriundos da Vila do Príncipe e liderados por um clérigo, os militares capturaram dois negros escravos (sendo um “molequinho novo”), um pardo forro e um branco, identificado como João Costa – que se presume ser o futuro capitão João Costa, garimpeiro celebrado na obra de Joaquim Felício dos Santos.⁸⁴

⁸¹ AHU, cx. 61, doc. 03, 1753.

⁸² APM, SC, Cód. 241, fl. 06. Registro de cartas do Governo a oficiais militares, 1783-1788.

⁸³ Carta de Manoel Caetano de Lima a Manoel Jácome Soeiro. APM, SC, SG, Cód. 224, 1769.

⁸⁴ APM, Cód. 224, fl. 150 v. Registro de ofícios do governador à Secretaria de Estado, 1780-1782.



Os grupos garimpeiros tinham tamanhos variados. A maioria era muito pequena, como o bando de João Rodrigues, que atuava dentro e fora da Demarcação Diamantina;⁸⁵ ou o grupo do capitão Bamba, um negro que liderava meia dúzia de homens.⁸⁶ Existiram grupos de tamanho médio, com algumas dezenas de integrantes, a exemplo do bando desbaratado pelo furriel José do Rego Leal no ano de 1755, “no sítio do Jenipapo, onde prenderam onze pessoas, além de muitas outras que fugiram, que todas estavam a trabalhar no rio Jequitinhonha”, nas proximidades de Minas Novas.⁸⁷ Médio também era o grupo de garimpeiros que, no ano de 1781, o comandante Antônio José de Araújo encontrou rumando para a serra de Santo Antônio do Itacambiraçu, com setenta homens munidos de carumbés, bateias e outras ferramentas de mineração, cujo líder portava uma portaria de salvo-conduto concedida pelo ouvidor da Vila do Príncipe.⁸⁸ Os grupos grandes, com centenas de integrantes, tornaram-se célebres nos sertões diamantinos. No ano de 1784, o comandante da Serra encontrou um bando de quatrocentos garimpeiros perto do registro de Simão Vieira.⁸⁹ O bando de José Basílio, “só na zona diamantífera do São Francisco, dispunha de mais de trezentos incansáveis e valorosos combatentes” (JARDIM JÚNIOR, 1928, s/p.). O bando dos Vira-Saia, que atuou em Grão Mogol, São Romão e Jacobina (na Bahia), entre os anos 1781 e 1800, chegou a ter mais de quinhentos garimpeiros (CARVALHO, 1936; VEIGA, 1998, p. 652-653). Na carta em que o governador da Bahia, Fernando José de Portugal, noticiava ao governador de Minas, Bernardo José Lorena, os sucessos dos irmãos Manoel e José da Silva Brandão na diligência que aprisionou a quadrilha dos Vira-Saia, há a informação de que também foram capturadas e enviadas para Vila Rica as mulheres e as crianças das famílias dos Vira-Saia, perfazendo cento e tantas pessoas.⁹⁰ A carta assinala o fato comum de que os laços familiares nos grandes bandos garimpeiros funcionavam como atenuante para a dura vida nos sertões.

⁸⁵ APM, SC, Cód. 238, fl. 184-186v. Registro de ofícios do Governo à Secretaria de Estado, 1783-1788. João Rodrigues Nogueira, o Tambor, fora timbaleiro de tropa da região da Demarcação, cometera assassinato e abandonara o serviço militar, dedicando-se ao garimpo lançando mão de favorecimentos dos antigos companheiros de farda e do intendente José Antônio Meirelles Freire. Foi preso em 1788 na serra de Itacambiraçu.

⁸⁶ APM, SC, Cód. 23, fl. 162.

⁸⁷ AHU, cx. 67, doc. 32, 1755.

⁸⁸ AHU, cx. 117, doc. 80. Esse episódio é mais um indício das relações ilícitas entre autoridades e garimpeiros.

⁸⁹ APM, SC, Cód. 241, fl. 49-49v.

⁹⁰ APM, SC, Cód. 278, fl. 7. Registro de cartas recíprocas do Governo com o Vice-Rei, outros Governos e o Bispo, 1797-1809.



A análise da atuação de bandos garimpeiros fornece pistas para se compreender questões como a hierarquia, a disciplina, o modo de operação e os valores que nortearam as andanças desses grupos de mineradores ilegais pelas serras e rios das zonas diamantíferas. Aqui, o foco será posto sobre as turmas dos capitães João Costa, José Basílio e Isidoro Pereira.

O garimpeiro João Costa surge na documentação oficial no ano de 1781, quando foi preso e ferido na serra de Itacambiraçu. Nessa ocasião, ele integrava um bando garimpeiro chefiado por padre oriundo da Vila do Príncipe. Fugiu do quartel de capim improvisado pela guarda da serra e, tão logo se recuperou dos ferimentos, voltou ao grupo garimpeiro. Em agosto de 1782, ele foi novamente capturado na região do Morro Agudo, junto com mais alguns homens com bateias e almocafres; “*passando alguns dias se retirou da prisão em que se achava*”.⁹¹ Nesse mesmo ano, conforme os memorialistas, João Costa comandava as tropas que invadiram a serra de Itacambiraçu, bateram e expulsaram as guardas da Real Extração.

Ante a reação da Administração Diamantina, que enviou reforços do Caeté-Mirim e de Minas Novas, João Costa e seus homens se retiraram da serra momentaneamente, continuando a garimpar em suas proximidades. O capitão-garimpeiro aproveitou a ocasião para reforçar seu bando com homens vindos de Sabará e, então, voltou à serra, instalou serviços diante das forças reais, afrontando-as com atrevimento e sem temor. Foi aí que a Intendência dos Diamantes solicitou auxílio diretamente ao governador dom Rodrigo José de Meneses, que pessoalmente acudiu trazendo mais de duzentos soldados, canhões e cavalaria. A “bela tropa” do governador enfrentou com enorme dificuldade a guerrilha dos garimpeiros, assim descrita por Joaquim Felício dos Santos (1976, p. 150):

Por entre as frestas de cada rochedo (...), em toda parte, as tropas reais podiam contar com o inimigo oculto, emboscado, que observava todos os seus movimentos, todos os seus planos, sem ser percebido (...). Muitas vezes quando as forças reais desalojavam, indo à cata do inimigo, que constava se ter reunido em certo ponto, por detrás das rochas (...) ouvia-se uma repentina detonação, erguia-se uma nuvem densa de fumo, e muitos soldados caíam mortos; depois nada mais se via senão o ligeiro trilhado, que deixavam os garimpeiros fugitivos: era o seu sistema ordinário de combater.

⁹¹ APM, SC, Cód. 229, fl. 49. Registro de cartas endereçadas ao governador por autoridades militares e ordenanças, 1779-1783.



Após muitas lutas, os garimpeiros foram surpreendidos e derrotados nas margens do córrego das Mortes, onde houve, conforme Joaquim Felício dos Santos (1976, p. 150), “*grande perda de mortos e prisioneiros*”. João Costa retirou-se da serra, novamente por pouco tempo.

Estaria de volta a ela em 1784, outra vez vencendo as tropas do governo, assenhoreando-se do lugar depois da famosa batalha de Campo Belo, em que derrotou as forças do comandante Antônio José de Araújo (PARRELA, 2009, p. 92).

O governo reagiu prontamente, enviando reforços chefiados por Manuel da Fonseca Milanês. Seguiram-se acirrados combates entre os garimpeiros e os soldados. O bando de João Costa realizou continuamente ações ousadas, como emboscadas e perseguições às patrulhas. O capitão-garimpeiro, com parte de sua tropa, teria se retirado para a Comarca de Sabará, onde continuaria a ser perseguido. Embora não se conheçam documentos que atestem a passagem do capitão-garimpeiro pela Comarca do Sabará, esse elemento da tradição regional sinaliza tanto a ampla mobilidade dos grupos garimpeiros quanto a sua capacidade de construir redes de solidariedade, difusas pelo território, que lhes garantiam apoio, reforços e, quando necessário nos momentos de maior repressão, refúgio.

Anos depois, no início de 1787, João Costa reapareceu em relatos do governador em situação de destaque, tratado como o já “*célebre João Costa, capitão maior das tropas de garimpeiros e mais destemidos que tem agido na Serra*”.⁹² Ao governador preocupavam as reiteradas fugas do garimpeiro quando aprisionado pelas forças da Administração Diamantina, suspeitando de que elas eram premeditadas e facilitadas, resultado de conluíus com soldados e autoridades daquela repartição. O capitão-garimpeiro retornara à serra de Itacambiraçu, tocando serviços de lavra e batendo-se contra as forças do comandante José de Souza Lobo e Melo. Em 17 de fevereiro, seu bando atacou o quartel da Serra, mas o comandante “*felizmente escapou de cair nas suas mãos, quando para o dito fim pegaram (sic) fogo e queimaram o seu quartel pela uma hora da noite*”.⁹³

Em abril de 1787, o capitão João Costa foi aprisionado graças à traição de sua amásia Margarida Felicidade. A mulher conduziu ao esconderijo do garimpeiro o comandante José

⁹² APM, SC, Cód. 238, fl. 220v.

⁹³ AHU, cx. 126, doc. 19.



de Souza Lobo e Melo, que o achou desguarnecido. Houve muita resistência de João Costa e dos oito companheiros que lá estavam. Os garimpeiros mataram um soldado dragão e dois pedestres, mas terminaram aprisionados. A lista dos presos incluía, além de João Costa, os nomes de: Manoel de Sampaio Guimarães, José Lopes Niza, o negro angola Antônio Coelho, Antônio Ferreira Domingues (que seria o responsável pela compra de mantimentos para o bando e um dos *avisadores* a serviço do mesmo), Ignácio Criollo, Francisco José Leite Guimarães e Joaquim Barbosa Vieira (ex-soldado incorporado ao grupo), que desempenhavam função de mineradores.⁹⁴ Tinoco, famoso garimpeiro de Minas Novas, teria se matado para não ser capturado (SANTOS, 1976, p. 152).

Este episódio revela duas coisas importantes a respeito dos grandes bandos de garimpeiros. Uma delas é a constante interação entre eles, implicando em troca de informações e experiências. A presença de Tinoco, chefe garimpeiro afamado de Minas Novas, no momento da prisão de João Costa é indicador disso. A outra coisa que salta aos olhos é a organização interna do bando do célebre capitão. Havia gente designada para os serviços de cata, havia os guardas dos ranchos e das lavras, havia os olheiros espalhados em toda a região, havia os responsáveis pelo abastecimento do grupo, que negociavam os “gêneros do país” e os instrumentos de minerar nas fazendas e comércios vizinhos. E havia o chefe e seus braços direitos, os condutores do bando, responsáveis pelos contatos com os “pedristas” e pelas alianças com proprietários e autoridades.

João Costa foi levado para o Tijuco, onde se lavrou o termo de prisão, hábito e tonsura a cargo do escrivão da Intendência, no dia 18 de abril de 1787. O capitão-garimpeiro foi processado e condenado. Imediatamente foi remetido para Vila Rica. Diz a tradição oral que, decorridos dois anos, ele fugiu da prisão, voltou ao Tijuco e vingou-se do carcereiro que o insultara na cadeia, matando-o.

A trajetória de José Basílio de Sousa difere em alguns aspectos da de João Costa. José Basílio, nascido em Santa Luzia de Sabará, cabra, forro, casado, foi preso na Demarcação Diamantina no ano de 1775, por suspeita de contrabando e por não ter profissão definida. Por conta disso, foi despejado para fora da comarca do Serro Frio. Algum tempo depois, estava de volta ao Tijuco, com licença para lá residir. Aprisionado outra vez pelas

⁹⁴ APM, SC, Cód. 240, fl. 81-82v. Registro de cartas do governador encaminhadas às câmaras, juízes e outras autoridades da capitania, 1783-1788.



mesmas razões, foi expulso novamente. E mesmo assim retornou ao Distrito Diamantino, arriscando-se no garimpo (SANTOS, 1978, p. 222).

José Basílio foi preso por causa de garimpo em 1780, quando lavrava uma grupiara no Caeté-Mirim, liderando pequeno grupo de homens. Recolhido ao tronco, subornou um carcereiro com uma oitava de diamantes e fugiu. Voltou a garimpar no interior da demarcação, com uma tropa de seis a dez homens. Em 1784, minerava no córrego do Guinda quando onde foi atacado por uma tropa de Dragões. Gravemente ferido, escapou para o Ribeirão da Areia, mas foi apanhado por uma patrulha que guardava o rio Pinheiro. Recebeu condenação de dez anos de galé nos serviços da Extração em Passagem, no Jequitinhonha. Ali, José Basílio teve como companheiro de ferros um contrabandista de nome João Bago.

Conseguiu fazer contato com pessoas do Tijuco, recebendo no rancho da prisão, por meio de um escravo, embrulho contendo uma carta, oito oitavas de ouro, quatro limas, uma verruma e uma faca. Uma noite, José Basílio e João Bago soltaram seus pés, lançaram fogo na rancharia e, aproveitando a confusão causada pelo incêndio, escaparam lançando-se no rio, ainda acorrentados pelo pescoço. João Bago foi mortalmente alvejado por soldados, mas José Basílio conseguiu escapar limando a corrente do pescoço do companheiro, e seguiu rio abaixo (SANTOS, 1978, p. 223). Rumou para a serra da Barra do Rio Manso, em busca de um parente ferreiro. Livrou-se das correntes e, com o ferro delas, fabricou uma alavanca e dois almocafres.

Entre 1785 e 1790, José Basílio andou pelo termo do Tijuco, pela serra de Itacambiraçu e em Paracatu, metido em garimpo e contrabando. Esteve em companhia de João Costa, com quem aprendeu manhas e estratagemas, vindo a ser, conforme Felício dos Santos, “*o mais temível escalador das terras diamantinas*”. Esteve também no Abaeté, rio de Santo Antônio e rio do Sono, na porção sul do termo de Paracatu, tirando cerca de vinte e oito oitavas de diamante. No Abaeté, onde havia mil garimpeiros, José Basílio foi o responsável pela cobrança do “vintém do diamante”, isto é, por recolher um vintém de cada trabalhador para pagamento ao soldado do destacamento que consentia na mineração. Foi lá que ele recebeu o tenente José Antônio de Melo, a quem o governador Luís da Cunha Meneses mandara fazer provas no rio. José Basílio, tido como o melhor mineiro, realizou as provas, que resultaram em oitava e meia de diamantes (SANTOS, 1978, p. 225).



Em janeiro de 1791, o capitão José Basílio garimpava com pequena tropa no córrego do Brumadinho, a pouca distância do Tijuco. Denunciado, a força dos pedestres partiu no seu encalço. Os garimpeiros decidiram resistir. José Basílio respondeu à ordem de prisão dada pelo comandante dizendo que só mortos se entregariam (SANTOS, 1978, p. 224). Em luta renhida, alguns garimpeiros morreram e a tropa da Extração ficou bastante maltratada. João Basílio foi baleado e muitos dos seus terminaram presos. Levado para o Tijuco, o chefe garimpeiro foi interrogado, julgado e condenado por extravio de diamantes, recebendo pena de degredo para Angola. No interrogatório conduzido pelo Intendente dos Diamantes, José Basílio não delatou ninguém, limitando-se a dizer que todos os compradores de suas pedras já tinham falecido, nem incriminou o tenente José Antônio Melo, suspeito de consentir na mineração clandestina, afirmando que o oficial não o conhecia por extraviador de diamantes (SANTOS, 1978, p. 225-226). Dele não saiu qualquer informação a respeito dos tratos e acertos clandestinos ocorridos na “boca do sertão”.

Na história do capitão-garimpeiro José Basílio apresentam-se os traços de valentia, resistência, mobilidade, conhecimento do sertão, liderança, lealdade aos companheiros – como no caso de João Costa –, e também a capacidade de fazer transações com autoridades locais: o carcereiro, o soldado do destacamento do Abaeté, o tenente a serviço do governador. Sua longa atuação no Distrito Diamantino e fora dele apoiava-se, por um lado, na proteção de senhores a quem vendia diamantes e, por outro, demonstrava a forte adesão dos garimpeiros à ideia de que as gemas, postas sob a terra por Deus, somente a Ele pertenciam, razão pela qual não caberia o regime de monopólio na sua extração.

A atuação de Isidoro de Amorim Pereira na Demarcação Diamantina e no sertão do Abaeté acrescenta mais elementos para se compreender as formas e estratégias dos bandos garimpeiros setecentistas.

Conforme Joaquim Felício dos Santos (1978, p. 322), Isidoro era pardo, fora escravo de um frei. Acusado de contrabando, foi confiscado de seu senhor pela Fazenda Real e condenado a pena de galés nos serviços da Real Extração, de onde fugiu e, então, entrou para a vida do garimpo. A Isidoro se juntaram escravos condenados e fugidos, de modo que sua tropa alcançou mais de cinquenta homens, além de suas mulheres e seus filhos. Eram garimpeiros *“aguerridos, ousados, que ele [Isidoro] fazia observar a mais rigorosa disciplina e sujeição no seu mando. Se algum deles delinquia era preso e entregue a seu*



senhor para ser punido: tal era a pena” (SANTOS, 1978, p. 322). Ainda segundo a mesma fonte, *“o furto constituía um dos grandes crimes entre esses homens (...). Respeitavam a propriedade dos brancos (...). Assim, nunca houve queixas contra Isidoro e sua tropa”* (SANTOS, 1978, p. 322).⁹⁵

Em direção semelhante têm-se a opinião do naturalista José Vieira Couto a respeito de Isidoro, formada durante a expedição aos sertões diamantinos do rio Abaeté. O naturalista notou a imensa autoridade de Isidoro sobre seu grupo de variada feição e cor, classificando-a como “incontestável”. Sobre o capitão-garimpeiro, escreveu: “[era] maior de cinquenta anos, de muito poucas palavras, e estas muito atenciosas, macias e corteses; mas de gênio retrincado e sagaz, e cujos dotes deveram ele a prerrogativa de sempre dominar sobre grandes enxames de tal gente” (COUTO, 1905, p. 145).

O memorialista reitera, portanto, traços que a tradição regional associou à figura dos capitães-garimpeiros, como a força de liderança, a exigência de estrita disciplina no bando, a habilidade como chefe militar, a ousadia, etc. Joaquim Felício dos Santos difundiu, ademais, a crença de que Isidoro fora pródigo na destinação de esmolas aos pobres, contando que, na ocasião em que comprou a liberdade de sua mulher e filho de um proprietário do Tijuco, ele teria mandado distribuir quatrocentas oitavas aos pobres do arraial. Esse caso, como se verá adiante, traz apoio para a opinião expressa pelo governador Bernardo José de Lorena, em 1799.

Pelo intendente do ouro de Sabará, Francisco de Paula Beltrão, sabe-se mais da vida do capitão Isidoro.⁹⁶ Perseguido pelas guardas do Distrito Diamantino, Isidoro, seus filhos e bando esconderam-se nos limites da comarca de Sabará com Goiás, nos sertões diamantinos do Campo Grande e das nascentes dos rios Indaiá e Abaeté. Ali extraiu pedras preciosas, que eram vendidas na vila de Pitangui ou na comarca do Rio das Mortes.

Provavelmente manteve contatos com Manuel da Assunção Ferraz Sarmiento, garimpeiro oriundo do Sabará que fizera “entradas clandestinas” nas nascentes do São Francisco desde os anos 1780, se instalara com seus escravos na fazenda da Boa Esperança

⁹⁵ A mesma rigidez disciplinar haveria no bando de João Costa. Conforme Joaquim Felício dos Santos (1978, p. 210), “sobre a morigeração de seus costumes contaremos o seguinte: Uma jovem de Minas Novas, tendo sido raptada e violentada por um garimpeiro da tropa de João Costa, este mandou prendê-lo e entregar ao comandante do destacamento, para ser processado e punido pelas leis do reino. O mesmo praticou com um criminoso de morte, que se fora refugiar no meio de sua gente”.

⁹⁶ Carta de Francisco de Paula Beltrão para João Felipe da Fonseca, 28/07/1801. AHU, cx. 158, doc. 22.



do Abaeté e, para escapar a dívidas e ao cerco da repressão, resolvera apresentar-se como “descobridor”, oferecendo, no ano de 1792, um diamante notável ao governador Visconde de Barbacena. Em 1799, ele foi a Lisboa em busca das graças de Sua Alteza Real, isto é, das promessas e mercês régias tradicionalmente concedidas aos descobridores. Solicitou o ofício de escrivão da ouvidoria da comarca do Rio das Mortes em três vidas.⁹⁷ Manuel da Assunção Sarmiento também obteve a nomeação de capitão-mor do “novo descoberto” e prêmio de três mil cruzados. Manejando habilmente *a posteriori* suas ações, passando de garimpeiro a descobridor, Manuel Sarmiento alcançou ganhos bem maiores que os resultados de sua mineração.

Foi certamente este exemplo que o capitão Isidoro seguiu quando, desentendendo-se com um comerciante de Pitangui a respeito de umas contas, foi perseguido por uma escolta de soldados que lhe tomou seus animais de cargas e bagagens. Como recrudesceram os cercos e as perseguições, Isidoro, lançando mão de “ocultas proteções”, tomou a resolução de se entregar ao governo, em Vila Rica. Em 1799, acompanhado do paulista Domingos Jaime Gonçalves Viana de Toledo, o garimpeiro apresentou ao governador Bernardo José de Lorena um “excelente diamante”, dizendo-lhe que a pedra teria sido encontrada quando andou na “*diligência de descobrir ouro no rio Indaiá da comarca de Sabará, termo da vila de Pitangui, no sítio vizinho à guarda da Marmelada*”.⁹⁸ Isidoro prometeu “*denunciar [ao governador] um grande descoberto onde diz há de mostrar muitos diamantes, muito ouro e (...) prata extraída em bateias como ouro*”; em troca, pediu que, se a Rainha lhe fizesse “alguma esmola”, fosse esta dividida com o seu companheiro Domingos Toledo.

Bernardo José de Lorena enviou carta a dom Rodrigo de Souza Coutinho sobre a proposta do capitão Isidoro.⁹⁹ O governador ponderou que os garimpeiros sempre quiseram fazer descobrimentos de ouro, embora estivessem situados em terras diamantinas, e que Isidoro era de natureza obediente aos mandados de despejo das terras diamantinas, “*com muitas virtudes morais, não ofendendo a pessoa alguma, pondo muitas esmolas aos pobres*”

⁹⁷ AHU, Avulsos, cx. 151, doc. 33. Apontamentos para serem lavrados os decretos de 4 e 12 de dezembro de 1799..., 09/12/1799.

⁹⁸ Termo lavrado na Junta da Real Fazenda de Vila Rica, que recolheu a pedra apresentada por Isidoro. AHU, cx. 149, doc. 5, fl. 7.

⁹⁹ Carta de Bernardo José de Lorena para Rodrigo de Souza Coutinho, 15/07/1799. AHU, cx. 149, doc. 5.



que encontrava, não se lhe tendo achado nada proibido” nas revistas.¹⁰⁰ Isidoro Pereira foi nomeado capitão do Regimento dos Homens Pardos de Vila Rica.¹⁰¹ E o governador decidiu promover uma expedição exploradora, cujo guia seria o garimpeiro.

Esta expedição, chefiada pelo intendente Francisco Beltrão, partiu de Vila Rica no final de abril de 1800, juntando-se ao bando de Isidoro na fazenda de Amaro da Costa Guimarães, nas margens do rio São Francisco. Dali, a expedição rumou para o sertão do Abaeté, em difícil jornada de dez dias. Integrou a expedição o doutor José Vieira Couto, como “*naturalista em serviço de sua alteza real, para todos os exames mineralógicos e metalúrgicos em lugares tão remotos, pouco conhecidos, e de tão grandes esperanças*”.¹⁰² A expedição regressou a Vila Rica em 11 de setembro de 1801, com resultados relativamente modestos: 32 diamantes extraídos no rio Abaeté, e 43 diamantes retirados no rio Indaiá, perfazendo pouco mais de cinco oitavas de peso total.

A “denúncia” de grande descoberto e a participação de Isidoro na expedição à “Nova Lorena Diamantina” mostram os estratagemas habilmente empregados pelos garimpeiros para lidar com as autoridades da capitania nos momentos de endurecimento da repressão à mineração clandestina e extravio de diamantes. Integrava o repertório de ações garimpeiras o buscar acordos com o governo, de modo a conseguir tranquilidade em determinadas épocas, explorando as mudanças na orientação da política colonial relacionada às Minas. Acordos que geraram barganhas e compromissos, que prometiam mais eficaz salvo-conduto e relaxamento das tensões com o aparelho estatal, para além da mais costumeira prática de simplesmente subornar soldados e agentes fiscais lotados nas áreas das jazidas.

Ainda a propósito do capitão Isidoro de Amorim Pereira, vale ressaltar o que disse o governador Bernardo José de Lorena: que exploradores como ele costumavam evitar o confronto direto com os destacamentos militares, aglomerando-se mais em razão da ajuda mútua no sertão do que para resistir aos soldados. Descontada a evidente necessidade que tinha o governador de pintar com boas cores a imagem do capitão-garimpeiro, justificando

¹⁰⁰ A opinião do intendente Francisco Beltrão a respeito de Isidoro era outra: considerava-o impostor, que lograra o governador com alegações falsas e se fizera “denunciante de coisas velhas”. Carta de Manuel Antônio de Magalhães, Francisco de Paula Beltrão e Antônio José Dias Coelho para Bernardo José de Lorena. APM, Casa dos Contos, rolo 546, planilha 21498 [microfilme].

¹⁰¹ Termo da Junta da Real Fazenda, 19/11/1800. APM, Casa dos Contos, rolo 525, planilha 20094 [microfilme].

¹⁰² Carta de Bernardo José de Lorena para o Visconde de Anadia, 06/02/1802. AHU, cx. 161, doc. 25.



o acordo que fizera com ele, a sua opinião esboça coisas importantes. Em primeiro lugar, que os bandos garimpeiros possuíam, em geral, a estratégia de fugir ao embate direto com as tropas do governo, pondo-se fora do alcance delas; mas, quando não encontravam meios de continuar a garimpar nas zonas onde se refugiaram, partiam para o embate contra os soldados. Em segundo lugar, que nos seus deslocamentos pelo sertão e nas refregas com as tropas, os bandos garimpeiros agiam isoladamente. Não havia entre eles solidariedade de ação política, apenas ajuda mútua quando se concentravam em determinados lugares em razão da exploração de ricos cascalhos.

Isto parece combinar com elemento essencial da cultura garimpeira tradicional: o “individualismo” dos grupos garimpeiros, que concorrem entre si na descoberta de catas, na exploração das lavras e na comercialização das pedras extraídas. Vale citar mais uma vez Joaquim Felício dos Santos, em trecho sobre o capitão Isidoro: “[Ele] tornara-se afinal um hábil mineiro. Conhecia grande parte das terras diamantinas, sabia das melhores lavras, e de serviços mais fáceis; mas a ninguém o revelava.” (SANTOS, 1978, p. 322). Os garimpeiros escondem uns dos outros informações sobre novos descobertos. Conservam os achados em segredo supersticioso, sinal da inconsistente solidariedade dos garimpeiros, sobretudo nos tempos de penúria. Valorizam a coesão proporcionada por laços familiares e de amizade e preferem trabalhar assim, no âmbito de grupos coesionados por antigas e sólidas relações pessoais. Se se deparavam com serviço rico, mas superior à força do bando, mantêm-no em segredo à espera de futura ocasião em que possam realizá-lo, ao invés de reunir outros grupos e formar uma sociedade capaz de lavrar a jazida. Nesse sentido, na cultura garimpeira tradicional, cada grupo de mineradores é uma mônoda, autônoma, relativamente fechada, que supersticiosamente desconfia dos demais mineradores e dos agentes do Estado (MACHADO FILHO, 1985).

Ainda no que se refere à cultura garimpeira tradicional, o naturalista Vieira Couto, refletindo sobre as motivações das práticas sertanistas, obrigou-se a uma explicação a respeito do achado de grande pedra por Antônio Gomes Batista, o descobridor, em 1792, da lavra da Galena, uma explicação bem ao gosto do imaginário garimpeiro: o tal diamante já reclamava o explorador, “*assim, ou por efeito de dar cumprimento às necessárias leis do inelutável destino, ou por acoitado de más mudanças e de desesperação, é que um sujeito*



poderia resolver-se a embrenhar-se por sertões tão tristes e medonhos, tão remontados de habitação humana, e tão faltosos de todo o necessário” (COUTO, 1905, p. 148).

Eis um elemento central das crenças garimpeiras: cada diamante, especialmente os maiores, tem seu “verdadeiro” dono, escolhido pelo destino, e somente se revela a ele. Caso venha cair em mãos de terceiros, não traz nem felicidade nem prosperidade. Como se dizia em São João da Chapada, comunidade garimpeira a seis léguas ao norte de Diamantina, “*o que tem de ser meu está debaixo da terra*” (MACHADO FILHO, 1985, p. 36). Ora, nestas circunstâncias, como se poderia aceitar que o governo atravancasse a mineração com regulamentos draconianos e com a cobrança de elevados impostos? Ainda mais quando ele nada fazia para descobrir os ricos prumos e não tinha despesas para explorá-los...

De volta à Demarcação Diamantina na época do Intendente Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt, Isidoro e seu bando sofreram acérrima perseguição. O capitão-garimpeiro, porém, “*sempre conseguia pôr-se a salvo das perseguições, já resistindo com a força, já por traças contaminando-lhes os planos [do intendente] mais bem combinados*” (SANTOS, 1978, p. 323-324). Porém, graças à traição de um companheiro, Isidoro foi capturado após ser surpreendido por grande número de pedestres, oferecendo longa resistência até cair ferido por três balas. Entrou preso no Tijuco em junho de 1809, onde foi submetido a torturas e longos interrogatórios conduzidos pelo intendente em pessoa. Segundo Felício dos Santos, durante os interrogatórios, Isidoro respondeu invariavelmente que não sabia a quem vendia os diamantes que extraía. E, perguntado se havia retirado diamantes nas lavras impedidas, teria respondido: “*os diamantes eram de Deus, e só dele; e por isso não cometera crime em extraí-los*” (SANTOS, 1978, p. 324).

Em comum, os capitães-garimpeiros João Costa, José Basílio e Isidoro Pereira possuíam liderança carismática e suas práticas de dominação traduziam-se em ritos de violência específicos, como o recurso à vingança, a valorização da honra, a exibição de signos de virilidade, como a valentia, a bravura e o desafio. Pode-se aproximá-los dos *bandidos sociais* analisados por Eric Hobsbawm, os “bandidos dos camponeses”, que “tiravam dos ricos para dar aos pobres e só matavam em legítima defesa ou como justa vingança”, considerados pelo povo como seus “honrados” defensores, símbolos e instrumentos de “uma forma bastante primitiva de protesto social organizado”, que terminavam quase sempre pela traição. Sujeitos que, moldados pelas convenções locais,



“defendem a ‘nossa lei’ – costumes, inimizadas de sangue, ou qualquer outra – contra a lei ‘deles’, e a ‘nossa’ justiça contra a justiça dos ricos” (HOBSBAWM, 1978, p.25).

Neste sentido, os maiores capitães-garimpeiros podem ser comparados aos potentados rurais da capitania analisados por Célia Nonata da Silva (2007), homens que construíram territórios de mando nas periferias das Minas, em diversas partes das Gerais, como Manuel Nunes Viana, justiceiro e régulo governador temporário durante a Guerra dos Emboabas, “senhor dos caminhos” na Barra do rio das Velhas nos anos 1710. Conforme a pesquisadora,

[Ele] exemplifica um tipo de banditismo que se transformou em lenda e em mito popular nas comunidades onde agiu, devido a algumas características, como a busca pela justiça, a bondade exercida na comunidade que o apoia e a fama decorrente de sua ação de destemido e valente. (...) Nunes Viana inaugurou uma tradição de contestação via marginalidade, com ostensiva valentia e arrogância (SILVA, 2007, p. 270-271).

Enfim, à roda dos grandes chefes garimpeiros setecentistas, nas lonjuras dos sertões diamantinos – continentes imensos e indevassados –, floresceu uma configuração política peculiar, vigorosos polos de poder privado, embora efêmeros, os quais, ao longo da segunda metade do século, minaram insidiosamente as sucessivas tentativas da Coroa portuguesa no sentido de estender os seus tentáculos por todo o vasto interior da capitania. Os capitães-garimpeiros representaram um poder que fustigava a Coroa, contra a qual empreendiam tenaz e bem-sucedida resistência, sendo obedecidos e respeitados por seus seguidores e porções dos moradores das imediações dos terrenos diamantinos, reconhecidos como chefes legítimos nos territórios distantes do controle da Coroa. Os capitães-garimpeiros tomaram em suas mãos o exercício da justiça e a solução dos conflitos vicinais, a cura de doenças e o auxílio a doentes e inválidos, como assevera a tradição local em Diamantina e Grão Mogol, referente a João Costa e Isidoro Pereira. As autoridades coloniais, por sua vez, reconheceram os chefes garimpeiros como figuras respeitadas e obedecidas, mas, simultaneamente, propalaram os seus excessos e tiranias.

Os capitães-garimpeiros, na condução de seus bandos armados, exercitaram um poder marcadamente privado, às vezes refratário à negociação com o governo, às vezes aberto à transação com as autoridades régias da capitania. Um poder que se apoiava, em última instância, numa complexa rede de solidariedades, de que faziam parte escravos,



homens livres e forros pobres, fazendeiros, comerciantes, quilombolas e, frequentemente, soldados, clérigos e autoridades locais.

Novas e antigas tensões no período imperial: faiscadores contra os grandes e o Estado

O século XIX trouxe o refluxo veloz dos grandes grupos garimpeiros, cujo protagonismo nas zonas diamantíferas desapareceu irreversivelmente. As turbulências que se passaram nessas terras então se deveram principalmente à ação de pequenos bandos e de ajuntamentos de faiscadores, que surgiam e desapareciam num piscar de olhos.

As razões para a extinção dos bandos como os de João Costa, José Basílio e Isidoro Pereira são pelo menos duas. A primeira é o fortalecimento da presença do Estado nos territórios diamantinos. Ao longo de toda a centúria, abriram-se caminhos, instalaram-se postos fiscais e quartéis, surgiram novas vilas e cidades, consolidou-se a atuação da Guarda Nacional – milícia de cidadãos proprietários ocupada com a manutenção da ordem pública. Dessa forma, reduziram-se as áreas fora de controle do Estado, o que criou dificuldades de monta para a sobrevivência de grandes bandos à margem da lei. A segunda razão é a mudança da legislação minerária com o advento do Império. Adotou-se o regime de livre exploração. O desimpedimento das lavras de diamante produziu a tendência de atrair os mineradores para a órbita dos grandes senhores de lavra, cujos serviços reuniram numerosa escravaria e também jornaleiros.

O que muito se viu no século XIX foram bandos como o de Manoel Ferreira dos Anjos, baseado no sítio da Cabeceira d'Água, que aterrorizou São João da Chapada nos anos 1860-70. Manoel dos Anjos era um crioulo, de pais desconhecidos, que ganhara a vida até os vinte e poucos anos de idade trabalhando como garimpeiro no Acaba-Mundo, Bom Sucesso e Curralinho. Por volta de 1861, por causa de uma rixa, espancou violentamente Paulino de tal, apadrinhado de um barão. Fugiu do Bom Sucesso. Foi julgado e condenado à revelia. Refugiou-se no distrito de São João da Chapada, erguendo rancho no lugar denominado Cabeceira d'Água, no lado esquerdo do caminho que levava a Quartel do Indaiá. Para sobreviver, Manoel dos Anjos caçava, pescava e faiscava nas matas do Caeté-Mirim.¹⁰³

¹⁰³ Auto de resistência movido contra Francisco de Almeida, 1873-74, Cartório do 1º Ofício, maço 132, 1873. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.



Logo se juntaram a ele Manoel Palhada (escravo fugido do finado capitão Luiz Antônio Homem), Ana Teodora dos Santos da Anunciação, meretriz nascida em Diamantina, Manoel Barro (escravo fugido) e sua amásia Paulina crioula, meretriz em São João da Chapada, Manoel Cadete (escravo de dona Ana Teresa Gomes Ribeiro, senhora da fazenda Caeté-Mirim) e Antônio de Pauta (escravo fugido do fazendeiro Francisco Pauta). O bando praticava faiscagem, roubo de gado e assaltava moradores e viajantes que passavam pelo caminho do Inhaí. Tanto desassossejou o povo que não restou ao subdelegado de São João da Chapada, José Lopes Vieira Leite, alternativa senão perseguir e prender o bando da Cabeceira d'Água. Em 22 de abril de 1873, expediu-se a ordem de prisão contra Manoel dos Anjos e seus comparsas. O documento exarava:

Mando a qualquer oficial de justiça que vão aos lugares aonde existirem quilombos neste distrito e também existirem criminosos em crimes inafiançáveis, e aí prendam a todos escravos fugidos que encontrarem e bem como criminosos, especialmente a Manoel Ferreira dos Anjos, criminoso e acoitador de escravos fugidos e em cometer crime de furto de gado vacum, como é público e notório neste arraial, podendo no caso de resistência empregar a força e tirar a vida se assim se tornar necessário, podendo com as formalidades da Lei dar busca em qualquer casa suspeita de acoitar gente em idênticas circunstâncias e empregar os mesmos meios.¹⁰⁴

Uma pequena força policial, integrada por quatro praças e comandada pelo oficial de justiça Felisberto Antônio da Guerra, partiu de São João da Chapada no encalço do garimpeiro-bandido. No lugar denominado Luiz Carlos, no dia 24 de abril, a patrulha deparou com Manoel dos Anjos, Antônio de Pauta e Manoel Barro. Travou-se rápido tiroteio, ao fim do qual havia morrido Manoel dos Anjos. Os dois escravos fugidos foram feridos e presos. No dia seguinte, o corpo do chefe do bando da Cabeceira d'Água foi enterrado em cova rasa, na beira da estrada, no mesmo lugar onde caíra morto.

O caso de Manoel dos Anjos lembra, por um lado, os vínculos próximos e constantes dos mineradores ilegais com quilombos na região de Diamantina e, por outro lado, a necessidade de matizar a imagem romântica dos garimpeiros difundida pelos memorialistas, uma vez que é mais plausível, na realidade, pensar os grupos de mineradores ilegais no limiar da ordem e da desordem.

¹⁰⁴ Mandato, auto de prisão do subdelegado de Polícia do distrito de Chapada, Cartório do 1º Ofício, Resistência, 1873, maço 132, fl. 4. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.



A Constituição de 1824 adotou o regime dominial, pelo qual os minérios eram considerados propriedade do Estado, a quem cabiam as funções de controle e fiscalização da prospecção e do aproveitamento das jazidas. Aos concessionários impunha-se explorar efetivamente os recursos, em prol do “interesse público”, e repassar aos cofres públicos os impostos cobrados sobre a atividade minerária. Na década de 1830, a opção do governo imperial foi a de colocar nas mãos das províncias a responsabilidade pelo controle das lavras e dos mineradores. Para os diamantes, restou a obrigação de lapidar as pedras no Rio de Janeiro, nas dependências da “Fábrica de Lapidação” do Tesouro Nacional (VASCONCELOS, 1936).

Em Minas Gerais, a peça-chave da engrenagem de controle e fiscalização da mineração diamantífera foi a Inspeção da Administração e Extração Diamantina, criada pelo decreto de 24 de setembro de 1845, que extinguiu a antiga Junta Diamantina (SANTOS, 1978, p. 404). Esse órgão, que se tornou mais conhecido como Administração Geral dos Terrenos Diamantinos, tinha sede em Diamantina e delegacias no Serro, Grão Mogol, Conceição do Serro, São Romão, Bagagem (atual Estrela do Sul, no Triângulo Mineiro) e Uberaba. A ele competia fazer o registro das áreas das jazidas, das concessões e autorizações para lavra, evitar exploração indevida de terrenos diamantinos e prestar contas à Tesouraria da Província da movimentação de exploração e arrecadação. A Administração Diamantina fazia a medição dos lotes minerais, levava-os a hasta pública e registrava os contratos assinados pelos arrematantes, os quais deviam pagar os impostos anuais na Coletoria provincial. No que concerne à fiscalização das lavras, a repartição realizava inspeções de campo e tentava responder prontamente às denúncias de irregularidades e problemas que chegava a conhecer (MARTINS, 2012).

A Administração Geral dos Terrenos Diamantinos foi ferreamente capturada e dirigida pelas elites diamantinenses, cujo poder político nos tempos imperiais era bastante considerável. Na verdade, os interesses dos grandes mineradores e diamantários do antigo Tijuco privatizaram – esse é o termo justo – a referida repartição. Dessa forma, na segunda metade do século XIX ocorreu forte processo de concentração dos terrenos minerais. Para milhares de homens que viviam da cata de diamantes, não restou outra saída senão integrar



as “turmas” dos poderosos donos de lavras, trabalhando no sistema de *praças*.¹⁰⁵ Os que não se submeteram ou formaram pequenos grupos garimpeiros ou viraram faiscaidores, tentando serviços modestíssimos nos córregos mais afastados e, em geral, pouco promissores. Não eram mais considerados criminosos, como na época colonial, mas foram empurrados para o lusco-fusco da marginalidade econômica e social.

A atuação da Administração favoreceu abertamente a concentração e a especulação com os terrenos diamantinos no decorrer do século XIX. Na demarcação das jazidas e nas hastas públicas, privilegiaram-se os grandes mineradores ou as sociedades por eles constituídas. A repartição preferiu, quando possível, destinar áreas ricas em diamantes para as companhias de mineração ao invés dos garimpeiros, opção que tem a ver com a influência dos grandes mineradores no órgão, mas também com a crença de que tal escolha seria melhor para a produção e, portanto, para a Fazenda e o país. Quanto aos faiscaidores, conforme o artigo 29 do regulamento de 17 de agosto de 1846, a repartição destinava-lhes exíguos lugares devolutos para minerar. Por outro lado, a Administração reprimiu obstinadamente as invasões de lotes minerais, recorrendo à Polícia e à Guarda Nacional. Oferece-se a seguir apenas dois exemplos disso.

Na invasão do lote contratado por dona Carolina Gabriela da Fonseca, a Secretária da Administração oficiou, em 12 de março de 1886, o delegado dos Terrenos Diamantinos do Serro, informando-o do fato e dando-lhe as seguintes instruções:

Cumpra a essa Delegacia mandar intimar os invasores a que se retirem tomando ao mesmo tempo uma relação dos que ali forem encontrados trabalhando a fim de serem multados e executados; e no caso de resistência ou reincidência deve a arrendatária requerer à autoridade judiciária instaurar o respectivo processo. É esta a praxe seguida em casos idênticos, a qual essa Delegacia deve seguir.¹⁰⁶

Já na denúncia da presença de faiscaidores em uma área de Diamantina, a Administração acionou o delegado de Polícia do Termo, tenente João Teodoro Fernandes, da seguinte forma:

¹⁰⁵ Praça é o nome dado ao trabalhador da mineração de diamantes que trabalha por uma porcentagem pequena do lucro apurado na cata. O dono da lavra garante a ele alimentação, ferramentas e habitação (ranchos precários, de madeira e sapé, no local do serviço).

¹⁰⁶ APM, TD-04, fl. 52. Livro de Ofícios expedidos pela Administração Diamantina, 1855-1886.



31 de março de 1868. Denunciando perante V. S. o capitão Antônio Mendes de Magalhães que no lugar denominado Mata dos Crioulos acha-se um grupo de pessoas minerando, sem título legítimo, os terrenos diamantinos situados em aquele lugar, a bem do serviço público e para que sejam respeitados os direitos da Fazenda Nacional requisito de V. S. os praças que julgar necessários a fim de, auxiliados pelo Porteiro desta repartição, irem ao lugar vedar este ato criminoso.¹⁰⁷

O resultado líquido dessa política da Administração Diamantina foi a crescente escassez de áreas para trabalhar que enfrentaram os pequenos garimpeiros e os faiscadores. Tornou-se comum a aceitação pelo garimpeiro de condições pesadas para minerar em lotes de outrem, como denunciou Aires da Mata Machado Filho (1985, p. 35) nos anos 1930: *“São gente de fora, proprietários de lavras riquíssimas que praticam a injustiça costumada de ricos sem espírito cristão, exigindo de descobridores de prumos, que são os conhecedores e que fazem todas as despesas, a exorbitante contribuição de 30% sobre o lucro bruto das lavagens...”*. Ou era isso, ou era lançar mão da *esperteza* para obter acesso temporário a prumos para garimpar, a exemplo do caso contado por antigo garimpeiro diamantinense, ocorrido nos anos 1930:

Quando nós [eu, meu pai, meu irmão e mais dois homens] chegamos na Sopa, tinha um tal de dr. Catão Gomes Jardim trabalhando lá com uma turma grande. Nós fizemos de conta que éramos capiais, que não éramos práticos. O filho do doutor nos mostrou todo o terreno e o serviço que estava fazendo. Mostrou um talhão e disse que nesse cristalão vermelho nunca entra diamante. Do outro lado, ele estava tirando a mais de ano diamante quase todo dia, mas pequenos, de dois a três grãos. Aí eu pedi para o filho do doutor que ele nos desse o talhão. O rapaz aceitou, insistindo que nós iríamos perder dinheiro ali. No outro dia, nós fizemos o paiol e despejamos na canoa o gorgulho. Depois de apurar algumas gamelas de canjica, encontramos uma pedra pesando 36 grãos, um mundo de diamante. Aí fomos lá mostrar ao doutor, com calma. Ele ficou doido. Tiramos mais cento e tantos grãos. O doutor pôs a gente nas nuvens, dizendo: - Que povo sabido, nós é que temos que tomar direção com eles.¹⁰⁸

Também recrudesceram as expulsões de garimpeiros dos descobertos que eles faziam, tomados pelos grandes mineradores com explorações vizinhas, como relata o

¹⁰⁷ APM, TD-04, fl. 43. O capitão Antônio Mendes de Magalhães era conhecido fazendeiro na Mata dos Crioulos. Sua denúncia talvez fosse motivada pela impossibilidade de exigir de mineradores ilegais qualquer percentual sobre os diamantes extraídos.

¹⁰⁸ Depoimento de Alfredo Fernandes, garimpeiro que trabalhou em serviços de lavra manuais desde os anos 1930, com o pai, irmãos, tios e primos. Colhido pelo autor em 12 de junho de 1995, na cidade de Diamantina.



mesmo Alfredo Fernandes, referindo-se a episódio vivido no distrito de São João da Chapada, nos anos 1930:

Numa localidade chamada Peroba, a uns dois quilômetros do córrego Caeté-Mirim, eu fiz uma grande descoberta. Meu povo estava só tirando diamante, fazia mais de um mês. Mas havia um homem que tinha um rancho ali perto, Nico Soares, o dono do terreno. Ele estava observando a gente e começou a desconfiar. Nós o tapeamos durante alguns dias, até que ele chegou, disse que era o dono do terreno e exigiu uma partida de diamantes. Desconfiamos que ele iria vender as pedras para o dr. Edmundo Caldeira Brant, um grande minerador que trabalhava em São João da Chapada. Durante três dias, conseguimos impedir que o Nico Soares fosse ter com o doutor. Numa noite, porém, ele conseguiu passar, encontrou o doutor, vendeu os diamantes e contou sobre nossa descoberta. Acabou fervendo a demanda. O dr. Edmundo foi ao delegado e comprou o delegado. Foi ao Quartel [de Polícia], conversou com o comandante e pediu que ele tirasse a gente do terreno. Comprometeu-se a colocar gente da polícia trabalhando no achado que era muito rico. No outro dia, a área já estava lotada de soldado cercando a gente. Em Diamantina, corria a história de que eles iriam matar os Fernandes, e que os soldados que atirassem em nós não teriam processo. Nós pusemos um advogado e toda semana eu ia a Diamantina levando muito dinheiro para encontrá-lo. A tropa do Batalhão recebeu do juiz ordem para que a gente entregasse o terreno para os Soares de Abreu, os proprietários. Acabou que nós perdemos a demanda e muito dinheiro com o advogado. Voltamos para São João da Chapada, sob a ameaça dos soldados. Nossa descoberta ficou com o dr. Edmundo e durante muito tempo tiraram bastante diamante lá.¹⁰⁹

Seja qual for o conteúdo de verdade que existe na versão apresentada sobre a “demanda” do Peroba, há duas coisas significativas na narrativa do velho garimpeiro. A primeira é o que ela revela sobre a concepção do papel do Estado e das autoridades governamentais na região. Para o velho minerador, era incompreensível a razão do envolvimento da tropa do 3º Batalhão de Polícia na disputa. Segundo suas palavras, “*quem faz uma descoberta não é criminoso*”, de modo que as ameaças dos soldados mostravam simplesmente que “*a polícia está querendo tomar de nós para outros ficarem ricos*”. O Estado, portanto, era encarado por ele como inimigo das famílias garimpeiras, sempre a serviço dos poderosos donos de mineração em Diamantina. Os advogados e os juízes serviriam apenas para gastar inutilmente o dinheiro do garimpeiro, pois se curvavam aos ditames dos “doutores”. Para o garimpeiro, quem “*caçar briga com soldado vai acabar morrendo lá no mato, como se fosse um bicho*”.

¹⁰⁹ Depoimento de Alfredo Fernandes, colhido pelo autor em 12 de junho de 1995.



A segunda coisa a destacar no depoimento de Alfredo Fernandes é a crença implícita no *direito de descoberta*. Quem faz uma descoberta de diamantes não é criminoso, e mais que isso: teria direito natural aos benefícios decorrentes – poder explorar a lavrar, dispor livremente daquilo que for apurado, ter reconhecida sua capacidade de minerador e sua contribuição para a sociedade, receber respeito e proteção das autoridades. Esta ideia, compartilhada por gerações de garimpeiros nas Minas Gerais desde os setecentos, punha em xeque os direitos do Estado sobre as riquezas minerais encontradas por eles. E tinha fundamentos nas concepções jurídicas do antigo regime português, deitando raízes na vassalagem medieval. Era idêntica ao direito de conquista que constituiu o núcleo do discurso dos paulistas ao longo da Guerra dos Emboabas e, posteriormente, nos motins de Pitangui. Conforme Adriana Romeiro (2011, p. 38), o direito de conquista era

velho instrumento jurídico, que remontava ao Portugal medieval, [e] incrustava-se na economia das mercês, funcionando como uma troca de serviços entre o monarca e seus vassalos. Ao primeiro cabia reconhecer e remunerar os serviços prestados pelos segundos, garantindo-lhes direitos e privilégios sobre as terras descobertas e conquistadas. Na América Portuguesa, o direito de conquista foi muito frequentemente instrumentalizado para garantir aos primeiros conquistadores a reserva de cargos, postos e patentes (...).

No quadro da segunda metade do século XIX, a hostilidade passiva e resignada de faiscadores e pequenos garimpeiros se transformou em agitação diversas vezes. Premida pela escassez de lotes para minerar, agastada com a especulação envolvendo as áreas diamantíferas, preterida pela atuação da Administração Diamantina, a arraia-miúda do garimpo se pôs em movimento, invadiu terrenos e resistiu aos desígnios das autoridades. Na região de Diamantina, os enfrentamentos mais agudos talvez tenham sido os conflitos da lavra do Cavalo Morto (1849), Curralinho (1861), Rio das Pedras (1861), São João da Chapada (1863), Caeté-Mirim (1869) e Pau de Fruta (1873), sempre resolvidos em favor dos proprietários pela diligente e impiedosa ação da Guarda Nacional.

Em setembro de 1849, a lavra do Cavalo Morto foi ocupada por faiscadores e garimpeiros em busca de condições de subsistência. Ilegal, a ação logo pôs em alerta as autoridades de Diamantina. O delegado solicitou à Câmara a liberação de cinquenta praças,



enviou a tropa à lavra e desbaratou a ocupação, resultando prisões e condenações à morte de alguns agitadores.¹¹⁰

A descoberta de diamantes no centro do povoado de Curralinho, no alvorecer do ano de 1861, causou enorme ajuntamento de faiscaidores, principiando serviços em toda a área, lavrando quintais e ruas. Em 1º de março, o inspetor Geral da Administração Diamantina enviou ofício ao Presidente da Província, Conselheiro Vicente Pires da Mota, no qual dizia:

Aparecendo no 1º Distrito Diamantino, destinado a faiscaidores, uma pequena pinta dentro do arraial do Curralinho alguns habitantes deste distrito requereram cartas de faiscaidores, e principiaram a lavar de comunhão com os donos do solo, mas a inveja e a ambição de ter logo veio perturbar o sossego público a ponto de se reear uma sublevação como se espalhou (...).¹¹¹

O grande número de mineiros, em terrível agitação, cujas catas expandiam-se sem obedecer quaisquer limites, provocou choques não apenas entre faiscaidores, como também entre eles e os posseiros do Curralinho. O povo invadiu o serviço, havendo resistência. Os tumultos pioraram, exigindo a intervenção do Juiz Municipal e a presença de tropas oriundas de Diamantina. Ocorreram prisões e o embargo do serviço até a chegada de instruções da Tesouraria da Fazenda. O ajuntamento de faiscaidores foi desfeito e a área terminou vedada às faisqueiras.¹¹²

No Guinda, em março e abril de 1861, nas barrancas do rio das Pedras, um ajuntamento de faiscaidores e garimpeiros se deu na esteira da descoberta realizada por Francisco Gonçalves Ferreira. Este minerador requereu que se levassem a hasta pública seis mil braças quadradas de terreno diamantino na ponta da serra denominada Lapa dos Couveiros, já invadida por numerosos mineiros. A Administração Diamantina se viu preocupada com dois fatos: primeiro, a invasão propriamente dita, ensejando rumorosa extração ilegal; segundo, o requerimento apresentado por Gonçalves Ferreira, se trazia a possibilidade de botar ordem na Lapa dos Couveiros, ao legalizar a cata e implicar na retirada dos faiscaidores, também geraria um problema colateral – prejudicaria a água que se prestava a servidão pública. O inspetor geral da Administração resolveu nomear uma comissão, integrada pelos cidadãos João Pires Cardoso, Joaquim Cassemiro Lages e Dinis

¹¹⁰ Livro de Atas, 1849-55, fl. 33v. Acervo da Câmara Municipal de Diamantina.

¹¹¹ APM, TD-04, fl. 28.

¹¹² Acervo José Teixeira Neves, cx. 3, Livro 1, fl. XXXVIII. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.



Tameirão Pinto, para examinar a situação e propor medidas. Com base no parecer da comissão, o inspetor geral recusou o pleito de Francisco Gonçalves Ferreira e enviou a Guarda Nacional para expulsar os faiscadores, que andavam, naquela altura dos acontecimentos, furiosos com a repartição. Foram despejados à força, com muitos presos e feridos.¹¹³

A confrontação mais notável entre faiscadores e grandes mineradores ocorreu na lavra do Barro Duro, de propriedade de Felisberto Ferreira Brant, no distrito de São João da Chapada, no ano de 1863. A jazida riquíssima, onde Ferreira Brant empregava cerca de quatrocentos cativos, foi invadida por uma multidão de faiscadores e pequenos garimpeiros, vindos de todo canto do município, que ali se ajuntaram pleiteando o direito de minerar, queixando-se da escassez de áreas livres para a faiscagem e o garimpo. As notícias correram de boca em boca, assim como os apelos para que os mineiros somassem esforços no sentido de sustentar sua reivindicação ante as autoridades. O movimento tomou ares de “revolução” e surgiram chefes, que se diziam rebelados em defesa do “direito do povo”. Conforme notícia do jornal *O Jequitinhonha*, “durante a noite, cerca de duzentos invasores, em uma orgia infernal, não cessaram de dar tiros e de gritar. É a sua marselhesa, a seguinte quadra: ‘Quem está no bom, está calado/ Quem está no ruim está danado/ Por Deus e João Furado/ Que o Duro vai desovado’”.¹¹⁴

As autoridades diamantinenses reagiram rapidamente. Em 20 de maio de 1863, o mesmo periódico publicou o manifesto do delegado à população, em que se lê:

Consta-me, e é certo, que homens desvairados têm iludido a um grande número de pessoas para que armadas e à força invadam a lavra do Duro e eu como autoridade policial do termo, desejando que os meus concidadãos não se abismem, espero de todos eles a mais dedicada coadjuvação (...) com os quais desde já conto para repelir àqueles que desprezando o pundonor de cidadão brasileiro, e calcando aos pés a lei, quiserem a todo transe invadir uma propriedade (...) porque com a força física e com a lei, protesto não deixar os invasores se locupletarem com a propriedade alheia.

Em poucos dias, a malta de invasores alcançou mais de seiscentas almas. Os faiscadores, dispostos a resistir, exigiam a redistribuição dos lotes minerais. O sargento-mor Felisberto Ferreira Brant enviou mensageiros a Diamantina para ter com o delegado João

¹¹³ APM, TD-04, fl. 31. Carta do inspetor geral ao senhor João Pires Cardoso, 16/04/1861.

¹¹⁴ *O Jequitinhonha*, n. 119, 20/05/1863.



Raimundo Mourão. E este lançou tropa bem armada contra os revoltosos – quarenta cavaleiros da Guarda Nacional de Diamantina e outros vinte do Serro, sob o comando do tenente João Teodoro Fernandes. O Barro Duro foi retomado ao preço de dezenas de mortos e feridos. Chefes da revolta foram levados para a cidade e, em seguida, julgados na capital da província.

No fim de 1869, nova invasão de faiscadores se realizou nas ribeiras do Caeté-Mirim, em terras de propriedade dos herdeiros do major Francisco Gomes Ribeiro. O jornal *O Jequitinhonha* propalou que era dever de todos sustentar a propriedade, mas condenou a ação policial que se armou contra os faiscadores. O delegado João Raimundo Mourão foi ironicamente comparado às “*quixotadas modelo a Caxias*”, que, “*em vez de combater paraguaios, matava seus patrícios*”.¹¹⁵ As centenas de invasores foram atacadas pelos soldados, mas a questão se prolongou, exigindo reforços de Ouro Preto.

No ano de 1873, a aparente tranquilidade dos subúrbios de Diamantina foi abalada pela “*demanda do Pau de Fruta*”. Uma multidão de faiscadores invadiu o Pau de Fruta, nos campos do Guinda, em razão das notícias de que lá tinham sido encontradas pedras de boa água. Rapidamente o local se encheu de mineradores e ranchos de sapé, assentados justamente nas imediações do manancial que abastecia a cidade de água potável. A Administração recorreu à polícia e houve expulsão violenta dos invasores, novamente com muitos presos e feridos (MARTINS, 1997, cap. 2).

Os ajuntamentos de faiscadores e pequenos grupos garimpeiros na segunda metade do Oitocentos seguiam as ondas de boatos sobre o achamento de ricas lavras no vasto território de Diamantina. Os mineiros se punham a caminho, apoiados por moradores locais – sitiantes, comerciantes, quilombolas, etc. – e invadiam as jazidas. Exigiam apenas o direito de minerar, contando com a simpatia do povo. Espontaneidade e mobilização, paradoxalmente, caracterizaram essas ocupações. Os grandes mineradores, senhores legais dos terrenos diamantinos, sentindo-se diretamente ameaçados, apelavam às autoridades. Estas não negociavam com os “invasores”, impunham à força a lei. E o ciclo de novos ajuntamentos e ocupações tinha início mais adiante, pouco tempo depois, em outros lugares. Uma espécie de jogo de gato e rato interminável entre a Administração e os faiscadores, a

¹¹⁵ *O Jequitinhonha*, n. 2, 07/11/1869.



se desenrolar, sobretudo, na direção noroeste, de Sopa e São João da Chapada rumo a Curimataí e a serra do Cabral.

A reiteração contínua destes desafios desgastava e desmoralizava a Administração Geral dos Terrenos Diamantinos. Tanto que determinados inspetores gerais perceberam que seria necessário mudar a forma de lidar com os faiscadores, em manifesta utilidade dos interesses da Fazenda e também para melhorar a imagem da repartição, que ficaria livre de enfrentar a resistência de homens “*que não se sujeitam a ação das autoridades, as quais não têm nem a força e nem o prestígio de podê-los conter nos limites de sua obediência, para fazer cumprir a Lei em lugares longínquos e despovoados*”.¹¹⁶ O que eles sugeriram foi claramente indicado por Roberto Alves Ferreira Taioba, no relatório enviado à Tesouraria da Fazenda em 13 de setembro de 1856, ao propor: “(*...*) *Que se amplie aos faiscadores a faculdade de trabalhar em todos os terrenos devolutos. (...) Que é melhor que se aceite o zelo dos serviços dos faiscadores que assim só tenham de pagar a taxa de que trata o art. 7º do decreto ou resolução de 24 de setembro de 1845*”.¹¹⁷ No entanto, a legislação minerária não sofreu modificação até o advento da República.

Considerações finais

As formas de resistência dos pequenos mineradores de diamante variaram consideravelmente nos séculos XVIII e XIX. No Setecentos, ante o regime de monopólio de extração das gemas preciosas, os bandos garimpeiros adquiriram notoriedade e desafiaram continuamente as autoridades coloniais. Em alguns momentos barganharam com o governo, mas, na maior parte do tempo, contestaram as disposições da legislação minerária, percorreram e escavaram clandestinamente os sertões diamantinos, o que lhes valeu a condição de serem tidos por facinorosos e rebelados.

A despeito de aceitarem os padrões sociais e culturais do Brasil colônia, chefes garimpeiros como João Costa, José Basílio e Isidoro Pereira não se curvaram às determinações metropolitanas. Mais do que bater na mesma tecla – a da “utilidade” dos garimpeiros como valiosos aliados no desbravamento do sertão e na realização de novos descobertos –, deve-se reconhecer que seus bandos não tiveram uma postura ambígua frente

¹¹⁶ APM, TD-04, fls. 21-22v. Ofício de João Ferreira de Souza Coutinho para a Tesouraria da Fazenda, 08/02/1861.

¹¹⁷ APM, TD-04, fls. 8v-9.



ao Poder Público. A trajetória deles foi de contestação e resistência. Representaram focos de poder privado, quase o tempo todo incompatível com as exigências das autoridades. Os capitães-garimpeiros foram polos de poder concorrentes nas lonjuras das serranias diamantinas, capazes de prejudicar – e mesmo subverter – a soberania portuguesa em terras da capitania.

No século seguinte, no entanto, tudo teria mudado? Não exatamente. Os ousados bandos garimpeiros desapareceram, em função da volta do regime de livre exploração dos diamantes e do progressivo fortalecimento do aparelho estatal. Mas a contestação e a resistência à atuação da Administração Geral dos Terrenos Diamantinos e ao acelerado processo de privatização/concentração das lavras intensificaram-se. No Oitocentos, os protagonistas foram os faiscadores e pequenos grupos garimpeiros, a ocupação de ricos descobertos sendo a sua principal tática de luta.

Em ambos os séculos, a embasar a contestação e a resistência havia a presença da cultura garimpeira tradicional e sua peculiar forma de simbolizar e representar o mundo, os homens e as coisas. Uma cultura responsável por expressar a realidade social vivida pelos mineradores pobres e organizar seu pensamento, de maneira que, seja no caso dos famosos capitães-garimpeiros, seja no caso das multidões anônimas de faiscadores ocupantes de jazidas, “*a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura*” (DARNTON, 1986, p. XVII). Uma cultura que dividia a sociedade mineradora em duas esferas, ao mesmo tempo excludentes e antagônicas, embora não completamente desconectadas, que podem ser visualizadas como segue:

Sociedade mineradora	
Esfera do opressor	Esfera do oprimido
Coroa portuguesa/Administração Diamantina <ul style="list-style-type: none"> • Tirania • Espoliação (impostos abusivos) • Autoridades truculentas e corruptas • Perversidade dos soldados • Fonte de barganhas efêmeras • Violência e injustiça contra os pobres 	Garimpeiros e faiscadores <ul style="list-style-type: none"> • Espírito aventureiro • Obedientes aos costumes • Honestos com os companheiros • Valorização do sistema de <i>praça</i> • Crença no <i>direito de descobrimento</i> • Sujeitos às garras do Estado e dos grandes mineradores
Grandes mineradores <ul style="list-style-type: none"> • Ambiciosos e opulentos • Aliados do Estado 	Sitiantes, vendeiros e quilombolas <ul style="list-style-type: none"> • Aliados dos mineradores ilegais • Humildes e obedientes



<ul style="list-style-type: none"> • Prestígio na polícia e na justiça • Pouca moral (ladrões de achados) • Desrespeitadores dos humildes • Patrões tiranos (escravidão e pagamento de jornal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Submetidos aos poderosos
--	--

Uma singular “economia moral” do garimpo, uma cultura política mestiça, influenciada por antigas concepções portuguesas e pelas tradições locais, geradora de formas de mando complexas (que iam muito além da expressão de uma violência irracional) e de diversas formas de luta que, em última instância, almejavam a redistribuição dos terrenos diamantinos. Em nome de Deus e de João Furado.

Referências bibliográficas

ANASTASIA, Carla M. Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, Teófilo Feu de. Incursão dos viraçaias no vale do São Francisco. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6/11/1936, p. 13 e 10/11/1936, p. 7-8.

COUTO, José Vieira. [1801]. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes; suas descrições, ensaios, e domicilio próprio; à maneira de itinerário com um appendice sobre a nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralógicas e utilidades que d’este pais possam resultar ao Estado. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 10, n 1-2, p. 55-166, jan./jun. 1905.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ESTEVES, M. *Grão-Mogol*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na Demarcação Diamantina no período dos contratos (1740-1771)*. Belo Horizonte: FUMARC; São Paulo: Letra & Voz, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

MARTINS, Marcos Lobato. A mineração de diamantes e a Administração Geral dos Terrenos Diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. *Revista de História*, São Paulo, n. 167, p. 129-163, jul./dez. 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. *Identidades sociais e ação coletiva: o caso dos garimpeiros da microrregião de Diamantina*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1997.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

ROMEIRO, Adriana. Pitangui em chamas: rebeldia e cultura política no século XVIII. In: CATÃO, Leandro Pena (Org.). *Pitangui colonial: História & Memória*. Belo Horizonte: Crisálida, 2011, p. 27-46.

SANTOS, Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, INL, 1978.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

VASCONCELOS, José Matos de. *Direito administrativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, 2v.



Sessão de comunicação I – 22/11

Militância e Feminismo em *Parque Industrial* de Patrícia Galvão

Taislane Vieira

Graduada em Letras Português/ Espanhol

Mestranda em Estudos Literários

Unimontes

tais19lane@hotmail.com

Pagu: tabu e totem

quem resgatará Pagu?
práticia galvão (1910-1962)
que quase não consta das histórias literárias
e das pomposas enciclopédias provincianas
uma sombra cai sobre a vida
dessa grande mulher
talvez a primeira mulher nova do Brasil
da safra desse século
na linhagem de artistas revolucionarias
como anita malfatti e tarsila
mas mais revolucionária
como mulher.

Augusto de Campos (1982, p.15)

Resumo

Essa pesquisa se propõe a analisar a trajetória de Patrícia Galvão e sua importância para a história e para os estudos literários, uma vez que essa escritora, feminista e militante, dedicou a sua vida a questionar o modelo patriarcal, a denunciar e lutar contra a opressão de classe e gênero, além de incentivar a revolução proletária. Para tanto, nos focaremos no contexto histórico da sua atuação e na obra *Parque Industrial*, de sua autoria. Considerado o primeiro “romance proletário”, tal obra tinha o compromisso de inovar na criação estética, denunciar e criticar a opressão de gênero, retratar a hipocrisia da sociedade burguesa e denunciar o preconceito da sociedade. Essa obra representa de certo modo, a luta dessa escritora e sua representatividade na história e na literatura. Nesse contexto, consideramos



que história e ficção se mesclam e nos auxilia a refletir sobre a opressão de gênero, a exploração de classe, a emancipação feminina entre outras reflexões que a obra nos permite. Palavras chave: Literatura. Militância política. Opressão de gênero.

Início este texto com o poema de Augusto de Campos, por este refletir a condição de Patrícia Redher Galvão e de várias outras mulheres que tiveram uma importante atuação na história e na literatura, e foram esquecidas ao longo do tempo. Galvão foi uma escritora que produziu poemas, romances e contos ao longo da década de 1930 a 1960, participou da primeira fase do modernismo com uma atuação mais simbólica e, posteriormente, teve uma participação mais ativa na segunda definição do modernismo. Esta se caracterizou como uma fase ideológica, na qual escritores e artistas produziram uma literatura mais engajada, que visava denunciar as mazelas do Brasil. Seguindo esse movimento, Galvão produziu uma literatura que visava contribuir para a emancipação feminina e revolução da classe operária.

Nesse contexto, nota-se que apesar dessa escritora ter feito parte do movimento modernista e ter publicado várias obras ao longo do século XX, dentre elas o romance *Parque Industrial*, que será objeto de estudo deste trabalho, ela não atingiu o reconhecimento que outros autores tiveram. Alguns críticos literários que tratam do modernismo de 1930, contemplam escritores como Jorge Amado, José Lins do Rêgo, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Álvaro Lins, Graciliano Ramos, e poucos dão ênfase às obras da escritora Patrícia Galvão. O que reforça a hipótese dessa escritora ter sido excluída por ser uma mulher à frente do seu tempo, que confrontou a sociedade patriarcal e capitalista no campo literário, político e pessoal, por criticar a burguesia em sua narrativa e abordar as relações de gênero.

Portanto, para a realização desse trabalho pretende-se analisar a trajetória de Patrícia Galvão, seu romance *Parque Industrial* e sua importância para a história e para os estudos literários, uma vez que essa escritora, feminista e militante, dedicou a sua vida a questionar o modelo patriarcal, a denunciar a exploração de classe, a lutar contra a opressão de gênero e a incentivar a revolução proletária. Para tanto, nos focaremos em abordar a



atuação de Patricia Galvão como militante, feminista e escritora e analisar *Parque Industrial*, de sua autoria.

Nessa perspectiva, esse trabalho visa refletir sobre a importância de Galvão como questionadora da sociedade patriarcal, sua importância enquanto mulher militante e escritora feminista para a história e a literatura, além de tentar contribuir para o dessilenciamento da sua atuação na esfera política e literária e dar visibilidade a sua obra.

Ao contrário de muitas escritoras, do século XIX e da primeira metade do século XX, que produziram romances com linguagem e teor crítico menos evidente, ambicionando, de certo modo ganhar espaço no campo literário, Patrícia Galvão correu todos os riscos ao não se intimidar com as imposições da sociedade, e adotar em sua obra linguagem agressiva; estética fora dos padrões formais e criticar ostensivamente a sociedade capitalista.

Devemos ressaltar que desde o século XIX as mulheres escritoras vêm buscando reconhecimento das suas obras pela crítica literária. Dentre elas podemos destacar: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Maria Benedita Bormann (1853-1895) entre outras que produziram literatura neste século e foram esquecidas ao longo dos anos.

Júlia Lopes inicialmente conquistou algum reconhecimento, mas não conseguiu impulsionar sua carreira por ser mulher e escrever em um período em que os espaços públicos eram exclusivos aos homens; Maria Firmina foi excluída devido ao mesmo motivo acrescido do fato de ser negra e retratar em suas obras a escravidão do seu povo; e Maria Benedita Bormann, possivelmente, não conseguiu reconhecimento por ser mulher e escrever uma literatura que criticava a sociedade patriarcal e ressaltava o poder e a capacidade das mulheres.

Eliane Vasconcellos (2003, p.55) menciona que as mulheres do século XIX, eram preparadas para o matrimônio, e, portanto, deveriam saber realizar exclusivamente as atividades domésticas, a leitura para elas deveria ser restrita aos livros de rezas. Desse modo, “o escrever para as mulheres requeria muita força de vontade e até mesmo transcendência do próprio sexo, pois a afastava de sua atividade primordial de esposa e de mãe, fazendo-a negligenciar seus deveres com aqueles a quem devia servir”. Sendo assim, essas entre outras escritoras merecem ser lembradas por resistirem e denunciarem os diversos tipos de opressões da época.



Segundo Constância Duarte:

Uma leitura dos textos de nossas primeiras escritoras revela, entre outros aspectos, a consciência da subalternidade e do estado de indignação cultural em que as mulheres viviam. Revela também o compromisso de muitas em denunciar tal situação em seus romances, poemas e peças teatrais, questionando e propondo novos valores da sociedade moderna, capitalista e burguesa, em um país ainda fechado pelo patriarcalismo rural e urbano. Foi tal procedimento que viabilizou uma literatura engajada que atravessa a produção feminina brasileira, herdeira direta da tradição de denúncia do Brasil arcaico, preconceituoso e injusto, que vinha sendo revelado por Euclides da Cunha. Assim, antes de condenar as escritoras por anacronismo, ou falta de sintonia com a estética do seu tempo ou com os temas universais, urge lembrar que a maioria das mulheres vivia em um mundo à parte, tão diferenciada tinha sido sua educação, e tão estreito e desvalorizado seu horizonte doméstico. (DUARTE, 2012, p.336)

Sendo assim, fica evidente o porque das obras de autoria feminina terem sido segregadas ao esquecimento. Não era conveniente para os críticos literários, formado por um grupo seletivo de homens, permitir o reconhecimento das mulheres no campo literário, portanto, “para manter os *status quo* literário, um grupo formado por homens não se ateuve à presença feminina nas letras do dezenove”. (PAULO VALENTE-BARATA, 2013, p.350)

Nesse contexto, uma das principais vertentes desse estudo é enfatizar a obra de Patrícia Galvão, refletir criticamente acerca das representações que essa narrativa faz da mulher, no contexto político e econômico da década de 1930 e retratar a importância dessa escritora na esfera literária e política.

A importância desse romance se dá pelo fato de atuar não somente como denúncia da opressão capitalista, mas um questionamento da ideologia patriarcal, da falta de segurança e políticas públicas, além de estimular as mulheres a contestarem os diversos tipos de opressões e a lutarem por uma sociedade mais justa e igualitária. Essa autora transgrediu os espaços relegados à mulher e antecipou, em sua obra, vários questionamentos do movimento feminista da década de 1970.

Segundo Margareth Rago (1995, p.82): “a partir da década de 1970, quando sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas”. Percebe-se que essas inquietações dos movimentos feministas são contempladas por Galvão, em seu romance.



Portanto, a escolha de estudar a obra *Parque Industrial*, deve-se ao fato dela servir como um importante instrumento de luta contra a opressão de gênero, já que ela questiona e denuncia a segregação e a opressão da mulher operária na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que evidencia a resistência e a luta pela emancipação feminina, incentivando a mulher a aderir à militância política e lutar contra o sistema patriarcal e capitalista.

A própria escritora Patrícia Galvão teve uma importante atuação no campo da militância, lutando principalmente pelo reconhecimento e desopressão da mulher; no campo da literatura, denunciou a condição da mulher operária da década de 1930 e criticou as feministas burguesas que lutavam por interesses ingênuos e benefícios próprios. Desse modo, a vida e a obra dessa autora nos auxiliam na reflexão sobre as questões de gênero que circunscreve esse trabalho.

É importante ressaltar que apesar de ter transcorrido oitenta e cinco anos da publicação desse livro, muitas das questões refletidas na obra ainda estão presentes na sociedade atual, pois ainda, nos deparamos com a retirada de direitos, principalmente das mulheres, discursos machistas por parte dos políticos, desrespeito a opinião pública, entre outros retrocessos que surgem no presente.

No caso desta pesquisa, a partir de um presente histórico brasileiro, marcado por fortes incertezas sobre a continuidade do processo de amadurecimento de sua democracia, e o retrocesso ao qual estamos vivenciando, como a retirada de direitos que afeta a população em geral e, sobretudo a mulher, é imprescindível trabalhar com obras que tematizem tais questões de modo a provocar a reflexão sobre o passado no presente, bem como do presente a partir do passado.

Para tanto, em um primeiro momento, nos deteremos sobre a vida da Patrícia Galvão e sua participação na vida política e literária no Brasil, fazer tal abordagem é importante por se tratar de uma autora pouco conhecida e que teve uma atuação significativa na luta pela emancipação feminina. Posteriormente, será realizada a explanação da obra, de modo a descrever e analisar como a autora retrata a mulher naquele cenário de expansão capitalista e ditadura militar, demonstrando como a mulher era subjugada e oprimida naquele contexto, ao mesmo tempo em que algumas resistiam e lutavam para sair da condição que lhes era imposta.



Galvão¹¹⁸ nasceu no dia 14 de junho de 1910, em São Paulo e desenvolveu vários trabalhos no campo artístico, cultural e político. Ela foi jornalista, escritora, desenhista, diretora, crítica de teatro e militante, teve vários pseudônimos King Shelter, Mara Lobo, Gim, Cobra, Ariel, Solange Sohl, Pat e Leonnie, no entanto era mais conhecida como Pagu, apelido sugerido por Raul Bopp para que ela assinasse seus poemas.

Essa escritora, desde criança, sempre demonstrou ter um espírito indomável, era um mulher à frente do seu tempo, que não aceitava as regras da sociedade patriarcal. Ao longo da vida transgrediu várias regras institucionais, que ainda hoje representam um tabu para a sociedade, como por exemplo, o início da vida sexual precoce, o uso de roupas curtas, relacionou-Oswald de Andrade, quando este ainda era casado, cometeu aborto e quando teve um filho, o abandonou para seguir a carreira de militante.

No campo da literatura e militância assumiu uma atitude combativa, aderiu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), “fundado em 1922, na esteira da euforia mundial socialista provocada pela Revolução Bolchevique, vitoriosa na Rússia em 1917, perdurou até 1992, quando extinto por seus próprios militantes.” (MARCO SANTANA, 2001, p. 1).

Segundo Freire (2008, apud HOLANDA, 2014, p.12):

[...] ainda criança Patrícia se mostrava intrigada com as reservas de algumas mães de suas amiguinhas da vizinhança, que a desencorajavam – às vezes, opunham-se explicitamente – de frequentar suas casas. Tais restrições, como era de praxe nas *boas famílias* de então, podem razoavelmente ter decorrido da observação – por mães zelosas e atentas aos bons costumes – de condutas *impróprias* da menina Patrícia nas suas brincadeiras infantis. Nessas parecia já despontar o germe da irreverência, do atrevimento, marca inconfundível da personalidade de Patrícia na adolescência e na vida adulta.

Desse modo, percebe-se que Pagu sempre teve uma personalidade forte e nunca foi bem compreendida pela sociedade, o que, provavelmente, contribuiu para que suas produções fossem relegadas ao esquecimento.

¹¹⁸ Todas as informações referentes à vida e obra de Patrícia Galvão foram retiradas das seguintes obras: GUEDES, Thelma. *Pagu: Literatura e Revolução*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.; HOLANDA, Sarah Pinto. *Um Caminho à Liberdade: o legado de Pagu*. 214. Tese (Mestrado em Letras Vernáculas)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.; ALÓS, Anselmo Peres. *Parque Industrial: Influxos Feministas no Romance Proletário de Patrícia Galvão*. Caligrama, Belo Horizonte, v.15, n. 1, p. 185-204, 2010. Disponível em: < <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/158/114>>. Acesso em: 12 jul.2017.



Galvão frequentou a casa de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade onde participou de várias reuniões do grupo modernista de 1922. Nesses encontros ela recitava seus poemas e acompanhava as discussões engendradas pelo grupo intelectual da época. Com essa aproximação do grupo modernista ela iniciou-se um caso secreto com Oswald de Andrade, que se concretizou no rompimento entre Tarsila e Oswald e casamento de Patrícia com este. (ALÓS, 2010)

A descoberta do envolvimento entre os amantes fez com que Pagu fosse excluída das reuniões que até então participava. A sociedade patriarcal da época achava inconcebível o envolvimento do casal.

Excluída desse meio, Patrícia filiou-se ao partido comunista envolveu-se de corpo e alma na causa operária, passando a dedicar a sua vida, exclusivamente, a militância política e sujeitando, muitas vezes, às condições humilhantes e degradantes em prol de uma ideologia. Para ser aceita no partido, ela foi obrigada a separar-se de Oswald e de seu filho Rudá, a trabalhar como “operária em uma metalúrgica, como costureira, doméstica e lanterninha de cinema, até que sofre um acidente que a impossibilita de trabalhar”. (HOLANDA, 2014, p. 15)

Durante sua atuação no partido comunista, Galvão desenvolveu várias manifestações, nas quais incentivava os trabalhadores a incorporar-se a esse movimento partidário e fazer uma revolução proletária. Diante disso, foi presa, diversas vezes, e submetidas a vários tipos de medidas repressivas, foi considerada a primeira mulher a ser presa durante a ditadura de Getúlio Vargas.

Além da sua participação nesse movimento, Galvão utilizou a arte e a literatura como formas estéticas de luta a favor das suas ideologias. No espaço literário ela desenvolveu o romance *Parque Industrial* (1933), publicado com o pseudônimo de Mara Lobo, que denunciava à opressão de gênero e classe e incentiva as mulheres a lutar contra o modelo patriarcal e capitalista.

Portanto, estudar a atuação dessa escritora e suas obras é importante, no atual momento histórico, por refletir situações que foram superadas no passado, e estão surgindo novamente no presente. Desse modo, podemos compreender que o estudo dessa autora e do romance *Parque Industrial*, nos ampara no exercício teórico de refletir sobre o passado e atuar no presente de forma a resistir às medidas autoritárias que tenciona ressurgir.



A experiência vivenciada nas fábricas serve como cenário para a criação do romance *Parque Industrial*. Considerado o primeiro “romance proletário” do Brasil, ele retrata a hipocrisia da sociedade burguesa, denuncia o preconceito da sociedade, a segregação da mulher, os salários inferiores das mulheres em relação aos homens, o assédio sexual, a falta de política pública, a escravização do trabalhador, a violência machista, a exploração da classe proletária paulista sobretudo das mulheres que trabalhavam em condições desumanas nas fábricas do Brás, em São Paulo, e estavam expostas ao assédio e abuso sexual fazia críticas ao movimento feminista conservador e à classe burguesa.

Segundo Margareth Rago (2009) na primeira metade do século XX, no Brasil, a maioria das pessoas pertencentes à classe proletária que trabalha nas fábricas eram compostas por mulheres e crianças. Estas desenvolviam atividades menos especializadas e trabalham mais que os homens, uma vez, que muitas além de trabalhar nas fábricas, faziam o serviço doméstico e trabalham em casa confeccionando chapéus e roupas para as fábricas. Desse modo, a mulher operária lidava com uma jornada de trabalho superior a dos homens, recebiam salários inferiores e estavam sujeitas a assédio sexual e exploração sexual.

Rago (2009), ainda, salienta que a maioria dos documentos existentes sobre a história da mulher inserida no mercado de trabalho, foi produzido por homens. Os relatos existentes, em sua maioria, foram produzidos por jornalistas que as retravam como figuras “frágeis e infelizes”; os patrões que as descreviam como “perigosas indesejáveis”; os médicos as concebiam como “perdidas e degeneradas” entre outros estereótipos criados pela sociedade patriarcal que não aceitavam o ingresso da mulher nos espaços públicos.

Nesse sentido, percebe-se que os grupos hegemônicos tomaram para si o poder de fala, correspondente às mulheres, e criaram representações sociais estigmatizadas que falseia a realidade histórica desse grupo marginalizado. Desse modo, *Parque Industrial*, nos fornece um espaço reflexivo e discursivo contra hegemônico que possibilita desconstruir as representações sociais criadas pelo patriarcalismo.

A análise desse romance possibilita uma dupla desconstrução dos discursos hegemônicos, ao evidenciar uma literatura de autoria feminina contribui-se para “por em cheque o cânone literário masculino que (...) tem definido as noções de gênero, de gosto e de temas para a produção literária. Este cânone é marcado pela exclusão das mulheres enquanto sujeito do discurso e pela adulteração na representação da (...) história feminina”.



(HELOISA HOLLANDA, 1990, s/n), e a segunda desconstrução deve-se a análise das representações e relações de gêneros presentes na narrativa que permitem refletir sobre a exploração da mulher no campo do trabalho e sexual, além de contribuir para a desconstrução do discurso hegemônico que representa a mulher como um ser frágil, degenerado e passivo.

Em um diálogo entre duas personagens operárias das fábricas do Brás, é possível identificar a exploração do trabalho feminino e a falta de higiene dos locais de trabalho:

Nas latrinas sujas as meninas passam o minuto de alegria roubado ao trabalho escravo.
— O chefe disse que agora só pode vir de duas em duas!
— Credo! Você viu quanta porcaria que está escrito!
— É porque aqui antes era latrina dos homens!
— Mas tem um versinho d'aqui!
— Que coisa feia! Deviam apagar...
— O que quer dizer esta palavra, “fascismo”?
— Trouxa! É aquela coisa do Mussolini.
— Não, senhora! O Pedro disse que aqui no Brasil também tem fascismo.
— É coisa do Mussolini, sim.
— Na saída a gente pergunta. Chi! Já está acabando o tempo e eu ainda não mijei! (GALVÃO, 2006, p.20)

Observa-se pelo diálogo que as operárias trabalhavam em um estado de exploração em que o único minuto de alegria era quando estavam no banheiro e podiam descansar, naquele pequeno intervalo do trabalho escravo a qual eram submetidas.

Segundo Margareth Rago (2009, p.584) inexistia “uma legislação trabalhista que pudesse proteger o trabalho feminino, (e que levasse em consideração) as reclamações das operárias contra as péssimas condições de trabalho, contra a falta de higiene nas fábricas, contra o controle disciplinar e contra o assédio sexual”.

Percebe-se, também, que Patrícia Galvão recorre a uma linguagem do cotidiano, mesclando “desde as criações de Memórias Sentimentais de João Miramar e Serafim Ponte Grande até recursos expressivos vindo do cinema, do jornalismo e mesmo da poesia futurista”. (FERRAZ, 2003, p.14) O uso da linguagem cotidiana e adoção de um estilo simples deve-se ao fato da autora tentar aproximar a linguagem da narrativa com a língua falada pelos proletários. Tal obra tinha o compromisso de inovar na criação estética, ao



propor uma linguagem do cotidiano voltada para a oralidade, e criar uma literatura engajada, a serviço da luta de classe.

Além dessa linguagem coloquial, a narrativa exalta de forma explícita e agressiva as cenas sexuais e os abusos sofridos pelas mulheres. Cito um trecho no qual Corina, uma costureira mulata que mesmo presenciado constantemente as agressões sofridas pela mãe e vivendo em situação de miséria, sonhava em casar-se com o namorado burguês e ter uma vida melhor. No entanto, a personagem é abandonada grávida, conseqüentemente, é expulsa de casa, perde o emprego e tem como única alternativa de sobrevivência a prostituição:

__ Vestida assim, ninguém te quer.
Abre-lhe a blusa, rasga-lhe o sutiã e a empurra para as vitrines da porta.
Nas 25 casas iguais, nas 25 portas iguais, estão 25 desgraçadas iguais.
Ela se lembra que com as outras costureirinhas, caçoava das mulheres da rua Ipiranga. Sente Uma repugnância, mas se acovarda. Faz entre lágrimas, como as outras. (GALVÃO, 2006, p.54)

[...] __ Se eu pudesse sair dessa vida!
__ trouxa! As ricas são piores do que nós! Nós não escondemos. É por necessidade.
__ Se ei tivesse um emprego, não estaria aqui, doente desse jeito!
__ A dor do pobre é o dinheiro. (GALVÃO, 2006, p.61)

Verifica-se, nesse trecho, a violência com que Corina é tratada, possivelmente, por um burguês, que mantinha relações com as prostitutas e as tratavam como objetos de uso do homem. Cenas como essas estão constantemente presente na obra. Ao retratar a realidade de Corina, Galvão denuncia a objetificação sexual do corpo feminino, pois nota-se que os homens utilizam seus corpos como mero objeto sexual, desconsiderando-as enquanto pessoas.

Outro trecho que demonstra a objetificação, a exploração feminina e as estruturas patriarcais é a cena na qual uma jovem operária se nega a manter relações sexuais com o um rapaz burguês e é agredida e estuprada:

– Pois olhe, eu tive uma aventurinha esta semana. Um garoto que nós acompanhamos, sábado de tarde. Lembra? A diaba não queria saber. Nem automóvel, nem dinheiro. De noite chamei o Zezé e fomos assaltar a casa aí na rua do Arouche. Ela mora com a dona do *atelier*. As duas



sozinhas... Foi um susto dos diabos. Pensaram que era gatunos. Também o Zezé fez uma cena de faroeste, revólver, lenço preto... Eu agarrei a pequena na cama... Virgenzinha em folha...

- É a polícia?
- Quando é que a polícia persegue filho de político?
- Decerto... Os jornais são camaradas.
- Deste dinheiro a ela?
- Dei dentadas... (GALVÃO, 2006, p. 74).

É possível identificar nesse trecho as relações de poder e dominação, bem como a dupla marginalização da mulher operária, é discriminada primeiro por ser mulher e viver em uma sociedade patriarcal, segundo por pertencer à classe proletária e estar sob o domínio do capitalista. Dessa forma, a mulher operária é explorada no nível sexual, no campo do trabalho, no nível interseccional e em todas as estruturas de poder.

Fica evidente no discurso do burguês que o capitalismo e as instituições judiciárias e todas as esferas da sociedade atuam em função do capitalismo, desse modo, aquele que pertence a elite, pode cometer crimes, como o estupro, e não são punidos pela justiça.

Deve-se ressaltar que os médicos traçaram como características das prostitutas “a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos” (RAGO, 2014, p.120). Galvão desconstrói essa visão estigmatizada da mulher ao retratar a prostituição de Corina, como consequência do sistema excludente e moralizante do sistema capitalista e patriarcal. “(...) Corina senta-se em uma mesa de pedra, num banco de troncos. Sofre ânsias que vão do estômago vazio à cabeça dolorida (...) não espera o homem. Espera o sanduíche. Já sente a mortadela vermelha de grandes olhos brancos no meio da broa quentinha”. (GALVÃO, 2006, p.118). A personagem prostitui-se não por prazer, mas para sobreviver.

Diferente de Corina, que sofre várias humilhações e todo tipo de opressão por parte da sociedade patriarcal e capitalista, chegando a um estado de destruição em que o único sonho é ter o que comer, temos Otávia, e Rosinha Lituana, operárias comunistas que, também, estão sujeita à exploração da sociedade, mas tinham consciência desse abuso e lutavam para sair dessa condição de subalternidade. O sonho delas era destruir a classe burguesa e acabar com a exploração.



Rosinha Lituana era uma imigrante que veio para o Brasil com os pais quando ainda era criança, esta viviam em condição de escravidão, junto, com os pais, em uma fazenda de café. Lituana e sua mãe tiveram que fugir devido ao assédio e abuso que estavam sujeitas naquele ambiente, enquanto que o pai fora capturado como se fosse um animal. Mãe e filha chegaram ao Brás, onde viviam condições semelhantes às da fazenda. Após perder a mãe, quando tinha 12 anos de idade, Rosinha começa a trabalhar na fábrica de tecido. As condições de vida dessa personagem fizeram com que esta se revoltasse contra os exploradores e compreendesse a lógica da exploração. Para ela a única saída era filiar-se ao partido dos trabalhadores e iniciar uma revolução.

Otávia compartilhava das ideias de Rosinha, e acreditava que a única forma de derrotar a sociedade burguesa era aderindo ao partido comunista brasileiro. Essa personagem alistou-se nesse movimento partidário e instrui outros operários sobre suas condições de exploração e sobre a necessidade de lutar contra o capitalismo. Em uma carta de Maltide a Otávia, observa-se que esta última faz a amiga compreender a necessidade de a classe proletária unir-se para combater a exploração.

“Tenho que te dar uma noticiuzinha má. Como você me ensinou, para o materialista tudo está certo. Acabam de me despedir da fábrica, sem uma explicação nem motivo. Porque me recusei a ir ao quarto do chefe. Como sinto, companheira, mais do que nunca, a luta de classes. Como estou revoltada e feliz por ter consciência! Quando o gerente me pôs na rua senti todo o alcance da minha definitiva proletarização, tantas vezes adiada!

É uma coisa fatal. É impossível que os proletários não se revoltem. Agora é que eu senti toda a iniquidade, toda a infâmia do regime capitalista. Só tenho uma coisa a fazer. Lutar encarnadamente contra esses patifes da burguesia. Lutar ao lado dos meus camaradas de escravidão. Deixarei Campinas depois de amanhã. E te procuro no dia da minha chegada.”

Otávia sorri. [...] pensa no vasto mundo revoltado pela luta de classe. (GALVÃO, 2006, p. 105)

Nesse trecho, pode-se perceber a ligação entre a exploração trabalhista e sexual, As mulheres ao ingressarem-no mercado de trabalho passaram a ser discriminadas pela sociedade machista que as classificavam como “putas”. As fábricas eram retratadas como um lugar imoral que corrompia as mulheres e levavam a prostituição. A propagação desse



discurso tinha como objetivo afastar as mulheres dos espaços públicos e restringi-las ao espaço doméstico.

Desse modo, os mestres, contramestres e operários assediam, constantemente as mulheres no local de trabalho, muitas eram agredidas e estupradas e outras tinham que escolher manter relação sexual com o patrão, ou perder o emprego, como é o caso da personagem Maltide que é demitida por recusa-se a ter relação sexual com o chefe.

No mesmo trecho é possível observar que a personagem Otávia, para quem a carta de Maltide é direcionada, figura como uma militante que luta contra a exploração e apresenta o perfil de uma mulher feminista que não segue as regras impostas pelo patriarcalismo e detém autoridade sobre o seu corpo e sua sexualidade. No diálogo a seguir é possível visualizar que a personagem rompe com o ideal de mulher criado pelo patriarcalismo, que constrói a mulher como submissa, inferior, indefesa, que deve resguardar-se até o casamento, ter filhos e cuidar do lar.

Um rapaz bonito de calças largas e brancas entra.
Uma blusa amarela. Boné de Jóquei. No queixo, uma pinta de nanquim. É Pepe.
Bate no número 12.
– Por que você não vem no Almeida Garret? Você quer viver que nem uma velha!
Você pode sim. Mas não que vir junto comigo!
– Não posso ir, Pepe. Você parece um burguês satisfeito. A sua falta de compreensão trai a nossa classe. Eu é que não posso desviar da luta para brincar de carnaval.
Pepe diz, depois de um silêncio terno:
– Você casa comigo. A gente fala com o padre Meireles...
– O padre Meireles nunca me casará! Serei do homem que o meu corpo reclamar.
Sem a tapeação da igreja e do juiz...
Pepe está furo.
Sabe? Não quero saber de uma puta!
Afasta-se. Otávia desaparece na porta escura. Rosinha Lituana, lá dentro, mimeografa manifestos. Otávia começa dobrar (GALVÃO, 2006, p. 46-47).

Otávia tem autoridade sobre seu corpo e sexualidade e demonstra que não necessita seguir as regras institucionais impostas pela sociedade, já o personagem Pepe representa o homem machista que defende os preceitos moralizantes e não aceita as atitudes e opiniões de Otávia.

A atitude da personagem Otávia antecipa os ideais do movimento feminista da década de 1970, que defendia o lema “nosso corpo nos pertence”, tal afirmação visava romper com o controle que a sociedade patriarcal e as instituições religiosas queriam deter sobre o corpo feminino. “Muito mais que uma luta pelo direito individual de dispor de seu



próprio corpo, estava em jogo a manifestação das práticas de liberdade afrontando o controle social dos corpos mantidos sob o padrão de sexualidade vigente, celebrado no matrimônio” (LUCILA SCAVONE, 2010, 49), nesse sentido, Otávia reforça esse lema ao afirma que não se casará, e entregará o seu corpo ao homem que ela decidir. Podemos perceber que a fala da personagem transmite a ideia de resistência e liberdade contra a sociedade que lhe oprime.

A despeito de não encontrarmos na narrativa referência ao sistema anarquista, pode-se dizer, pelo comportamento da personagem Otávia, que ela seguia algumas ideias desse sistema. Ao lutar pelo fim da exploração trabalhista, se posicionar contra as instituições de poder e ressaltar sua autonomia diante dos homens ela reforça as ideias defendidas pelos anarquistas.

De acordo com Margareth:

A partir das vozes femininas no interior dos anarquistas, propõe-se a emancipação da mulher de todas as classes sociais dos papéis que lhe são atribuídos socialmente. Ao lado da tradicional representação da mulher submissa, emerge uma outra figura feminina, simbolizada pela combatividade, independência, força, figura que lutava pela transformação de sua realidade cotidiana, tanto a partir da própria presença destas ativistas, quanto pelas suas projeções. (RAGO, 2014, p.130)

Nesse sentido, compreende-se que o anarquismo teve uma importante atuação na luta feminina contra a opressão patriarcal, ao defender a igualdade de direito entre homens e mulheres, o prazer sexual.

Discutir essa obra se faz importante, uma vez que visa refletir sobre o silenciamento da escritora Patrícia Galvão e seu Romance *Parque Industrial*, bem como, da discriminação e exploração de gênero, tão bem retratadas no romance. Devemos salientar que a despeito dessa obra ter sido publicada em 1933, ela serve, atualmente, como um importante espaço discursivo para luta e resistência contra as opressões praticadas no presente.

No atual momento histórico brasileiro, nos deparamos com vários retrocessos em todos os campos: político, educacional, econômico, social e cultural. Portanto essa obra nos auxilia a refletir criticamente, sobre todas essas questões, e, sobretudo sobre as relações



de gênero, uma vez que nos deparamos com vários discursos machistas de autoridades que deveria defender a autonomia feminina.

Portanto, problematizar as relações de gênero no contexto da inserção do trabalho nessa obra é importante para dar visibilidade a obra e autora, para compreender a luta feminina para adentrar nos espaços públicos, a discriminação sofrida pela mulher no mercado de trabalho e os entraves, impostos pela sociedade patriarcal, para a efetivação da liberdade e autonomia feminina. Refletir sobre essas questões são relevantes para que as mulheres continuem resistindo no presente contra a opressão feminina, a retirada de direitos e a desigualdade de gênero.

Referências bibliográficas

DUARTE, Constância Lima. Os anos de 19030 e a literatura de autoria feminista. In: WERKEMA, Andréa Sitihal *et al.* (org) *Literatura brasileira 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FERRAZ, Geraldo Galvão. Prefácio. In: GUEDES, Thelma. *Pagu: Literatura e Revolução*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “A questão agora é outra”. Disponível em: www.heloisabuarquedehollanda.com.br. Acesso em: 01 out. 2017.

GALVÃO, Patrícia. (Mara Lobo). *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANESI, Carla (coord. de textos) *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto. 2009. p. 578- 606.

RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. Disponível em: < http://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf>. Acesso em: 10 jul.2016.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2014.

SANTANA, Marco Aurélio. **O Partido Comunista Brasileiro: trajetória e Estratégias**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.16 no.47 São Paulo Oct. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300013>.

Acesso em: 2 jun. 2017.



SCAVONE, Lucila. *Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo*. Niterói, v. 10, n. 2, p. 49, 1. sem. 2010. Disponível em: < <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/4/1> >. Acesso em; 10 Jun. 2017.

VALENTE–BARATA. Ana Luisa de Azevedo Castro: a romancista e a formação do cânone. In: DUARTE, Constância Lima. *Arquivos Femininos: Literatura, valores, sentidos*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

VASCONCELLOS, Eliane. Uma arqueologia da autoria feminina no Brasil. In: Sussekind, Flora, Dias, Tânia e Azevedo, Carlitos. *Vozes Femininas: gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: 7Letras / Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.

Sessão de comunicação II – 22/11 (quarta-feira)

ESTADO NOVO: Instituições Políticas

Paulo Moisés de Melo Júnior

Graduando em Licenciatura de História

UFVJM

pfimello1@hotmail.com

Resumo

O artigo analisa sobre os acontecimentos políticos da “Era Vargas” (1930-1945). Foram discutidos aspectos de como Vargas chegou ao poder, os interventores que foram colocados por ele e principalmente como foi o golpe de 1937 em que resultou no “Estado Novo”. Pode-se perceber que Vargas utilizou de várias formas para que o poder esteja concentrado em sua figura. Primeiramente, com a criação dos sindicatos, em que ele trás a massa trabalhista e os torna dependentes da sua influência e carisma. Também se utiliza dos interventores, para que os estados também estivessem sob seu domínio, algo que não agrada aos paulistas e conseqüentemente resulta na Revolução Constitucionalista de 1932. Outro aspecto que será analisado é o controle sobre os meios de comunicação da época, dessa forma foi criado



o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que era uma forma de censurar veículos de informação contrários ao seu governo.

Palavras-chave: Vargas, Interventores, Estado Novo, Leis trabalhistas

1. INTRODUÇÃO

Vai ser falado sobre os eventos anteriores à instauração do Estado Novo, regime político que vigorou entre 1937 a 1945. Acontecimentos como da Revolução Tenentista, em que os militares marcharam pelo interior do país para denunciar o mandonismo com a presença de oligarquias. Também será abordada a situação da eleição de 1930, com a formação da Aliança Liberal, que tinha Getúlio Vargas como candidato à presidência da república. Enquanto Júlio Prestes era o candidato situacionista e sua indicação por parte de São Paulo, algo que não agradou a Minas Gerais, já que seria a vez de um mineiro assumir a presidência.

A partir do rompimento que houve entre mineiros e paulistas, Minas apoia o candidato da oposição que era no momento Getúlio Vargas e encabeça também a chapa oposicionista o então governador da Paraíba que era João Pessoa ocupando o cargo de vice. A candidatura de Vargas representava naquele momento, um amplo desejo de certos setores da sociedade brasileira em acabar com o mandonismo em algumas regiões do país, principalmente no Nordeste.

Na chegada de Vargas ao poder, ele coloca interventores para desestabilizar as elites locais, algo que não agradou a eles. Principalmente o estado de São Paulo, os paulistas pegam em armas em 1932 contra as forças do governo federal, pois eles alegaram que Vargas enquanto estava no poder prometeu que o processo democrático seria retomado, algo que não ocorreu de fato. Conseqüentemente, isto resulta na Revolução Constitucionalista de 1932, sendo que os paulistas claramente perdem, pois não eram fortes suficientemente para derrotar Vargas.

Além disso, pode-se destacar a figura de Luís Carlos Prestes que foi um líder importante no movimento tenentista, que realizou expedições durante a década de 1920 para combater e denunciar as injustiças sociais que existiam no interior do país. Ele vai ser muito



conhecido como o “Cavaleiro da Esperança” e tornou-se um dos opositores esquerdistas mais combatentes ao governo Vargas.

Vargas utilizou da expansão do comunismo pelo mundo e através do fictício Plano Cohen, decreta o Estado de Sítio no país até 1937, em que ele destituiu o Congresso Federal, fazendo com que as forças militares estivessem ao redor dela. A partir disso, Vargas pôs em ascensão sua ditadura pessoal. O Estado Novo que vigorou até 1945.

1.1 INÍCIO DA ERA VARGAS

A formação da Aliança Liberal ocorreu em 1929. Foi uma coligação partidária oposicionista com membros que faziam oposição sistemática ao governo e antigos aliados que não concordavam com o presidente Washington Luís em torno da sucessão presidencial. Nesta coligação havia a presença de outros ex-presidentes como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e Venceslau Brás, governadores ou ex-governadores de estado como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Olegário Maciel, João Pessoa. As ideias apresentadas pela Aliança Liberal eram de justiça social e liberdade política. Além disso, queriam reformas no sistema político, a adoção de voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Ou seja, mudanças que eram para terminar com aquele tipo de regime, que foi considerado “República Café com Leite”. (FERREIRA; DELGADO, 2003)¹¹⁹

Ferreira e Delgado (2003) falam que o presidente Washington Luís foi deposto em 1930, por meio da articulação entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Ocorreu a eleição de 1929 em que Getúlio Vargas foi derrotado, a partir disto aconteceram alguns desdobramentos. Alguns membros aliancistas reconheceram a derrota, mas outros não tiveram a mesma postura. Vargas se aproveitou da morte do vice João Pessoa, alegando que o assassinato foi um crime político para chamar atenção popular.

Além disso, surgiu um movimento revolucionário liderado por tenentes e de um grupo de políticos civis. Esse grupo tem envolvimento direto na entrada de Getúlio Vargas no Governo Provisório de 1930. Eles se organizaram a partir da década de 1920, quando realizam marchas pelo interior do país, principalmente pelo Nordeste onde se encontravam

¹¹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org); FERREIRA, Jorge (org) **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**.v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



as oligarquias hegemônicas na política nacional, eram um dos focos de combate do grupo que queria tratar também sobre os problemas sociais que havia no Brasil.(FERREIRA; DELGALDO, 2003)

Durante o Governo Provisório, ocorreu o fechamento do Congresso Nacional, de assembleias estaduais e municipais. Além disso, a Constituição de 1891 foi revogada, pois ela não se enquadraria àquele contexto de transformação política. Também se discutia o tempo de quanto iria durar o Governo Provisório, isso fez com que houvesse disputas entre os membros da Aliança Liberal. Uma parte queria a volta imediata da democracia, enquanto as demais queriam que a democracia retornasse após que reformas sociais fossem implantadas.(FERREIRA; DELGADO, 2003)

De acordo com Ferreira e Delgado (2003), no Governo Provisório, criou-se o Sistema de Interventorias, no qual os governos estaduais estavam acoplados ao controle do poder central. Essa experiência mostrou que os governadores eleitos, na época da República Velha eram submissos às elites locais. Há um rompimento dessa prática, pois os interventores eram próximos ao presidente da República. Isso marcou a trajetória de Vargas como uma figura centralizadora, uma característica marcante sua carreira política.

Diferentemente do pré-1930, quando o governador era eleito e próximo das classes dominantes locais, no pós -1930 o interventor era nomeado e subordinado diretamente ao presidente da República. Grosso modo, os primeiros interventores eram vinculados ao tenentismo, podendo-se afirmar que, nos primeiros anos do processo revolucionário, ocorreu o fenômeno da militarização dos interventores. (FERREIRA; DELGADO, 2003).

As nomeações feitas por Vargas o colocaram em atrito com as forças locais, algumas delas não apresentavam relação com as elites locais e com a cultura de respectivo estado: “Em São Paulo, por exemplo, a nomeação no imediato pós-30 do tenente pernambucano João Alberto para chefiar o estado economicamente mais forte do país incomodou a elite do país” (FERREIRA, DELGADO, 2003). Vargas buscou medir forças com as oligarquias tradicionais. Uma prova disso são suas intervenções. A partir disso, houve por parte dessa oligarquia comportamentos reacionários, principalmente de políticos que participaram da revolução de 1930. Eram chamados de “políticos profissionais”.



Quanto mais medidas Vargas tomava, a fim de se fortalecer politicamente, na mesma proporção os estados perdiam a sua autonomia. Uma das medidas que ele tomou contra os estados foi a de que o orçamento estadual com polícia militar não chegaria a mais de 10%, ou seja, alguns desses estados não conseguiram equipar as forças policiais com armamento necessário. Além disso, a política de segurança adotada por Vargas era de fortalecer as Forças Armadas. (FERREIRA, DELGADO, 2003)

Houve a criação de Ministérios como Trabalho, Indústria e Comércio da Educação e Saúde Pública. Isso proporcionou a regulamentação com a criação de leis que passaram a proteger o trabalhador. De início não foi bem aceito por patrões e empregados, mas com a habilidade de articulação de Vargas, conseguiu que fossem aceitas através de diálogos consistentes com sindicatos e os patrões.

Ferreira e Delgado (2003) analisam que a sindicalização foi uma das formas pelas quais Vargas encontrou para que houvesse controle do Estado, em torno de patrões e empregados, eles serviram como instrumentos de apoio do governo. Para que houvesse assistência por parte do Estado ao trabalhador era necessária a filiação aos sindicatos, apesar de que não era obrigatório. Assim foi criado o decreto 19.770, de 1931, o modelo de sindicato único em que o governo reconhecia cada sindicato por categoria profissional.

O enquadramento dos sindicatos foi estabelecido pelo Decreto nº 19 770 de 19 de março de 1931, que dispunha sobre a sindicalização das classes operárias e patronais, mas eram as primeiras o foco de interesse. O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. (FAUSTO, 1995, p.335)¹²⁰

Há também uma articulação para que Getúlio Vargas pudesse programar as políticas sociais como na educação por meio do ministro Fernando Capanema em 1932. Muitas tinham a ver com o movimento tenentista que procurava divulgar os problemas do país a fim de que o presidente tomasse medidas.

A partir de 1932, foi sancionada a lei que permitia o voto feminino, criação da justiça eleitoral, o estabelecimento da representação classista, entre outros. Além disso, ocorreu no mesmo ano a Revolução Constitucionalista no estado de São Paulo. Os paulistas estavam insatisfeitos com a postura intervencionista e centralizadora de Vargas. Uma das

¹²⁰ FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p.335



justificativas que os paulistas usaram de que a retomada para o processo democrático estava lento. Esse movimento de São Paulo não teve uma resposta ampla, ou seja, não houve apoio oficial de nenhum estado (FERREIRA E DELGADO, 2003, p. 25)¹²¹. Mas houve por parte de algumas lideranças manifestação de ajuda nos casos de Artur Bernardes em Minas Gerais e Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, onde propunham criar focos de combate que favorecessem aos paulistas, algo que na prática não deu certo.

Apesar da derrota pelo lado paulista, o Governo Provisório se comprometeu a adotar um processo mais rápido diante de uma nova Constituição que beneficiasse a volta da democracia. Além de que o interventor posto em São Paulo seria realmente paulista, o que facilitou o entendimento de São Paulo com Getúlio Vargas. (FERREIRA; DELGADO, 2003)

Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central. (FAUSTO, 1995,p.350)¹²²

Surgem em 1932 dois movimentos apartidários, a partir da restauração democrática, denominados: AIB (Ação Integralista Brasileiro)¹²³ e ANL (Aliança Nacional Libertadora)¹²⁴. Tinham ideologias de direita e de esquerda, respectivamente. De acordo com Ferreira e Delgado (2003), assim que foram formadas essas duas organizações, consequentemente a participação política no país se torna um dos pontos principais em discussão.

A AIB tem sua origem em 1932 e é liderada por Plínio Salgado. Esta organização possuía uma mentalidade fascista, nacionalista e uma postura conservadora o que agradou pessoas ligadas à Igreja Católica. Ela pregava o fim dos partidos políticos “e uma integração da sociedade e do Estado, que seriam representados por meio de uma única

¹²¹ DELDGADO, Lucilia de Almeida Neves (org); FERREIRA, Jorge (org) **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.v.2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.25.

¹²² FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p.350

¹²³ A **Ação Integralista Brasileira** (AIB) foi uma organização política com inspirações fascistas que surge no início da década de 1930 no contexto da ascensão dos regimes autoritários na Europa.

¹²⁴ A **Aliança Nacional Libertadora** (ANL) foi uma organização política fundada pelo Partido Comunista do Brasil em 1935.



e forte agremiação: a própria AIB” (FERREIRA; DELGALDO, 2003, p.31)¹²⁵. Além disso, tinha como simbologia camisas verdes e um gesto indígena chamado “Anauê”.

O Integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentando em princípios unificadores: "Deus, Pátria e Família" era o lema do movimento. (FAUSTO, 1995, p.353)¹²⁶

Não me envelheçais, focalizando a minha personalidade. Procurai-me no meu Pensamento. Não me considero nem diferente nem melhor do que vós.

Camisas Verdes! Quando quiserdes ver o vosso Chefe, olhai para os vossos companheiros. Quando quiserdes ouvir a voz do Chefe, rufai vossos tambores, soprai vossos clarins. Quando quiserdes sentir o espírito do Chefe, marchai porque ele estará no rumor dos vossos passos: os pensamentos andam como as pernas. E quando quiserdes alegrar o Chefe, reuni-vos em torno da bandeira azul e branca. (MIL-B, s/d)¹²⁷

De acordo com Ferreira e Delgado (2003) a ANL, tinha uma ideologia mais voltada às reformas sociais como reforma agrária. Além disso, apresentava um combate anti-imperialista e buscava mudanças sociais. Alguns de seus componentes eram vindos da Revolução de 30, pois eles perceberam que os seus ideais não foram conquistados. A ideia desse grupo era tirar Vargas e colocar em seu lugar Luís Carlos Prestes. Apesar do partido ter sido criado recente, não demorou a ser posto na clandestinidade.

¹²⁵ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org); FERREIRA, Jorge (org) **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**.v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.31

¹²⁶ FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.p.353

¹²⁷ Movimento Integralista e linearista brasileiro - MIL-B. A palavra do chefe. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/palavra_chefe.asp>. Acesso em 2 ago. 2016.



As eleições de 1933 aconteceriam para Assembleia Nacional Constituinte. Houve uma preocupação por parte dos tenentistas que as antigas forças da “República Velha” voltassem à cena política. Dessa forma, há um congresso com apoio de Getúlio Vargas, para que os tenentistas traçassem algumas estratégias como a união de todos os movimentos revolucionários em um só partido.

A Constituinte de 1933 aprovou em sete meses a Constituição de 1934. Ela tinha um conteúdo liberal e de aspectos democráticos como era proposto na Revolução de 1930. Dessa forma, o Poder Legislativo tornou-se independente da intervenção do Poder Executivo. Houve também as eleições indiretas que colocaram Getúlio Vargas na presidência da República. Para que isso acontecesse foi necessário que ele fizesse articulações e atender o pedido de seus aliados.

No ano de 1935, o Congresso aprovou medidas que tornaram o Legislativo enfraquecido diante do Poder Executivo. Essas medidas foram tomadas, pois uma das “emendas constitucionais aprovadas havia uma que considerava que o país em uma “situação de guerra” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.33)¹²⁸. Essa alegação vinha de uma possível ameaça comunista que podia assolar o país. Também no mesmo ano foi aprovada a Lei de Segurança Nacional.

Mesmo diante do contexto do risco comunista, Vargas tinha um problema de que seus projetos fossem aprovados por maioria do Congresso. Além disso, houve, por parte dos governadores de estado como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia os que se opuseram à continuidade de Vargas no poder. Para que esses governadores não atrapalhassem os seus planos ele começa a articular com Benedito Valadares um golpe de Estado. (FERREIRA; DELGADO, 2003)

Antes da criação da ANL, teve a formação do Comitê Jurídico Popular em 1934, porque tenentes de esquerda não estavam satisfeitos com os rumos da Revolução de 1930. Eles traçaram planos anti-imperialistas e anti-integralistas. Os membros do Partido Comunista, após voltarem de Moscou, tiveram conhecimento da organização, ou seja, houve uma integração entre os comunistas e os tenentistas. De acordo com Ferreira e Delgado (2003), havia diferenças entre esses dois, enquanto os comunistas defendiam a

¹²⁸ DELDGAO, Lucília de Almeida Neves (org); FERREIRA, Jorge (org) **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.v.2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.33



tomada de poder através de um governo popular, os tenentes não tinham uma concepção exata sobre a sua luta democrática.

Luís Carlos Prestes foi condecorado como presidente de honra da ANL, o que fez com que houvesse uma adesão de outras camadas da sociedade. Houve a inserção de partidos políticos, sindicatos, também movimentos feministas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares. Neste momento, em que o “Cavaleiro da Esperança” foi chamado para estar nessa posição, estava fora do país, mas não deixaria de cumprir com suas funções de líder da ANL.

O sucesso da ANL fez com que ocorressem mobilizações por todo o país. Com certeza, isso fez com que Vargas e parte da imprensa tomassem medidas para coibir o seu crescimento. A primeira medida adotada pelo governo foi a de aprovar a Lei de Segurança Nacional, em quatro de abril de 1935. (FERREIRA; DELGADO, 2003)

Desde que Prestes ingressou na organização política juntamente com o Partido Comunista, as ideologias de cada parte eram diferentes, o que comprovava a pluralidade dentro da ANL. Prestes e os tenentes de esquerda acreditavam que a luta armada era o único meio para conquistarem um governo popular sem ter as participações das antigas oligarquias. A articulação entre tenentes e membros do PCB fez com que a ANL fosse realmente fortalecida. Para finalizar com êxito tem a presidência de honra assumida por Luís Carlos Prestes, que serve para unir aliancistas e comunistas.

Segundo Ferreira e Delgado (2003) houve a preocupação de que acontecesse uma conspiração militar, algo que não partia de membros da ANL e do Partido Comunista. Uma carta do governador Flores da Cunha, do Rio Grande Sul, destinada a Getúlio Vargas, falava que o presidente poderia sofrer com uma ação militar ou de outra natureza na tentativa de derrubar o seu governo. Além disso, no Norte do país—informações preocupavam o presidente da República, como na fala do general Guedes de Oliveira em que exigia aumento para os militares. Caso a reivindicação não fosse atendida o governo seria derrubado.(FERREIRA; DELGADO, 2003)

A imprensa não gostava dessa integração entre aliancistas e tenentistas. Uma manchete no jornal “A Ofensiva” de 1935 tratava Prestes como o “Cavaleiro da Triste figura”, fato que revoltou os militares aliancistas. A partir disso foi organizado um comício em Madureira com pessoas que tinham simpatia e apoiavam o comandante da coluna.



Sabendo deste fato, o ministro de Guerra, João Gomes expulsou cabos e sargentos prenderam oficiais por essa atitude em solidariedade a Prestes. (FERREIRA; DELGADO, 2003)

Em oito de junho foi publicado, pela ANL uma carta de adesão de Prestes à organização. Nesse conteúdo são expressas palavras contra o imperialismo e foram utilizados termos revolucionários como a defesa da queda do regime fascista. Era um chamado para que as massas populares pudessem se manifestar e pedir um governo democrático. Em Petrópolis foi realizado um comício aliancista, no dia seguinte da carta e houve por parte dos integralistas a ação de atirar contra a multidão presente no local. (FERRIRA; DELGADO, 2003)

No dia 26 de junho foi publicado no jornal “O Globo” o fato de que o comunismo poderia assolar o país, como um plano subversivo, ordenado por Moscou. De acordo com Ferreira e Delgado (2003) começaram a haver prisões de comunistas, aliancistas, líderes sindicais e militantes democráticos, e panfletos contra a ANL falavam de “planos assassinos” dos comunistas, que teriam conseguido ganhar Lampião para sua causa.

A figura das forças armadas ganhou mais força pelas ações radicais feitas pela ANL, ela se apresentava como uma legítima continuadora não só das lutas tenentistas, mas de todo o Exército, dentro do espírito progressista de Benjamim Constant e da energia de Floriano Peixoto.

Prestes faz um discurso em que falava da seguinte maneira: “Troam os canhões de Copacabana! Tombam os heroicos companheiros de Siqueira Campos. Levantam-se com Joaquim Távora os companheiros de São Paulo...”(FERREIRA; DELGADO, 2003 apud PRESTES). As suas palavras serviram para fechamento da ANL, que tentou sobreviver na ilegalidade. Mas não havia jeito de que uma organização política funcionasse dentro deste contexto. Prestes se comunicava com outros companheiros de causa, a fim de intensificar a luta que começou na coluna.

Com isso o governo se sentiu ameaçado e grupos integralistas promoveram manifestações contra o comunismo servindo de apoio para Getúlio Vargas. Havia boatos de que golpes iriam acontecer a fim de que fosse posto um novo governo. E para abalar o governo getulista, greves ocorriam em vários cantos do país como a na estrada de ferro



Great Western que paralisou o Nordeste no início de novembro. Alianças próximas à do presidente foram rompidas, conseqüentemente se viu nas eleições estaduais o enfraquecimento do Governo.

O Movimento dos Levantes começa no dia 23 de novembro sendo liderado por Giocondo Dias. Membro do PCB, juntamente com Sargento Quintino Clemente de Barros, eles prenderam oficiais do 21º batalhão. Era previsto que o movimento acontecesse em todas as capitais onde o Levante iria ser realizado também no mesmo horário, só que a desorganização fez com que as marchas comunistas fossem desvalorizadas, exceto em Natal.

O principal foco do levante comunista era o Rio Grande do Norte, por lá se fixou o único governo comunista existente no país, mas antes é necessário entender o contexto político deste estado antes de novembro de 1935.

Segundo Filho (2010)¹²⁹ a nomeação de Mário Câmara foi uma troca por José Augusto de Medeiros, pois era um crítico feroz às oligarquias tradicionais potiguares, assim Vargas se aproximou da oligarquia tradicional simbolizada pelo Partido Popular. Mário Câmara propõe uma administração centrada em torno dos problemas econômicos do estado, com os latifundiários.

De Início havia uma boa relação entre Mário Câmara e os membros do Partido Popular até que eles propõem ao político um acordo para poderem participar de seu governo, mas ele contrapõe da seguinte forma: fala para que os seus membros acabem com a sigla Partido Popular e mudassem para Partido Liberal, assim atenderia a vontade deles. Não aceitam a sua contraproposta.

Filho (2010)¹³⁰ fala que foi criado por Mario Câmara, em 26 de junho de 1934 o Partido Social Democrático. Houve trocas entre os membros do PP com o interventor do RN. Com essa postura apresentada por ele se verifica um desgaste com o governo central. Já que antes havia reestabelecido a boa relação entre a oligarquia tradicional e Vargas.

Nessa disputa contra o Partido Popular, Mário Câmara se alia com Café Filho, fundador do Partido Social Nacionalista, os dois fundaram a Aliança Social. Com a união

¹²⁹ CONCEIÇÃO FILHO, José Borges da. **O Levante Comunista de 1935 e as representações sobre Luiz Gonzaga de Souza**. 2010

¹³⁰ idem



desses políticos e de movimentos sociais ajudam no levante de 1935 no Rio Grande do Norte. (FILHO, 2010)¹³¹

Assim começou a haver um embate entre os dois partidos: Aliança Social e Partido Popular. Houve denúncias fantasiosas e infundadas entre eles. Algo que eram sustentados pelos meios de comunicação sem credibilidade. (FILHO, 2010)

A eleição para escolha do interventor foi um exemplo desse embate entre os dois partidos. Houve vitória do Partido Popular, na figura do candidato Rafael Fernandes que em seu governo ficou marcado pela volta das práticas oligárquicas. O resultado dessa eleição foi contestado pela Aliança Social.

Em dezembro de 1935, foi decretado por Vargas o estado de Sítio, assim o Congresso aprovou três emendas que aumentavam a demissão de funcionários públicos e foi aumentando o poder de Vargas sobre os militares e oferecimento de maior repressão policial, ou seja, membros do Partido Comunista e opositores foram presos. Vargas conseguiu fazer com que seu governo durasse em torno de ideias anticomunistas e nacionalistas.

O Plano Cohen foi arquitetado pelo general Góes Monteiro, no dia 30 de setembro de 1937 ele anuncia que o Brasil podia sofrer um golpe e que o presidente seria deposto. Antes de ele estar empossado desse plano, sua origem surge de uma relatoria feita pelo General Olímpio Mourão Filho que detectou possíveis vestígios comunistas no país.

Em uma reunião em que estavam presentes, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal. Nenhum deles contestou a autenticidade do documento. Assim foi noticiado o fato pelo programa radiofônico criado por Vargas “A Hora do Brasil”, algo que gera um sentimento anticomunista fora do normal.

Esse projeto aconteceu em um momento em que se decidiriam pelo sucessor de Vargas. Mas havia a intenção da parte dele continuar no posto de Presidente da República, dessa forma utiliza relatórios militares que falavam sobre o avanço do comunismo para que o pleito eleitoral fosse interrompido.

¹³¹ CONCEIÇÃO FILHO, José Borges da . **O Levante Comunista de 1935 e as representações sobre Luiz Gonzaga de Souza.** 2010



1.2 ESTADO NOVO (1937-1945)

Vargas em 10 de novembro de 1937 toma posse novamente como presidente com o argumento do Plano Cohen. A constituição de 1937 deu plenos poderes a Getúlio Vargas, no aspecto de que fosse legitimado seu regime político, com incorporação das leis trabalhistas. Ele colocou o Estado como laico, mesmo tomando essa medida a Igreja Católica fica do seu lado, já que ela também combatia o comunismo. Além disso, houve apoio do Exército nessa conjuntura.

O pensamento que Vargas carregava durante os anos que governou no Estado Novo faz com que o sindicalismo fosse um órgão que esteja vinculado simplesmente ao Estado. Dessa forma, as medidas tomadas de caráter social, como as leis trabalhistas fez com que ele tivesse essa característica de "Pai dos Pobres".

De acordo com Ferreira (1997)¹³², pessoas se manifestavam diante de Getúlio Vargas, as mais humildes, com intuito de novos empregos. Era uma demonstração de que para um regime político tivesse força, tinha a necessidade de que os indivíduos eram dependentes do Estado, ou seja, tinha que haver uma submissão da população diante do Presidente.

O Estado Novo marca o personalismo de Getúlio Vargas, em que ele vai construir a figura dele com inspirações em Mussolini e Hitler. Toda a estrutura de Estado estava centralizada na figura de um líder..

De acordo com Ferreira e Delgado (2003) para que o regime político tivesse força Vargas fechou o Congresso Nacional e colocou todos os partidos políticos na clandestinidade, especialmente o Partido Comunista, pois fazia oposição a Vargas . Algo que não agradou Plínio Salgado, líder da Ação Integralista que antes apoiou Getúlio Vargas nas iniciativas contra Aliança Nacional Libertadora. Houve por parte do Plínio Salgado a tentativa de golpe, algo sem sucesso, já que foram interceptados pelas forças do governo.(FERREIRA; DELGADO, 2003)

O Estado Novo, além de reforçar a imagem de Getúlio como grande líder carismático, houve por parte da propaganda exaltar o trabalhador, de acordo com Ferreira

¹³² FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV-CPDOC, 1997.



(1997), enquanto o trabalhador for bom ele teria o amparo do Estado de acordo com as leis trabalhistas nessa concepção.

Ferreira (1997) mostra que o Estado Novo não apresentaria um aspecto autoritário quanto se pensava, as cartas de trabalhadores, de desempregados que pediam emprego e simpatia ao governo que eram endereçadas a Vargas mostravam aspecto da família e valorização do trabalho como o modelo de desenvolvimento. A sensação, o de justiça social que os trabalhadores tinham não era por benevolência de Vargas, mas por uma questão política e estratégica. (FERREIRA, 1997)

Alguns intelectuais procuraram legitimar o Estado Novo como Azevedo Amaral. Em seus textos escritos durante esse período ele procurou elementos de doutrina para que o regime fosse validado. Ele apresentou uma ótica conservadora e procurava definir o autoritarismo que estava presente naquele regime político da época, que segundo os autores “autoritarismo político seria representado pelo reforçamento da autoridade governamental e a concentração de poderes nas mãos do chefe do Estado.” (GOMES; OLIVEIRA; VELLOSO, 1982, p.53 apud AMARAL)¹³³.

Além disso, Gomes, Oliveira e Veloso (1982)¹³⁴ apontam que o regime não era considerado totalitário, característica encontrada no nazismo e fascismo. Nesse período as ditaduras latinas americanas tinham domínio de algum partido ou alguma ideologia, no Brasil isso era diferente, apesar de que Vargas tinha seus planos políticos sociais voltados para o trabalhismo.

De acordo com a FGV-CPDOC¹³⁵, para que houvesse uma organização administrativa de acordo com a Constituição de 1937, foi criado em 30 de julho de 1938 o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). A função desse órgão era de unir setores da administração pública mantendo um aperfeiçoamento com o processo do sistema de mérito. Tinha o controle geral sobre o aparelho burocrático estatal em que

¹³³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro.

Estado Novo: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. P.53. (Política e Sociedade).

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ FGV-CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). In **A era Vargas**. Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937> >. Acesso em: 1 dez. 2015.



interventores estavam submetidos a ela. Dentro da DASP eram organizados controles orçamentários, só que isso era realizado na prática pelo Ministério da Fazenda até 1940. Para que essa situação fosse modificada, então se criou no interior daquele próprio ministério uma comissão chamada Comissão de Orçamento.

Além disso, a Constituição de 1937, que foi outorgada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, oferecendo a ele o poder de centralizar as decisões políticas e de que outros poderes estivessem à sua disposição. Fausto(1995) e Skidmore(1992)¹³⁶ tratam a Constituição como característica autoritária e centralizadora com inspirações do fascismo de Mussolini.

A Constituição trazia o detalhe de que o presidente da República podia colocar interventores nos estados, algo que já era praticado antes do Estado Novo, só que não havia uma legitimação. Dessa forma, os que foram nomeados interventores estaduais por Vargas, escolhiam quem seriam as autoridades municipais.

Aconteciam interferências também de outra natureza por parte de Vargas. Textos da FGV-CPDOC¹³⁷ retratam aspirações de conselhos econômicos para que houvesse um controle nas áreas financeiras, de recursos hidrelétricos.. A expectativa de uma guerra iminente na Europa fez com que as precauções econômicas fossem adotadas, assim surgiu à Coordenação de Mobilização Econômica. Houve um enfraquecimento na importação brasileira com o contexto de uma guerra mundial , mas iniciou-se um processo de industrialização em massa, algo que era inédito no país.

De acordo com os dispositivos da Constituição de 1937, outros elementos políticos ajudam na realização de um Estado forte e autoritário. Um exemplo disso, os sindicatos que podiam ser figuras de oposição por suas exigências trabalhistas, foram moldados a fim de que adorassem a imagem de Getúlio Vargas. Um processo que tem uma inversão de valores.

A supremacia de Getúlio Vargas também foi verificada pela sua autenticidade paternalista. Conseguia reunir interesses dos mais diferentes grupos, sejam de humildes

¹³⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 512 p.

¹³⁷ FGV-CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945).In. **A era Vargas**. Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia> >. Acesso em: 12 nov. 2015.



trabalhadores até membros de uma grande elite econômica. A flexibilização das leis trabalhistas foi um ponto de apoio da população para Getúlio.

As barreiras políticas criadas por Vargas como o fechamento do Congresso, que foi uma ruptura com a democracia liberal e a interrupção das atividades de partidos políticos contribuíram para uma ditadura pessoal. Não houve uma oposição política de fato, pois a Constituição de 1937 foi feita para servir apenas os anseios de Vargas. No entanto, o artigo 187 falava em um referendo popular para que essas medidas pudessem ser votadas, algo que nunca ocorreu.

Vargas, além de ter abolido os direitos políticos, fez com que a imprensa contrária a ele fosse silenciada. A liberdade de expressão praticamente não existiu com a política de censura do Estado Novo. De acordo com a FGV-CPDOC, os veículos de comunicação tinham que estampar comunicados que eram de interesse do governo, algum diretor de jornal que se omitisse em fazer isso era preso. O jornal que mais sofreu sanções foi o Estado de São Paulo, que foi fechado pelo Estado Novo, assim, para não ter novas sanções o proprietário do jornal Júlio de Mesquita Filho partiu para o exílio.(FGV,s/d)¹³⁸

Muitas dessas sanções eram advindas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A criação deste órgão foi em 1939 para regulamentar as atividades dos meios de comunicação.

Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências, e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo.
(FGV,s/d)

As atividades que a imprensa realizava tinha supervisão da Agência Nacional. Em que as notícias veiculadas eram uniformizadas, com gerência da DIP. Os jornais de grande circulação que pertenciam às famílias importantes sofreram com essa padronização.

¹³⁸ FGV-CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). In **A era Vargas**. Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP> >. Acesso em: 2 dez. 2015.



Segundo a FGV-CPDOC, o rádio brasileiro também teve interferências, mas para um lado de integração regional, já que nesse período as distâncias das diferentes partes do país em relação à informação eram longas. Difundiu ainda mais o programa radiofônico do governo “Hora do Brasil”. Também foi criado o “Cinejornal” em que se realizavam as atividades de curta metragem, algo que era passado nos cinemas de formas obrigatórias antes dos filmes.

Houve no Estado Novo, a tutela sobre os direitos trabalhistas foi uma das marcas presentes nesse período. A criação das leis trabalhistas no ano de 1934, mas que só foram realmente aceitos na Carta de 1937. Além disso, o corporativismo significa que com adoção dessas leis o Estado fez com que as classes trabalhadoras fossem mantidas sob sua responsabilidade, a fim de evitar manifestações contrárias ao governo. Também os empresários viram que com essas adoções benevolentes de Vargas, poderiam se aliar a ele. Uma virtude que Vargas apresentava era de saber conciliar interesses que de início eram divergentes

A habilidade política de Vargas era notável, as suas ideias o definiam como um verdadeiro estrategista político. De acordo com Skidmore (1992), Getúlio sabia como manejar dois eixos diferentes. A concentração de poderes o tornava a maior representação da política entre o período de atividade do Estado Novo.

Os nomeados interventores estaduais por Getúlio Vargas escolhiam quem seriam as autoridades municipais. O sistema de intervenção foi um dos alicerces que Vargas montou anteriormente ao Estado Novo. O artigo 181 colocava os governados da escolha de Getúlio Vargas que tinham de seguir os tramites federais.

Art. 181. As Constituições estaduais serão outorgadas pelos respectivos Governos, que exercerão, enquanto não se reunirem as Assembleias Legislativas, as funções destas nas matérias da competência dos Estados. (PORTO, 2012, p.93)

Mas as intervenções federais tinham de se adequar à realidade de cada estado, a fim de que não houvesse uma disputa entre as oligarquias locais e o governo central. Esse sistema previa que novas lideranças regionais fossem surgindo, conseqüentemente, fez com que antigos comandantes, os chamados coronéis, não tomassem à frente dos estados. Além disso, era concedida autonomia aos estados na área econômica, social e jurídica, entre outros.



Skidmore (1992) tratou as Interventorias como algo que substituísse os partidos políticos de âmbito local. Ou seja, assumiriam um papel de agregar facções políticas e de reunir representantes estaduais que tinham seus interesses particulares, com as forças do Governo Federal. O que configurou o sistema de Interventorias era que ele foi um modelo de governo adaptado às vontades do Estado Novo.

“Por último, a intervenção política nos estados não é apenas uma medida prática para cercear o poder dos chefes políticos estaduais, mas uma invenção institucional que se transformou no próprio sistema de governo do Estado Novo.”(CODATO, 2013, p.194)¹³⁹

Além disso, chamam atenção outros artigos da constituição de 1937, como o do artigo 174 que falava da participação do Congresso Nacional, sendo que naquele contexto estava sendo inoperante. Este artigo tratava das emendas que seriam feitas pelo Presidente da República, sendo rejeitadas pelo Congresso as que seriam postas em plebiscito.

Art. 174. A Constituição pode ser emendada, modificada ou reformada por iniciativa do Presidente da República ou do Camará dos Deputados.

§ 1º O projecto de iniciativa do Presidente da República será votado em bloco, por maioria ordinária de votos da Camara dos Deputados e do Conselho Federal, sem modificações ou com as propostas pelo Presidente da República, ou que tiverem a sua aquiescência, si suggerida por qualquer das Camaras.

§ 2º O projecto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, de iniciativa da Camara dos Deputados, exige, para ser aprovado, o voto da maioria dos membros de uma e outra Camara.

§ 3º O projecto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, quando de iniciativa da Camara dos Deputados, uma vez aprovado mediante o voto da maioria

dos membros de uma e outra Camara, será enviado ao Presidente da República. Este,

dentro do prazo de trinta dias, poderá devolver á Camara dos Deputados o projecto pedindo que o mesmo seja submettido a nova tramitação por ambas as Camaras. A nova tramitação só poderá effectuar-se no curso da legislatura seguinte.

§ 4º No caso de ser rejeitado o projecto de iniciativa do Presidente da República, ou no caso em que o Parlamento approve definitivamente, apesar da opposição daquelle, o projecto de iniciativa da Camara dos Deputados o Presidente da República poderá, dentro em trinta dias, resolver que um ou outro projecto seja submettido ao plebiscito nacional. O plebiscito realizar-se-á noventa dias depois de publicada a resolução

¹³⁹ CODATO, Adriano. **Os mecanismos institucionais da ditadura de 1937**: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados. *História* (São Paulo) v.32, n.2, p. 189-208, jul./dez. 2013.



presidencial. O projecto só se transformará em lei constitucional si lhe fôr favorável o plebiscito (PORTO, 2012, p.92 apud Constituição de 1937)¹⁴⁰

Além de outros detalhes que foram importantes para a manutenção de Getúlio Vargas durante esse período de 15 anos no poder, ele soube trazer os trabalhadores com suas políticas voltadas para esse grupo. Fausto (1995) fala que Vargas criou mecanismo de controle para que as classes trabalhistas estivessem sob seu crivo. Na Carta de 1937 utilizava bastante de aspectos voltados para o sindicalismo. Getúlio Vargas aproveitou decretos de leis da Carta de 1934 que tratavam da estrutura sindical.

Em 1939 Vargas cria mecanismos que tornam os sindicatos mais ligados ao Estado. Dentro dessa nova estrutura que os sindicatos estariam submetidos a um plano mais centralizado, as centrais sindicais que reuniam profissionais das mais diversas áreas por município ou por região. Dessa forma, os trabalhadores de cada categoria convergiram para um sindicato que foi organizado sob a ideia de uma federação estadual e confederações nacionais.

Para que os sindicalizados tivessem segurança nessa estrutura idealizada por Vargas, foi criado por ele o imposto sindical em 1940, em que os sindicalizados tinham que pagar algo equivalente a um dia de salário, sendo que podiam ser trabalhadores sindicalizados ou não. Era um instrumento a mais que o Estado mantinha sobre os sindicatos e os trabalhadores. O pagamento era feito da seguinte maneira:

Caberia ao Banco do Brasil, efetuar a arrecadação, destinando-se 60% ao sindicato, 15% à federação, 5% à confederação e 20% ao Fundo Social Sindical. O dinheiro do Fundo Social Sindical foi frequentemente utilizado como uma “verba secreta” para financiar ministérios e mais adiante campanhas eleitorais.(FAUSTO, 1995, p.374)¹⁴¹

O mecanismo do imposto sindical fez com que surgisse a figura do pelego, algo que era utilizado por montadores de cavalo que ficava entre a cela e o pelo do animal. Isso foi utilizado como uma analogia, pois esses pelegos eram dirigentes sindicais que atuavam

¹⁴⁰ PORTO, Walter Costa. 1937.3.ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

¹⁴¹ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.p.374



visando aos interesses do Estado, esquecendo-se das questões e propósitos dos sindicatos. O imposto ajudava no sustento sindical.

"Pelego" passou a ser o dirigente sindical que na direção sindical atua mais no interesse próprio e do Estado do que no interesses dos trabalhadores, agindo como amortecedor dos atritos." (FAUSTO,1994,p. 374)

Outro detalhe importante sobre a política trabalhista de Vargas era em relação ao salário mínimo que já existia na Carta de 1934 para assegurar as necessidades fundamentais de uma família. Mas agora com a outra Constituição vigente torna-se decreto-lei em 1940. Dessa forma, houve mudanças no aspecto em que o país foi dividido entre regiões(FAUSTO, 1995, p.374)¹⁴² e o salário era uma particularidade regional. De acordo com Fausto(1995) o teto da capital federal era o maior, no valor de 240 mil réis.

A imagem de Getúlio Vargas, para que fosse reforçada cada vez mais diante da massa trabalhista, era realizado no dia 1º de maio, a partir do ano de 1939 o desfile em comemoração ao dia do trabalhador. Vargas passava dentro do estádio de São Januário acenando para a arquibancada e recebia do público manifestações de apoio e de afeto. Ele iniciava seu discurso, fazendo saudação à classe trabalhadora, isto fazia com que ele tivesse muito apelo popular.

De acordo com Fausto (1995) para organizar as questões trabalhistas, foi criado em "1939, a Justiça do Trabalho, cuja origem eram as juntas de Conciliação e Julgamento. A sistematização e ampliação da legislação trabalhista se deu com a consolidação, em junho de 1943"(FAUSTO,1995,p.374).

O desgaste do Estado Novo começava a dar os primeiros passos. De acordo com Skidmore(1992) e Fausto(1995), Vargas apoiou países que eram democráticos como EUA na Segunda Guerra Mundial, sendo que ele tinha preferências por regimes autoritários , foi algo bastante explorado pela oposição à ditadura getulista. Também há a carta dos mineiros de 24 de outubro de 1943 que falava dos ideais da Revolução de 1930 que não foram respeitados por Vargas, enfatizado muito por Skidmore (1992)

Houve manifestações por parte de populares, um exemplo que Fausto (1995)¹⁴³ lembra que a UNE começava as suas movimentações em que o estudante, destaque para os

¹⁴² Idem.

¹⁴³ FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.



alunos da Faculdade de Direito da USP, andavam de braços dados. Nessa manifestação ocorreu a morte de "duas pessoas e mais de vinte ficaram feridas" (FAUSTO, 1995, p.384).

Segundo Fausto (1995), em torno da ditadura de Vargas que estava ruindo aos poucos, percebeu-se que havia uma pessoa que ajudou no processo democrático que era o Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, pessoa da confiança do máximo líder do Estado Novo. Em 1944 esse ministro foi escolhido para ocupar a vaga de vice-presidente da Sociedade dos Amigos da América, que tinha membros importantes da oposição ao regime ditatorial de Vargas, era presidida por Manuel Rabelo, que tinha sido interventor no estado de São Paulo. A nomeação de Osvaldo Aranha foi interrompida pelo chefe de polícia Góis Monteiro que também encerrou as atividades do grupo.

Fausto(1995) salienta que Vargas não ficou alheio a essas movimentações que pediam o fim da Ditadura que ele implantou, desde 1937. Começou a trabalhar desde 1942 com o auxílio de seu Ministro Marcondes Filho, que falava das leis trabalhistas e do histórico delas, por meio da rádio. A intenção era de consolidar a imagem de Getúlio em meio ao público trabalhista. Também para que mantivesse a população mais a seu lado preocupou em consolidar os direitos sociais e trabalhistas, algo que acontece em 1943.

O governo ditatorial estava prevendo essas questões políticas, internamente houve ideias de que acontecesse uma transição de regimes, mas que Getúlio Vargas continuasse como figura principal no poder. Algo que não seria aceito por grupos oposicionistas que eram constituídos tanto na parte política como na imprensa.

Os jornais percebem que a lei da censura imposta pelo DIP tornou-se frágil. Um exemplo disso foi o jornal "O Correio da Manhã" que divulga uma entrevista com o ex-ministro de Vargas, José Américo em que realizou críticas à ditadura.

Getúlio tomou uma atitude que marcou realmente a saída dele do poder, de acordo com Fausto (1995), marcou dentro de um prazo de noventa dias eleições para escolha de um novo sucessor para a Presidência do Brasil, algo que era enquadrado como Ato Adicional da Carta de 1937. Foi realizado em dezembro de 1945 a escolha do presidente e de uma Assembleia Constituinte. O candidato que representaria o governo getulista seria Eurico Gaspar Dutra em que disputaria com Eduardo Gomes.

Também houve o processo de abertura de partidos, dando destaque para três partidos que seriam protagonistas na nova fase política do país até 1964. A UDN, que



agregava membros contrários ao Estado como antigos comunistas. O PSD que nasceu de um arranjo da máquina do Estado com Getúlio, vindo de interventores dos Estados e por final o PTB, que tinha a participação também do próprio Getúlio, com o Ministério do Trabalho e das organizações sindicais.

2. CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, pode-se perceber que Vargas foi uma das figuras da política nacional, mais importantes do século XX. Seu estilo de centralizar e de se comunicar com as massas populares, dentro da retórica trabalhista que apresentava em seus pronunciamentos. A articulação de Vargas era impressionante, primeiramente ele soube fazer uma leitura da insatisfação que os paulistas tinham com seu governo pelo contexto da “Revolução Constitucionalista” de 1932, de acordo com Fausto (1995) foi posto como interventor por Vargas, Armando Sales de Oliveira, paulista e que tinha relações com os políticos locais.

Também sua política trabalhista é algo que contempla aos trabalhadores que não tinham direitos reconhecidos. Implementou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o estabelecimento da Justiça de Trabalho. A utilização de sindicatos a serviço dos trabalhadores e para que pudesse ser mais controlados por Vargas.

O Brasil passou por uma transformação social, a solidificação do trabalhismo impulsionou a imagem de Vargas diante das classes populares. Houve uma modernização no aparelhamento estatal, em que ele cria ministérios e órgãos que visavam uma agilidade e solução para os dilemas da sociedade brasileira. Desta forma, o contexto brasileiro passou por modificações nos aspectos econômicos e sociais.

No período do Estado Novo, a centralidade e o personalismo de Vargas foram aspectos que se percebem neste contexto, pois ele tomou medidas que foram ditatoriais, ou seja, fechamento do Congresso Federal, punição a veículos de imprensa que falassem mal de seu governo.



A questão feminina no discurso de um deputado comunista: “Temas abordados pelo deputado Carlos Marighella em sua sabatina com as mulheres baianas” (maio de 1946) *

Danyeleye Santos Dias

Discente do Programa de Pós Graduação em História Social/PPGH

Unimontes

danyelle.nayara@hotmail.com

Resumo

Esse trabalho visa recuperar um episódio pelo qual viveu o político baiano Carlos Marighella em 13 de maio de 1946, quando era deputado federal pelo PCB e se reuniu em sabatina com algumas mulheres baianas. Assim, através da análise do Jornal Tribuna Popular (Rio de Janeiro), pode-se perceber que o discurso de Marighella corrobora a existência e valorização de determinados ideais femininos caros à cultura política comunista, ainda que defendesse a participação da mulher no campo político.

Palavras-chave: Carlos Marighella; Questão feminina; Cultura Política Comunista.

Introdução

Essa investigação histórica é fruto de reflexões provenientes de um trabalho de mestrado em andamento que toma como objeto a atuação do sujeito político Carlos Marighella no curto espaço de tempo em que pode atuar fora da clandestinidade: de 1945 a 1948. Marighella, político baiano, ficou mais conhecido na história do Brasil como o inimigo número um da ditadura civil-militar. Porém, sua trajetória marcada pelo período no qual as condições políticas lhe permitiram viver na legalidade ainda é pouco abordada pela historiografia, o que justifica o interesse desse texto, com o estudo de elementos de sua participação em período anterior: os anos de 1940 com ênfase em maio de 1946. A partir desse processo, ele passou de preso político a candidato a deputado federal pela Bahia em 1945, e teve uma atuação constante nos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946. Foi chamado de “deputado do povo” e sob a égide da “União Nacional” na luta pela democracia,

*Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES. Está sendo desenvolvida com a orientação do professor PhD. Laurindo Mékie Pereira.



passou a encarnar anseios de segmentos sociais como os trabalhadores, que consideravam urgente a luta contra o fascismo e as mudanças estruturais naquela conjuntura.

Em vista disso, o presente estudo visa recuperar um episódio pelo qual viveu o político baiano Carlos Marighella em 13 de maio de 1946, quando era deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil¹⁴⁴ e se reuniu em sabatina com algumas mulheres baianas. Assim, através da análise do Jornal Tribuna Popular (Rio de Janeiro), pode-se perceber que o discurso de Marighella corrobora a existência e valorização de determinados ideais femininos caros à cultura política comunista, ainda que defendesse a participação da mulher no campo político.

É necessário apontar que através das reflexões propiciadas por esse estudo, pode-se pensar Marighella e sua atividade parlamentar à luz do conceito de cultura política, pois entendemos que as ações, os discursos, o vocabulário, dentre outros aspectos presentes em sua atuação, constituem um repertório político, um conjunto de códigos e valores formalizados dentro da tradição política dos comunistas, que contribuem para determinar a representação que eles faziam de si mesmos, com uma mesma visão de mundo, uma leitura comum do passado e projetos idênticos para o futuro, ou seja, corroboram a existência de uma cultura política. (MOTTA, 2009, p. 21).

O estudo do comunismo como cultura política é capaz de oferecer um ângulo de abordagem fértil. De fato, conforme Motta (2013), o comunismo é um fenômeno importante tanto pela influência que exerceu à esquerda, estimulando a produção de ideias e projetos políticos, assim como inspirando a produção cultural e as artes, quanto por seu impacto à direita, através da bandeira do anticomunismo. Segundo Serge Berstein, as culturas políticas surgem nos momentos de crise como resposta da sociedade para os grandes problemas, e se inscrevem nas gerações. (BERSTEIN, 1998: 355). Para ele: “A cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Dessa forma, acreditamos que fatores culturais como valores, crenças, normas, símbolos e mitos constituem esse conjunto coerente ao qual se refere Berstein e Motta, onde

¹⁴⁴ Inicialmente a legenda era chamada de Partido Comunista do Brasil, embora a sigla fosse a mesma de “Partido Comunista Brasileiro” como hoje é denominado. Para este trabalho, utilizaremos a legenda tal qual era chamada na época, “Partido Comunista do Brasil”



as práticas políticas compartilhadas por um grupo humano, neste caso os comunistas, lhes conferem identidade. Acreditamos que esses fatores auxiliam na compreensão das múltiplas facetas do político, no qual a origem de certas formas de ação ou comportamento não se explica somente pela escolha racional do indivíduo, mas também pela influência de valores e paixões, bem como pela força da tradição ou do costume. (MOTTA, 2009, p. 22).

Como aponta Jorge Ferreira ao caracterizar a cultura política dos comunistas no período de 1930 a 1956, esses militantes inventaram suas próprias tradições. Dessa forma, o militante, digno de se autoproclamar e ser qualificado como comunista, deveria reconhecer e manejar os termos, os jargões e as expressões correntes na linguagem partidária. Para ele: O “(...) novo militante tinha que assimilar hábitos, costumes, valores e normas de conduta que, submetidos a regras e convenções, ensinavam a ele comportamentos que ofereciam sentido para o grupo” (FERREIRA, 2002, p. 79-80). De fato, este trecho remete àquele conjunto de valores que podem constituir uma das características da cultura política comunista. Conforme Motta:

Uma definição adequada para cultura política (...), poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009: 21).

Para Ferreira, “a vida do revolucionário na organização era totalmente absorvida pelas tarefas, atividades que atuavam como um verdadeiro massacre sobre os quadros revolucionários” (FERREIRA, 2002, p. 89). A exemplo desse massacre das tarefas estava o trabalho de massas e a agitação e propaganda, que envolviam por completo o cotidiano do militante. A atuação de Marighella naquele momento explica tal lacuna, uma vez que ele: Nunca militara em clandestinidade tão rígida nem acumulara tantos afazeres. De uma hora pra outra, numa cidade estranha passou a gerenciar a produção gráfica (panfletos, folhetos, cartazes) do núcleo central do PCB. Recolhia os manuscritos com o punhado de dirigentes soltos no Rio, datilografava-os, imprimia-os e os distribuía – tudo isso com a polícia nos calcanhares. Apanhava dinheiro para manter a engrenagem, pagava as despesas e gastava as migalhas restantes com a manutenção dos camaradas dedicados em tempo integral ao Partido. Ele também se transformara em revolucionário profissional.



(MAGALHÃES, 2012. p. 65). Dessa maneira, fica evidente que ele desempenhou papel muito importante para o partido, e, por muitas vezes, à custa de sacrifícios pessoais¹⁴⁵.

Preparado o terreno para a condução teórica desse estudo, o qual orienta-se principalmente através do conceito de cultura política, continuemos à discussão.

Em *Apologia da História*, o historiador March Bloch, ao citar um provérbio árabe¹⁴⁶, afirma que nunca se explica um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. (BLOCH, 2002: 60) Assimilando esse pensamento à história de um partido político como o PCB, constata-se que é impossível reduzi-lo a uma análise única, como se desde a sua fundação em 1922, seus projetos e suas matrizes teóricas e práticas não se modificassem conforme o avançar da história. Desta forma, o momento histórico em que Marighella é eleito deputado federal pela Bahia através do PCB é muito representativo de sua época.

O ano de 1945 marcou o fim da ditadura do Estado Novo. Em 18 de abril é conquistada a anistia que libertou os presos políticos e o retorno dos exilados, além da liberdade de organização partidária, inclusive para os comunistas. O Ato Adicional número 9 fixou o prazo de noventa dias para a convocação das próximas eleições. Como afirma Segatto, conquistada a liberdade, o PCB retorna à ordem do dia e transforma-se num grande partido de massas, com potencial eleitoral significativo, criando uma imprensa com diversos jornais e revistas, funda editoriais, cria comitês de bairros e conquista a simpatia dos sindicatos, setores das camadas médias e intelectuais, adquirindo um caráter de um amplo movimento transformador, que supera aquela estrutura partidária orgânica. (SEGATTO, 2003, p. 221).

A exemplo dessa dimensão do PCB temos Luís Carlos Prestes e Marighella que, ao saírem da prisão e serem anistiados, são eleitos, respectivamente, senador e deputado federal. Marighella, por sua vez, liderou a chapa na Bahia sendo o mais votado, com 5188 votos. Sua atuação nos dois anos seguintes se concentraria nas atividades da Assembleia

¹⁴⁵ Segundo Magalhães (2012), menos de dois anos após ser solto, em primeiro de maio de 1939, data muito importante na cultura comunista a qual se comemora o dia do trabalhador, Marighella foi novamente preso pela polícia de Felinto Müller. Essa prisão foi ainda mais brutal do que a de 1937, uma vez que enfrentou inúmeras torturas e ficou incomunicável na Polícia Especial.

¹⁴⁶ Tal provérbio dizia que: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”



Constituinte e Parlamentar de 1946. Além disso, o partido destacou-o para conduzir o que chamava de fração parlamentar comunista – tornou-se o secretário da bancada, para integrar a Comissão de Finanças da Constituinte, e também para assumir uma vaga na mesa diretiva, mais conhecida como “Comissão de Polícia” (MAGALHÃES, 2012, p.123). Elencados esses pontos, resta-nos discutir brevemente os caminhos percorridos por Carlos Marighella a partir de 1945, junto à bancada no partido, no empreendimento de sinalar os componentes que ajudaram na construção da figura do deputado Carlos Marighella, e que fizeram, ou não dele um “deputado do povo”, e investigar quais as principais pautas levantadas por ele no tocante á questão feminina, no evento que aqui será brevemente analisado. Como tal evento nos foi apresentado a partir da imprensa ligada ao PCB, resta-nos falar brevemente sobre a utilização da mesma para a divulgação de valores dos comunistas.

Segundo o historiador Alberto Gawryszewski (2011), estudioso do PCB nos anos 1940, este partido, a partir de 1945, recém-colocado na legalidade, deu início à “construção de vasta rede de publicações nacionais e regionais, revistas, romances, discursos, clássicos do marxismo (Lênin, Marx, etc), jornais e panfletos, que foi chamada de “Imprensa Popular” ” (GAWRYSZEWSKI, 2011, p. 241).

Ele informa que o tamanho da produção jornalística e cultural do PCB não é de fácil quantificação. No entanto, as pesquisas realizadas até então segundo dados do Departamento Federal de Segurança, apresentam 25 jornais, sete revistas e 100 panfletos, além das livrarias “Itatiaia” e “Das Bandeiras” em São Paulo, e “Independência”, no Rio de Janeiro, além das editoras “Vitória” e “Presença”, desta forma, desde 1922 no ano de sua fundação, o partido encarou a imprensa como instrumento importante de divulgação de suas propostas e metas, “de sua ideologia e ditames do Comitê Central” (GAWRYSZEWSKI, 2011, p. 241).

Marco Roxo e Mônica Mourão (2013) ponderam que no caso do PCB, suas publicações estavam de acordo com as ideias de Marx e Lênin sobre a função dos órgãos de comunicação dos partidos, no qual eles consideravam o jornalismo como o campo privilegiado de aproximação entre teoria e prática das atividades partidárias (ROXO & MOURÃO, 2013. p. 257). Com efeito:

O jornalismo do PCB tinha um papel estratégico na organização partidária. Entre 1945 e 1947, período em que o partido esteve na legalidade, o PCB chegou a coordenar pelo menos oito editoras, além do



órgão central A Classe Operária. Isso demonstra que ele funcionou como uma “escola” na formação de jornalistas, o que poderia tornar a atuação de jornalistas comunistas nas redações da grande imprensa interessante aos proprietários de veículos (ROXO & MOURÃO, 2013, p. 257)

Para além da questão da profissão de jornalista esses apontamentos são relevantes uma vez que explicam a importância da imprensa para os comunistas como meio de produzir e divulgar imagens e discursos cumprindo uma função política cara ao PCB. Se levarmos em conta que a clandestinidade sempre esteve associada à vida do partido impedindo a democratização de seus processos de deliberação internos (ROXO & MOURÃO, 2013, p. 257), nos raros momentos de legalidade ele lançava mão da imprensa e de toda a produção cultural, cartazes, imagens panfletos, música, poesias, como instrumento de manutenção das ideias pecebistas criando uma ampla rede de comunicação que formava as crenças, ditava os comportamentos e fazia circular a cultura política dos revolucionários (FERREIRA, 2002, p. 97). Assim, se transitando em ambiente ilegal o PCB enfrentava dificuldades para fazer circular as ideias de Marx e Lênin, mas não deixava de fazê-las, obviamente, essas tarefas eram realizadas com mais eficiência nos anos em que respirava ares de legalidade, pois “a legalização do PCB, em 1945, permitiu aos revolucionários retomarem a circulação de suas ideias em textos impressos, particularmente com a política editorial coordenada, sistematizada e definida” (FERREIRA, 2002, p. 97).

Nos estudos sobre a história da imprensa no Brasil, Nelson Werneck Sodré (1999) aponta que na viragem do século XIX para o XX, os jornalistas brasileiros começaram a ver a si mesmos como uma classe profissional autônoma, que necessitava de organização e o surgimento da Associação Brasileira de Imprensa foi o ponto inicial. (SODRÉ, 1999, p. 307). Nesse período, surge o que ele chama de “imprensa proletária” que dá voz ao crescimento do proletariado frente ao desenvolvimento do capitalismo, com grande penetração dos ideais socialistas, sindicalistas ou anarquistas que chegavam do âmbito internacional. Desta forma, se desenvolve ao lado da grande imprensa, da imprensa capitalista, a pequena imprensa, a imprensa proletária, sob condições extremamente difíceis (SODRÉ, 1999, p. 323). Prossegue Sodré:

Antes, em período histórico de condições diversas, houvera pequena imprensa; desde o século XX, porém, há grande e pequena imprensa, e esta se agrupa em dois planos: a que é pequena tão somente por condições materiais, relegada ao interior do país, e que em nada perturba a estrutura



social, econômica e política dominante e nem mesmo a consequente estrutura da grande imprensa, e a que agrupa as publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais, mas que mantém uma posição de combate à ordem vigente e cuja condição deriva dessa posição. Assim, na imprensa, quanto aos órgãos revistas e jornais, o que existe, agora, é uma imprensa de classe: ou da classe dominante, ou a classe dominada, com todos os reflexos que essa divisão proporciona à atividade dos periódicos ou do periodismo. (SODRÉ, 1999, p. 323)

Logo, o jornal que será analisado nesse estudo é vinculado à imprensa proletária, com posicionamentos combativos frente à ordem vigente, apoiando-se nas reflexões propostas pelo marxismo-leninismo. Ferreira (2011) aponta que, entre partidos e organizações de esquerda tornou-se tradição publicar jornais que funcionavam como porta-voz de suas orientações políticas. “No caso brasileiro, o Partido Comunista (PCB) não fugiu a essa regra” (FERREIRA, 2011. p. 1). Como explica:

Fundado em 1922, em seu II Congresso, três anos depois, decidiu pela criação de um jornal próprio. Assim, naquele ano, surgiu A Classe Operária, órgão oficial do partido. Estiveram à frente de sua fundação Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Laura Brandão. Três meses depois foi fechado pelo governo e somente voltou a circular em 1928, apoiando o Bloco Operário Camponês. Fechado novamente no ano seguinte retornou em 1930, mas com edições irregulares até 1945. Na sua última fase, a linha editorial era de combate ao fascismo (FERREIRA, 2011. p. 1)

Assim, O jornal “Tribuna Popular” surge nesse contexto de combate ao fascismo e denúncias dos problemas sociais que envolviam o proletariado. De acordo com Luís Eduardo de Oliveira (2011), esse jornal chegou às bancas no dia 22 de maio de 1945 na cidade do Rio de Janeiro, com circulação diária, publicado até pelo menos a passagem do ano de 1947 para 48 1948, chegando à tiragem de cinquenta mil exemplares (OLIVEIRA, 2011, p. 1). Como explica o autor, esse jornal foi carro-chefe de uma série de publicações e periódicos comunistas e seguia com precisão a proposta de União Nacional defendida pelo PCB naqueles anos. Em suas páginas, ele trazia notícias sobre as resoluções e mobilizações eleitorais do Partido (comícios, reuniões, discursos), os temas debatidos na bancada parlamentar, o que veremos com Marighella, além das atividades do movimento sindical, lutas sociais no campo e na cidade, o cenário da política e economia brasileira e da conjuntura internacional, com notas sobre a União Soviética e as ações dos partidos comunistas em outros países (OLIVEIRA, 2011, p. 1).



O público alvo eram os moradores dos subúrbios, morros e favelas cariocas dedicando colunas e seções a temas como cultura, e esporte. Na equipe de redatores e colunistas figuravam nomes como Pedro Motta Lima, Jorge Amado, João Saldanha e Graciliano Ramos (OLIVEIRA, 2011, p. 1). Sendo um jornal comunista, todo o conteúdo do periódico corroborava com a presença de elementos que faziam menção a nomes, vocábulos, expressões e causas que pertenciam àquela cultura, até mesmo nos anúncios de objetos e produtos de limpeza. “ “Sabão Russo” - contra erupções, espinhas e panos” o perfume “Cavalheiro da Esperança” e a fantasia “Marmiteiro”, apresentada na propaganda da loja Inovação como a “fantasia oficial do carnaval de 1946” (OLIVEIRA, 2011, p. 1).

Não obstante, salienta Oliveira, a seção mais importante da Tribuna era, sem dúvidas, a “Tribuna Sindical”, devido o caráter estratégico com que se revestiam as atividades do movimento operário para a inserção política e eleitoral do PCB nesse contexto de democratização da vida nacional (OLIVEIRA, 2011, p. 1). Assim, essa seção quase sempre se estendia por duas ou três páginas, trazia fotos de líderes e eventos proletários, comícios, discursos. Eram subdivididas em colunas como a “Vida sindical”, a “Vida sindical nos estados”, “Orientação sindical” e “Reuniões sindicais”, no qual se encontravam várias informações acerca das mobilizações e reivindicações trabalhistas que afloravam então pelo país e, em especial, na região metropolitana do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2011, p. 1).

Para a análise, o percurso metodológico a ser seguindo no tratamento com a imprensa é baseado no que propõem Cruz e Peixoto (2007), onde esquematizam um repertório de procedimentos da seguinte forma: Identificação do periódico (título, subtítulo, manchetes, primeiros enunciados que anunciam a natureza de sua intervenção, pretensão editorial, público alvo, dentre outros aspectos, indagando sobre os significados que anunciam); o projeto gráfico (capas e primeiras páginas, edições comemorativas, seções diversas, iconografia, ângulos de abordagem de conteúdos, intervenções na agenda pública, questões, sujeitos, temas que priorizam campanhas gerais e posições políticas explícitas) (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 261- 49 265).

Feita essa discussão sobre a imprensa no Brasil e breves apontamentos acerca do periódico “Tribuna Popular”, pretende-se percorrer um dos caminhos trilhados por Marighella durante seu pleito eleitoral no encontro com as mulheres baianas no ano de 1946,



o que nos foi possível, em grande parte, no cruzamento dessa fonte com a biografia desse agente político e com as leituras teóricas referentes ao tema da cultura política.

Na edição de número 92 do Jornal “Tribuna Popular”, na sexta-feira do dia 4 de janeiro de 1946, um texto pequeno intitulado: “Congratulações pela eleição de Carlos Marighella”, informava:

Foi enviado ao dirigente comunista Carlos Marighella, recém-eleito deputado pela Bahia, o seguinte telegrama: - “Nossas felicitações pela grande vitória do povo baiano, elegendo para seu representante da Constituinte, um dos batalhadores na luta pela real emancipação do nosso povo. Abraços antifascistas” Diogo Ferdman Almir (TRIBUNA POPULAR, 04/01/1946, p. 1)

Essa passagem em alguma medida exprime o sentimento de pessoas baianas, ligadas ou não ao PCB que esperavam pela eleição de Marighella, e, dada a sua vitória, demonstraram-se satisfeitas uma vez que o deputado eleito pela Bahia era um dos “batalhadores”, “lutadores” do povo, ou um “deputado do povo e do proletariado” como os jornais comunistas costumavam designar os candidatos eleitos pela bancada pecebista. Como veremos, ao longo de sua vida parlamentar, residindo no Rio de Janeiro, ele sempre retornava à Bahia e procurava se encontrar e dialogar com setores da sociedade baiana, antes de retornar para os trabalhos constituintes, o que também era noticiado nos jornais comunistas.

O próprio Marighella se autodenominava como um “deputado do proletariado”. Foi assim em ocasião de uma sabatina que segundo o Jornal “Tribuna Popular”, ocorreu em Salvador no ano de 1946, no dia 13 de maio. A notícia veiculada no dia 17, cujo título era: “Só poderá a mulher libertar-se procurando organizar-se e conseguindo participar da produção”, e cujo subtítulo era: “Temas abordados pelo deputado Carlos Marighella em sua sabatina com as mulheres baianas”, apresentava a seguinte fala do deputado:

Como deputado do proletariado, tenho tido a oportunidade de estar em contato com grande número de problemas do povo. Entre vários deles,



surgem constantemente casos relativos à situação de mais completa escravização das mulheres (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4).

Com esse trecho, mais do que destacar a questão de Marighella se autodenominar “deputado do povo”, o que nos chamou atenção foi o fato de, na trajetória de Marighella no seu mandato parlamentar, a questão feminina tinha certo destaque. De fato, no partido, cuja participação era majoritariamente masculina, existia uma preocupação em enquadrar as mulheres dentro de um comportamento e atitudes ideais para aquela cultura, onde os comunistas modelavam imagens ideais para o feminino.

Nessa abordagem, faz-se necessário destacar que não é intenção desse trabalho discutir relações de gênero ou feminismo, apesar de se considerar a importância desses estudos para a História Social. Porém, como o foco de análise é a militância de Marighella a partir de sua atuação parlamentar, o encontro com as fontes nos possibilitou esbarrar no envolvimento do futuro guerrilheiro com a questão feminina, na medida em que ele também levava as pautas das mulheres para o Congresso. Nessa perspectiva, discutiremos os modelos exemplares femininos dentro da cultura política comunista, uma vez que Marighella compartilhava dessas ideias e auxiliava na cristalização desses valores.

No tocante à mulher, os comunistas modelavam imagens que aludiam à virtude das mais elevadas, pois, ao traçarem o perfil das mulheres engajadas no movimento revolucionário, seja no papel de mães, companheiras ou apenas militantes, surgiam, via de regra, virtuais “hagiografias” (FERREIRA, 2002. p. 129).

Atributos como a honestidade, a abnegação e o sacrifício surgiam como os mais característicos da mulher, nos meios de comunicação comunistas. (FERREIRA, 2002. p. 129) Além dos grandes modelos masculinos na cultura comunista, existiam os grandes modelos femininos: Exemplo de boa esposa: Olga Benário, de boa mãe: Leocádia Prestes, além de importantes figuras femininas que passaram pela história brasileira: Anita Garibaldi e Maria Quitéria (FERREIRA, 2002. p. 129).

Ou seja, para os comunistas, as mulheres deveriam ser revolucionárias na luta pela vitória do proletariado contra as ameaças nacionais e internacionais, todavia, conservadora dos costumes tradicionais que revestiam o papel relegado à mulher naquela sociedade: mãe exemplar e esposa dedicada (TAVARES, 2009, p. 106).



Apesar disso, ao analisarmos as ações de Marighella e seu pensamento em relação ao papel feminino, podemos afirmar que o projeto comunista ao mesmo tempo em que contribuía para a conservação de costumes tradicionais relegados ao feminino, exaltando aspectos como a maternidade e a “moralidade exemplar” (FERREIRA, 2002. p. 130) incentivavam a participação da mulher na política, o que era novidade para a época. Esse incentivo à participação feminina no campo político fica nítido na sabatina realizada por Marighella em Salvador naquele 13 de maio. A notícia começa da seguinte forma:

Com a presença de grande número de mulheres, operárias, donas de casas, de elementos femininos progressistas de várias classes sociais e de representantes da Liga Feminina Democrática, além de pessoas outras, teve lugar na sede da Associação dos Empregados do Comércio, a sabatina com as mulheres baianas. Antes da sabatina, o deputado Marighella pronunciou rápida conferência, onde teve oportunidade de abordar vários assuntos (...) a situação de miséria e exploração em que vivem as mulheres brasileiras, em geral (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4)

Mais a frente, é dito no jornal que Marighella passa a discutir sobre o contexto da mulher nas lutas democráticas. Diante disso, ele pondera sobre a participação feminina nos parlamentos, citando o caso da França e da União Soviética, nos quais, devido a existência do “Conselho dos Sovietes”, tomam assento mulheres operárias e camponesas nesses postos. (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4). Em contrapartida, para ele, em nosso país, “o atraso político impede que mulher alguma tome assento no Parlamento”, e aponta como exemplo, o caso da dirigente comunista Adalgisa Cavalcanti, de Pernambuco, cuja candidatura pelo PCB nas eleições da Assembleia Constituinte não havia sido reconhecida. (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4)

Adiante, como aponta o periódico, ele faz um apanhado sobre as várias fases da vida social da mulher no mundo, desde os tempos primitivos quando, para ele, a situação da mulher era mais livre, uma vez que, como aconteciam entre os indígenas, as mulheres participavam da produção. No entanto, segundo o jornal, Marighella diz que na época em que surgiu a propriedade privada, a mulher passou a ser considerada escrava, pois apareceram os primeiros proprietários de terra. Depois disso ele passara a explicar que na sociedade capitalista a mulher é colocada num plano de verdadeira inferioridade e estava sujeita “a verdadeira escravidão da vida, decorrente, sobretudo, de sua dependência econômica” (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4). “Só poderá libertar-se” - prossegue



Marighela- se as mulheres se organizassem, pois, “procurando organizar-se e conseguindo participar da produção, porque então obterá uma situação de independência econômica, de onde decorrerão todas as outras situações de liberdade e vida digna e moderna” (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4).

Nesse fragmento é curioso observar que no entendimento desse deputado, em decorrência do capitalismo, existia, supostamente, uma dependência econômica das mulheres provavelmente em relação aos homens, o que atrapalhava na sua emancipação. Isso pode ser esclarecido, quando ele aponta que é apenas através da participação da produção, que a mulher conseguirá libertar-se em primeiro lugar, economicamente, o que resultaria na conquista de “outras situações de liberdade”. Prontamente, pode-se compreender com essa informação, que se a mulher não participava da produção, era o homem que participava o que explicaria essa dependência. Pelos posicionamentos de Marighella mostrados tanto no jornal, quanto nas intervenções na Constituinte, além da biografia escrita por Mário Magalhães (2012), é razoável inferir que o futuro guerrilheiro defendia a não dependência da mulher em relação ao homem, o que ficará evidente quando nos debates parlamentares, ele debocha do casamento indissolúvel, defendendo o divórcio.

Ademais, a página do jornal prossegue elencando que o deputado comunista faz uma rápida análise da atual situação da mulher baiana, “escrava de métodos e costumes de uma sociedade “reacionária e atrasada”. (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4) Para explicar esse fato, o jornal prossegue informando que:

Marighella lembra que sempre surge resistência á luta das mulheres e às suas organizações democráticas, mas que é natural esta resistência, uma vez que é demorada a evolução da mentalidade do povo. Cita o caso da União Soviética, na qual, mesmo após a vitória do socialismo, os maridos, por algum tempo, continuavam batendo nas esposas, como era de hábito na Rússia czarista. Mas que as mulheres mais esclarecidas se organizaram e se uniram às companheiras e, após séria luta organizada, conseguiram a sua independência. (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4)

Depreende-se dessa passagem que para esse parlamentar, evocar os grandes exemplos da cultura comunista como a URSS, no sentido de reforçar como deveria ser o processo revolucionário ideal, era algo de notável importância, e, desta forma, mais uma vez, Marighella torna-se, para aqueles segmentos da sociedade baiana, um porta voz de



elementos da cultura política comunista. Além disso, nota-se mais uma vez a ênfase na organização das mulheres como um parte do processo da conquista de sua independência, mesmo que esta viesse a longo prazo.

Apesar disso, Marighella não concordava com o feminismo, como pode ser percebido no relato do jornal que enuncia:

Reporta-se ao falso movimento que se diz disposto a emancipar as mulheres: o feminismo. Taxa esse movimento de mulheres contra os homens de reacionário e aponta que o único caminho para uma verdadeira libertação das mulheres aquele que consiste em procurar organizarem-se e buscarem o povo nos bairros mais abandonados das cidades (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4)

Quando o escritor desse artigo trata do feminismo como “esse movimento de mulheres contra homens”, é notório que não era somente Marighella que o qualificava como um movimento reacionário.

Conforme Batzaida Tavares (2009), na cultura constituída no interior do PCB, o modelo feminino que se buscava reforçar através de trajetórias de militantes femininas retratadas pelo PCB a exemplo de Olga Benário e Leocádia Prestes, era o da mulher companheira, abnegada e disposta ao sacrifício. (TAVARES, 2009, p. 106) Para essa autora, o ideal feminino deveria ser o de:

Uma mulher revolucionária, já que devia enfrentar o poder político vigente, e, ao mesmo tempo, conservadora no campo dos costumes, pois as virtudes exaltadas nesse modelo eram as mesmas que revestiam o papel feminino tradicional: mãe exemplar e esposa dedicada. (TAVARES, 2009, p. 106)

A partir da análise dos autores aqui utilizados, pode-se de certo modo, compreender as motivações que levavam Marighella a ser contrário ao movimento feminista.

Considerações Finais

Pelos posicionamentos de Marighella mostrados no jornal, é razoável inferir que ele defendia a não dependência da mulher em relação ao homem. Apesar disso, não



concordava com o feminismo, considerando-o um movimento “reacionário de mulheres contra homens” (TRIBUNA POPULAR, 17/05/1946, p. 4). Isso remete à questão de que, dentro da cultura comunista e dentro da imagem da mulher revolucionária que os comunistas procuravam construir, a hierarquização dos sexos não era excluída, o que corroborava com a reprodução de algumas opressões e discriminações, em relação ao feminino, as quais eles denunciavam.

Entretanto, tendo em consideração que Marighella incentivava a participação feminina dentro da vida política, e que isso era uma novidade na época, em certa medida ele foi um deputado que contribuiu para ajudar as mulheres comunistas com que discursava e orientava na idéia da busca de uma libertação e opressão social.

Referências bibliográficas

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. Estampa: Lisboa, 1998.

BLOCH, M. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Projeto História, São Paulo, nº 35, pp. 253-270. 2007. (Revista eletrônica).

FERREIRA, Jorge (Org.). FERREIRA, Jorge. Os prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Jorge Ferreira. Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUAD: 2002.

FERREIRA, Jorge. Os comunistas e os novos rumos. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, julho 2011. <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311193_ARQUIVO_OscomunistaseNovosRumos.pdf>. Acesso em 13/06/2017.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Carnaval e festas comunistas no Rio de Janeiro (1945-1958). Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 239- 257, nov.



2011).

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista, alguns apontamentos. In: _____(org.). *Comunistas Brasileiros, cultura política e produção cultural*- Belo Horizonte: UFMG: 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: _____(org.): *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. A Tribuna Popular e a orientação do PCB para o movimento sindical do Rio de Janeiro nos primeiros anos da experiência democrática brasileira (1945-1946). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

ROXO, Marco; MOURÃO, Mônica. *Jornalismo, Memória e Clientelismo. O pacto entre comunistas e imprensa conservadora no Brasil*. In: MOTTA, *Comunistas Brasileiros, cultura política e produção cultural*- Belo Horizonte: UFMG: 2013.

SEGATTO, José Antonio. *PCB. A questão Nacional e a democracia*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano. V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. “Mulheres exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes”. In: MOTTA, *Culturas Políticas Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

Fontes:

Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital: *Jornal Tribuna Popular* (17 de maio de 1946)



Sessão de comunicação III – 23/11 (quinta-feira)

Apontamentos histórico-filosóficos sobre as origens e a decadência ideológica nas ciências econômicas

Danne Vieira Silva

Mestre em Tecnologia, Ambiente e Sociedade

UFVJM

dannevieira@hotmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta resumidamente alguns apontamentos sobre os condicionantes históricos e filosóficos que formataram a ideologia burguesa, para isso, com base na literatura marxiana e marxista consideramos como marco inicial as conturbações do século XVI na manifestação Renascentista que sacudiu as bases da sociedade feudal e reverberou no movimento Iluminista e imprimiu um novo entendimento de que o homem tinha de si e da relação com a natureza. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o discurso econômico foi um importante aliado burguês no processo de luta na constituição de sua hegemonia, para então, traçar algumas considerações ao debate do caráter transitório do capitalismo e da construção de uma sociedade plena e verdadeiramente emancipada.

Palavras-Chave: Ideologia, Transição ao capitalismo; Discurso Econômico.

Introdução

*Until the philosophy which hold one race
Superior and another inferior
Is finally and permanently discredited and abandoned¹⁴⁷
Bob Marley - War*

¹⁴⁷ “Até que a filosofia que torna uma raça superior E outra inferior, seja finalmente permanentemente Desacreditada e abandonada haverá guerra.” (MARLEY, 1976)



Elencar os condicionantes históricos e filosóficos que direcionaram a mentalidade do indivíduo ao pensamento específico do modo de produção capitalista e suas formas de descrição da reprodução material de determinada época, por vezes, pode ser um processo longo e árduo pelo fato de cair no discurso ideológico da classe dominante.

Dessa forma, acreditamos que o longo caminho que a ciência trilhou até convergir nos condicionantes específicos que fizeram surgir a Economia Política foi tortuoso, pelo fato do conflito entre interesses classistas gestadas historicamente a partir do século XVI, momento em que situamos com base em Marx (1982), Engels (1961), Heller (1981), Dobb (1983), Coggiola (2015) e Bianchi (1988), ser o marco inicial da gestação das condições que estabeleceram as bases do modo de produção capitalista, Momento em que paradigmas foram destruídos e prontamente substituídos por outros que buscariam responder aos anseios daquela realidade objetiva, nesse sentido, estamos de acordo com Franco Junior (1983) quando diz que a própria mentalidade do indivíduo foi modificada.

Concordamos com Rubin (2014) quando diz que as ideias econômicas não nascem no vácuo, elas são irmãs-siamesas das conturbações políticas, dos conflitos de classes, nestas circunstâncias nos é claro que aqueles que refletiram sobre a dinâmica econômica agiram ora como escudeiros da classe dominante, fornecendo armamento ideológico para defesa de interesses ou de grupos particulares ou indicando novas formas de se pensar nos problemas sob a perspectiva da classe que conduzirá o processo revolucionário para outra sociedade. E é justamente por essa razão que Rubin (op. cit.) vai afirmar que o discurso econômico é uma das mais importantes e influentes formas de propagação ideológica, uma vez que as preocupações e propostas assumidas na retórica dessa ciência estão umbilicalmente ligadas à luta de classes¹⁴⁸.

Apoiados metodologicamente na tradição marxista, consideramos que é impossível não desassociar os condicionantes históricos dos condicionantes que modificaram a mentalidade do ser humano que erigiu as bases da atual sociedade¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Marx e Engels (1986) já deixaram claro que a história de toda sociedade é a história da luta de classes.

¹⁴⁹ Em diversas passagens Marx (2013; 1982) e Marx e Engels (2007) deixam claro que o ideal é o material transposto e traduzido na cabeça do homem, uma vez que “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias, necessárias e independentes de sua vontade [...]” (MARX, 1982, p. 25),



Com base em Marx (2017), quando ele diz das formas antediluvianas do capital, e também em Rubin (2014), Heller (1982), Dobb (1983) partimos do entendimento de que as condições que culminaram na sociedade burguesa foram gestadas desde a segunda metade do século XVI. Nestes termos, situaremos no Renascentismo¹⁵⁰ como o berço de tais condições que movimentou a mentalidade do indivíduo medieval, uma vez que a partir daí que retomava-se os princípios que “esfumaban los espectros de la Edad Media” (ENGELS, 1961, p. 03)

Para além do Renascentismo, poderíamos traçar uma linha temporal e situar a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa como marcos que transformaram a mentalidade do indivíduo e estabeleceram as bases do pensamento moderno e da sociedade burguesa.

Dessa maneira, nos fica compreensível que a ascensão burguesa se deu mediante processo revolucionário que soterrou as bases ideológicas do feudalismo e tão logo que se estabeleceu sua hegemonia deu-se a conversão para classe conservadora e por vezes, reacionária. Assim, em nosso entendimento, o discurso econômico acompanhou a conversão burguesa¹⁵¹.

Por essa razão, pretendemos apontar alguns elementos que consideramos basilares na formação da ascensão ideológica burguesa e na mudança da mentalidade do indivíduo que substituiu a ideologia do feudalismo pela do capitalismo, com isso, almejamos contribuir no debate do caráter transitório do capitalismo, sendo que da mesma forma que a burguesia assumiu a vanguarda no processo que erigiu as bases do capitalismo, os trabalhadores conduzirão a transição para a sociedade em que ela será a classe hegemônica e apontará para a extinção da luta de classes.

Questionamentos sobre uma nova concepção de homem

¹⁵⁰ Diz Marx (1982, p. 03) da “antecipação da sociedade que se preparava desde o século XVI, e no período XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade”, nesse sentido, entendemos ser o renascentismo como o manifesto que engendrou uma série de condições favoráveis que rumaram ao capitalismo.

¹⁵¹ A exemplo disso podemos situar as formulações sobre a Teoria do Valor-Trabalho: em sua fase ascendente, desde as primeiras elaborações fisiocratas que consideravam o trabalho como fonte da riqueza até as concepções de Smith (1988) e Ricardo (1988), entendemos que foi uma “arma” contra a nobreza feudal que municiou os burgueses em sua fase ascendente. Tão logo que assumiram a hegemonia classista, os postulados da Teoria Valor-Trabalho foram definitivamente abandonados e substituídas pela Teoria do Valor-Subjetiva elaborada pelos utilitaristas.



Desde as últimas décadas do século XVIII, o feudalismo já perdia a vitalidade característica de seus dois séculos anteriores, de acordo com Franco Junior (1983) isso se deve pelo fato de que sua dinâmica já havia atingido os limites de funcionamento de sua estrutura, ou seja, a crise do feudalismo estava assentado nas características desse próprio modo de produção¹⁵².

O cotidiano dos indivíduos feudais era amparada na heteronomia das formas de convivência dessa sociedade estamental e era “impregnada até as suas fibras mais íntimas pela religião.” (LE GOFF, 1989, p. 10).

Da antropologia medieval direcionada pela ideologia cristã, Le Goff (1989) ainda pontua que paradoxalmente vigoraram duas concepções de homem na Idade Medieval que se intercalam numa única concepção: a do “homem em marcha” cujos atos terrenos influem em sua vida *post-mortem* ou na eternidade e a concepção do “homem penitente” cuja vida deve ser considerada um eterno sacrifício de acordo com sua condição de pecado que lhe foi inculcada, a penitência seria uma forma de salvação.

Contudo, em meados do século XV, mais especificamente no período que ficou conhecido por Renascimento, diz Heller (1982) que tanto o indivíduo quanto a sociedade passam a conceber a sua própria história de desenvolvimento pessoal, ainda para ela, a identidade contraditória entre o indivíduo e sociedade surgem conflitos em todas as categorias fundamentais do estamento feudal. A moral e a honra do cavaleiro medieval é mitigada cada vez mais ao individualismo de suma utilidade às relações mercantis que se tornavam cada vez mais dinâmicas. A própria visão orgânica estamental dessa sociedade, aos poucos, é igualmente questionada.

“Durante a Renascença consuma-se enfim o processo de ruptura da unidade doutrinária que, por um longo tempo, manteve o Ocidente sob a tutela da igreja. Alçado ao centro do universo, o homem é incorporado à natureza, ela mesma objeto de culto que iria prolongar-se durante séculos. Sai de cena a criatura desencarnada, talhada à imagem e semelhança de deus, que se conforma em buscar no além-túmulo sua realização pessoal.

¹⁵² Com base em Bloch (1979) e Franco Junior (1983) gestou com a partir da crise da sociedade romana no século III cuja estrutura tornou-se completa e definitiva em fins do IX, economicamente o feudalismo era predominantemente agrário e de estrutura ideológica difundida pela Igreja Católica que impunha a fixidez da visão de que o homem tinha de si mesmo: a mentalidade do homem feudal estava limitada ao jugo clerical e passível de ser considerado divino ou pecaminoso à danação eterna.



Vai-se o repúdio monástico ao apelo dos sentidos, de que toda a civilização sofrera o impacto. Reduz-se o espaço do indivíduo que via a si próprio como membro de uma comunidade de fiéis, julgando-se à mercê de uma providência que, em seus desígnios imponderáveis, dispunha sobre toda a sorte de intempéries: um deus das pestes, das colheitas, das secas, dos incêndios, senhor de baração e cutelo, da felicidade individual e coletiva.” (BIANCHI, 1988, p. 47).

Nesse sentido, em nosso entendimento, o Renascentismo foi um processo que imprimiu na sociedade moral novas formas de se pensar as questões morais, éticas, religiosas, estéticas e da própria concepção de que o homem tinha de si.

Por essa razão, estamos de acordo com Heller (1982) quando afirma que o Renascimento constituiu a primeira onda do processo de transição feudal para o capitalismo, fato que se sustenta pelo motivo de que esse movimento ser o marco inicial das condições que sacudiram as bases ideológicas do modo de produção feudal.

O movimento humanista iniciado no Renascentismo colocou o homem no centro de interesse das ciências naturais, por outro lado, Heller (1982) ainda sustenta que a natureza igualmente foi alçada à centralidade do pensamento científico.

Ainda sobre a Renascença, diz Engels:

“Era la más grandiosa transformación progresiva que la humanidad había vivido hasta entonces, una época que requería titanes y supo engendrarlos; titanes, por su vigor mental, sus pasiones y su carácter, por la universalidad de sus intereses y conocimientos y por su erudición. Los hombres que fundaron la moderna dominación de la burguesía eran todos menos gentes burguesamente limitadas. Lejos de ello, en todos dejó su huella más o menos marcada el carácter aventurero de la época en que les tocó vivir.” (ENGELS, 1961 p. 04).

Nestes termos, partimos do entendimento que o Renascimento foi um movimento que propôs novas formas de pensamento ao indivíduo medieval, dotando-o com vontade própria e principalmente aptidão de conhecer a realidade por meio de seus próprios sentidos. Além disso, foi manifesto no indivíduo a concepção da capacidade de se impor à natureza e domar a história por intermédio da razão como mostraram Engels (1961) e Bianchi (1988).



Dessa maneira, a revolução científica¹⁵³ influenciou no processo que questionou a hegemonia da Igreja, a Reforma Protestante¹⁵⁴, por sua vez, personalizou a igreja tornando-a intimista e menos sujeita às ingerências das autoridades além de propor uma livre interpretação das escrituras como mostram Reale e Antisseri (2004)

Ainda em outras palavras, o Renascimento marcou como primeiro anúncio, uma espécie de mensagem, ainda que sussurrada de acordo com Mateus (2012), de uma modernidade sob os ideais de razão e de progresso, busca não apenas romper com os padrões antigos, mas construir padrões para um futuro, ou seja, o Realismo carregava em si o germe que, ao se desenvolver, seria o responsável por promover o *debacle* do antigo e erigir o novo.

Partimos do entendimento que os laços que sustentavam a alienação medieval¹⁵⁵ foram severamente sacudidos pelo Renascentismo, arvorando o entusiasmo da filosofia natural do qual se empenhou em potencializar a observação da natureza e direcionar a novas descobertas científicas. Nesse processo, uma ética de fins é paulatinamente substituída por uma ética de valores como defende Bianchi (1988). Em suma, acreditamos que a mera contemplação da natureza aos poucos foi convertida no racionalismo e no tecnicismo em

¹⁵³ Entendemos aqui, com base em Reale e Antisseri (2004) que a revolução científica iniciou em 1543 com a publicação de *De Revolutionibus Orbium Coelestium* de Nicolau Copérnico e se estendeu até 1687 na ocasião da publicação de *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* por Isaac Newton. Essa revolução foi um marco no pensamento científico por romper com os princípios fundados em base na filosofia grega antiga, especialmente a aristotélica, que serviu de bastião da ideologia cristã. Nesse sentido, a teoria copernicana mudou a forma de pensar do mundo e do próprio homem: a ideia teocêntrica foi aos poucos substituída pelo antropocentrismo pela afirmação de que o sol era o centro do sistema solar e não o planeta Terra, como era milenarmente acreditado. Da Revolução científica copernicana, continuam Reale e Antisseri (op. cit.) serviu de base para o empirismo inglês, que, como veremos, postulava que todo conhecimento, inclusive os da natureza eram passíveis de comprovações. Essa revolução promoveu uma reviravolta teórico e social no pensamento filosófico, o mundo como era conhecido estava gradualmente cedendo espaço à novas interpretações e visões de mundo.

¹⁵⁴ A Reforma Protestante foi um conjunto de proposições contrárias aos dogmas católicos encabeçados por Martinho Lutero no primeiro quartil do século XVI. Do ponto de vista histórico, dizem Reale e Antisseri (2005, p. 71) com a reforma religiosa proposto por Lutero elementos sociais e políticos se entrelaçaram e mudaram a fisionomia da Europa, portanto, a ruptura não se deu apenas com a tradição religiosa, mas também cultural que constituía na centralidade daquela época, ao propor a tradução da *Bíblia* para o alemão e abolir o latim das celebrações católicas, foi de suma importância no desenvolvimento linguístico das chamadas línguas nacionais, que por sua vez, funcionou como elemento diferenciador nas comunidades nacionais que se transformariam nos Estados modernos, destaca Coggiola (2015).

¹⁵⁵ Na tradição marxista a alienação é um fenômeno que deve ser entendido considerando “a atividade criadora do homem, nas condições em que ela se processa.” (KONDER, 2009, p.40), portanto, a alienação é um processo não exclusivamente capitalista e sim das sociedades em que reinam as condições de propriedade privada, divisão social do trabalho e luta de classes. Nesse sentido, a alienação não é uma exclusividade do modo de produção capitalista.



função de fins estabelecidos pela própria sociedade, entendemos que esse processo foi fundamental na construção do caminho que erigiu as bases da sociedade produtora de mercadorias.

Ainda assim, por mais que o Renascimento tenha imprimido uma nova interpretação antropológica, que em muitas das vezes contradizia os dogmas ideológicos medievais, não implicou em uma ruptura drástica com a filosofia católica. Heller (1982) diz que o declínio de uma tradição ideológica com muitos anos de existência é um processo extremamente demorado, e durante a Renascença, o interesse prático do mundo, não entrava em conflito direto com a sobrevivência das ideias religiosas¹⁵⁶.

A isso se deve pelo fato da ressignificação da Igreja Católica que orientou seus postulados pelo pragmatismo da interpretação dual: enquanto a ciência avançava, a interpretação e concepção de mundo ficariam por conta da Igreja (CHASIN, 1988).

Sendo assim, a gradual conversão da maneira de pensar sobre a relação do indivíduo com a sociedade e com a própria natureza, pressupôs o surgimento de sentimentos, valores e comportamentos cada vez mais individualistas, embora, como aponta Heller (1982), o individualismo no Renascimento em muito se diferencie da particularidade assumida na sociedade burguesa amadurecida, uma vez que as bases da reprodução material são distintas e devido a isso essa conduta estava originalmente limitado às possibilidades daquela sociedade.

Portanto, baseados em Heller (1982) e em Bianchi (1988) entendemos que no Renascimento, a autorrealização e a autofruição da personalidade tornou-se um objetivo fim da atividade humana. O individualismo Renascentista realizou em grande medida o que hoje é convencionalmente considerado a essência da individualidade.

No Renascentismo o indivíduo começou a modelar o seu próprio destino e isso se deu não apenas no sentido ético, “a dialética do homem e do destino transformou-se na categoria central de um conceito dinâmico do homem” (HELLER, 1982, p. 15).

¹⁵⁶ Cabe aqui destacar um personagem que ilustra bem esse momento específico na pessoa do Cardeal Belarmino e sua proeminência no movimento contra-reformista em resposta a Reforma Protestante. Foi através de seu instrumentalismo que postulava, em linhas gerais, com base em Reale e Antisseri (2004), que a ciência poderia existir desde que não abalasse os fundamentos cristãos emanados pela igreja católica. Lukács (2012, p. 38) ilustra melhor o instrumentalismo do cardeal Belarmino ao citá-lo: “Vamos nos adequar aos tempos [...]. Quando novas cartas astronômicas, baseadas em novas hipóteses, facilitarem a navegação de nossos marinheiros, eles devem usá-las. A nós desagradam apenas as teorias que falsificam a Escritura.”



É nítido que a exacerbação do ser humano como responsável por seu destino e de seu papel com relação à natureza, desenvolve-se de maneira gradual – e ao mesmo tempo natural –, o entendimento da coincidência de novos valores e de interesses individuais e coletivos.

Notadamente um dos personagens que marcou e influenciou o período Renascentista, foi Nicolau Maquiavel¹⁵⁷, o individualismo é facilmente perceptível *O Príncipe*, no qual ele afirma com veemência que os “homens, de modo geral, que são ingratos, volúveis, dissimulados; procuram se esquivar dos perigos e são gananciosos” (MAQUIAVEL, 2007, p. 88).

Bianchi (1988) defende a tese de que o entendimento da natureza humana exposta por Maquiavel n’*O Príncipe* deve ser buscado como uma expressão de confiança no poder e na capacidade do ser humano em interferir nos acontecimentos de seu cotidiano e traduzi-los em atos pensados e refletidos. Portanto, o individualismo em Maquiavel, bem como em seus contemporâneos, não deve ser entendido no sentido unívoco como uma vontade arbitrária e caprichosa de um ente sacralizado, mas “de uma atitude inteligentemente comprometida com as possibilidades concretas que o curso dos acontecimentos oferece” (Idem, op. cit., p. 51).

Nesse sentido, Maquiavel (2007) ao traçar um quadro mais realista na natureza humana não implica em si um juízo de valor, entendemos que ele procurou mostrar os defeitos que acreditava serem naturais aos indivíduos à luz da realidade do século XVI. É, portanto, nesse rumo que ele filia-se à corrente ética qualificada como teleológica, verifica Bianchi (1988).

A ética observada em Maquiavel (2007) e em seus demais escritos, sustenta Bianchi (1988) foi precursora das concepções que tiveram profundo impacto sobre o desenvolvimento das condições que seriam examinadas tanto na Economia Política quanto no utilitarismo.

¹⁵⁷ É mister explicitar aqui a proeminência da contribuição de Maquiavel na consolidação da ciência política que, por sua vez, foi decisiva no direcionamento das ciências humanas em geral. Sua obra é indiscutivelmente revolucionária no que tange o tom normativo no qual os filósofos contemporâneos a ele adotaram no trato das implicações políticas e também econômicas muito embora sua principal e mais profunda obra, *O Príncipe*, tenha antecedido em onze anos a *De Revolutionibus Orbitum Coelestium* de Copérnico que ficou reconhecido como o marco da revolução científica. (cf. nota 12).



Além de Maquiavel, é fato incontestável que outras vozes se somaram provocando uma nova maneira de se perceber e sentir o mundo, o movimento humanista¹⁵⁸ abrangeu o campo da estética e da filosofia literária incorrendo em outras interpretações dos filósofos greco-romanos distinta das interpretações da filosofia medievais.

Mostram Reale e Antisseri (2014) que o humanismo, promoveu um novo sentido do homem e de seus problemas que culmina nas celebrações teóricas da dignidade do homem e como ela deveria sublevar a sua condição com relação ao cosmo.

Em síntese, entendemos que objetivamente o cotidiano do indivíduo medieval a partir do século XVI estava em nítido processo de efervescência que aos poucos questionavam os estamentos da ideologia feudal, mesmo que tenha sido um processo lento e árduo repleto de avanços e retrocessos pela forte censura oriunda principalmente da Igreja Católica.

Nesse sentido, como já apontamos, bases produtivas da economia feudal já apresentavam sinais de gradativo esfacelamento já em fins do século XVI. A expansão marítima e as novas rotas terrestres abriram possibilidades de escoar uma produção que aos poucos era destinada unicamente ao comércio no qual definitivamente refletia na vida cotidiana dos indivíduos.

Essas mudanças já se faziam presentes na Inglaterra como mostra Marx (2013), a economia doméstica desse país já estava em franco processo de transformação¹⁵⁹, o

¹⁵⁸ O humanismo representou um movimento intelectual no renascimento que Reale e Antisseri (2004) dizem que representou a “metade” do fenômeno renascentista por integrar a esfera literária, embora não fosse exclusivamente filosófica, essa vertente possuía bases lastreadas no aristotelismo e na filosofia greco-romana. Ainda para os autores, os humanistas estavam preocupados com “a especulação não sistemática, problemática e pragmática” formalizando um novo modelo estético onde o saber crítico propunha maior conhecimento capaz de desenvolver as potencialidades da condição humana. Deste momento pode-se destacar as obras do lusitano Gil Vicente, cuja obra *A Farsa de Inês Pereira* relatou comportamentos que eram considerados amorais e degradantes para a época, do catalão Miguel de Cervantes e seu *Dom Quixote de La Mancha* que travara intensas batalhas do cavaleiro errante com os moinhos de vento e também do italiano Dante Alighieri cuja *Divina Comédia* fez o homem transpor os portões do inferno em busca de autoconhecimento.

¹⁵⁹ Marx (2013) quando remonta a *Assim Chamada Acumulação Primitiva*, mostra que na Inglaterra já na segunda metade do século XVI a exploração do trabalho servil já não era predominante neste país, a maior parte da população consistia, portanto, em camponeses livres e economicamente autônomos. “O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVII. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...]” (Ibid, p. 789). Notadamente Marx (Op. cit.) refere-se à política de cercamentos inglesa no qual expropriou o camponês do campo transformando as terras de lavoura em pastagens de ovelhas para saciar a gana da velha nobreza feudal devido a alta do preço da lã pelo florescimento da manufatura inglesa.



desenvolvimento técnico no setor industrial implicou em produção cada vez maior em termos quantitativos, abrindo possibilidades de exportar para outros países parte daquela produção.

Pela especificidade inglesa no século XVI, em nosso entendimento foi solo fértil para o surgimento da filosofia empírica desenvolvida por Francis Bacon, no qual Bianchi (1988) diz ter sido um vanguardista ao desenvolver uma revolução intelectual com a filosofia empirista no qual considerava a experiência como ponto de partida.

Nessa perspectiva, Coggiola (2015) completa que Bacon propôs uma materialização do homem com a própria natureza, fato que refletiu profundamente na filosofia cartesiana, nos enciclopedistas franceses do século XVII e na própria Revolução Francesa no século XVIII.

Por essa razão, Vaisman (1989) aponta que Bacon derrotou nos séculos XVI e XVII a tradição filosófica da especulação escolástica, pelo fato de seu método de análise estar fundado na busca de elementos “ateóricos”, perturbadores do pensamento cognoscitivo daquela época.

“Com Bacon tem início na história do ocidente uma “nova atmosfera intelectual”. Ele indagou e escreveu sobre a função da ciência na vida e na história humana; formulou uma ética da pesquisa científica que se contrapunha de modo claríssimo à mentalidade de tipo mágico que, ainda em seus tempos, era largamente dominante; tentou teorizar nova técnica de pesquisa da realidade natural; lançou as bases da moderna enciclopédia das ciências, que se tornará um dos empreendimentos mais importantes da filosofia europeia.” (REALE; ANTISSERI, 2004, p. 263, destaques originais).

De toda essa efervescência política e econômica, Bacon situou-se entre os autores que buscou romper com os preceitos restritivos da Igreja no século XVII, Bianchi (1988) diz que ele vaticinou contra a repressão da usura, prática que foi de suma importância no caminho ao capitalismo¹⁶⁰. Os empréstimos foram percebidos pela concepção baconiana como algo necessário à vida econômica cujos indivíduos não eram verdadeiros altruístas para conceder vantagens sem alguma contrapartida, justificando a cobrança de juros.

¹⁶⁰ “O capital portador de juros, ou, para empregar o termo antigo, capital usurário, figura com seu irmão gêmeo, o capital comercial, entre as formas antediluvianas do capital, que precedem por longo tempo o modo de produção capitalista e podem ser encontradas nas mais diversas formações econômicas da sociedade.” (MARX, 2017, p. 253, grifos nossos.)



Bacon pode testemunhar o desenvolvimento da manufatura e das novas propostas científicas que contribuíram no alvorecer industrial na Inglaterra de um ponto de vista privilegiado¹⁶¹ e sob o ponto de vista da corte e da aristocracia, por ter defendido abertamente a usura, no qual vaticinava os juros como uma “concessão à dureza do coração humano” (BIANCHI, 1988, p. 55), Bacon foi elo vital no processo de evolução das condições propícias para o surgimento da Economia Política Clássica. Reale e Antisseri (2004, p. 264) vão além e o consideram como “filósofo da era industrial”¹⁶².

Nestes termos, acreditamos que o pensamento moderno gestado no movimento Renascentista, redundou no Iluminismo que constituiu no avanço do rompimento da ideologia feudal, em especial no trato com o saber científico e na formação de uma nova concepção de indivíduo e de seu lugar no mundo, e a isso se deve em muito ao pensamento cartesiano.

Por ser uma figura de proa no direcionamento dos pilares da ciência moderna como sustenta Bianchi (1988), acreditamos que René Descartes em muito contribuiu para a construção das condições que erigiram as condições da ideologia burguesa através de seu racionalismo.

Mesmo sem romper definitivamente com os dogmas eclesiásticos, Descartes (1996) sustentava que a fé e a razão provêm de Deus, portanto, não poderiam se contrapor mutuamente, para ele, a razão humana não pode assumir a pretensão de razão absoluta, devendo aceitar o controle e os desígnios da fé.

¹⁶¹ Bianchi (1988) destaca a proximidade de Bacon com a Monarquia Tudor na Inglaterra.

¹⁶² Acreditamos que é incomensurável a contribuição de Francis Bacon no discurso filosófico moderno que erigiu as bases da sociedade capitalista, no entanto, foge as pretensões desse trabalho aprofundar nos detalhes dessa contribuição, contudo, a nosso juízo é importante destacar que para ele, o fundamento da ciência humano consiste na descoberta da forma de uma natureza dada. Posto isso, ele sistematiza a teoria dos “*Idola*”, ou teoria dos ídolos, cuja primeira função é a de “tornar os homens conscientes das falsas noções que obscurecem sua mente e barram o caminho para a verdade” (REALE; ANTISSERI, 2004, p. 269). Essa formulação foi basilar na construção do arcabouço teórico da modernidade. Para essa teoria, os ídolos e as falsas noções que invadiram o intelecto humano não apenas sitiavam a mente dos indivíduos dificultando o conhecimento objetivo da verdade, mas também continuam a interferir durante o processo de construção e elaboração científica. Explica ainda Vaisman (1989) que Bacon objetivou na doutrina das *idola* uma maneira de se obter análise sistemática e universalmente válida dos fatores que estorvam o pensar, uma vez que seu objetivo principal era esclarecer quais os fatores que perturbam o acesso fiel à reprodução conceitual do mundo empírico. Completa ainda Bianchi (1988) que o empirismo baconiano exerce domínio metodológico até os dias atuais em vários ramos científicos, inclusive nas ciências humanas e sociais.



Herdeiro direto do resgate da filosofia clássica Renascentista, no qual concebeu ao homem o direito de pensamento autônomo, Descartes (1966) desenvolve a partir da crítica aristotélica e Escolástica a noção de método e de universo infinito.

De acordo com Bianchi (1988) a contribuição de Descartes no pensamento moderno que erigiu o discurso burguês se expressa no estímulo ao raciocínio analítico e dedutivo construído a partir de rigorosa lógica formal: o seu método localiza-se a incessante decomposição analítica do processo no qual a mente humana procura conhecer a verdade.

O método cartesiano parte a dúvida no sentido de não confiar somente nos dados do sentido nem tampouco no unicamente no pensamento humano, sustenta Galló (1980) que Descartes justifica-se que o conhecimento deve ser fundamentado através da razão, exercendo grande influência no desenvolvimento do materialismo moderno, das ciências da natureza e das matemáticas.

“Assim, porque os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos levam a imaginar. E porque há homens que se enganam ao raciocinar, mesmo sobre os mais simples temas de geometria, e neles cometem paralogismos, julgando que eu era tão sujeito ao erro quanto qualquer outro, rejeitei como falsas todas as razões que antes tomara como demonstrações. E, finalmente, considerando que todos os pensamentos que temos quando acordado também nos podem ocorrer quando dormimos, resolvi fingir que todas as coisas que haviam entrado em meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade – *penso, logo existo* – era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cépticos não eram capazes de abalar, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava.” (DESCARTES, 1996, p. 37-38, itálicos originais).

Partimos da compreensão de que o *cogito*¹⁶³ cartesiano foi basilar no movimento Iluminista, ao duvidar de todas as coisas, colocou a razão como forma de existência e confirmando o homem como um ser racional e atuante na interpretação da natureza.

As conturbações oriundas dos conflitos entre a burguesia que ganhava cada vez maior preponderância econômica e política e a classe que via seus poderes feudais

¹⁶³ *Cogito ergo sum* é a tradução latina de *Penso, logo existo* o termo *cogito* é comumente utilizado para designar essa especificidade do pensamento cartesiano.



esvanecerem, mas ainda relutantes em manter sua ideologia dominante, manifestou uma ideologia no qual concebeu o homem dotado de racionalidade de pensar por si próprio. Concepção essa, que em nosso entendimento, foi fundamental nas propostas Iluministas e na própria construção do indivíduo da sociedade capitalista.

Nestes termos, entendemos que no enfrentamento com a antiga nobreza feudal, a burguesia se utilizou da ciência como meio de consolidar seu poderio político e principalmente ideológico ao propor um novo entendimento de homem com relação à natureza, fundamentando sua ciência aos experimentos e não aos desígnios eclesiais rompeu com a milenar estática feudalista.

As luzes e os rasgos com a ideologia feudal

À mesma medida que erigiam-se as bases materiais da sociedade capitalista que encerrava com a ideologia medieval, uma efervescência cultural, política, econômica e social criava o novo movimento e igualmente novos personagens analisavam e interpretavam o seu tempo histórico, o sentimento de pessimismo da era que ficou convencionalmente conhecida como Idade das Trevas, aos poucos, substituída pelo otimismo que negava os pressupostos dessa época, portanto, a Idade das Luzes surgia no limiar da linha histórica questionando o velho e insinuando o moderno.

Ante o que já apontamos, balizados na teoria social marxistas¹⁶⁴, de que desde as primeiras inquietações Renascentistas ao movimento Iluminista foi notadamente um período de profunda efervescência que modificou definitivamente toda a sociedade e a própria mentalidade do indivíduo: O achado do continente americano, a circunavegação, a filosofia, a estética, o avanço científico na química, física, biologia e matemática, impactaram de sobremaneira a forma de pensar do indivíduo. A Inglaterra já havia realizado sua revolução burguesa e estava completamente livre dos grilhões do *Ancièn Regime* inaugurando a sociedade produtora de mercadorias.

Portanto, em nosso entendimento do pensamento Renascentista para o Iluminismo deu-se um salto epistemológico que representou um avanço no deslocamento das crenças

¹⁶⁴ Mais especificamente em Hobsbawm (2016a; 1985), Anderson (2004), Hill (1983), Franco Junior (1983).



da ideologia medieval às leis particulares e individuais¹⁶⁵, estamos de acordo com Bianchi (1988) quando afirma que houve um predomínio da razão como fator do próprio progresso humano. Ainda para ela,

“Pode-se admitir que o caráter distintivo do Iluminismo advém, principalmente, do fator de haver corporificado de forma amplamente visível e elevado à máxima potência uma série de tendências mantidas em estado mais ou menos latente desde as primeiras manifestações do movimento renascentista. O último século do Antigo Regime é, ao mesmo tempo, e quase forçosamente, aquele que se dá o anúncio do mundo contemporâneo. Abrangente, o fenômeno da Ilustração constitui uma combinação peculiar de fatos econômicos, políticos e sociais com especulações filosóficas, discussões éticas, descobertas científicas, obras artísticas e literárias e outros produtos dessa natureza, que tiveram abertas as eclusas para sua manifestação.” (BIANCHI, op. cit., p. 72).

É fato inquestionável que o Iluminismo, portanto, foi um dos acontecimentos históricos decisivos para o estabelecimento da modernidade¹⁶⁶, nesse sentido, para Paulani (2005, p. 25), foi a partir daí que o mundo divino transformou-se em “algo postulado por nós”, o livre-arbítrio funde-se com os interesses do Estado moderno em detrimento do direito histórico ou de nascença como postulado na Idade Média. A questão ética, portanto, é fundada na vontade do indivíduo e não mais como um mandamento divino, “os conceitos morais adaptam-se ao reconhecimento da liberdade subjetiva do homem, a Natureza perde sua magia por que a ciência objetivamente liberta o sujeito cognoscente.” (Id. Ibidem. p, 26).

Entendemos que o reconhecimento da liberdade subjetiva do homem com relação à natureza foi basilar na construção do individualismo regido pela burguesia em sua fase

¹⁶⁵ Os Renascentistas com relação aos Iluministas enfrentaram obstáculos diferentes na divulgação de suas teses, a primeira, no qual consideramos a mais árdua, se deu no âmbito ideológico imposto pela igreja católica e das dificuldades de se romper com esse pensamento difundido pelo clero e da repressão aos que questionassem tal ideologia. Enquanto os Iluministas, pelo tempo histórico, encontraram palco favorável para exposição de suas ideias. No entanto, nota-se traços que são comuns aos dois movimentos: “1) a confiança na utilidade da razão para transformar o mundo; 2) a crença otimista no progresso da humanidade; 3) o desenvolvimento das ciências; 4) a mudança de atitude em relação à religião e seus dogmas; 5) a valorização da natureza, de leis e direitos naturais; 6) o individualismo, assente numa concepção antropocêntrica do universo, bem como na admissão da possibilidade de conciliar interesses pessoais com o interesse coletivo.” (BIANCHI, 1988, p. 75, grifos nossos).

¹⁶⁶ Os outros acontecimentos que somaram-se ao Iluminismo citados por Paulani (2005) foram, notadamente a Reforma Protestante e a Revolução Francesa.



progressista, ou seja, a capacidade humana de atingir o progresso mediante a livre concorrência entre os indivíduos e não da conduta determinista teológica. A individualização da sociedade, diz Coggiola (2015) serviu de base ao pensamento liberal que desenvolveria no século XVIII¹⁶⁷.

Nessa mesma perspectiva, Coutinho (1993) destaca que foi no Iluminismo que a filosofia política conciliou a abdicação ao estado de natureza com a liberdade, ou seja, a legitimidade individual no interior da sociedade política pactuada pelos homens. Nesse sentido, o debate Iluminista da formação da sociedade política reclama gradativamente a separação do Estado da igreja católica, que em nosso entendimento, separaria o Estado que no Iluminismo essencialmente burguês do organismo que foi o mais importante instrumento de disseminação ideológica feudal.

Contudo, Hobsbawm (2016) defende que os Iluministas não eram predominantemente membros da burguesia, muito embora eles tenham assumido a vanguarda no direcionamento que culminaram na sociedade capitalista, em teoria, o objetivo dos Iluministas era o de libertar os seres humanos da fixidez feudal norteados pelas ideias humanistas, racionalistas e progressistas.

Portanto, gradativamente, a ciência moderna assume uma nova filosofia e especializa-se em delinear e desenvolver a gênese, natureza e o valor do conhecimento, ou seja, de buscar o entendimento da própria moralidade no tocante da delimitação dos “limites dentro dos quais o intelecto humano pode e deve se mover e quais são as fronteiras que ele não deve ultrapassar.” (REALE; ANTISSERI, 2005, p. 93).

As ideias Iluministas consoante com a colonização e exploração do continente americano e expansão industrial, elevou ainda mais o debate na concepção da modernidade e do próprio papel do homem no mundo cujo ideal estava representado no homem europeu civilizado em contraposição ao autóctone bárbaro – passível de escravidão¹⁶⁸.

¹⁶⁷ “A atomização (individualização) da sociedade era a base do pensamento liberal. O liberalismo político fundamentou-se na necessidade de equilibrar os sentimentos humanos guiados pela irracionalidade: superação do feudalismo e do jusnaturalismo auxiliou as primeiras declarações de direitos individuais; a “paixão liberal” se concentrou na formulação dos direitos fundamentais do indivíduo, isoladamente considerado. O surgimento de uma burguesia capitalista acompanhou a gênese dos “direitos individuais” (COGGIOLA, 2015, p. 53, destaque original).

¹⁶⁸ Embora os Iluministas procurassem trazer luz ante as trevas da Idade Média, quando era benéfico à acumulação de capitais, o discurso racionalista era completamente despojado de todo sentido humanista e se agarravam à dogmas católicos para justificar os interesses da acumulação. Montesquieu, um expoente do



Nesse sentido, o movimento Iluminista contribuiu sistematicamente e deu largos e definitivos passos para a transmutação da posição secundária humana para o centro das preocupações filosóficas. Coggiola (2015) lança argumentos sólidos que a concepção da natureza racional, autônoma e inclusive utilitarista das atividades cotidianas, que por sua vez foram gradativamente direcionadas à satisfação dos interesses estritamente humanos, colocando-o no centro da realidade que não mais dependia dos auspícios de uma entidade onisciente e onipresente, mas dependia exclusivamente de seu esforço e capacidade de trabalho, dessa forma, partimos do pressuposto que o antropocentrismo, aos poucos, nega o teocentrismo medieval.

Se compararmos com o homem renascentista, as mudanças na mentalidade do indivíduo, foram notórias, argumenta Bianchi (1988) que a ampla disseminação das descobertas científicas também foram fundamentais para que a própria natureza fosse percebida como uma força eminentemente passível de mensuração e controle e não atribuído à providência cujos desígnios são imponderáveis. Destarte, o paradigma da física newtoniana, no qual se aliou ao empirismo inglês se expandiu para outros campos da ciência gestando no indivíduo novas formas de se conceber o mundo.

Portanto, ante o que apontamos, é possível encontrar elementos que corroborem que da nova concepção do lugar do homem no universo, consoante com a nova mentalidade, além de um individualismo secular, progressista e racionalista que aos poucos dominou o pensamento no sentido de libertar todos os indivíduos dos laços antigos tradicionais da idade média, favoreceram, de sobremaneira, o caldo cultural que sob a égide da liberdade e igualdade que foram negados pela ideologia medieval, foi o mote central dos iluministas.

“A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus *slogans*. No devido tempo se tornaram os *slogans* da Revolução francesa. O reinado da liberdade individual não poderia deixar de ter consequências mais benéficas. Os mais extraordinários resultados podiam

movimento Iluminista escreveu em 1748: “Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que diria: o açúcar seria muito caro, se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos. Aqueles a quem nos referimos são negros da cabeça aos pés e tem o nariz tão achatado que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo boa, num corpo completamente negro [...] É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, se os consideramos homens, começariamos a acreditar que não somos cristãos” (MONTESQUIEU, *apud* COGGIOLA, 2015, p. 229).



ser esperados [...] de um exercício irrestrito do talento individual em um mundo de razão. A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem estar e na civilização que podia ver em toda a sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas ideias.” (HOBSBAWM, 2016, p. 48).

Portanto, entendemos que as ideias iluministas possibilitou uma ideologia que construiu uma nova concepção de homem e de seu papel no universo, refletindo em no entendimento da intervenção com a natureza, assim sendo, possibilitando o aparecimento do pensamento ilustrado que reclamava o mundo sob a ótica do progresso associado ao racionalismo empírico. Nesse sentido, estamos de acordo com Hobsbawm (2016) que os grandes favorecidos foram as classes economicamente mais progressistas que souberam aproveitar os avanços tangíveis da época¹⁶⁹.

É nesse momento específico, no marco do empirismo inglês e a influência do iluminismo francês – no qual firmaram a sociologia moderna – como inflexões iniciais do discurso que regimentaram a ideologia progressista burguesa, no qual, em largos passos, sepultou o *Anciën Regime* e definiu a sociedade moderna. Nestes termos, foi nesse mesmo momento em que consideramos a confirmação da fase progressista ideológica dessa classe, uma vez que, de acordo com Lukács (2010), a filosofia burguesa clássica desenvolveu uma ideologia universal e potente sintetizada sob o signo do progresso. Contudo, ele deixa claro, como veremos mais adiante que essa mesma ideologia totalizadora cede espaço ao mesquinho esvaziamento e negador das potencialidades humanas depois de confirmada a luta de classes sob a égide capitalista.

Outrossim, partimos do entendimento de que partir da ideia do progresso racional, da efervescência mundial originado do desenvolvimento da técnica naval e ferroviário que encurtou ainda mais as distâncias europeias com o restante do planeta impulsionando ainda mais o comércio e a indústria naquele continente, forneceram pano de fundo ideal na convicção do progresso do conhecimento humano, das ciências, do controle da natureza em benefício da classe burguesa cuja dominância política e econômica era predominante.

¹⁶⁹ Hobsbawm (2016) é enfático ao mostrar que alguns proeminentes pensadores Iluministas, defendiam a ideia de que uma sociedade plenamente livre e emancipada seria a sociedade capitalista.



Mostra ainda Hobsbawm (2016) que as ciências dedicavam-se fundamentalmente a soluções de problemas produtivos, os avanços tecnológicos mais significativos foram em benefício da Revolução Industrial¹⁷⁰ que no século XVIII não era mais uma exclusividade inglesa¹⁷¹, evidentemente, tais forças por mais que defendessem o progresso social e humanístico, estavam a serviço de uma classe que estava na vanguarda desse processo.

É inegável desconsiderarmos o caráter humanístico e emancipatório do iluminismo em comparação com as forças ideológicas do *Anciën Regime*, a credulidade ilustrada de em sua capacidade de transformar o mundo, a nosso juízo, representou o ápice do movimento iniciado no Renascimento dois séculos antes. Por essa razão, estamos de acordo com Bianchi (1988) quando salienta que a particularidade ilustrada, está no fato que fez da mente humana palco privilegiado de atuação sobre os condicionantes históricos.

Nesse sentido, com base em Lukács (2010; 1959) e Netto (1978) estamos convencidos de que a filosofia burguesa clássica se deu em elevado nível de concepção de mundo, fermentaram as ciências permitindo descobrir novas perspectivas.

“Neste período, com a burguesia encarnando os ideais de progresso e toda sociedade, os seus pensadores sustentam a plena cognoscibilidade do mundo e mantêm uma grande independência face às exigências ideológicas da sua própria classe social, na medida em que o seu exercício intelectual se funda na admissão da imensa tarefa histórica a ser cumprida pela burguesia; isto possibilita-lhes a crítica, de dentro, das características mais deletérias do mundo burguês, e, além disso, faz com que os seus equívocos teóricos decorram da própria necessidade das ilusões heroicas despertadas com a preparação da Revolução Francesa.” (NETTO, 1978, p. 17).

¹⁷⁰ Diz ainda Hobsbawm (2016, p. 47 - *passim*) que um dos mais surpreendentes avanços da década de 1780 foi na química, “que era por tradição muito intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria”. Mas no século XVIII a convicção Iluminista do progresso científico e tecnológico foi a força motriz que impulsionou o espírito científico.

¹⁷¹ Muito embora Hobsbawm (1969) deixe claro que a Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico e sim uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social. É notadamente reconhecido o pioneirismo da industrialização na ilha britânica, “precedida por, pelo menos, 200 anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo, que lançou seus alicerces [...]” (Ibid., p. 34). Também é reconhecido a proeminência da revolução burguesa desse país em meados do século XVII, cujos governos instaurados estavam firmemente comprometidos com políticas que favoreciam o lucro acima dos demais objetivos, estabelecendo, portanto, condicionantes propícios à Revolução Industrial nesse país. “Já na segunda metade do século XVIII, praticamente todos os governos da Europa desejavam a Industrialização”. (Id., Op. Cit., p. 36)



Paralelamente em que a burguesia progressista se debruçava sobre a realidade de sua época, explica Coggiola (2015, p. 38) que as revoluções econômica e social exigiam escopo teórico que fosse capaz de explicar à luz dos novíssimos tempos, a suas leis e sua dinâmica que rompessem com a mera especulação factual.

A nova sociedade, portanto, cuja produção crescia assustadoramente em níveis elevadíssimos, foi imperioso a necessidade de compreensão e sistematização dessa dinâmica. Nesse sentido, a Economia Política, surge como a ciência que explicaria “a anatomia da sociedade burguesa” (MARX, 1982, p. 25).

“Disto trata a nascente disciplina da Economia Política: das relações entre os homens, na reprodução da vida material. Na Europa dos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento do comércio, da agricultura e da manufatura revolucionara as estruturas produtiva e social. Uma fração crescente da população incorporava-se ao mundo da produção mercantil. O debate político e intelectual passa a refletir cada vez mais a temática dos negócios públicos e privados, cujo círculo de influências extravasa os até então restritos circuitos financeiros e comerciais. Categorias como juros, preços, taxas de câmbio, valor – todas elas expressões da sociabilidade mercantil – impregnam a vida social corrente, definindo o estado dos negócios e a propriedade dos povos.” (COUTINHO, 1993, p. 19).

Ainda de acordo com Coutinho (1993.) alvoreceu novo corpo científico e metodológico que passou a nortear a análise econômica à lógica disciplinar racionalista, para ele, os assuntos econômicos adquiriram o estatuto de investigação científica.

Contudo, não estamos afirmando categoricamente que antes do capitalismo a humanidade nunca havia se debruçado na dinâmica das implicações econômicas, Rubin (2014) deixa claro que essa já era uma preocupação que jaz desde as épocas mais remotas. No entanto, entendemos que os enunciados nas sociedades anteriores ao modo de produção capitalista buscavam responder às inquietações específicas de seu cotidiano¹⁷². Marx (2013)

¹⁷² Disse Marx (1982, p. 04) que quando se trata de produção, na verdade aborda-se de “produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais”. Portanto, quando trata-se de produção das antigas sociedades, é mister considerar os distintos desenvolvimentos das bases produtivas de cada sociedade em particular, por isso, é possível encontrar facilmente entre os pensadores da Antiguidade e da Idade Média reflexões sobre a produção e gestão do excedente, contudo, em algumas dessas análises “o ideal econômico era uma economia autossuficiente e consumidores, em que a troca estava confinada ao excedente produzido por economias individuais e vendido *in natura*.” (RUBIN, 2014., p. 60, itálicos originais.). Nesse sentido explica Coutinho (1993, p. 18) “[...] alusões a valor aparecem nas obras dos filósofos



nos convence que o entendimento da sociedade burguesa consolidada apenas é possível através da Economia Política.

Ao seguir a concepção lukáciana de decadência ideológica, Coutinho (2010) situa que a filosofia burguesa encerra seu ciclo progressista em Hegel.

Destaca ainda Coutinho (2010) que toda a riqueza categorial e de determinações hegelianas “constituem o legado imperecível” do pensamento progressista burguês para o conhecimento da realidade. O mérito de Hegel, consiste na capacidade de sintetizar e elevar em níveis extremamente elevados todos os momentos revolucionários desse pensamento: da concepção de que o homem é um produto de sua própria atividade e de sua história coletiva; da afirmação histórica da realidade e da razão dialética, encerram em uma síntese da construção filosófica construída a partir do século XVI, constituindo, portanto, no principal depositário dessa longa trajetória.

A partir do desdobramento de categorias jurídicas, Hegel (1997) expõe o homem como um ser reflexivo e ativo com relação aos seus impulsos de realização, para ele, a passagem das vontades imediatas para o domínio da subjetividade, a vontade moral infere na capacidade de julgar e criticar a realidade, dessa maneira, possibilitando a construção de uma vida livre. É o domínio da vontade moral no qual prepara o terreno para a vida ética.

O ponto de partida da efetivação do homem livre, para Hegel (1997) assenta-se nas formas imediatas de apropriação, ou seja, na posse e na propriedade no qual o indivíduo dirige-se ao mundo realizado por ele e por sua vontade enquanto direito universal e absoluto.

Nesse sentido, entendemos que a estruturação da ética hegeliana está fundamentada *prima facie* na família cujo sentido é o de preparar os indivíduos para a sociedade. No

gregos clássicos; escolásticos medievais discorreram sobre o “preço justo”; teólogos pré-Renascentistas discutiram os fundamentos éticos dos juros. Todas são contribuições que representam, de certo modo, reflexão sobre temas econômicos, e bastante anteriores à constituição de uma ciência da economia política. O historiador do pensamento econômico sempre conseguirá encontrar no passado remoto ilustrações abundantes envolvendo categorias econômicas, ou mesmo esboços de procedimentos analíticos cujo sabor lembra a ciência constituída. Longe de demonstrar a antiguidade do ponto de partida, tais alusões apenas denotam o caráter histórico e as origens remotas das relações mercantis. Pelo fato de alguns itens da temática econômica antecederem de muito o ambiente vital da economia política, houve reflexão sobre problemas econômicos antes da constituição de um sistema de pensamento econômico minimamente identificado. Reconhecer manifestações remotas do pensamento não deve nos levar a deixar de caracterizar a economia política como um sistema datado, o que de antemão condiciona historicamente da discussão sobre o ponto de partida”. Para uma análise mais detalhada e com riqueza de detalhes sobre as particularidades sobre como as antigas sociedades percebiam e discutiam as preocupações econômicas, C.f. os três primeiros capítulos de Schumpeter (1994).



entanto, Teixeira (1996) mostra que a partir do momento em que tais indivíduos passam viver fora da unidade familiar, passam a perceber a sociedade como um meio para a realização de seus fins particulares, em uma relação de cooperação mútua. E isso se dá pelo fato de que quanto mais o indivíduo trabalhe para si, sua atividade, de certa maneira, depende da atividade laboral de todos os outros indivíduos, ou seja, a divisão social do trabalho vincula toda a sociedade em relações interativas, de modo que somente através dela pode-se assegurar a sobrevivência particular.

A partir dessa dialética da divisão do trabalho, entendemos que Hegel a enxerga como um meio no qual os indivíduos aprendem a querer o que é universal e, portanto, atingem suas finalidades particulares através “cooperação mútua”.

“O particular, inicialmente oposto, como o que em geral é determinado à universalidade da vontade, é a carência subjetiva que alcança a objetividade, isto é, a sua satisfação:

- a) Por meio das coisas exteriores que são também a propriedade e o produto das carências ou da vontade dos outros;
- b) Pela atividade e pelo trabalho como mediação entre os dois termos. O fim da carência é a satisfação a particularidade subjetiva mas aí se afirma o individual na relação com a carência e a vontade livre dos outros; esta aparência da racionalidade neste domínio finito é o intelecto, objeto das presentes considerações e que é o fator de conciliação no interior desse domínio.” (HEGEL, 1997, p. 173).

Dessa maneira, Hegel (1997) entendia a Economia Política como a ciência tem o ponto de partida o fim das carências e a satisfação das particularidades, portanto, devendo apresentar o movimento e o comportamento das massas em suas situações qualitativas e quantitativas. Nesse sentido, para ele, a vida econômica é fundamental para a construção da vida social e da própria interiorização do indivíduo na vida ética pelo fato de que é através da mediação com a vida econômica que o indivíduo se concilia realizando suas carências.

Nestes termos, partimos do entendimento de que mesmo com os séculos que separam os primeiros clamores do período Renascentista até a sociedade capitalista das últimas décadas do século XVIII, ao mesmo tempo em que possibilitou o surgimento da mentalidade do indivíduo que viveria naquela sociedade produtora de mercadorias, nos é perceptível nos escritos de Hobsbawm (2016) e Coggiolla (2015) que ideologia cristã se adequou aos novos tempos, mesmo que as revoluções burguesas, notadamente de ideário



secular, tenham-na desassociado do Estado e substituindo-a pela ideologia regida pela égide do capital.

Considerações

Como já apontado até aqui, o desenvolvimento de novas bases produtivas, surgiu a necessidade de se compreender a sua dinâmica que diretamente refletia no cotidiano da sociedade.

Com os ideólogos progressistas do período de preparação da sociedade burguesa, os pensadores se propuseram a idealizar a sociedade burguesa através de uma conduta humana norteada pelo egoísmo e individualismo, que muito divergia da concepção de homem observador imposta pela ideologia apregoada pela Igreja. Desse novo entendimento de homem, de seu papel no mundo e da maneira de como se relacionaria com a natureza, consideramos que foi o cerne no qual direcionou a ideologia do burguês que questionou os laços estamentais da sociedade que seria abolida.

Do individualismo e da conduta egoísta humana como principal objetivo para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade foram basilares nas obras que procuraram compreender aquela sociedade que gestava, fato que pode ser evidenciado em Adam Smith e sua *Riqueza das Nações* ainda nos primórdios da sociedade capitalista.

Portanto, a nosso juízo, as especulações econômicas estiveram diretamente ligada ao discurso filosófico tanto do entendimento do homem, quanto da própria concepção deste com a natureza.

Por essa razão, por entendermos a ideologia nos termos lukácsianos¹⁷³ de que ela é determinada pelas circunstâncias sociais de seu desenvolvimento, por essa razão, ao considerarmos não o sentido unívoco de falsa consciência, mas também como uma elaboração ideal da realidade que norteia a práxis do ser social consciente e capaz de agir, estamos convencidos do caráter transitório do capitalismo e de que a transição para outra sociedade se dará pela práxis negadora da ideologia hegemônica.

Da mesma maneira que a burguesia municiou contra a classe hegemônica feudal ao imprimir um novo entendimento de indivíduo e de seu posicionamento com a natureza,

¹⁷³ Cf. Lukács (2013)



responderam aos anseios e interesses de sua classe. Nesse sentido, entendemos que o discurso econômico esteve diretamente associado e foi um forte aliado nesse processo.

A nosso juízo, estamos convictos com base em Lenin (1973) que somente com o entendimento dessa teoria na perspectiva da tradição marxista, em posse do método do materialismo inaugurado por Marx e assumindo a posição classista que os trabalhadores assumirão seu papel histórico no direcionamento de uma sociedade verdadeiramente humana, onde inexista a exploração do homem pelo próprio homem.

Referências

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BIANCHI, Ana Maria. **A pré-História da Economia: De Maquiavel a Adam Smith**. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.
- BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- CHASIN, José. **A superação do Liberalismo**. Maceió, s/d., 1988. 246 p. Mimeografado.
- COGGIOLA, Osvaldo. **História do Capitalismo: Das origens até a Primeira Guerra**. São Paulo: s.n., 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. **Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de Economia Política Clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ENGELS, Friedrich. **Dialéctica de la naturaleza**. La Habana: Progreso, 1961.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GALLÓ, Gaspar Jorge García. **Filosofía Ciencia e Ideología: Cómo la filosofía se hace ciencia con el marxismo**. Ciudad de La Habana: Editorial Científico-Técnica, 1980.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



- HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa de 1640**. 2ª ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848**. 37ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.
- HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1969.
- KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação**: Contribuição para um estudo do conceito marxista de Alienação. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- LENIN, Vladimir Illich. **Obras Escogidas**. Tomo V. Edição em Castelhana. Moscú: Progreso, 1973.
- LUKÁCS, G. **El asalto a la razón**: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e Teoria da Literatura**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARLEY, Bob. War. In: MARLEY, Bob. **Rastaman Vibration**. Kingston: Island Records, 1976. CD.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes**: A Economia Vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- MATEUS, Samuel. A Querela dos Antigos e dos Modernos: Um mapeamento de alguns Topoi. **Revista de História e Teoria das Ideias**. Lisboa, Vol. 29, 2012.
- NETTO, José Paulo. **Lukács e a Crítica da Filosofia Burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e Discurso Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: De Spinoza a Kant. v. 4. São Paulo: Paulus, 2005.



REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Humanismo a Descartes**. Vol. 3. São Paulo: Paulus, 2004.

RUBIN, Isaac Ilich. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **History of Economic Analysis**. New York: Oxford University Press, 1994.

TEIXEIRA, Francisco José. **Economia e Filosofia no Pensamento Político Moderno**. Campinas: Editora Pontes, 1996.

VAISMAN, Ester. A Ideologia e a sua determinação ontológica. São Paulo, **Revista Ensaio**. Nº. 17/18, 1989.

O conceito de classe social de E. P. Thompson em “A Formação da Classe Operária”

Marcos Vinícius Santos Machado
Bacharel em Humanidades
UFVJM

Edneila Chaves
Doutora em História (UFF)
Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais
e dos cursos de História e Bacharelado em Humanidades
UFVJM

Resumo

O presente trabalho aborda o conceito de classe social de E. P. Thompson em “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Primeiramente, caracteriza-se a Escola marxista britânica que é uma vertente historiográfica do século XX, na qual Thompson é filiado. Identificam-se seus integrantes e seus fundamentos e verifica-se a apropriação e a reformulação da teoria marxiana feita pela Escola, com enfoque para a discussão sobre o conceito de classe social. Em seguida, demonstra-se o conceito de classe social em Marx e as primeiras apropriações que se fizeram sobre a teoria marxiana no início do século XX, para demonstrar em Thompson, a apropriação e a reformulação feitas sobre o conceito de classe social na obra



em “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Por fim, aborda-se a atualidade das contribuições de Thompson para historiografia contemporânea.

Palavras-chave: classe social, marxismo, Escola marxista britânica - historiografia

Introdução

A classe operária não surgiu tal como sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se (THOMPSON, 1987: 9, v.1).

A questão de investigação desse trabalho é sobre a perspectiva do conceito de classe social em E. P. Thompson e em âmbito da Escola marxista britânica. Busca-se compreender a historicidade do conceito e as suas diferentes interpretações, com base em leituras feitas da teoria marxiana, para a compreensão das sociedades.¹⁷⁴ Isso se justifica pela relevância de compreender a história das sociedades na perspectiva teórica do conceito de classe social. A história das sociedades em classes, a partir do século XIX, é marcada pela exploração econômica e social, resultando em desigualdades sociais, decorrentes da ordem capitalista. Ela é marcada também pelo conflito entre classes nessa mesma sociedade capitalista, bem como pelo papel ativo e consciente dos indivíduos na conformação das classes sociais. Assim, essa perspectiva teórica instrumentaliza interpretações históricas das sociedades em âmbito das lutas, dos conflitos, das disputas e das correlações de força entre as classes sociais de dada sociedade.

O trabalho trata do conceito de classe social de E. P. Thompson em “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Abordar sobre classe social reporta-se a pensar sobre o conceito em perspectiva histórica, buscando compreendê-lo no decorrer do tempo. Nesse sentido, identifica-se a definição do conceito de classe a partir do século XVIII. Nos oitocentos, o uso do termo passou por transformações devido a sua nova definição no interior da teoria marxiana. No início do século XX, com base em leituras feitas sobre essa teoria, tem-se um conteúdo simplificado para o conceito. Já para a segunda metade do século XX, com as proposições de historiadores marxistas britânicos, reunidos na Escola marxista britânica,

¹⁷⁴ A teoria marxiana se refere à teoria elaborada por Marx, enquanto a teoria marxista, aos seguidores de Marx.



outro conteúdo é incorporado ao conceito de classe social. Em E. P. Thompson, na sua obra a “A Formação da Classe Operária Inglesa”, verificam-se leituras e apropriações feitas da teoria marxiana, bem como proposições novas, como parte de um movimento geral de “renovação do marxismo” em âmbito teórico e metodológico.

Nesses termos, o trabalho trata do conceito de classe social no pensamento marxiano, verificando sua elaboração por Karl Heinrich Marx e Friedrich Engels. Salientam-se as leituras que se fizeram da teoria nas primeiras décadas do século XX, com destaque para as formulações teóricas de Lênin, líder revolucionário da revolução bolchevique de outubro de 1917. Demonstra-se a postura crítica de historiadores marxistas britânicos diante dessas leituras, com proposições novas para instrumentalizar a teoria marxiana de interpretação das sociedades, as quais são entendidas como contribuição coletiva do grupo para renovação do pensamento marxista. Em Thompson, especificamente, observa-se seu conceito de classe social e suas contribuições para historiografia contemporânea.

O trabalho está organizado em quatro tópicos. No primeiro, aborda-se a Escola marxista britânica, Escola historiográfica do século XX, com identificação de seus integrantes e de seus pressupostos, sendo Thompson um de seus membros. Observa-se a apropriação e a reformulação da teoria marxiana feita pela Escola, com enfoque para a discussão sobre o conceito de classe social. No segundo, demonstram-se o conceito de classe social em Marx, as primeiras apropriações que se fizeram sobre a teoria marxiana no início do século XX. No terceiro, trata-se do conceito de classe social para os historiadores marxistas britânicos, no interior do debate de renovação do marxismo, a partir de meados do século XX. O enfoque é para a elaboração do conceito em Thompson, na obra “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Por fim, aborda-se a atualidade das contribuições de Thompson para historiografia contemporânea.

1.A Escola marxista britânica e o conceito de classe

A Escola marxista britânica agrega um grupo de historiadores britânicos que se reuniram a partir da segunda metade do século XX. Isso após o rompimento com o Partido Comunista Inglês, partido no qual “exerceram a militância e praticaram a historiografia, até pelo menos em 1956, quando alguns deles saíram do PCI e seguiram por outros caminhos para fundar a Nova Esquerda. Não obstante, eles continuaram atuando no interior da esquerda e dentro do



campo do marxismo” (SENA JÚNIO, 2004:1). Esses historiadores foram orientados pelos pressupostos teóricos do materialismo histórico, formulados por Karl Heinrich Marx e, em conjunto, produziram um projeto de renovação do marxismo buscando superar o modelo estático e de determinismo econômico, bem como valorizar outros níveis de análises históricas, a saber: política e, especial, o campo da cultura. São os seguintes historiadores que pertencem a esta Escola, dentre outros: Maurice Dobb, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm, Gordon Childe, Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Tom Nairn, Edward Palmer Thompson. Esse grupo aplicou em suas análises históricas pressupostos teóricos metodológicos formulados por Marx.

Esse grupo de historiadores constituiu uma Escola pelo fato de que: 1) desenvolveram trabalhos coletivos e um canal de veiculação por meio de revistas, como *Past in Present*, *New Reasoner*, *New Left*, *A New Left Review*; 2) empenharam em elaborar um projeto em comum de renovação do materialismo histórico produzido por Marx com a ampliação dos níveis de análises (cultural, político, social); 3) aproximaram o estudo teórico com a análise da luta de classes; 4) buscaram superar o determinismo econômico na compressão do modelo base-superestrutura; 5) criticaram o modelo ortodoxo, estruturalista e determinista de análise histórica, produzido pelos marxistas do início do século XX, a saber: Althusser, Lênin e Stalin; 6) analisaram a sociedade como um totalidade em movimento; 7) desenvolveram dentro de um marxismo renovado uma teoria para o conceito de classe (BARBOSA, 2005; BARROS, 2011; HOBBSAWM, 1998; KAYE, 1989). Por essas e outras razões, os marxistas britânicos constituíram além de uma tradição historiográfica, também uma tradição teórica (Kaye, 1989).

Os historiadores da Escola marxista britânica propõem compreender a realidade social a partir da análise da sociedade como uma *totalidade em movimento*. Valmir Barbosa, em *Marx e a Historiografia no Século XX*, afirma que esta corrente historiográfica recebeu influências da historiografia da Escola dos *Annales* e construiu uma nova proposta teórico-metodológica, opondo-se ao reducionismo econômico da corrente marxista estruturalista (BARBOSA, 2002).

Ainda segundo Barbosa:

O grupo se dividiu em duas vertentes teórico-metodológicas para as análises históricas: a vertente socioeconômica, com estudos estruturais sobre o desenvolvimento do capitalismo e a vertente sociocultural, com estudos sobre a



formação e desenvolvimento de classes sociais. Eric Hobsbawm, Maurice Dobb, Rodney Hilton e Perry Anderson vinculam-se à primeira vertente, enquanto E. P. Thompson, Raymond Williams e Christopher Hill, à segunda (BARBOSA, 2002:89).

Constata-se que os historiadores marxistas dessa Escola oferecem uma contribuição coletiva em seus trabalhos. Essas contribuições podem ser resumidas nos seguintes pontos: 1) as novas abordagens sobre a análise da luta de classes; 2) o desenvolvimento de metodologia para o estudo da história, com “a história vista de baixo”; 3) a noção de experiência, enfatizada, por E. P. Thompson; 4) a superação do determinismo, estruturalismo e dogmatismo econômico que por outrora fundamentou as análises das formações socioeconômicas e históricas pela vertente ortodoxa marxista do início do século XX; 5) a reformulação teórica sobre o conceito de classe. Assim, Kaye (1989), afirma em “A Contribuição Coletiva” dos historiadores marxistas ingleses:

“Además existe sucontribucióncolectiva. Re defendido que suobraconsiderada como un todo, representa una tradición teórica que trata de reconstruir La teoría ylostudios históricos por medio de lo que yo denomino "análisis de la lucha de clases" yla perspectiva de La ó' historia de abajo arriba". También, com referencia particular al pensamiento marxista, su obra representa um esfuerzo por superar el modelo basesuperestructura de La totalidad social ysu tendencia inherente al determinismo económico al desarrollarel marxismo omaterialismo histórico como teoría de La determinación de clases” (KAYE, 1989: 201).

Em se tratando da historicidade do conceito classe, no século XVIII, o termo se referia a “categorias correntes de trabalho – agricultura, indústria, comércio e serviços – pois o termo classe tinha o sentido de categoria” (MATTOS, 1998: 54). No oitocentos, século denominado por Hobsbawm como “a era da civilização burguesa”, atribuíram ao sentido de classe: relações de oposições entre grupos sociais, decorrente da situação de desigualdade (HOBSBAWM, 1998:155). Ainda no século XIX, tanto na França quanto na Inglaterra, o termo era utilizado para designar membros de um grupo de profissionais e a expressão classe trabalhadora passou por nova definição e, conseqüentemente, novos significados (MATTOS, 1998).

Esse conteúdo novo do conceito está relacionado ao socialismo e às proposições de



interpretação das sociedades de Marx e Engels, que se verificam desde a década de 1840, em suas principais obras *A Ideologia Alemã*, *Miséria da Filosofia*, *Manifesto do Partido Comunista*, com os fundamentos do materialismo histórico, como instrumento de interpretação da realidade social.

Não obstante, a constatação de outras interpretações para o conceito de classe social, é com base nas proposições de Marx e Engels que as ciências sociais incorporaram o conceito de classe como referencial de análise. Mesmo em divergência com o marxismo, ele foi tomado como referência para o uso do conceito:

É, por exemplo, o caso de Marx Weber que analisa as desigualdades sociais a partir de três dimensões: riquezas, prestígio e poder. Para Weber, classe é uma categoria que diz respeito à primeira dessas dimensões – estritamente econômico – definindo um conjunto de indivíduos que compartilham a mesma situação em relação ao mercado (WEBER *apud* MATTOS, 1998: 55).

2 . O conceito de classe social em Marx e Engels

Em princípio, Marx e Engels, não formularam de forma sistemática o conceito de classe social, embora considerassem a expressão como ponto de partida para análise da estrutura econômica e social das sociedades. Devido a isto, “em torno do conceito de classe social, a tradição marxista protagonizou extensa polêmica teórica, gerando constantemente proposições divergentes e contraditórias sobre o tema” (LIMA, 2005:2).

O conceito de classe social em Marx e Engels ocupa lugar central para a análise das sociedades modernas. O ponto de partida dos autores era a constatação política de que o proletariado constitui-se numa nova força política” (MATTOS, 1998: 55). Dessa forma, assim Marx e Engels definiam classe, em *A Ideologia Alemã*:

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe automatiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se submetidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho (MARX & ENGELS, *A Ideologia Alemã*, *apud* MATTOS, 1998: 55).



Assim, Marx e Engels definem classe social relacionando o conceito “ao processo de divisão social do trabalho e procuram esclarecer os fundamentos da estrutura social” (MATTOS, 1998: 55). É neste mesmo sentido que o conceito é empregado pelos autores no Manifesto do Partido Comunista. Ou seja, classe é compreendida enquanto um conjunto de sujeitos localizados numa estrutura hierárquica social, produzida pelo modo de produção capitalista:

Por classe burguesa entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (Nota de Engels à edição inglesa do *Manifesto do Partido Comunista* de 1888, *apud* Engels, 2004:45).

Na obra *Miséria da Filosofia*, Marx expressou a diferença entre a existência da classe trabalhadora e sua tomada de consciência. No tocante ao conceito de classe na presente obra, Marx a define ao descrever o aparecimento da classe trabalhadora no sistema de produção capitalista. O autor analisa que as condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, “a massa de povo em trabalhadores”. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, ela era uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. É “na luta que essa massa se une e forma uma classe para si”. Os interesses que elas defendem tornam-se interesse de classe (MARX, *Miséria da Filosofia*, *apud* BOTTOMORE, 2001: 62).

Na obra *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx define classe enquanto construída a partir da oposição do desenvolvimento de duas das principais classes no seio do sistema capitalista, burguesia e proletariado, neste mesmo modo de produção econômico-social:

Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura daqueles das outras classes e as colocam em oposição hostil a essas outras classes, elas formam uma classe. (MARX, *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, *apud* BOTTOMORE, 2001, p.62).



Marx em *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, obra que veio a ser publicada após a sua morte, traz outra acepção sobre classe social a partir da classe proletária com papel de romper com modelo socioeconômico capitalista e promover a emancipação humana para o próximo e último estágio de modo de produção:

[...] na constituição de uma classe que tenha esferas radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja somente uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua um caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir o título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se contraponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; finalmente, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem as emancipar a todas – o que é, e resumo, a perda total da humanidade, assim, só pode redimir-se a si mesma por uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado (MARX, 2006:58, *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* apud CHAVES & PERREIRA, 2016:8-9).

Na mais famosa obra de Marx e Engels, *O Capital*, os autores apresentam uma definição conceitual sobre o termo, sob uma perspectiva econômica e restrita:

Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção (MARX & ENGELS, *O Capital*, apud LIMA, 2005: 2).

Neste sentido, percebe-se, entretanto, que a dimensão dinâmica do conceito de classe, abordada em outros trabalhos, como referido, cedeu espaço a uma abordagem restrita, estreitamente vinculada a uma divisão social do trabalho capitalista, em sua dimensão econômica. Essa mesma noção para o termo classe Marx apresenta na obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, quando constata que as principais classes se constituem no sistema de produção capitalista (MATTOS, 2017).

Portanto, ao analisar-se o conceito de classe social dentro do pensamento de Marx e



Engels, percebe-se que, inicialmente, o conceito esteve ligado a um “fenômeno social” e dinâmico produzido pelo sistema capitalista e, posteriormente, ligado a uma perspectiva restrita à dimensão econômica. Vale ressaltar que boa parte da prática política e da teoria social inspiradas na teoria e no método marxiano de análise de interpretação da realidade, desenvolvidas no século XX, adotaram a perspectiva de dimensão econômica restrita para a formulação do conceito de classe social. Nas primeiras décadas do século passado, um dos primeiros marxistas a tratar do conceito de classe social foi Lênin, que a analisa como uma dimensão meramente econômica, decorrente das relações dos meios de produção econômico e social do sistema capitalista.

2.1 As apropriações do conceito de classe social marxiano no início do século XX

No século XX, após a morte de Marx e Engels, o marxismo passou por duas grandes fases de sua história. A primeira foi marcada pelo duplo processo de desnaturalização e recuperação do pensamento histórico marxiano, sobretudo, a partir da Segunda Internacional. A segunda fase foi marcada pela fossilização dogmática da Terceira Internacional, devido ao pensamento triunfante da corrente marxista estruturalista. Nesta segunda fase, o marxismo, diante do auge da Revolução Russa de 1917 e depois da chegada de Stalin ao poder, após a morte de Lênin, buscou construir e difundir uma base ideológica do marxismo no seio da sociedade, bem como utilizar o aparelho estatal para defendê-la. Esta base ideológica foi criada com fim de criticar o modo de produção capitalista e também com o fim de legitimar um sistema decorrente do processo revolucionário bolchevique, desencadeado na Rússia a partir de outubro de 1917. (FONTANA, 1998).

Em Lênin tem-se a formulação do conceito de classe sob a perspectiva da dimensão econômica restrita a uma determinada estrutura social, dentro do modo de produção capitalista. Lênin, assim define classe social:

Chamam-se classes, grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social; por sua relação, na maioria das vezes fixada e consagrada pela lei com os meios de produção; por seu papel na organização social do trabalho; e, conseqüentemente, pelos meios que têm para obter parte da riqueza social de que dispõe e o tamanho desta. As classes são grupos de homens dos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro em virtude da posição diferente que ocupa num regime determinado da economia social (LÊNIN apud LIMA, 2005:3).



Nesta definição formulada por Lênin podemos perceber que são usados como critérios para determinar o que seja classe social os seguintes elementos: 1) existência de determinado modo de produção (por exemplo, o sistema capitalista); 2) diferença entre as classes decorrente de sua posição e sua hierarquia produzida neste sistema; 3) relação das classes com os meios de produção; 4) o papel das classes na organização do trabalho; 5) a propriedade ou não dos bens produzidos nesta sociedade regida por determinado sistema de produção.

Contudo, essa definição produziu certa sobrevalorização e reducionismo econômico ao analisar o conceito de classe social, considerando a desigualdade como um dado decorrente da luta de classes, como assim pontua Marcelo Mattos em *Classe Sociais e Luta de Classes*:

Tal passagem, por um lado, precisava corretamente a desigualdade fundamentalmente entre exploradores e explorados sugerida por Marx e Engels em seus textos dos anos 1840 e analisada com maior precisão pelo Marx da Crítica à Economia Política que desaguou em O Capital. Por outro lado, restringia profundamente o fenômeno, tomando essa desigualdade como um dado e não como um processo que se define no interior do conflito social, e desprezando qualquer consideração sobre a importância da consciência que os homens constroem em seu lugar, sobre sua identidade e sobre seus laços de solidariedade, em termos de classe” (MATTOS, 1998:57-58).

Na segunda metade do século XX, desenvolve-se um debate dentro do pensamento marxista em torno do conceito de classe social, devido a uma nova fase do marxismo. Esta nova fase é marcada pela renovação dos conceitos produzidos pelo marxismo. Este marxismo renovado buscou: “a partir dos anos 60, a recusar a definição estritamente econômico-estrutural de classe para resgatar nos fundamentos do materialismo histórico a dimensão processual da classe na dinâmica do conflito social”. (MATTOS, 1998:58). Esta reformulação do conceito se deu devido as contribuições do grupo de historiadores marxistas britânicos.

3. O conceito de classe social para os historiadores marxistas britânicos

Nesse debate, a perspectiva do grupo de historiadores britânicos, grupo vinculado às



“questões da classe operária inglesa e à militância política no Partido Comunista Britânico”, era em âmbito dos marcos conceituais do marxismo, superar “a sobrevalorização de um nível de análise exclusivamente econômico nas explicações históricas” e afirmar “a autonomia relativa a outros níveis de análise” (MATTOS, 1998: 64).

Nesses termos, na perspectiva historiográfica desse grupo, desenvolve-se a noção de estudar a sociedade como uma totalidade em movimento, aproximando da teoria marxiana no que diz respeito ao conceito de classe social. Com a noção totalidade em movimento, busca-se analisar a sociedade rejeitando o modelo economicista e determinista da vertente ortodoxa marxista. Em oposição a isso, os historiadores britânicos buscaram construir um modelo analítico para instrumentalizar a compreensão da dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas dos indivíduos em sociedade (BARBOSA, 2005). Propõe-se superar a sobrevalorização do aspecto econômico-estrutural e trazer novas abordagens de análise na interpretação da realidade social. Quais sejam: 1) a econômica, em sentido restrito; 2) a política, em um sentido inovador, ao apontar as ações políticas do proletariado britânico; 3) a cultural, em um sentido amplo, enfatizando os elementos culturais e históricos para formação de classe.

E. P. Thompson pertence a esse grupo de historiadores com trabalho para o enfoque inovador da dimensão cultural da classe, como será tratado em seguida.

3.1 O conceito de classe social de E. P. Thompson em “A Formação da Classe Operária Inglesa”

Antes da abordagem sobre o conceito de classe em Eduard Palmer Thompson, historiador da Escola marxista britânica, pontua-se breves considerações sobre a vida e as obras deste polêmico intelectual marxista e militante comunista. Thompson nasceu em Oxford, na Inglaterra, em 1924. Ele cursou História na universidade de Cambridge, porém, em meados de sua graduação teve que interromper os estudos para servir ao exército inglês durante a Segunda Guerra Mundial (1937-1945). Ele foi militante do Partido Comunista Britânico e abandonou-o em 1956, ano de criação de uma das principais revistas marxistas, a *New Left Review*. Thompson juntou-se ao grupo de historiadores marxistas que não concordavam com as posições ideológicas e políticas do partido. Na década de 1960, ingressou na universidade de Leeds e lecionou atuando em temas da área de História Social,



tais como movimentos sociais, sindicalismo, partidos, escravidão, rebeliões, levantes, motins. Sua experiência como professor inspirou-lhe a redigir grandes obras em âmbito da História Social Inglesa, como: *Senhores e Caçadores*; *A Miséria da Teoria*; *Costumes em Comum*; *Economia Moral Revisitada*; *A Política e a Teoria* e *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Esta é sua principal obra que o consagrou no meio acadêmico como um dos principais historiadores marxistas do século XX.

Interessa aqui tratar do conceito de classe em Thompson desenvolvido em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, obra publicada em 1963. No prefácio desta obra, o autor explica sobre o título, sobre sua compreensão do conceito classe social, em âmbito da experiência de classe e da consciência de classe:

Este livro tem um título um tanto desajeitado, mas adequado ao seu propósito. Fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não segue tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.

(...) Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas

(...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que homens nasceram – ou encontraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON: 1987: 9-10, V.1)



Na citação acima, Thompson busca enfatizar a classe na sua dimensão cultural e histórica. “Ao abordar a formação da classe” articulou “os elementos culturais” com o “processo de construção de identidades e interesses da classe a partir de experiências comuns” (MATTOS, 1998: 65). Dessa forma, Thompson construiu um novo referencial de análise para a compreensão do conceito classe social.

Para Thompson desenvolver sua teoria sobre a formação de classe, foi preciso analisar os modos de vida dos trabalhadores antes da Revolução Industrial inglesa, bem como após tal evento histórico. Diante deste contexto histórico, o autor apresenta a noção de experiência de classe, que é construída a partir da noção de que os indivíduos percebem, reconhecem e agem fazendo a história. Da mesma forma, a consciência de classe também é construída coletivamente a partir do papel protagonista dos sujeitos históricos ao “experimentarem o impacto das grandes estruturas sociais e relações de produção” (MATTOS, 1998: 66).

De acordo com Fortes, Thompson apresenta em sua obra “dois aspectos complementares”, são eles: classe como “fenômeno histórico” e como “categoria heurística” e a relação entre classe e cultura. (FORTES, 2006: 594).

Dessa forma, Thompson produziu um referencial teórico sobre classe diferentemente do elaborado por Lênin em trabalhos que o conceito abarca uma perspectiva restrita e economicista.

No que se refere a Marx, Thompson também não poupou crítica à matriz marxiana. No segundo volume de sua obra expôs sua visão sobre:

Como a classe operária se forma no período da Revolução Industrial, abordando questões como as condições de vida dos trabalhadores, a religião, o uso do tempo livre, reinterpretando historicamente o período e trazendo valiosas contribuições (FORTES; SILVA, 2007, p. 6).

O autor também faz críticas a Engels, que afirma em *A situação da Classe Operária na Inglaterra*, que a classe se constitui como um resultado da concepção dos trabalhadores do grau de exploração da ordem capitalista, potencializado pelo processo de industrialização na Inglaterra. Thompson postula sua crítica a este conceito ao dizer que a classe não é um efeito em si decorrente do sistema capitalista, impulsionado pela industrialização, bem como enfatiza que a classe trabalhadora durante a primeira fase da Revolução Industrial era



muito diversificada devido às diferentes profissões e ocupações dos trabalhadores. Ainda sobre o processo de formação da classe trabalhadora e a renovação do conceito de classe a partir de sua visão empírica, Thompson nos diz: “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril”. Por fim, ressalta que “a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada” (THOMPSON, 1987: 17, V. II *apud* FORTES & SILVA). No último capítulo do terceiro volume de sua obra, Thompson analisa como se deu a formação da consciência da classe trabalhadora inglesa, mediante a contextualização de todos os fatores que influenciaram tal formação. Isto é, desde a passagem pelo processo de industrialização, depois pelos questionamentos radicais da classe trabalhadora, até a constituição de sua própria identidade (THOMPSON, 1987, V. III, *apud* FORTES & SILVA).

Embora Thompson tenha criticado Marx e Engels, como exposto acima, o fato é que ele aproxima da matriz marxiana. Neste sentido, Thompson retoma o conceito de Marx sobre classe social ao dizer:

Gostaria de afirmar que classe como categoria histórica pertence ao preciso e dominante uso marxista. Acredito poder demonstrar que muitas vezes, no próprio Marx e especialmente em *O Capital*, é essa a acepção dominante, mas este não é o lugar para fornecer provas segundo uma autoridade filológica (THOMPSON, 2012: 271, *apud* ROCHA, 2015:5).

Conforme Sérgio Silva, Thompson faz um resgate a Marx no que se refere a sua visão distante das postuladas pelo marxismo estruturalista e também da superação do ordenamento natural da economia que conduziu o “marxismo vulgar” ou o marxismo produzido pelos marxistas do início do século XX. Segundo este historiador, Thompson resgatou a teoria marxiana dentro do papel ativo e protagonista dos indivíduos e das classes ao entrar em conflito com estrutura da ordem capitalista, a partir da sua proposta metodológica de análise história: a história vista de baixo.

4 A Atualidade das contribuições de Thompson para historiografia contemporânea

Thompson sem dúvida foi um dos historiadores marxistas britânicos que mais influenciou o meio acadêmico, a historiografia contemporânea e um dos principais campos da História:



a História Social. Com a publicação de sua principal obra *A Formação da Classe Operária*, dividida em três volumes, o intelectual marxista recebeu notório reconhecimento dentro da academia nos últimos anos. Nas palavras de Kaye, “esta é sem dúvida a obra mais importante de história social escrita desde a segunda guerra mundial”(1989:161).

Este trabalho de Thompson foi crucial para a renovação do conceito de classe social, ao analisar a formação da classe operária no período de 1790 a 1832 na Inglaterra. Thompson, ao fazer um estudo empírico da história social inglesa, traz consigo sua contribuição para a historiografia:

A contribuição de Thompson para a historiografia mundial é imensa, principalmente por sua insistência pelo rigor na pesquisa empírica, e a utilização de uma teoria que seja resultado daquela. Tal afirmação nos dias de hoje parece uma obviedade, mas não quando lembramos do momento histórico da produção das principais obras de Thompson e de sua filiação teórica (MEIRA, 2014: 191).

Outra contribuição de Thompson para História Social se encontra nas considerações de Silva ao afirmar:

Os historiadores sociais - sob influência de Thompson - direcionam suas pesquisas para a história das grandes massas ou para o estudo de grupos sociais de várias espécies em oposição às biografias de grandes homens. Outras grandes áreas de interesses e objetos são os modos de organização social, as classes sociais, as relações conflituosas ou interativas entre os grupos sociais no interior de uma sociedade, os excluídos, as desigualdades sociais, os discriminados, processos de transformações da sociedade, posições sociais em relação ao trabalho, as minorias, um grupo profissional, uma comunidade rural ou urbana. No entanto, não esquecem o universo da cultura dos sujeitos históricos que tematizam (SILVA, 2008, p.8).

Esta autora pontua também que a influência do trabalho de Thompson também é vista na historiografia brasileira pelo fato de trazer uma renovação em trabalhos sobre escravidão e abolição no Brasil. Neste sentido, Thompson redimensionou a escrita da História dos negros e da escravidão no Brasil. A historiografia influenciada pela História Social, ampliou os estudos sobre a escravidão, sendo referência teórica constante entre os historiadores, principalmente a partir da década de 1980, no Sudeste do País. Houve uma proliferação de trabalhos acadêmicos sobre escravidão e abolição no Brasil, centrando-se



nas experiências dos escravizados enquanto sujeitos históricos. As análises destes trabalhos apresentam fortes influências teóricas dos estudos de E. P. Thompson. Assim, com a renovação dos estudos históricos, influenciada pela História Social, os escravos deixaram de serem vistos apenas como mercadorias. Estuda-se hoje a escravidão e a abolição encarando os escravizados como agentes históricos, que agenciaram sua própria história e não foram vítimas passivas do sistema escravista (SILVA, 2008: 10-11).

A atualidade de Thompson é vista no seu empenho em resgatar o papel protagonista dos indivíduos e da classe trabalhadora, que no processo histórico de desenvolvimento da mesma na Inglaterra se constituiu em a classe operária, com identidade própria. Thompson, ao discorrer sobre os temas principais em sua obra, destaca que o processo histórico de formação da classe operária é visto a partir das atuações e transformações dos sujeitos ativos e conscientes no embate com a estrutura da ordem capitalista.

Considerações finais

Diante do ponto de partida deste trabalho que teve por intuito analisar a perspectiva do conceito de classe social em E. P. Thompson, bem como no âmbito da Escola marxista britânica, podemos compreender a historicidade do conceito em seus diferentes sentidos e interpretações, tendo em vista as leituras feitas: 1) da teoria marxiana, verificando a formulação do conceito por Karl Heinrich Marx e Friedrich Engels; 2) da tradição marxista nas primeiras décadas do século XX, destacando a formulação de Lênin; 3) da tradição marxista de meados do século XX encabeçada pelo grupo de historiadores ingleses, da Escola Marxista Britânica. Deste grupo que buscou coletivamente contribuir para renovar o pensamento marxista, destaca-se a figura do intelectual e historiador Thompson, especificamente no tocante a renovação do conceito de classe social para História Social e para Historiografia Contemporânea, a partir da leitura de sua principal obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Dessa forma, pode-se afirmar que tal conceito, ao analisar sua historicidade, pode ser instrumentalizado para interpretações históricas para compreensão de conflitos sociais, resultantes das contradições das sociedades, seja dando enfoque para a uma compreensão da estrutura social hierárquica; seja ressaltando classe, como Thompson ensina, como um “fenômeno histórico”, construído pelo papel ativo e consciente dos sujeitos históricos em sociedade.



Referências Bibliográficas

ALVES, M. P. A historiografia marxista inglesa. In: *Tempos Safados: contemporaneidades e humanas em geral*. Disponível em: <<<http://tempossafados.blogspot.com.br/2012/10/a-historiografia-marxista-inglesa.html>> Acesso em: 30 de junho de 2016.

BARBOSA, W. Marx e a Historiografia no século XX. In: ALENCAR, M. (Org.). *A História da História*. Goiânia: Editora UCG, 2002, p. 65-103.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: os Paradigmas Revolucionários*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, v. 3.

BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CHAVES, P. M; PERREIRA, D. A. Sobre o conceito de classe social na teoria Karl Marx: algumas notas. *Revista Gestão Universitária*, v.6, 2016. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/sobre-o-conceito-de-classe-social-na-teoria-karl-marx-algumas-notas>> Acesso em: 10 de set. de 2017

ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. 1ª Edição. Tradução: B. A. Schumam. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FENELON, R, D. *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa*. Programa de pós-graduação da UNESP. São Paulo, dez. de 1993, p. 73-90.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Tradução Luiz Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FORTES, A. "Miríades por toda a Eternidade" – A atualidade de E.P Thompson. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.18, n°.1, p. 197-215.

FORTES, A. O Processo Histórico de Formação da classe Trabalhadora: algumas considerações. *Estudos Históricos*. Rio de janeiro, vol. 23, n° 59, setembro-dezembro de 2016, p. 387-587.

FORTES, A; SILVA, da A. M. Revisitando um clássico da história social: A estrutura narrativa de A Formação da Classe Operária Inglesa. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas*, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 2, p. 01-24, jul.-dez., 2007.



FRAGA, A. B. De Substantivo Plural a Singular: a transformação das classes trabalhadoras em classe operária. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 82, março de 2008, p.1-4. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/082/82fraga.htm> >. Acesso em: 15 de set. de 2017.

HALL, S. Vida e Época da primeira New Left. Tradução: Lucas Amaral de Oliveira e Wesley Estradiote Rodrigues. *Plural*, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.2, 2014, p.214-234.

HOBSBAWM, E. O que os historiadores devem a Karl Marx? In: HOBSBAWM. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KAYE, H. J. *Los Historiadores Marxistas Britânicos*. Zaragoza: Universidad Prensas Universitárias, 1989.

LIMA, R. O. Sujeito e História: sobre o conceito marxista de classes sociais. *Mediações*—Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n.1, p. 125-140, jan.-jun. 2005.

MARX, K. H; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo; Editora Martin Claret, 2004.

MATTOS, M. B. Classes Sociais e Luta de Classes. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: LDH-UFF, 1998, cap. 3, p. 54-72.

MEIRA, J.C. A Contribuição De E. P. Thompson Para Os Estudos Históricos. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia* v. 5, n.1, Janeiro-Julho de 2014.

ROCHA, J.C. Classe e Consciência de Classe na obra do historiador marxista E. P Thompson, 2015. *Blog Esquerda Online*. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5509&print=pdf> > Acesso em: 23 de agosto de 2017.

SENA JÚNIOR, C. Z.F. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História*, vol.24, nº48, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200003> Acesso em: 24 de set. de 2017.

SILVA, S. *Thompson, Marx, os marxistas e os outros*. In: THOMPSON. E.P. As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SILVA, E. F. da. *E.P. Thompson e as contribuições para a história social e os estudos sobre escravidão*, 2008, p.1-11. Disponível em:



<http://www.janduarte.com.br/textos/e_p_thompson.pdf>. Acessado em 20 de setembro de 2017.

THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa, *A Árvore da Liberdade*, vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa, *A Maldição de Adão*, vol. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa, *A Força dos Trabalhadores*, vol. III, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VITORINO, A. J. V. Notas sobre a Teoria da Formação de Classe de E. P. Thompson. *História Social*. Campinas-SP, n°4/5, 1997/1998, p157-173.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria marxista. *Revista USP*, São Paulo, n° 65, p. 201-224, março/maio, 2005.

A Cultura Política Trabalhista em Montes Claros Durante o Período Democrático (1945-1964)*

Elisdael Oliveira Santos

Discente do Programa de Pós Graduação em História Social/PPGH
Unimontes
elissantoshistoria@hotmail.com

Resumo

Esse estudo tem por objetivo discutir acerca da cultura política trabalhista buscando constatar se em Montes Claros houve elementos relativos à apropriação desta. Interessa-nos neste processo discorrer sobre o conceito de populismo e a ideia de manipulação a ele vinculado, e, no que diz respeito ao trabalhismo, a noção de adesão a ele atribuída. Assim, após revisões na historiografia e a adoção da cultura política enquanto categoria explicativa para os estudos relativos às relações de poder, o trabalhismo passou a ser entendido como

* Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG. Está sendo desenvolvida com a orientação do professor PhD. Laurindo Mékie Pereira.



uma ‘tradição’ política compartilhada no país. Nessa perspectiva, tendo por objeto os trabalhadores, o conceito de cultura política e trabalhismo auxiliarão na análise e discussão acerca da cultura política trabalhista em Montes Claros/MG (1945/1964), das questões sociais e demandas existentes.

Palavras-chave: Cultura Política; Trabalhismo; Trabalhadores; Imprensa.

Introdução

A compreensão dos fenômenos políticos vivenciados no Brasil entre os anos de 1930 e 1964 divide a opinião dos historiadores dada a sua complexidade. Alguns teóricos¹⁷⁵ entendem que no referido período os trabalhadores apoiaram os governantes porque foram cooptados por seus discursos carismáticos, demagógicos e suas promessas falaciosas, e concomitantemente foram manipulados.

Desse modo, Jorge Ferreira evidencia que uma das imagens mais bem-sucedidas que se firmaram nas Ciências Humanas no Brasil em relação à política brasileira no contexto supracitado era de um cenário de “populistas” e “pelegos” (2010, p. 10). Essa imagem aos poucos foi sendo difundida nos “estudos universitários, invadindo, da mesma maneira, as páginas da imprensa e a linguagem cotidiana da população.” (2010, p. 07)

Nesse sentido, o autor reforça que

O populismo, como categoria explicativa, teve a função de responder a uma pergunta inquietante: por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo, e quais as razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar os líderes trabalhistas e a votar no PTB¹⁷⁶? (2001, p. 08)

Alguns aludem à ideia de manipulação, na qual o Estado soberano representado por políticos demagógicos influenciaria o pensamento e escolhas das pessoas. Nessa acepção, condena-se o estado e vitimiza a sociedade (2001, p. 08). Havia também a

¹⁷⁵ Sobre essa discussão conferir IANNI (1975) e WEFFORT (1978).

¹⁷⁶ Em relação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) expõe que este surgiu em 1945 e que fora criado para atender os interesses de Vargas. Assim, o partido funcionaria como veio de canalização das pressões populares e como um condicionador do potencial reivindicativo e político dos trabalhadores pelo Estado. Esclarece ainda que o PTB servia como sustentação de um projeto através do qual o getulismo pudesse se viabilizar, e como uma força, senão hegemônica, pelo menos extremamente poderosa no novo contexto político nacional. (1989, p. 14) No caso da cidade de Montes Claros, o jornal Gazeta do Norte traz em uma de suas reportagens do dia 11 de Janeiro de 1951, uma convocação dos membros do Diretório Municipal para reunião do PTB com o intuito de discutir sobre a eleição de um novo presidente para o mesmo e tratar de interesses dos partidários. (GAZETA DO NORTE, ano XXXIII, Nº 1915, p. 01)



utilização do termo populismo como tentativa de se fabricar imagens politicamente desmerecedoras do adversário, no sentido de que o “populista é sempre o outro, o desafeto.”.

Após revisões ocorridas no debate historiográfico e inspirados na história cultural, nova história política e história social inglesa¹⁷⁷, aos poucos as análises que utilizam a cultura política como categoria explicativa, especialmente a ideia de trabalhismo, se mostraram mais coerentes em detrimento do uso do populismo. Rodrigo Patto Sá Motta (1998) enfatiza que no Brasil esse enfoque começou a ser trilhado recentemente, e destaca que “há experiências políticas singulares que vale a pena abordar pelo prisma da cultura política”.

Em seus exemplos, o autor cita a tradição trabalhista e o pioneirismo da pesquisa realizada por Ângela Maria de Castro Gomes (2005), ao mesmo tempo que questiona se essa tradição configuraria uma cultura política, quando a autora entende que no Brasil esta era uma tradição política compartilhada nacionalmente. Ainda de acordo com ele, em contraposição às “discussões que enfatizam o caráter populista do trabalhismo, estudos com enfoque em cultura política ajudam a avançar nesse debate” (MOTTA, 1998, p. 29) já que valoriza a dimensão da cidadania¹⁷⁸ e da adesão.

No que tange ao trabalhismo, Gomes discorre que trata-se de uma:

Ideologia política, tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o que se pode considerar uma cultura política bastante compartilhada no país, a partir da república que se instaura em 1945, após a queda do Estado Novo. A categoria trabalhismo, portanto, desde então, passa a ser utilizada quer em textos da academia, quer em textos da grande imprensa, quer no vocabulário político comum, com razoável abundância e facilidade. (2005, p.38)

Assim sendo, Gomes esclarece que o conceito de trabalhismo passou a ser utilizado por ela para “se referir a um certo conjunto de ideias e práticas políticas, partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo” (2010, p. 55). De acordo com a autora:

A ideologia trabalhista nasceu vinculada ao Getulismo, ao nacionalismo e ao intervencionismo de um Estado protetivo, que Vargas então encarnava.

¹⁷⁷ Vale ressaltar a importância das pesquisas realizadas por Edward Palmer Thompson e Raymond Williams nas quais valoriza-se a cultura e a tradição.

¹⁷⁸ Condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política. <https://www.dicio.com.br/cidadania/>



Do mesmo modo, nasceu vinculada a um modelo de organização sindical de extração corporativista, o que, naquele contexto político, significava uma forma de representação de interesses profissionais e não de ideias políticas, religiosas. A ideologia trabalhista e o sindicalismo corporativista compunham o que se designava a “democracia autoritária” brasileira. (GOMES, 2005, p. 38)

Em vista disso, ocorreu o que Maria Helena Rolim Capelato denomina de advento de uma nova Cultura Política do pós 1930, que se definiu por meio de um redimensionamento do conceito de democracia, norteada por uma concepção particular de representação política e cidadania que tinha no papel do Estado e do líder uma nova forma de identidade nacional¹⁷⁹ (1998, p. 39).

Nessa lógica de raciocínio, a cidadania pensada a partir da análise de T. H Marshall (1967) quando este analisa a experiência inglesa, se refere a três dimensões: direitos civis (séc. XVIII), direitos políticos (séc. XIX) e os direitos sociais (séc. XX). Os direitos civis podem ser associados à ideia de liberdade individual, construída como um anteparo e proteção ao poder do Estado. Já os direitos políticos dizem respeito à participação dos cidadãos no governo por meio do voto. Os direitos sociais visam garantir condições de vida e trabalho aos cidadãos, assegurando-lhes segurança e promoção de bem estar coletivos. (MARSHALL *apud* GOMES, 2002, p.12)

Gomes destaca que no Brasil, diferentemente da Inglaterra, houve superposição de demandas por direitos, especialmente a partir de 1889 após a Proclamação da República, pois, embora a I República tenha sido um período de organização e mobilização dos trabalhadores, ainda que frágeis, suas reivindicações não eram atendidas pelo Estado e empresariado devido à dificuldade de se construir uma identidade que fosse reconhecida, até mesmo pelos próprios trabalhadores. Essa dificuldade pode ser explicada pelo histórico de escravidão vivenciada por séculos no país, que acarretou uma identidade negativa em relação ao ato de trabalhar.

Foi a partir de 1930, que os direitos sociais, especialmente os direitos do trabalho constituíram o centro definidor da condição de cidadania no país. Assim,

¹⁷⁹ Eliana Regina de Freitas Dutra, na obra *O Ardil Totalitário* (1997) discute sobre os diversos recursos apropriados pelo Estado no pós 1930, tanto no que se refere à retórica quanto na utilização de ideias e imagens que por estarem arraigadas no imaginário contribuíram para que o discurso nacionalista, intervencionista e trabalhista obtivessem a adesão da sociedade.



O reconhecimento da questão social no pós 30 tivera caráter revolucionário justamente porque, sem se desconhecer sua profunda dimensão econômica, ela fora tratada como uma questão política, ou seja, como um problema que exigia e que só se resolveria pela intervenção do Estado. A possibilidade de uma “feliz solução” para as dificuldades que afligiam os trabalhadores do Brasil advinha da adoção de uma legislação social sancionada pelo poder público. (GOMES, 1995, p. 198)

A legislação trabalhista era recente, e simultaneamente representava uma “novidade no sentido da existência de um poder, garantido pelo Estado, capaz de impor que as empresas privadas cumprissem obrigações na área dos direitos sociais” (GOMES, 2002, p. 8). Dessa maneira, a lógica do trabalhismo parte do pressuposto de que o Estado teria identificado uma demanda social e simbólica, e por meio da legislação assegurou os direitos sociais, tendo obtido em retribuição, o apoio da sociedade.

Ao prefaciá-lo o livro *Trabalhadores do Brasil* de Jorge Ferreira, Gomes destaca que “aquilo que é recuperado pela reflexão histórica só o é porque está dimensionado, mais ou menos explicitamente, pelas preocupações do contexto no qual a reflexão está sendo feita.” (2011, p. 10) Nesse sentido, ao propor discutir como os trabalhadores receberam, apropriaram, reagiram ou até mesmo resistiram ao projeto trabalhista varguista, as relações estabelecidas entre si e os agrupamentos políticos, bem como as questões sociais e demandas existentes valoriza-se tanto a lógica simbólica da vida social, quanto a lógica material inerentes às suas experiências, tradições políticas, econômicas e culturais.

Durante longo período, as camadas populares estiveram à margem no debate historiográfico. No caso das pesquisas realizadas no Brasil, no que diz respeito ao que se convencionou chamar de História Social¹⁸⁰ do Trabalho, Gomes ressalta que “trata-se de um amplo conjunto de estudos que atinge as formas de pensar as relações entre classe trabalhadora, patronato e Estado Republicano, quer dizer, de pensar o trabalho assalariado e o papel do trabalhador em uma sociedade urbano-industrial (2005, p. 22).” Esclarece ainda

¹⁸⁰ De acordo com Eric Hobsbawm, o termo História Social é de difícil definição. Explica que inicialmente este se referiu à história das classes pobres ou inferiores e a história de seus movimentos sociais, ou até mesmo era utilizado em referência a trabalhos sobre uma diversidade de atividades humanas de difícil classificação. Posteriormente, passou a ser associado à História Econômica, em contraposição à História Política Rankeana. Após os *Anales*, aos poucos a História Social foi se tornando reconhecida como especialização acadêmica. (2013, p. 106 -109)



que esses novos estudos estão articulados à transformação teórico metodológica ocorrida na nova Historiografia, especialmente a História Política Renovada, que teve como principal expoente as discussões empreendidas por René Rémond, Jean François Sirinelli, Serge Berstein e demais autores na obra “*Por uma História Política*”.

Essa obra é considerada um manifesto ao retorno da Política e um dos propósitos de seus organizadores era marcar posição de proeminência no momento do retorno da História Política, mapeando os estudos feitos na área e simultaneamente mostrando possibilidades aos interessados. (2009, p. 19) Após rever conceitos, objetos, métodos, abordagens e problemas em decorrência da reflexão crítica e inversão epistemológica, amparada sobretudo pela pluridisciplinaridade, a História Política passou a utilizar uma diversidade de procedências na análise e discussão de seus objetos, que variam da estatística à análise do discurso, e que contribuíram para a sua renovação.

A história não ‘vive’ fora do tempo que é escrita. No tocante à História Política, suas variações são resultado das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito à percepção do historiador em relação a ele. Trata-se de uma modalidade da prática social que corresponde não somente ao contexto da experiência compartilhada pelos homens, mas reflete para o historiador os valores e interpretações nele presentes. Aqui cabem as ponderações de Jacques Le Goff de que

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo, e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (1990, p. 545)

Assim, monumento e documento funcionam para o historiador como uma possibilidade de investigação sobre o passado, sendo que o documento diz respeito às escolhas efetuadas por esse profissional para a análise do monumento, que constitui tudo aquilo que é capaz de rememorar o passado.

Motta informa que atualmente estudos dedicados a fenômenos históricos de natureza política tem se avolumado, e o conceito de cultura política, muitas vezes tem sido papel chave na renovação das abordagens. (2009, p. 18) Ainda de acordo com esse autor é perceptível a compreensão de que a cultura determina o desenrolar dos acontecimentos, e o caráter sedutor da cultura política enquanto conceito que permite uma abordagem



culturalista dos fenômenos relacionados às disputas de poder, (2009, p. 14) tem ampliado e enriquecido discussões nesse sentido. Motta assim conceitua a cultura política:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações (no sentido de re-apresentar uma presença sensorial, perceptiva; ou fazer presente uma coisa ausente) políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns de passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, P. 21)

Levando em consideração a conjuntura na qual a legislação trabalhista brasileira emergiu, aos poucos uma identidade de conhecimento/reconhecimento foi sendo construída entre os trabalhadores seja através da descoberta de valores, formas de se organizar ou até mesmo de um discurso trabalhista e símbolos que, por sua vez, foram concebidos pelo Estado como forma de compor o calendário festivo. Dentre esses símbolos podemos destacar “o aniversário do presidente, o aniversário do Estado Novo e o Dia do Trabalho, três ocasiões fundamentais para a comunicação entre Vargas e os trabalhadores.” (GOMES, 2005, p. 217)

De tal modo, o político é entendido como referente às verdadeiras realidades e tem por objetivo geri-las, uma vez que abarca questões inerentes às necessidades da sociedade. De acordo com Bronislaw Backzo (1984) o político necessita da dimensão do imaginário para que suas práticas tenham sentido, reconhecimento e adesão da sociedade. O imaginário é composto de representações¹⁸¹ que se materializam em símbolos, contudo, possui uma dimensão concreta, que é a ideologia. Nessa perspectiva,

A invenção do trabalhismo como ideologia da outorga permite justamente refletir sobre a dimensão simbólica que alimentava e dava feição específica a estas relações políticas, a este pacto social. Esta dimensão põe em foco singular a dinâmica entre repressão e mobilização exercitada neste período, da mesma forma que permite compreender melhor a longevidade das noções construídas pelo discurso político estado-novista. (GOMES, 2005, p. 233)

A noção de trabalhismo perpassa as questões materiais e simbólicas, sendo que a dimensão simbólica é explicada no sentido de que as demandas dos trabalhadores foram

¹⁸¹ Chartier (2002) propõe a compreensão das representações sociais e discursos sem que se perca a dimensão da apropriação e das práticas.



atendidas por uma “autoridade benevolente, paternal”¹⁸² (1995, p.181) que ressignificou a palavra operária e através de um “ato de generosidade” outorgou um presente aos cidadãos, neste caso, a legislação trabalhista.

Dessa forma, “quem recebe o que não solicitou e não pode retribuir materialmente fica continuamente obrigado em face de quem dá.” (1995, p. 181) Tratava-se de um pacto, no qual a classe trabalhadora reconhecia a garantia de seus interesses e em contrapartida, a necessidade de retribuição.

Entendido no sentido de adesão, o trabalhismo pensado por Gomes como chave interpretativa para a relação Estado/classe trabalhadora possibilita diálogo com a noção de cultura política. Para a autora, estudar uma cultura política é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais (2005, p. 33).

Montes Claros, cidade situada no Norte de Minas, emancipada em 16 de Outubro de 1832¹⁸³ vivenciou lento processo de industrialização. Pesquisadores como Marcos Fábio Martins de Oliveira (2000) e Laurindo Mékie Pereira (2001) atribuem o fraco desenvolvimento da região devido à carência de energia elétrica e ao fato dos meios de transportes serem deficitários. No entanto reiteram que embora a infra-estrutura fosse diminuta, aos poucos os trabalhadores emergiam enquanto atores sócio-políticos, buscando se organizar e lutar por direitos seja por meio da organização de passeatas contra a carestia de alimentos, ou até mesmo enviando correspondências aos gestores.

¹⁸² De acordo com Raoul Girardet (1997) parte do que constitui o imaginário político está relacionado ao imaginário popular. Dessa forma, o imaginário desse homem benevolente e paternal associa-se ao mito do salvador que mobiliza um certo legendário por um homem providencial; que está relacionado a um impulso de espera, apelo e adesão.

¹⁸³ Em relação ao dia da emancipação da cidade em 16 de Outubro e comemoração do aniversário em 03 de Julho, ver artigo de Laurindo Mékie Pereira e Marcos Fábio Martins de Oliveira, “A Invenção do 03 de Julho em Montes Claros” no qual os autores explicam acerca da inauguração do Parque de Exposições João Alencar Athayde, oportunidade na qual visando inserir a cidade no projeto desenvolvimentista dos anos 1950 ficou decidido que a data para a comemoração do aniversário de Montes Claros coincidiria a partir de então com o dia da inauguração do parque, o que os autores classificam como tradição inventada.

<https://www.google.com.br/search?q=link+do+artigo+a+inven%C3%A7%C3%A3o+do+3+de+julho&oq=link+do+artigo+a+inven%C3%A7%C3%A3o+do+3+de+julho&aqs=chrome..69i57j14506j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>



Em se tratando da carestia vivenciada nos anos 1950, o jornal¹⁸⁴ *Gazeta do Norte*¹⁸⁵, em uma de suas colunas, intitulada “Registro Social”¹⁸⁶ traz a seguinte poesia:

Fome da Gróssa

Isturdia, na cidade
Vi tanta coisa, cumpadre
Qui me deu consternação.
Inté há pouco eu pensava
Qui a miséra campriava
Somente no meu sertão!...

Qui coisa! Mais qui tristeza!...
Qui miséra! Qui pobreza!...
Qui sofrimento sem nome!...
Veinhos de conta núa.
Cambaliano nas rúa.
Tremendo, morto de fome!...

Criança de sete ano,
Pelas porta supricano.
Co os pé cravado de bicho!
Moça nóva, istilingada.
Caçando coisa largada
Nos balde de botá lixo.

Nos açougue inté dá pena,
A mininada piquena
Rasgadinha tudo nú!...
Qui nem onça isfomiada.
Rasga muchiba jogada.
Brigando co'os urubú...

¹⁸⁴ Vale ressaltar que entendemos o jornal como vetor para difusão da cultura política, conforme propõe Berstein (1998). A metodologia para o trabalho com a imprensa está sendo adotada de acordo com a proposição de repertório de procedimentos sugeridos por Cruz e Peixoto (2007). No tocante ao discurso do jornal, este vem sendo analisado levando em consideração que sendo porta voz de interesses muito objetivos de classes ou frações de classes sociais, muitas vezes a imprensa escrita procura formular uma determinada visão de mundo, ao mesmo tempo em que busca generalizar para o conjunto da nação, interesses específicos daqueles que ela representa (VIEIRA, 1984).

¹⁸⁵ No que se refere ao jornal *Gazeta do Norte*, Rodrigues (2013) considera que este possuía uma estética gráfica mais ousada, atraente, um caráter mais liberal e expressava a disputa política partidária local. O recorte temporal pesquisado pela autora é entre os anos 1910 a 1920, período em que o grupo de Camillo Prates e dos Alves disputava o poder local, sendo que o jornal representava os interesses dos camilistas. A autora destaca ainda que em suas reportagens o mesmo tentava estabelecer relações entre o contexto internacional e os embates político-ideológicos locais. No período o qual escolhemos para discutir sobre a cultura política trabalhista (1945-1964), as informações obtidas a partir das Atas da Câmara Municipal é de que quando abertas as licitações para a seleção do jornal a ser responsável por divulgar as informações políticas locais oficiais, o jornal *Gazeta do Norte* frequentemente era o escolhido.

¹⁸⁶ Essa coluna trazia também informações sobre natalícios, nascimentos, visitas e acerca de hóspedes e viajantes que passavam pela cidade.



Parece incrível, cumpadre.
Mais é a pura verdade.
Tão clara que nem a luz.
É uma tristeza sem nome,
O povo passando fome,
Nas Terra de Santa Cruz!

Lá para Cima, no intanto.
Tudo se cobre no manto.
Das mentiras, hipocrisia...
Qui o povo morra de frio
De fome, nas mãos sem brio
Da falsa Democracia!...
(CANELA, Cândido.¹⁸⁷ Gazeta do Norte, Ano XXXIII, Nº 1914,
Domingo, 07 de Janeiro de 1951 [*Sic.*]).

É interessante observar que a poesia supracitada busca retratar algumas experiências vivenciadas pelas crianças e idosos que encontravam-se em situação de miséria e pobreza, tendo dificuldades para se vestir e alimentar. Informa inclusive que uma moça recorria ao cesto de colocar lixo em busca de alimento. Em contraponto, critica a mentira e hipocrisia dos políticos que possuem qualidade de vida, pouco se importando com as dificuldades enfrentadas pela população.

Também, classifica a democracia como falsa, uma vez que os sujeitos estão “nas mãos” de representantes que não solucionam as mazelas sociais, a exemplo do frio e fome, o que coloca em dúvida a noção de garantia de direitos e soberania da sociedade. Nessa perspectiva,

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (2007, p. 258)

¹⁸⁷ Cândido Canela foi poeta, compositor, comerciante, tabelião, e exerceu por vários mandatos (1963 a 1967) o cargo de vereador na Câmara Municipal de Montes Claros. (www.montesclaros.art.br/poetas/CandidoCanela.htm)



Levando em consideração o valor do jornal¹⁸⁸ naquele contexto e o alto índice de analfabetismo¹⁸⁹ na cidade, podemos conjecturar que o mesmo se destinava a um público específico: os letrados e com poder aquisitivo.

Em relação ao desenvolvimentismo dos anos 1950, Pereira pondera que:

A região Norte do Estado de Minas Gerais esteve à margem do desenvolvimentismo dos anos 50. Os efeitos práticos da intervenção do Estado como promotor da industrialização surgiram na segunda metade da década de 1960, quando foi viabilizada a infra-estrutura energética e de transportes e os incentivos fiscais da SUDENE¹⁹⁰ atraíram à região investimentos industriais em volume expressivo. Entretanto, a região não assistiu passivamente ao espetáculo do período. A cidade de Montes Claros foi o centro de mobilização das elites regionais em um esforço conjunto para atraírem os investimentos do Estado e se inserirem na política desenvolvimentista. (PEREIRA, Unimontes Científica. Montes Claros, v.1, n.1, mar/2001, p. 02)

Devido ao lento desenvolvimento e pouco incentivo do Estado, os políticos locais utilizavam-se de estratégias no sentido de conseguir maior número de votos para que assim pudesse permutar com o Estado em troca de investimentos. Outra forma de tentar se inserir no contexto desenvolvimentista no período foi por meio de alianças, discursos e festividades que visavam “solidificar relações políticas de dependência e dominação, construir a imagem de uma cidade moderna, de um povo ordeiro e trabalhador e por fim, atrair os tão reclamados investimentos do Estado e da União. (PEREIRA, 2001, p. 04) O autor discorre que algumas dessas estratégias foram frustradas.

Em Montes Claros, embora a realidade político-econômica fosse peculiar em relação aos grandes centros urbanos, especialmente no que se refere às dificuldades enfrentadas pela população no tocante ao acesso a trabalho, emprego, moradia e gêneros de primeira necessidade, é possível notar sinais de repercussão das ideias trabalhistas na organização de entidades trabalhadoras e organismos coletivos populares. Dentre esses

¹⁸⁸ O custo do jornal, conforme valores expostos na primeira página correspondia a Cr\$ 50 anuais e Cr\$ 30 semestrais, sendo que o pagamento deveria ser feito adiantado.

¹⁸⁹ Pereira (2001, p. 03) informa que a taxa de analfabetismo em 1950 correspondia a 74, 63 % da população que não sabia ler ou escrever.

¹⁹⁰ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Para maiores informações sobre o papel da SUDENE no desenvolvimento de Montes Claros conferir OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)*. São Paulo: USP, 1996. (Dissertação de Mestrado).



órgãos, tanto a imprensa escrita quanto as atas da Câmara Municipal citam as associações de classe e a União Operária e Patriótica de Montes Claros.

Edi de Freitas Cardoso Júnior (2008) esclarece que União Operária iniciou sua atuação a partir de meados dos anos 1930, tinha como lema “Deus, União e Trabalho” e visaria

(...) ao conagraçamento do operariado local, e regional, em torno de um ideal, que é o da fortaleza moral, social e material pela união da classe” [e após o seu eclipse] ella ressugio, mais forte, mais idealista, pretendendo conquistar pela pratica o logar que lhe está destinado em nosso meio, pela importancia e finalidade do desiderato. (FOLHA DO NORTE. Ano I – N^o 21. Montes Claros, 16 de junho de 1930. p. [?] [Sic.]

É interessante observar a ênfase dada aos ideais de “fortaleza moral, social e material” e o apelo à unidade da classe. Raoul Girardet (1997) considera que o mito da unidade apela para o fato de que a vida em sociedade deveria assegurar o sentido religioso, por isso mencionar a questão moral, e ao mesmo tempo, o sentido político. Dessa forma, a noção de unidade implica uma lógica comum e a ideia de pertencimento.

A União Operária e Patriótica era o órgão responsável por organizar as festividades relacionadas ao 1^o de Maio, um dos principais símbolos do trabalhismo varguista. Sobre uma das comemorações do Dia do Trabalho, assim noticiou o jornal Gazeta do Norte em sua primeira página:

O dia consagrado ao trabalho foi solenemente comemorado em nossa cidade por iniciativa da União Operaria e Patriotica de Montes Claros, que para esse fim organizou o programa abaixo que foi cumprido à risca:
Às 5 horas - Alvorada com salva de 25 tiros; Hasteamento da Bandeira Nacional na Sede da União Operária; Às 8 horas - concentração dos associados, entidades sociais, educandários e operários em frente a União Operaria e Patriotica de Montes Claros; Às 9 horas - Missa solene oficiada pelo Rvdo Padre Silvestre Classen, na Catedral, cantada pelo côro, sob a direção da professora Dulce Sarmento; Às 10 horas, desfile pelas principais ruas da cidade; Às 20 horas - Sessão cívica no auditório da ZYD - 7, sob a presidencia do Exmo. Snr. Dr. Ariosto Guarinello, Juiz de Direito, onde falaram: sobre a data, Dr. Álvaro Marcílio e em nome da União Operaria e Patriotica de Montes Claros, o professor Athos Braga. Foram ouvidos hinos patrióticos pelo Côro do Colégio Imaculada Conceição, sob a direção da Profa. Dulce Sarmento.
Palavra franca.
Encerramento: Hino Nacional.



Todos os atos foram abrilhantados pela banda da União Operaria e Patriótica de Montes Claros. (GAZETA DO NORTE, Ano XXXIII, N^o 1916, 03 de Maio de 1951, p. 01)

Dentre as pessoas que discursaram, duas chamam a nossa atenção: Álvaro Marcílio e o professor Athos Braga. Aquele era uma das lideranças trabalhistas na região, tendo recebido menções elogiosas do jornal quando venceu em 18 de Janeiro de 1951 a eleição para presidente do PTB no Estado, sendo descrito pela Gazeta como “um lídimo¹⁹¹ [*sic.*] defensor dos interesses das classes trabalhadoras”.

O periódico destaca também a “experiência na política” e “cultura elevada” de Álvaro Marcílio, enfatizando que ele certamente conduziria o “Partido Trabalhista Brasileiro do Norte de Minas a um lugar elevado no cenário nacional”¹⁹², devido a essas virtudes. Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto alertam que em se tratando da utilização do jornal como fonte não basta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. (2007, p. 258)

Nesse sentido, ressaltar as qualidades de Marcílio era uma maneira do jornal contribuir para reverberar a importância que a adesão ao PTB representava para a inserção dos interesses políticos locais no cenário nacional.

Athos Braga era contador, professor e esteve como Consultor da União Operária na gestão do ano de 1931. Em 1945 apareceu como diretor e proprietário do jornal O Operário. No ano de 1947, consolidou-se como político quando fora eleito vice prefeito de Alfeu Gonçalves de Quadros, ambos do Partido Republicano¹⁹³. Uma vez escolhidos para discursar, um membro do PTB e outro do PR¹⁹⁴ possibilita depreender que a conciliação se fizera presente na cerimônia no sentido de reforçar a retórica da unidade.

Serge Berstein (1998) afirma que assim como a imprensa, o partido, a igreja, e a escola são vetores para a socialização da cultura política. Nesse sentido, quando o periódico traz a programação do evento e cita nomes de alguns participantes, este possibilita identificar a presença de membros de uma das instituições de ensino na cidade, o Colégio

¹⁹¹ Lídimo: Reconhecido como legítimo, autêntico.

¹⁹² GAZETA DO NORTE, Ano XXXIII, N^o 1918, 25 de Janeiro de 1951, p. 01

¹⁹³ Cf. Cardoso Júnior (2008).

¹⁹⁴ Diferentemente do quadro político nacional, o Partido Republicano se tornou a partir de 1945, o partido de maior importância em Montes Claros. (OLIVEIRA, 2000)



Imaculada Conceição¹⁹⁵; e de um padre, o “Rvdo Padre Silvestre Classen” que por sua vez, celebrou “missa solene” na Catedral da cidade. Tanto essa escola quanto a igreja em questão quando inseridas no contexto da festa constituem instrumentos essenciais para avivar o civismo.

Durante três momentos da festa do trabalho ocorreram manifestações nacionalistas: o hasteamento da bandeira, a audição de hinos patrióticos e o encerramento com a execução do Hino Nacional, o que possibilita afirmar que este elemento característico da cultura política trabalhista é notório no decorrer cerimônia.

De acordo com Gomes a comemoração do 1º de Maio se insere nas comemorações oficiais criadas no período do Estado Novo (1939-1945), o chamado calendário festivo, e tinha na figura do trabalhador o expoente da cerimônia. (GOMES, 2005, p. 216) Em relação à festa promovida pela União, ênfase é dada ao fato de que os operários e associados estavam presentes, no entanto não é possível mensurar sua quantidade, uma vez que o noticiário não fornece tal informação.

Capelato, ao interpretar essas festividades enquanto “teatralização do poder”¹⁹⁶ enfatiza que as mesmas, assim como a propaganda cumprem o papel de evidenciar a busca pela harmonia social e a ausência de conflitos. Alicerçada nessa invenção criou-se a imagem do que a autora denomina de “sociedade em festa, coesa e unida em torno do líder: a festa instala a alegria: a alegria espalha-se em profusão; a festa legitima o regime.”¹⁹⁷ Embora o contexto pesquisado pela autora e a notícia divulgada pelo jornal se inserirem em períodos distintos, o sentido da festa como elemento de adesão, harmonia e coesão social prevalecem.

Considerações Finais

¹⁹⁵ O Colégio Imaculada Conceição foi fundado em 7 de março de 1927 pela Madre Theresia Vermeulen, tendo por missão “a centralidade a fé em Jesus Cristo, e em Maria, o modelo de educadora. Nesse sentido, sua proposta educacional tem por objetivo “formar cidadãos capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos, tendo formação humano-cristã.”

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiKI4e40IXXAhUDh5AKHWmeCiwQFggvMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.gazetanortemineira.com.br%2Fnoticias%2Fcidade%2Fum-dos-mais-antigos-colegios-de-montes-claros-comemora-90-anos-de-atuacao&usq=AOvVaw0Z6HQ3IT8RJtb7gGK453sB>

¹⁹⁶ BALANDIER (1980).

¹⁹⁷ Para desenvolver esse raciocínio Capelato dialoga com as discussões de Cláudia Shemes (1995) e G. L. Mosse (1975).



Neste estudo, buscou-se fazer uma diferenciação dos termos populismo e trabalhismo, observando de que maneira a classe trabalhadora aos poucos passou a ser vista como protagonista na cena política brasileira, e não mais como massa de manobra, conforme afirmavam alguns autores que adotaram o conceito de populismo na perspectiva de manipulação. Aferimos que, em grande medida, tal perspectiva encontrou embasamento em teorias de cunho estrutural, bem como no contexto histórico o qual estavam inseridos. Após revisões ocorridas na História Política e a adoção de categorias explicativas como a ideia de cultura política, aos poucos o conceito de populismo foi dando lugar ao trabalhismo.

Conforme apresentado no decorrer do texto, foi possível identificar sinais de repercussão de elementos da cultura política trabalhista em Montes Claros a partir de algumas reportagens veiculadas pelo jornal Gazeta do Norte quando este, enquanto vetor para difusão da cultura política nos fornece informações como a convocação para reunião do PTB, o partido símbolo do trabalhismo varguista e a programação do 1^o de Maio, um dos pontos de condensação do chamado calendário festivo, sendo a participação dos cidadãos um dos aspectos da adesão que se somaria ao sufrágio em período oportuno.

Possibilitou também que identificássemos elementos como o nacionalismo e a conciliação, importantes suportes da cultura política trabalhista.

Fontes:

GAZETA DO NORTE, ano XXXIII, N^o 1915, Montes Claros/MG, Quinta-feira, 11 de Janeiro de 1951, p. 01.

GAZETA DO NORTE, Ano XXXIII, N^o 1914, Montes Claros/MG, Domingo, 07 de Janeiro de 1951, [?]

GAZETA DO NORTE, Ano XXXIII, N^o 1916, Montes Claros/MG, Quinta-feira 03 de Maio de 1951, p. 01

FOLHA DO NORTE. Ano I – N. [21]. Montes Claros, [16 de junho de] 1930. p. [?]

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/operario/829919>

<https://www.dicio.com.br/cidadania/>

www.montesclaros.art.br/poetas/CandidoCanela.htm

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rjauact=8&ved=0ahUKEwiK14e40IXXAhUDh5AKHWmeCiwQFggvMAE&url=http%3F%2Fwww.gazetanortemineira.com.br%2Fnoticias%2Fcidade%2Fumdosmaisantigos->



[colegios-de-montes-claros-comemora-90-anosdeatuacao&usg=AOvVaw0Z6HQ3IT8_RJtb7gGK453sB](https://www.google.com.br/search?q=link+do+artigo+a+inven%C3%A7%C3%A3o+do+3+de+julho&oq=link+do+artigo+a+inven%C3%A7%C3%A3o+do+3+de+julho&aqs=chrome..69i57.14506j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8#)

<https://www.google.com.br/search?q=link+do+artigo+a+inven%C3%A7%C3%A3o+do+3+de+julho&oq=link+do+artigo+a+inven%C3%A7%C3%A3o+do+3+de+julho&aqs=chrome..69i57.14506j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>

Referências bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Antropos-Homem. V. 5. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. Estampa: Lisboa, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Projeto História, São Paulo, nº 35, pp. 253-270. 2007. (Revista eletrônica).

FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História - Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Trabalhadores do Brasil; o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 3ª edição, 2005.

_____. *História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões*. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

IANNI, OCTÁVIO. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.



CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. *Experiência e Poder na Urbe em Expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930-1964*. Dissertação. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (et. al). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

MAIA, Andréa Casa Nova; CARDOSO, Luciene Carris; SANTOS, Vicente Saul Moreira. Sexta Lição - Operariado e Sindicalismos. In: *Lições do tempo: temas em história e historiografia do Brasil Republicano*. 1^o ed, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: MG, Argumentvm, 2009.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins (et al.). Marcos Fábio Martins Oliveira, Luciene Rodrigues (Organizadores). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Dependência, Favores e Compromissos: relações sociais e políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50*. Uberlândia, 2001. (Tese)

_____. *A Cidade do Favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2002.



_____. Elites Montesclarenses: autoritarismo, paternalismo e exclusão. In: BARBOSA, Carla Cristina. (Org.) *Sertão: cultura e poder*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

_____. Montes Claros Anos 50: entre a esperança e a frustração. *Unimontes Científica*. Montes Claros, v.1, n.1, Mar/2001.

_____; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. A invenção do 03 de Julho em Montes Claros. *Unimontes Científica*. Montes Claros, v. 5 n. 1, 2003.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Aspectos da Política Coronelista em Montes Claros na República Velha*. In: BARBOSA, Carla Cristina. (Org.) *Sertão: cultura e poder*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

_____. *Paternalismo, Poder privado e Violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros/MG: UNIMONTES, 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VIEIRA, M. do Pilar de A e outros. Imprensa como Fonte para a Pesquisa Histórica. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, nº 3, 1984.

WEFFORT, Francisco Correia. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula (2003-2010)

Jannyllian Christine da Silva Viana

Graduada em Humanidades, discente do curso de História
UFVJM
jannyllian@hotmail.com

Alan Faber do Nascimento

Dr. em Geografia
Docente do curso de Turismo e do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais
UFVJM
alanfaber@uol.com.br



Resumo

Com a eleição de Lula em 2002, o movimento sindical passou por um processo de reconfiguração marcado pela divisão e fusão entre as principais correntes sindicais. A reconfiguração teria sido provocada pela insatisfação de algumas entidades sindicais em relação à política neoliberal adotada pelo governo petista, pelo apoio da CUT e da Força Sindical a tal política, bem como pelas mudanças na legislação sindical em relação aos critérios de representatividade e contribuição sindical. Nesse sentido, esta comunicação se propõe analisar a reconfiguração do sindicalismo durante o governo Lula (2003-2010), buscando refletir sobre suas causas e tendências. Para tanto, analisaremos as novas formas de organização e atuação do movimento sindical em face das transformações econômicas e políticas do país e, ao mesmo, assinalando os fatores do processo de cisão e aproximação entre as diferentes entidades sindicais.

Palavras-chave: movimento sindical; governo Lula; neoliberalismo; reconfiguração sindical.

1 INTRODUÇÃO

A partir da ascensão de Lula da Silva ao poder em 2003, o movimento sindical passou por um processo de reconfiguração provocado, sobretudo, pelo descontentamento de algumas entidades sindicais em relação à manutenção da política macroeconômica do governo de Fernando Henrique Cardoso.¹⁹⁸ Com efeito, o governo petista articulou uma política de alianças com diferentes setores da burguesia de modo a atuar na preservação dos interesses do capital, além de promover a realização de uma série de reformas que reduziram os direitos trabalhistas.¹⁹⁹ Neste contexto, algumas entidades sindicais mantiveram apoio ao governo e inclusive se mostraram favoráveis às reformas, o que contribuiu para um processo de dissidências de correntes sindicais que se opunham ao governo e às reformas, e para o surgimento de novas entidades sindicais interessadas em criar alternativas de organização e

¹⁹⁸ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

¹⁹⁹ ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.



mobilização dos trabalhadores. Outro fator que favoreceu a reconfiguração sindical está relacionado ao estabelecimento da lei de representatividade e contribuição sindical, que também estimulou o surgimento e a fusão de correntes sindicais interessadas em ter acesso às benesses estatais.²⁰⁰

Nesse sentido, esta comunicação se propõe analisar a reconfiguração do movimento sindical durante o governo Lula (2003-2010), buscando refletir sobre suas causas e tendências. Para tanto, analisaremos as novas formas de organização e atuação do movimento sindical em face das transformações econômicas e políticas e, ao mesmo, assinalando os fatores de cisão e de aproximação entre as diferentes entidades sindicais.

2 O TRANSFORMISMO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A década de 1990 é marcada por um processo de *desertificação social e política neoliberal*.²⁰¹ Tal processo teria se iniciado com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e se acentuado a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ao adotarem uma política econômica e social subordinada aos interesses do capital global. O avanço das privatizações, as desregulamentações dos direitos sociais e trabalhistas, o desemprego estrutural, a flexibilização trabalhista e a financeirização do capital, são alguns dos aspectos que caracterizam a *desertificação neoliberal* que atingiu a sociedade brasileira a partir desse período.²⁰²

A crise no mundo do trabalho decorrente da globalização do capital afetou drasticamente os organismos sindicais e partidários.²⁰³ A combinação entre políticas neoliberais e reestruturação produtiva do capital afetou profundamente as relações

²⁰⁰ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²⁰¹ ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/12976/6794>. Acesso em: 26 out. 2017.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8ª ed. Campinas: Unicamp, 2002.



econômicas e trabalhistas, fragilizou o movimento sindical, e dificultou sobremaneira a luta pela defesa e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas.²⁰⁴

Nesse contexto de ajuste tardio da política neoliberal, promovido, sobretudo no governo de FHC, o movimento sindical sofre um enfraquecimento na luta entre as classes. Uma parcela importante do sindicalismo cede aos interesses neoliberais, defendendo as privatizações e a redução dos direitos sociais e trabalhistas, atuando, portanto, na contramão das reivindicações da classe trabalhadora. Resulta disso que o novo sindicalismo, oriundo das forças políticas da esquerda dos anos 1980, se transforma em um movimento cada vez mais burocratizado e negocial.²⁰⁵

Nesse período, o Partido dos Trabalhadores passa também por um processo de mutação. Com sua origem nas lutas sociais, sindicais e de esquerda, o partido mantinha anterior às eleições de 1989, um posicionamento anticapitalista e uma prática de radicalidade. Entretanto, desde seu surgimento não possuía uma base teórica, política e ideológica bem fundamentada. Ao longo dos anos 1990, o partido foi se adequando à ordem e adotando uma prática mais moderada, e progressivamente atuando como instrumento das classes dominantes. Porém, esse transformismo não se atribui somente ao partido, pois ele faz parte de um processo histórico mais amplo. O contexto vivido na década de 1990 favoreceu tal processo de mutação, uma vez que houve uma forte propagação do neoliberalismo pela América Latina, um avanço da crença na vitória do capitalismo frente à derrota do socialismo real, e a crescente adoção da social-democracia por uma parte da esquerda, que tende a sofrer influências do modelo social-liberal, e porque não dizer do neoliberalismo.²⁰⁶

De acordo com Antunes (2011), o PT se transforma em um partido da ordem não após alcançar o poder, mas sim para conquistá-lo. As derrotas do partido nas eleições dos anos de 1994 e 1998 também contribuíram para o seu transformismo, uma vez que o PT passou a considerar que era necessário ampliar sua política para todas as esferas da sociedade para conseguir a almejada vitória. O partido foi desde então, se tornando prisioneiro da agenda eleitoral, buscando ampliar suas alianças com diferentes setores do centro e da direita. Desse modo, o partido além de manter coligação com setores da

²⁰⁴ ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.



esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), criou alianças com as esferas conservadoras, como o Partido Liberal (PL) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN), gerando conflitos internos no PT de correntes contrárias a esta coligação.²⁰⁷

Após assumir o governo, Lula publicou a “Carta ao povo brasileiro”, em que confirmava sua integração ao processo de “*mundialização e financeirização do capital*”,²⁰⁸ assumindo sua subordinação às diretrizes impostas pelo FMI. Portanto, a política neoliberal adotada durante o governo de FHC permanece, em seus fundamentos, no governo Lula. Desde seu primeiro mandato, o governo petista atuou como instrumento das classes dominantes, dando continuidade à política econômica de incentivo ao capital, financeiro e produtivo do governo anterior, revertendo, desse modo, toda a esperança depositada no Partido dos Trabalhadores e, principalmente, em seu mais destacado líder sindical.²⁰⁹

As políticas neoliberais adotadas pelo governo petista tiveram diversos impactos sobre a classe trabalhadora. O governo articulou uma política de alianças com os setores da burguesia financeira, industrial e do agronegócio, atuando, portanto, na preservação dos interesses do capital. O governo Lula também apoiou a privatização dos fundos de pensão e impôs a cobrança de impostos dos trabalhadores aposentados, contribuindo dessa maneira, para a precarização das políticas sociais.²¹⁰ Em contrapartida, o governo aumentou o salário mínimo, ampliou o crédito consignado – apesar de ter provocado o endividamento das famílias trabalhadoras, – investiu em infraestrutura, contribuindo para o aumento do número de empregos e para a ampliação da política de habitação. Tais ações propiciaram a dinamização da economia interna, o que até certo ponto contribuiu para que o país conseguisse enfrentar o período de crise entre os anos de 2009 e 2010, em comparação aos outros países periféricos.²¹¹

A distribuição de cargos ministeriais e em comissões entre ex-líderes sindicalistas funcionou como um mecanismo para aumentar a dependência, o controle e a cooptação do sindicalismo combativo. As centrais sindicais tornaram-se cada vez mais dependentes dos

²⁰⁷ ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

²⁰⁸ Ibidem, p. 145.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ HILLESHEIM, Jaime. *Conciliação trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores*. Florianópolis: UFSC, 2015, 693 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160689>. Acesso em: 28 jul. 2017.



recursos públicos e atreladas às estruturas do Estado. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) transforma-se em uma central sindical cada vez mais institucionalizada, burocratizada e negociadora, assumindo uma posição subordinada e dependente das ações e benesses estatais. A Força Sindical que também é uma central favorável ao imposto sindical e dependente do Estado, combina elementos neoliberais com neopeleguismo, atuando como um órgão de cooperação com as empresas. O Estado, por sua vez, conduz uma política voltada para os interesses da classe dominante, na contramão das necessidades da classe trabalhadora. ²¹²

Devido à forte oposição sofrida por movimentos sociais, sindicatos de base e pelo Movimento dos Sem Terras (MST), os quais eram contrários à dependência do sindicalismo das verbas públicas, o governo Lula em seu segundo mandato (2007-2010) tentou ampliar sua base de apoio por meio da prática de políticas compensatórias, como o Programa Bolsa Família, voltadas para os setores empobrecidos da população. Nesse sentido, o governo Lula ofereceu às camadas mais pobres uma política social assistencialista apesar da sua amplitude, enquanto garantia altos lucros para os grandes capitais financeiros e produtivos, como os fundos de pensão e a agroindústria. ²¹³

O governo petista empregou mecanismos institucionalizados de participação a fim de promover uma política conciliatória entre o movimento sindical, visando que este adotasse uma posição mais colaboracionista e menos conflituosa com os interesses do capital. Neste sentido, o governo assumiu uma política de conciliação de classes, porém esta conciliação estava voltada mais para os interesses do capital do que para as lutas sociais e trabalhistas, de tal modo que contribuiu de forma bastante limitada para provocar mudanças significativas na estrutura da sociedade brasileira. ²¹⁴

Ao longo de seus dois mandatos, Lula utilizou certos mecanismos para fazer com que o movimento sindical aderisse ao seu projeto político. O governo adotou como estratégia a criação de organismos para debater reformas previdenciária, trabalhista e

²¹² ANTUNES, Ricardo. *Sindicalismo de classe versus sindicalismo negociador de Estado*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40938-sindicalismo-de-classe-versus-sindicalismo-negociador-de-estado-artigo-de-ricardo-antunes>. Acesso: 07 set. 2016.

²¹³ ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

²¹⁴ HILLESHEIM, Jaime. *Conciliação trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores*. Florianópolis: UFSC, 2015, 693 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160689>. Acesso em: 28 jul. 2017.



sindical. Para isso, foram instituídos organismos tripartites, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – e o Fórum Nacional do Trabalho – FNT.²¹⁵ As correntes sindicais contrárias à participação da CUT no FNT consideravam o tripartismo uma forma de cooptação e conciliação de classe.²¹⁶ Constituída por representantes dos trabalhadores, empresários e governo, escolhidos pelo governo petista, o FNT expressava a negação da autonomia e da liberdade do movimento sindical, tão defendida pelo sindicalismo combativo da década de 1980.²¹⁷

Em 2005, cerca de sete entidades sindicais, insatisfeitas com a participação da CUT e da FS no FNT, e contrárias às mudanças na estrutura sindical, criaram a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), representando os sindicatos vinculados à estrutura confederativa.²¹⁸

O debate sobre a reforma sindical não avançou no FNT, mas algumas mudanças na legislação sindical foram realizadas, entre elas, o reconhecimento e o financiamento das centrais sindicais, aprovados durante o segundo mandato de Lula (Lei 11.648/2008). Apesar da reforma sindical ser contrária aos projetos originais da CUT e da FS, ambas defenderam suas pautas, e foram beneficiadas pelas mudanças promovidas ao obterem o reconhecimento legal, a capacidade de negociação e o acesso aos recursos financeiros derivados da contribuição negocial. Essa seria outra estratégia utilizada pelo governo para promover a cooptação do sindicalismo: estabelecer mudanças na legislação sindical em relação aos critérios de representatividade para obter reconhecimento legal e à garantia de repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas oficialmente. Essas medidas aprovadas em 2008 foram responsáveis por desencadear um novo processo de cisão entre as correntes sindicais que desejavam obter as condições necessárias para ter acesso ao repasse da parcela do imposto sindical.²¹⁹

²¹⁵ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²¹⁶ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²¹⁷ ANTUNES, Ricardo. *O governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil*. Disponível em: https://resistir.info/brasil/r_antunes_jan05.html. Acesso em: 06 ago. 2017.

²¹⁸ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²¹⁹ Ibidem.



3 O PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

O governo Lula provocou um processo de reconfiguração do movimento sindical, devido, sobretudo, à insatisfação de correntes sindicais em relação às políticas adotadas pelo governo, que promoveu reformas que reduziram os direitos trabalhistas. A título de exemplo, tem-se a reforma da previdência realizada em 2003, que ao retirar os direitos dos servidores públicos, provocou um processo de cisão e desencadeou a criação de novas entidades sindicais, como a CSP - Conlutas e a Intersindical. A convergência entre a CUT e a Força Sindical também contribuiu para o processo de reconfiguração sindical. A aproximação entre as centrais que já vinha ocorrendo desde a década de 1990 se reforça durante os anos 2000, reduzindo suas diferenças e passando a atuar conjuntamente em apoio ao governo petista.²²⁰

A relação amistosa entre a CUT e o governo petista pode ser compreendida a partir da origem político-ideológica semelhante entre suas lideranças, bem como pelo processo de conversão ideológica pela qual passaram e que as levou a se adaptarem à ordem capitalista e a assimilarem certos aspectos da ideologia neoliberal. Desde os anos 1990, os organismos sindicais e partidários vinham abandonando a organização e mobilização das bases para adotar um modelo de ação propositivo e conciliatório.²²¹

Em âmbito específico, os impasses do movimento sindical brasileiro derivam também de sua histórica relação com a estrutura do Estado, caracterizada pela tutela, bem como das formas de organização e mobilização dos setores representativos dos trabalhadores.²²² Daí por que existe uma grande necessidade de construir novas formas de organização e de ação dos trabalhadores, desvinculada das amarras da estrutura do Estado, para que seja capaz de superar a crise que afeta tanto a classe trabalhadora quanto as entidades sindicais.

²²⁰ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²²¹ GALVÃO, Andreia. *O movimento sindical frente ao governo Lula; dilemas, desafios e paradoxos*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. n. 14, p. 131-150, 2006. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-movimento-sindical-frente-ao-governo-lula-dilemas-desafios-e-paradoxos/> Acesso em: 10 out. 2017.

²²² ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8ª ed. Campinas: Unicamp, 2002.



Com a chegada de Lula ao poder em 2002, a CUT sofre conflitos internos ao adotar abertamente uma postura governista e conciliatória. A posição moderada e o discurso dotado de elementos neoliberais da central desagradaram as correntes minoritárias que mantinham uma posição de confronto frente ao governo e ao patronato.²²³ Os conflitos provocaram um processo de divisões que resultou na perda de alguns sindicatos importantes da central. As correntes contrárias à participação da CUT no Fórum Nacional do Trabalho, e ao projeto de reforma que estava em pauta, temiam a centralização do poder nas cúpulas sindicais e a redução do espaço de luta das entidades de base.²²⁴

O processo de reconfiguração do sindicalismo pode ser analisado a partir de dois vieses: primeiro, como uma expressão da força do movimento ao se opor ao governo e às centrais sindicais, e segundo, como uma demonstração da acomodação política de certas entidades sindicais criadas em decorrência das vantagens proporcionadas pelas mudanças na legislação sindical. Evidentemente, que durante o governo Lula, o movimento sindical passou por um período de acomodação política, limitando a luta ao nível reivindicativo, e aderindo a projetos reformistas que contribuem para a manutenção da ordem.²²⁵ Entretanto, devemos ressaltar a importância das novas formas de representação dos trabalhadores que surgiram durante o período controverso do governo Lula.

O Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), vinculado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), juntamente com algumas correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), como o Movimento de Esquerda Socialista/MES, o Movimento de Ação Sindical/MAS e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade/MTL, participaram da criação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que posteriormente alterou sua denominação para Central Sindical e Popular - Conlutas (CSP - Conlutas). A entidade surge com o intuito de “organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo

²²³ GALVÃO, Andreia. *O movimento sindical frente ao governo Lula; dilemas, desafios e paradoxos*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. n. 14, p. 131-150, 2006. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-movimento-sindical-frente-ao-governo-lula-dilemas-desafios-e-paradoxos/> Acesso em: 10 out. 2017.

²²⁴ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²²⁵ BOITO, Armando. GALVÃO, Andreia. MARCELINO, Paula. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*. OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, outubro. Disponível em: <http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000171-d6af8d7a92/Boito%20Galv%C3%A3o%20e%20Marcelino.%20O%20movimento%20sindical%20e%20popular%20no%20Brasil%20na%20d%C3%A9cada%20de%202000.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.



Lula (Sindical/Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI”.²²⁶ Nesse sentido, a entidade se propõe a criar novos polos de organização, resistência e confrontação, aliando as esferas socialistas e anticapitalistas de entidades sindicais e de movimentos sociais urbanos e rurais, desta forma, avançando na oposição ao governo, e lutando contra as perdas de direitos e pela ampliação do seu espaço de lutas, por meio da organização de sindicatos e de movimentos sociais extra-sindicais.²²⁷

No Congresso Nacional dos Trabalhadores realizado em 2006, a CSP-Conlutas assumiu-se como uma central sindical e popular, por defender uma concepção de classe ampla e compreender que o proletariado não deve ser organizado e mobilizado somente no local de trabalho.²²⁸ Portanto, a CSP-Conlutas:

“(...) busca agrupar em seu interior os trabalhadores organizados nos sindicatos, os desempregados, os aposentados, os trabalhadores que se organizem nos diferentes movimentos populares e sociais da cidade e do campo, as organizações e movimentos que lutam contra toda a forma de discriminação e opressão, as organizações estudantis, as da juventude, e outras afins, que decidirem participar das lutas da classe trabalhadora”. (CONLUTAS *apud* GALVÃO, 2012, p. 311)

A Frente de Esquerda Sindical e Socialista (FES), que possuía dirigentes ligados à Alternativa Sindical Socialista (ASS), Unidade Classista (PCB) e correntes do PSOL (Enlace, Ação Popular Socialista/APS, Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL) buscando lutar contra as reformas do governo e a organizar e mobilizar a classe trabalhadora e os sindicatos contra a crescente precarização do trabalho, criou no ano de 2004 a Intersindical.²²⁹ A organização não se constitui enquanto uma central sindical, pois seus dirigentes e sindicatos não se desvincilharam da CUT, apesar de compreenderem que a central se tornou um instrumento de colaboração e conciliação de classes.²³⁰

²²⁶ CONLUTAS *apud* GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 195

²²⁷ ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

²²⁸ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²²⁹ ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

²³⁰ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.



Diferentemente da CSP-Conlutas, a Intersindical se restringe a organizar e mobilizar trabalhadores e sindicatos. Isto se deve a duas razões: primeiro, porque a organização considera que o principal papel dos sindicatos é organizar o trabalhador em seu local de trabalho. E segundo, porque ela considera que a participação de movimentos sociais e estudantis contribui para aumentar a presença de partidos políticos. Como é o caso da CSP-Conlutas, em que possui o PSTU na direção da organização.²³¹

Em 2007, devido às semelhanças político-ideológicas, a Intersindical e a CSP-Conlutas tentaram uma aproximação. Porém, desacordos em relação ao modo organizativo provocaram uma cisão no interior da Intersindical. Enquanto uma parcela dos militantes (ligados ao PSOL) almejava a fusão com a Conlutas, bem como a constituição como central, a outra (formada pela ASS e Partido Comunista Brasileiro) defendia a independência organizativa da entidade. Em 2010, a primeira corrente juntamente com a CSP-Conlutas realizou o Congresso da Classe Trabalhadora, que tinha como objetivo discutir a fusão entre as duas organizações. Entretanto, diferentes disputas entre ambas dificultaram o processo de fusão.

Apesar das diferenças organizacionais, tanto a CSP-Conlutas quanto a Intersindical consideram que a conciliação de classes é impossível dentro do sistema capitalista, deste modo, elas são contrárias às tentativas de conciliação defendidas no projeto de “concertação nacional” do governo petista. Ambas as entidades acreditam que deve haver uma intensificação da luta de classes para que se possa difundir o programa socialista. Entretanto, trata-se de um posicionamento minoritário, considerando que o crescimento econômico dificulta a organização e mobilização da classe trabalhadora que acredita na possibilidade de negociação.²³²

Ao contrário da CSP-Conlutas e da Intersindical, a criação da União Geral dos Trabalhadores (UGT), oriunda da fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Social Democracia Sindical (SDS), e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), constituída, sobretudo pela Corrente Sindical Classista (CSC), ocorreram por questões mais pragmáticas do que por fatores político-ideológicos. No caso da UGT, havia o desejo de cumprir os critérios de

²³¹ Ibidem.

²³² ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.



representatividade para obter o reconhecimento oficial, bem como para ter acesso à fonte de custeio negociada com o governo; já a CSC, apesar das divergências internas com a CUT não tinha interesse em romper com a central, mas pretendia usar os recursos da contribuição sindical para estabelecer uma estrutura alternativa de poder.²³³

Apesar da divisão organizativa, a CUT, FS, CTB, UGT e CGTB possuem uma política-ideológica parecida, considerando que todas apoiam o governo Lula. Todas elas compreendem que a negociação e a conciliação de interesses trazem vantagens para a sua base, e que o crescimento econômico e o fortalecimento do mercado interno trazem ganhos para os trabalhadores, bem como possibilita melhores condições de negociação com o patronato e com o governo.²³⁴

Apesar das medidas governamentais ter provocado a insatisfação entre diversas correntes sindicais, até mesmo de uma parcela dos setores que historicamente mantém uma relação próxima com o PT, este descontentamento se expressa de modo diverso, pois enquanto as centrais próximas ao governo petista aderem à política negocial, outras mais críticas adotam uma posição de confronto diante do governo e defendem a organização e mobilização da classe trabalhadora contra as reformas que prejudicam os trabalhadores.²³⁵

Mesmo com o processo de divisão organizativa entre as centrais, e de seus diferentes posicionamentos frente ao governo, durante a crise econômica e financeira internacional, as centrais adotaram uma plataforma comum, que possibilitou manifestações conjuntas e ações comuns entre elas. Tal plataforma se propunha a defender os direitos sociais e trabalhistas, a lutar contra o processo de flexibilização do trabalho e contra as demissões.²³⁶

As transformações ocorridas no sistema de produção mundial, motivadas pela nova racionalidade produtiva do capital e fundamentadas, sobretudo, na excessiva competitividade de mercado, resultou em um amplo processo de desregulamentação dos direitos da classe trabalhadora, ao flexibilizar as relações trabalhistas e, conseqüentemente, comprometer a organização sindical. Nesse sentido, considerando a nova morfologia do

²³³ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²³⁶ Ibidem.



trabalho, bem como o contexto econômico, política e social, fundamentada nas políticas neoliberais adotadas pelo governo Lula, as quais afetaram diretamente a classe trabalhadora e o movimento sindical, a CSP-Conlutas e a Intersindical buscaram criar novas formas de organização e mobilização das lutas sociais para enfrentar os desafios relacionados à desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas.²³⁷

Entretanto, esse movimento sindical mais combativo enfrentou dificuldades de mobilização dos trabalhadores, tendo em vista os altos índices de aprovação do governo Lula. Essa aprovação ocorreu principalmente devido ao aumento do salário mínimo, bem como da ampliação dos programas sociais, como o Bolsa Família, do microcrédito, do empréstimo à agricultura familiar, além do crescimento econômico que contribuiu para o aumento do número de empregos formais. Esses fatores favoreceram o aumento do consumo entre as classes pauperizadas da sociedade brasileira, contribuindo, portanto, para sua adesão ao projeto político do governo petista.²³⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de política neoliberal adotado pelo governo Lula teve como principais consequências o enfraquecimento do poder de organização e mobilização das lutas sociais, cúpulas sindicais e de trabalhadores distanciados de suas bases e por vezes atuando, contraditoriamente, contra os interesses dos trabalhadores, haja vista o caso dos fundos de pensão administrados por altos escalões da burocracia laboral, e o esvaziamento das tensões sociais por mecanismos negociais e conciliatórios.

A reconfiguração sindical ocorreu por diferentes razões, sejam elas de caráter político-ideológicos, sejam de ordem pragmática. Pois, se por um lado, algumas entidades foram criadas em decorrência, sobretudo, da oposição à política econômica adotada pelo governo Lula e à posição conciliatória e negocial da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por outro, certas centrais surgiram e outras se fundiram a partir do interesse em se beneficiar das mudanças realizadas na legislação sindical, como a lei de reconhecimento e financiamento das centrais.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Ibidem.



Nesse sentido, a reconfiguração sindical possui diferentes aspectos organizativos e políticos-ideológicos, considerando as diferentes estratégias e posicionamentos das entidades sindicais em relação ao governo petista. O processo de reconfiguração do movimento sindical não se configura apenas em uma disputa em relação à melhor forma de organização sindical, mas também é resultado de diferenças políticas quanto aos posicionamentos das centrais e de suas práticas. E isto se refere tanto à relação com o governo, quanto à postura diante das reformas.²³⁹

Apesar da esquerda sindical anticapitalista ter se esforçado em criar novos polos de organização, resistência e confrontação, aliando as esferas socialistas e anticapitalistas junto a CSP-Conlutas e à Intersindical, as tentativas das entidades sindicais de alterar o quadro de precarização do mundo do trabalho foram insuficientes, haja vista as dificuldades de mobilização dos trabalhadores, uma vez que uma parcela significativa tinha uma avaliação positiva do governo petista.

Diante desse contexto, era necessário que as principais centrais rompessem com as tendências que distanciavam de suas bases, como a institucionalização, a burocratização e o neocorporativismo, para que fosse possível criar uma estrutura de organização sindical mais horizontal e classista, capaz de organizar e mobilizar a classe trabalhadora brasileira, buscando novas possibilidades de organização e atuação para enfrentar os desafios relacionados à desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, e, sobretudo, buscando um novo sentido de classe, de autonomia e independência.²⁴⁰

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/12976/6794>. Acesso em: 26 out. 2017.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8ª ed. Campinas: Unicamp, 2002.

²³⁹ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

²⁴⁰ ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.



ANTUNES, Ricardo. *O governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil*. Disponível em: https://resistir.info/brasil/r_antunes_jan05.html. Acesso em: 06 ago. 2017.

ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Sindicalismo de classe versus sindicalismo negociador de Estado*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40938-sindicalismo-de-classe-versus-sindicalismo-negociador-de-estado-artigo-de-ricardo-antunes>. Acesso: 07 set. 2016.

BOITO, Armando. GALVÃO, Andreia. MARCELINO, Paula. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*. OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, outubro. Disponível em: <http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000171-d6af8d7a92/Boito%2C%20Galv%C3%A3o%20e%20Marcelino.%20O%20movimento%20sindical%20e%20popular%20no%20Brasil%20na%20d%C3%A9cada%20de%202000.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

CONLUTAS *apud* GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 195

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2012, p. 191-226.

GALVÃO, Andreia. *O movimento sindical frente ao governo Lula; dilemas, desafios e paradoxos*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. n. 14, p. 131-150, 2006. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-movimento-sindical-frente-ao-governo-lula-dilemas-desafios-e-paradoxos/> Acesso em: 10 out. 2017.

HILLESHEIM, Jaime. *Conciliação trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores*. Florianópolis: UFSC, 2015, 693 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160689>. Acesso em: 28 jul. 2017.



Sessão de comunicação IV – 23/11 (quinta-feira)

Os véus nas pinturas e a pinturas nos véus: as Sibilas dos panos quaresmais de Diamantina

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani

Doutora em História Social da Cultura–História da Arte

Professora adjunta da FIH

UFVJM

magnani@redecitel.com.br

Resumo

O véu como um símbolo pertence a diversas culturas, com distintos significados, grande parte das vezes, contraditórios. Está ligado ao olhar, na possibilidade ambígua de ver sem ser visto ou de ser visto sem ver. Desse modo, o véu modula a percepção do objeto observado, bem como a sua relação com o sujeito observante, na medida em que cria desejo, nostalgia e falta, enquanto se interpõe entre o sujeito e o objeto. Este trabalho aborda o véu nas pinturas e as pinturas nos véus, tendo como desdobramento a inteligência do significado litúrgico dos véus quaresmais, para então se dedicar aos véus quaresmais pintados com sibilas de Diamantina no período colonial.

Palavras-chave: História da Arte, Pintura, Véus, Sibilas.

Abstract:

The veil as a symbol belongs to different cultures, with distinguished and, sometimes, contradictory meanings. In a more general and simplified way, it is connected to the look: in the possibility of seeing and not being seen, or being seen without seeing. This veiling and unveiling strategy is present in different artistic languages throughout history. Thus, the veil shapes the perception of the observed object, as well as the relation between subject and observant, insofar as it causes desire, nostalgia and lack, while it interposes between subject and object. This work approaches the veil in the paintings and the paintings in the veils, having as an outspread the intellection of the liturgical meaning of the Lenten veils, so it could then dedicate itself to the Lenten veils painted with Sibyls and false architecture



structures in Diamantina, old Arraial do Tijuco, during the colonial period. The dialectic between real and virtual, revelation and concealment, fascination and horror, desire and prohibition, transparency and opacity, ignorance and knowledge, are preserved in those elements of culture, immanent to the human being, confident and prompt, as well in the veils like an object with meaning and human dimension, as in the fake/pretended architecture and in the Sibyls, an universal myth.

Keywords: painting, veil, sibyls, false architecture.

Introdução:

Como desdobramento da investigação que levei a cabo no doutorado, tenho me dedicado há alguns anos a pesquisar sobre a representação das sibilas em Diamantina, Minas Gerais. Ali existem as únicas representações desse tipo na América portuguesa. Além da intrigante raridade da representação no universo português em si, chama a atenção a exclusividade da existência da mesma em véus quaresmais ou véus da paixão. Aqui faço uma rápida abordagem dos possíveis significados dos véus como dispositivo semiótico e da sua relação histórica com as pinturas – os véus nas pinturas e as pinturas nos véus – com o intuito único de tocar em alguns pontos fulcrais, provocar o interesse e possibilitar futuros debates.

O véu como um símbolo pertence a diversas culturas, com distintos significados, grande parte das vezes, contraditórios. De uma maneira geral e mais simplificada, ele está ligado ao olhar, na possibilidade ambígua de ver sem ser visto ou de ser visto sem ver. Historicamente, em diferentes culturas, o véu aparece também como manifestação do mecanismo de exposição e de ocultação presente na dinâmica paradoxal que acaba por chamar a atenção para aquilo que aparentemente se queria ocultar. Essa estratégia de velamento e desvelamento está presente em diferentes linguagens artísticas ao longo da história – pintura, escultura, literatura, teatro, fotografia, cinema – por meio de diversos dispositivos, artifícios, máscaras, tecidos e ornamentos relacionados à face e à visão. Desse modo, o véu modula a percepção do objeto observado, bem como a sua relação com o sujeito observante, na medida em que cria desejo, nostalgia e falta, enquanto se interpõe entre o sujeito e o objeto. Quando se está diante de um véu, ao mesmo tempo em que este impede



a visão, também atesta a presença. Essa é a dialética posta entre a proibição (e, por conseguinte a impossibilidade de ver e testemunhar o que teoricamente seria possível) e o olhar, implícito na função mesma do véu. Não se trata de um obstáculo impenetrável, mas uma resistência tensa e gradual. O velar é ainda associado à ambiguidade da visão e da consciência, no que diz respeito à oposição entre transparência e opacidade; ignorância e conhecimento; desejo e frustração. Paradoxo e ambiguidade marcam a história e a estética do véu que permanece ainda como uma

Figura central até a pintura moderna e contemporânea.²⁴¹ O conceito de véu pode carregar outra dialética de significado, talvez mais capciosa do que a anterior, aquela entre o visível e o invisível: a dialética entre o sagrado e o profano, transcendência e carnalidade, decência e obscenidade.²⁴² O véu abriga também em seu significado mais amplo oposições entre real e virtual, revelação e ocultação, fascínio e horror, desejo e proibição.²⁴³ Esse objeto têxtil peculiar é, por conseguinte, um dispositivo semiótico, porquanto, ao contrário da grande maioria dos artefatos que são tecnicamente análogos

– vestuário, tendas, cobertores, tapeçarias, etc. – não serve para proteger o corpo humano ou os objetos. Em vez disso, é usado para confundir ou impedir por completo o ponto de vista daqueles que rodeia. É, em suma, um interruptor óptico, que atua na comunicação visual, tanto ativa (o ato de visão) quanto passiva (o fato de ser visto), de acordo com certas regras e fins sociais e é, portanto, uma ferramenta tipicamente semiótica. É considerado por tudo isso, um dispositivo regulatório da visibilidade.²⁴⁴

O véu pode-se tornar também um elemento de identidade cultural. Assim, por exemplo, uma mulher velada, um cadáver numa mortalha ou um espaço separado por uma barreira parcial (os panos de boca teatrais, as iconósteses, as roupas de renda, as cortinas) podem não ser reconhecidos em detalhes ou mesmo no âmbito da identidade pessoal, mas certamente são distinguidos em sua cultura por aquilo que são e, muitas vezes, de fato, o

²⁴¹ LEONE, RIEDMATTEN & STOICHITA. *Il Sistema del Velo/Système du Voile*. Ariccia: Aracne editrice, 2016, p. 10-14.

²⁴² CUOZZO, Gianluca. *Il Velo: una Metafora dell'Apparire*. In *Il Sistema del Velo/Système du Voile*. Ariccia: Aracne editrice, 2016, p. 281.

²⁴³ OKADA, Atsushi. *L'immagine come Diáfano*. In *Il Sistema del Velo/Système du Voile*. Ariccia: Aracne editrice, 2016, p. 276.

²⁴⁴ VOLLI, Ugo. *Il Velo di Mosè e Altri Filtri ottici nella Bibbia Eebraica*. In *Il Sistema del Velo/Système du Voile*. Ariccia: Aracne editrice, 2016, p. 229.



véu torna-se um componente de reconhecimento de marcas cognitivas identitárias (de gênero, poder, classe, santidade, etc).²⁴⁵

Os véus na pintura:

Como representação plástica, o véu assume contornos e significados sempre mais implexos. São incontáveis os exemplos possíveis de figurações dos véus na história da arte e de seus significados. Antes de nos dedicarmos à pintura, cabe mencionar as esculturas veladas do século XVIII, nas quais a maestria dos artistas cria uma ilusão de veladura altamente eficiente. Lembramos *La Pudicizia Velata* de Antonio Corradini de 1751 e o *Cristo Velato* de Giuseppe Sanmartino de 1753, ambos na Cappella di San Severo em Nápoles. Ali se conjugam dois extremos conceituais fundamentais que concernem à consistência ontológica do véu: a transparência (que revela) e a materialidade (que oculta). Os véus dessas esculturas parecem se livrar do seu peso marmóreo e se desmaterializar atingindo um grau de transparência que revela cada detalhe anatômico dos corpos por eles envolvidos.²⁴⁶

La Pudicizia Velata de Antonio Corradini de 1751, e *Cristo Velato* de Giuseppe Sanmartino de 1753, Capella di San Severo, Nápoles. Imagens disponíveis em <http://www.museosansevero.it/it/>



Destacamos, a princípio, ao menos dois casos particulares na pintura e no desenho, que, embora distantes no tempo, carregam o mesmo significado ao velar os rostos. Desde a pintura grega do século IV a. C., com *Timantes*, o véu tem uma função peculiar. Aqui, na

²⁴⁵ VOLLI, Ugo. Op. Cit., p. 231.

²⁴⁶ CUOZZO Gianluca. Il velo: una metafora dell'apparire. In *Il Sistema del Velo/Système du Voile*. Ariccia: Aracne editrice, 2016, p. 281-282.

pintura intitulada O Sacrifício de Ifigênia²⁴⁷, enquanto encobre a face de Agamenon (que sofre ao ser obrigado a entregar sua filha em sacrifício a Artêmis), o pintor parece mostrar que é impossível exprimir plasticamente uma dor tão grande: a de um pai que por seu erro e transgressão penitencia a própria filha. De tal modo, ele representa a impossibilidade de representação:

O Sacrifício de Ifigênia. Museu Nacional Arqueológico de Nápoles -Sala LXXII.Inv.9112 – Imagem de domínio Público



Cesare Ripa, na sua *Iconologia* de 1593 (obra que propõe descrições iconográficas de conceitos abstratos permitindo a criação de uma linguagem alegórica homogênea e universal na Europa de seu tempo) representa a Alma como uma “donzela graciosíssima”. A alegoria traz o rosto velado, por ser –segundo este autor que se baseia na concepção de alma agostiniana – uma substância invisível aos olhos humanos, a forma substancial do corpo, no qual ela não é evidente, mas compreensível por meio de algumas ações exteriores.²⁴⁸ Também aqui o véu representa a impossibilidade de representação daquilo que é invisível aos olhos humanos e plasticamente inexprimível:

²⁴⁷ A pintura original do sacrifício de Ifigênia desapareceu, no entanto, um afresco descoberto em Pompeia, hoje no museu de Nápoles, é considerado como cópia do original de Timantes.

²⁴⁸ Ripa, 19.1. *Iconologia*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2012, p. 38-39.

Anima ragionevole e beata (Paris 1643: pagina I,12 (XI)). Imagem disponível em [http://lartte.sns.it/ripa/Iconologia_db/dettagli.php?idrecord=../ripa_img/1643/b/I,12\(XI\).gif](http://lartte.sns.it/ripa/Iconologia_db/dettagli.php?idrecord=../ripa_img/1643/b/I,12(XI).gif)



Por outro lado, o véu na pintura pode ser compreendido como uma técnica de velamento que produz um aspecto translúcido diferentemente da representação mesma do objeto. Como exemplo disso, Nicolas Galley aborda a tela que Claude Monet pinta em homenagem à sua esposa defunta: *Camille Monet sur son lit du mort*, de 1879. Neste caso, o autor aborda a técnica pictural que cria um véu diáfano, uma película ligeiramente opaca remetendo à visão que tem o pintor da sua amada morta, velada pelas lágrimas no momento em que a observa. Seria a representação na qual o véu e o velamento tematizam tanto a dor pela perda de um ente querido, quanto a encenação e o teste de um meio pictural.²⁴⁹

Claude Monet, *Camille sul letto di morte*, 1879, óleo sobre tela, Musée d'Orsay, Paris.

²⁴⁹ GALLEY, Nicolas. *Voile de Mort un Spectre Médial chez Claude Monet*. In *Il Sistema del Velo/Système du Voile*. Ariccia: Aracne editrice, 2016, p. 19-42.



A representação do véu, seja espesso e opaco, ou fino e transparente, aparece já em uma anedota da aurora da pintura, no princípio da era cristã. Plínio, o Velho, faz o relato anedótico de uma disputa na qual Zêuxis pinta um cacho de uvas tão bem realizado que um pássaro vem bicá-lo. Em contrapartida, nessa relação de rivalidade com outro pintor da Grécia antiga, Parrasio, este último pinta um véu tão bem conseguido, a ponto de Zêuxis pedir que desvendem o quadro para que ele possa admirá-lo. Parrasio obtém, com esse engano, a vitória na disputa.²⁵⁰ Aqui, a dupla propriedade do véu se apresenta: de um lado a transparência que implica em ver através, de outro lado a opacidade que confunde e obstaculiza a visão.

Outra forma de compreender o véu na pintura é a concepção da pintura em si mesma como um véu, comparada a uma janela transparente e aberta, da qual se vê o mundo.

²⁵⁰ CORRAIN, Lucia. Il velo della pittura. Tra opacità e trasparenza, tra presentazione e rappresentazione. In *Il Sistema del Velo/Système du Voile*. Ariccia: Aracne editrice, 2016, pp. 44-45.



Símbolo da transparência, a pintura como janela é uma metáfora do quadro, longa, privilegiada, determinando não só a experiência espacial do observador, mas possibilitando também o realismo da representação. O primeiro a enunciar o princípio da transparência na representação no ocidente foi Léon Battista Alberti, no século XV, em *De pictura*.²⁵¹ A longevidade deste símbolo se confirma quando recordamos que contemporaneamente se chamam ainda janelas, as dos computadores.

As pinturas nos véus:

É essa intrincada relação entre véus e pinturas, em toda a complexidade dos seus significados opostos e complementares, que nos leva à abordagem dos véus quaresmais dentro da liturgia da Igreja Católica, passando então ao esforço de inteligência das pinturas nesses véus. Trata-se de grandes panos usados para cobrir os crucifixos e os altares das igrejas na quaresma, durante as celebrações da paixão de Cristo. Tenta-se compreender aqui a relação entre velar e desvelar, ausência e presença, proibição e provocação de desejos, sacrifício e prazer, jejum e deleite estético, morte e ressurreição, pecado e perdão. Uma relação que conserva em parte aquilo que é negado. Todas essas relações são complexificadas ainda pela dita tradição de pintar as telas da paixão, que mais abaixo será abordada.

Não há consenso entre os liturgistas quanto ao significado do uso dos véus quaresmais – chamados ainda de véus da paixão e panos da fome – na celebração da semana santa. Antes da referência ao uso cristão desses tecidos, remetemo-nos às suas possíveis origens judaica ou veterotestamentária.

Na religião hebraica, a Revelação de Deus não consiste no mostrar-se do divino em pessoa, que nunca acontece. Desta forma, a verdade nua e mística, a visão não velada do verdadeiro, não pode ser afrontada diretamente. É necessária, portanto, uma gradação da visão e uma proteção, um acesso parcial e guiado, isto é, velado, que proteja tanto a sacralidade do que é conhecido, quanto a vida daquele que conhece. Na tradição hebraica, a revelação é a dialética entre velamento e desvelamento. Deus fala sempre através de um

²⁵¹ *De pictura* (ver. lat. 1435; ver. it. 1436). In OKADA, Atsushi. *L'immagine come Diáfano*. In *Il Sistema del Velo/Système du Voile*. Ariccia: Aracne Editrice, p. 265.



véu, de maneira a estar presente, preservando a transcendência. Este véu pode ser entendido como sinais, como uma voz, a presença de um anjo ou ainda de um ser humano que se qualifica como parte ou um participante da divindade. O velamento garante a transcendência.²⁵² Velar é, pois, necessário não só na própria esfera divina, mas em tudo o que a representa. É neste sentido que se pode compreender o véu que existe à entrada do tabernáculo. O véu na tradição judaica não protege um segredo, mas, uma identidade, que resguarda contra o risco de ser possuído e objetivado. Desse modo pede ao homem para desistir do desejo de possuir, seja da forma que consiste em "comer com os olhos", seja da forma de se apropriar da bela aparência.²⁵³ O uso do véu em relação ao sagrado exprime uma ética da separação, uma necessidade de se distinguir acuradamente o profano do sagrado.

Também no Antigo Testamento o véu do tabernáculo, do lugar da Morada de Deus, é aquele que impede a visão do Santo dos Santos, ou seja, o lugar do Santíssimo. Depois que Moisés se encontra com Deus no Monte Sinai, o seu povo vagou pelo deserto por 40 anos. Nesse tempo, eles construíram um templo móvel contendo a arca da aliança, que foi a morada de Deus com o seu povo. O templo, chamado tabernáculo, foi construído de acordo com as diretrizes dadas pelo próprio Deus, incluindo diferentes tipos de véus para proteger o povo da sua presença todo-poderosa. Ele indicara a Moisés como fazê-lo.²⁵⁴ O mais importante era o véu que cobria a arca da aliança no interior do templo. Era uma cortina "de azul, e de púrpura, e carmesim, e linho fino torcido"²⁵⁵ com figuras desenhadas de querubins, que são os guardiões da presença de Deus.²⁵⁶ Nesse templo havia um pátio dentro do qual existia uma área coberta dividida em duas partes. Numa delas estava o que se chama de Santo Lugar. Ali os sacerdotes tinham acesso livre. Outra subdivisão era o Santo dos Santos ou o lugar do Santíssimo. Esse lugar, o mais sagrado do templo, simbolizava a presença do Deus vivo no meio do seu povo. Lá, somente o Sumo Sacerdote poderia entrar

²⁵² VOLLI, Ugo. *Il Velo di Mosè e Altri Filtri ottici nella Bibbia Eebraica*. In *Il Sistema del Velo/Systeme du Voile*. Ariccia: Aracne editriceccia, 2016, p. 238.

²⁵³ VOLLI, Ugo. *Op. Cit.*, p. 258.

²⁵⁴ Hebreus, 8.5.

²⁵⁵ Exodos, 36.37.

²⁵⁶ CAREY, Michael R. *Veiling the Mysteries*. In *Sacred Architecture Journal*. Vol. 3, nº1. Indiana, 2000.p 23-28 disponível em http://www.sacredarchitecture.org/images/uploads/volumesPDFs/Issue_3_2000.pdf acesso em 05/05/2017.



e exclusivamente uma vez por ano para fazer expiação pelos pecados do povo.²⁵⁷ O Santo dos Santos era separado do Santo Lugar por um espesso véu²⁵⁸ e ali estava a arca do testemunho. Mais uma vez o véu resguarda a sacralidade do divino, distinguindo-a do profano. Como se verá a seguir, alguns autores remetem ao Antigo Testamento a legitimação do uso do véu quaresmal e do seu significado litúrgico. A inteligência da especificidade desse véu passa pela celebração da paixão de Cristo, da recordação de suas dores, da sua morte e ressurreição; compreensão essa que nos levará finalmente às pinturas dos véus.

A Igreja Católica, desde os primeiros séculos, debateu o dogma da verdade do corpo físico de Cristo e, portanto, das suas verdadeiras dores: *Verum Corpus... Vere Passum*. Ainda que não tenha sido desde sempre consensual, esta acabou por ser uma verdade de fé estabelecida. Assim, as dores de Cristo foram sempre recordadas, particularmente no tempo da Quaresma em seu último momento: a semana santa.²⁵⁹

Da Idade Média em diante, cresceram as representações dos eventos sacros, não mais só com imagens e ciclos pictóricos na Igreja, mas também com representações sacras das etapas da paixão, com procissões e exercícios públicos de penitência. Não se tratava somente de espetáculo, mas da intenção de atualização do sofrimento de Cristo. É neste contexto que, no interior das igrejas, as capelas eram cobertas com telas de grandes dimensões adornadas com os personagens dos episódios evangélicos da Paixão. É um ritual muito antigo que remonta ao século IX, provavelmente um resquício da separação dos penitentes públicos na igreja (eram os fiéis culpados de pecado grave depois do batismo e por isso deveriam se penitenciar publicamente). O significado litúrgico dessas telas é ainda hoje tema de discussão e não existe consenso com relação à sua completa inteligência. Para falar da antiguidade do uso dos véus, Padre Henri de Villiers, diretor da Schola Sainte Cécile em Paris, nos remete à Antiga Aliança, ao véu que cobria o Santo dos Santos primeiramente no tabernáculo itinerante do deserto, como já abordado e depois dentro do Templo de

²⁵⁷ Levítico, 16.34.

²⁵⁸ Êxodo 26.33.

²⁵⁹ GALLO, Marzia Cataldi. *La Passione in Blu. I Teli con Storie della Passione del XVI Secolo a Genova*. Genova: Scuola Tipografica Sorriso Franceseano, 2012, p 4.



Jerusalém.²⁶⁰ Com o tempo, o povo de Deus renunciou ao seu templo móvel em favor de um templo permanente em Jerusalém. Projetado inicialmente pelo rei David e mais tarde construído por seu filho Salomão, o projeto do templo foi muito semelhante ao tabernáculo. Para isso, esse autor cita o Antigo Testamento, no Livro dos Hebreus, capítulo IX, versículo três: “Mas depois do segundo véu estava o tabernáculo que se chama o Santo dos Santos”. O padre Laércio da Silva Machado, na tentativa de compreender a sua origem, retrocede aos princípios do cristianismo, a partir da prática penitencial antiga.²⁶¹ Pela rigidez dessa disciplina penitencial da Igreja antiga os penitentes públicos deveriam realizar atos ascéticos por meses, anos ou até o fim da vida e eram ainda impedidos de participarem da liturgia completa. A completude da celebração eucarística era também interdita a hereges, catecúmenos e pagãos, além dos penitentes públicos. Inicialmente esses não- fiéis eram convidados a se retirarem após uma oração de bênção, ou seja, não podiam participar da totalidade da celebração. Os penitentes eram então reconciliados na manhã da Quinta- feira Santa, para participarem do Tríduo Pascal. Quando o desuso da penitência pública deu lugar à prática da penitência privada, indicada pelos confessores, o uso litúrgico do velum quadragesimale ou véu quaresmal preservou de forma simbólica o sentido da saída dos penitentes.²⁶² Assim ao longo do tempo, todos os cristãos foram assimilados aos penitentes públicos, conscientes então da necessidade de um tempo de penitência em preparação para a Páscoa do Senhor. Dessa forma, começou a se disseminar o hábito de esconder o altar aos olhos dos fiéis, para ressaltar visualmente os efeitos do pecado, que destrói a comunhão com Deus e obscurece a visão. De tal modo, os véus que cobriam inteiramente os altares, chamavam a atenção para a necessidade de fazer penitência antes de participar dos Sagrados Mistérios. O véu aparece aqui como condição de possibilidade de reconciliação de todos, abolindo a necessidade de retirada dos não fiéis, resguardando, no entanto, a visão da representação do sagrado por eles.

²⁶⁰ VILLIERS, Henri. Le Voile de Carême – Velum Quadragesimale. Liturgie & Musique Sacrée Traditionnelles. Disponível em <http://www.schola-sainte-cecile.com/2015/02/28/le-voile-de-careme-velum-quadragesimale/> acesso em 04/05/2017.

²⁶¹ MACHADO, Laércio. Ars Celebrandi. O Véu Quaresmal das Imagens e Cruzes. Disponível em <http://artedecelebrar.blogspot.com.br/2011/03/o-veu-quaresmal-das-imagens-e-cruzes.html> acesso em 04/05/2017.

²⁶² REUS, João Batista, SJ. Curso de liturgia. 2.ed.rev.aum. Petrópolis: Vozes, 1944.p. 74-75.



O padre Henri de Villiers explica o uso dos véus quaresmais também pela necessidade que têm os cristãos em se prepararem para viver o mistério da morte e da ressurreição de Cristo por meio do jejum.²⁶³ Neste sentido, no entanto, ele afirma que não se trata somente de compreender o jejum como uma privação de alimentos, mas igualmente como privação auditiva e visual. Para tanto, no passado, os órgãos e instrumentos musicais eram retirados das igrejas, e os sinos se calavam. No que concerne ao jejum do deleite estético visual, os véus quaresmais cobriam inteiramente o altar, impedindo a visão das belas imagens. Como exemplo dessa prática do passado, o autor afirma que em Paris, nos anos 1870, grandes véus de cor violeta ou cinza cobriam completamente os altares, desde o primeiro domingo da Quaresma, até a quarta-feira santa, quando eram descerrados enquanto se cantava: “E rasgou-se ao meio o véu do templo. E, clamando Jesus com grande voz, disse: Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito” (Lc: 23,45-46). E, havendo dito isto, expirou. Simbolicamente, o rasgar do véu representa o livre acesso ao Deus Pai facultado por Jesus Cristo. Ele rasga simbolicamente aquilo que separava os homens da presença de Deus, ou seja, o pecado. Seria uma referência ao véu do Santo dos Santos. Velar e consecutivamente desvelar seria então reviver o impedimento seguido da liberação do acesso ao divino, promovida por Cristo. Segundo Henri de Villiers, o uso dos véus quaresmais – que não era exclusividade de Paris ou da França – é bastante antigo, tendo sido atestado por vários concílios e estatutos medievais (a exemplo dos Concílios de Exeter em 1217, de Canterbury em 1220, de Winchester e de Evreux em 1240, e de Oxford em 1287). O mais antigo estatuto de uma abadia medieval que indica o uso de se fechar o santuário com um véu durante a quaresma, são os Consuetudines Farfenses, da abadia de Farfa, vizinha a Roma, que remontam a 1010. Tendo sido muito adornados até o fim da Idade Média, sobretudo na Alemanha, os véus quaresmais sobreviveram à reforma luterana e muitos chegaram até nós. Assim, a dialética do velar e desvelar se faz presente na liturgia, enquanto esconde, provoca e focaliza o desejo e finalmente desvela e mostra, numa reconciliação final entre o profano e o sagrado, o pecado e a redenção, o homem e seu deus. A opacidade física da tela se faz transparência na medida em que, adornada, abre a janela fictícia da pintura para a imaginação aguçada pelo impedimento primeiro da visão.

²⁶³ VILLIERS, Henri. Op. Cit.



Em outra interpretação dessa prática, dom Prosper Guéranger afirma que o austero uso de cobrir a Cruz no período da Paixão, significa para os cristãos a humilhação do Redentor, que foi forçado a esconder-se para não ser apedrejado pelos judeus.²⁶⁴ Mais uma vez o esconder e o mostrar-se, o humano e o divino, o corpóreo e o imortal são evocados e representados.

Adornar um véu que pretende esconder a beleza e interditar o deleite estético parece fazer parte da contradição intrínseca ao véu mesmo na sua concepção essencial. No entanto, nem todos os véus quaresmais eram adornados. Muitos cumpriam sua função de velar com uma estética monocromática, ora negra, ora roxa. O Pe. Edward McNamara, citando o historiador da liturgia Monsenhor Mario Righetti²⁶⁵ também remete à Alemanha do século IX o costume de adornar os véus com os quais se cobriam os altares durante a quaresma.²⁶⁶ Segundo esse autor, o Concílio de Trento, referindo-se em particular à Santa Missa, motiva este costume de velar recordando que a natureza humana é tal que não pode ser facilmente atraída para a meditação das coisas divinas sem ajuda externa: por esse motivo a Igreja oferece alguns ritos para introduzir as pessoas à contemplação e à piedade por meio desses sinais visíveis da religião.²⁶⁷ Tem ainda a intensa capacidade catequética e emotiva. Assim, na liturgia a presença da imagem é tão importante quanto a sua ausência. A ocultação dos santos e do próprio Cristo ajuda a alimentar a expectativa da Páscoa, o dia em que se oferecem novamente as imagens aos olhos de todos.

²⁶⁴ GUÉRANGER, Prosper. *L'annoliturgico. - I. Avvento - Natale - Quaresima - Passione*, trad. it. P. Graziani, Alba, 1959, p. 627-630. Disponível em <http://www.unavoce-ve.it/pg-quaresima-dom4.htm> acesso em 04/05/2017.

²⁶⁵ RIGHETTI, Mario. *Storia della Liturgia*. Milano: Ed. Ancora, 2005.

²⁶⁶ MCNAMARA, Edward. *La velatio della immagini durante il tempo di Quaresima*, 2016. <https://cooperatores-veritatis.org/2016/03/11/la-velatio-della-immagini-durante-il-tempo-di-quaresima/> acesso em 04/05/2017.

²⁶⁷ “E perché la natura umana è tale, che non facilmente viene tratta all' meditazione delle cose divine senza piccolie accorgimenti esteriori, per questa ragione la Chiesa, pia madre, ha stabilito alcuni riti, che cioè, qualche tratto nella messa, sia pronunziato a voce bassa, qualche altro a voce più alta. Ha stabilito, similmente, delle cerimonie, come le benedizioni mistiche; usa i lumi, gli incensi, le vesti e molti altri elementi trasmessi dall' insegnamento e dalla tradizione apostolica, con cui venga messa in evidenza la maestà di un sacrificio così grande, e le menti fedeli siano attratte da questi segni visibili della religione e della pietà, alla contemplazione delle altissime cose, che sono ascoste in questo sacrificio.” In I Decreti del Concilio di Trento, SESSIONE XXII (17 settembre 1562), Dottrina e canoni sul santissimo sacrificio della Messa. Disponível em [http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/1545-1563-_Concilium_Tridinum,_Canones_et_Decreta_\(Testo_divulgativo\),_IT.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/1545-1563-_Concilium_Tridinum,_Canones_et_Decreta_(Testo_divulgativo),_IT.pdf) acesso em 05/05/2017.



O uso dos véus quaresmais se manteve em alguns locais. Ainda hoje, em várias igrejas, as imagens dos altares e os crucifixos são cobertos na última semana da Quaresma por panos roxos.²⁶⁸ Embora a tradição se tenha perdido em algumas regiões, é uma recomendação da Igreja, não sendo nem uma obrigação, nem uma interdição. Antes do Concílio Vaticano Segundo, na agora chamada Forma Extraordinária do Rito Romano, a igreja vestia-se de preto para reviver o luto pela morte de Cristo. Portanto, as imagens e os crucifixos eram cobertos de preto.²⁶⁹

Muitos véus quaresmais adornados sobreviveram na Europa, especialmente na Alemanha, na Áustria e na Suíça Alemã. Nestes países são chamados de Fastentuch ou Hungertuch, isto é, pano da fome, o que remete ao jejum da semana santa. Há ainda véus sobreviventes na Itália (especialmente na Sicília), na Espanha e França. Da Espanha, destaca-se um véu quaresmal existente hoje no Victoria and Albert Museum.

Trata-se de um tecido adornado com o tema da anunciação, datado de cerca de 1500, de pintor anônimo, com uma dimensão de quatro metros por três metros.

²⁶⁸ MCNAMARA, Edward. Il colore per la velatura della croce, 2013. <https://it.zenit.org/articles/il-colore-per-la-velatura-della-croce/> acesso em 04/05/2017.

²⁶⁹ S.J. JUNGSMANN, J.A. *Missarum Sollemnia*. São Paulo: Paulus, 2008. Pp. 174-182.

The Virgin Annunciate ca. 1500. Victoria and Albert Museum. Museum number: P.19-1928. Gallery location: Medieval and Renaissance, room 50c, case WS.



Na França existe uma série de nove panos da paixão no Museu de Belas Artes de Reims, adornados com pinturas de cenas da paixão de Cristo, inclusive a rara cena da comunhão dos apóstolos. O período da sua datação é de entre 1460 e o início do século

XVI. A autora Monique Favre-Communal, em artigo de 1999, faz sobre eles uma interessante abordagem formalística e iconográfica, mas não chega a fazer uma análise iconológica ou a informar com segurança qual era a sua função.²⁷⁰30 As dimensões estão em torno de três metros e meio por três metros e quarenta centímetros. Pela temática das pinturas e tamanho, pode-se supor que esses fossem também véus quaresmais.

Peinture de la Passion du Christ, Reims. 1500 - France. Musée des Beaux Arts de Reims

²⁷⁰ FAVRE-COMMUNAL, Monique. La Passion du musée de Reims. Étude technique et iconographique de toiles peintes du XVe siècle. Mélanges de l'Ecole française de Rome Moyen-Age. Année 1999. Volume 111 Numéro 1 pp. 357-371. Disponível em http://www.persee.fr/doc/mefr_1123-9883_1999_num_111_1_3698 acesso em 04/05/2017.



Na Itália esses véus pintados estão presentes na Sicília e também têm em comum com os de tradição alemã o fato de ainda serem usados na semana santa.

Véu Quaresmal do Convento di San Domenico, Palermo, Sicilia. Imagem disponível em <http://www.domenicani-palermo.it/tila.html>





Os famosos panos blu di Genova não são propriamente véus quaresmais, mas um tipo de cenário para a encenação do Sepulcro.²⁷¹

Teli della Passione – Museo Diocesano di Genova. Imagem disponível em <http://www.museodiocesanogenova.it/visitare-il-museo/blu-di-genova/>



Na Colônia portuguesa da América há registros de véus quaresmais pintados em Minas Gerais, do final do século XVIII e princípio do Século XIX. De acordo com informações obtidas do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra da Cidade de Mariana, registramos a existência de uma tela que servia como "Pano de Boca do Trono" para eventualmente tampar o trono do Altar-Mor, da Matriz de Santo Antônio – Município de Santa Bárbara, em Minas Gerais. Esse pano está adornado com uma pintura da entrega do Menino Jesus a Santo Antônio. As suas medidas são 6,40 metros por 2,75 metros. A autoria é de Manoel da Costa Athayde. Há ainda uma tela do Retábulo Mor da Catedral de Nossa Senhora da Assunção/Sé de Mariana, tendo como adorno uma pintura de Nossa Senhora da Assunção com uma autoria atribuída, segundo a ficha museológica, a Luca Giordano e uma

²⁷¹ GALLO, Marzia Cataldi. *La Passione in Blu. I Teli con Storie della Passione del XVI Secolo a Genova*. Genova: Scuola Tipografica Sorriso Franceseano, 2012.

possível origem italiana. A sua data é de 1690 a 1700 e as medidas são quatro metros por três metros.

Há ainda, e aqui nos interessa especialmente, um ciclo de véus quaresmais pintados em Diamantina, em Minas Gerais, todos adornados com pinturas de sibilas.

Véus quaresmais adornados com Sibilas. Diamantina. Foto: Bernardo Magalhães



Ressalta-se ainda uma pintura hagiográfica em tecido, pertencente ao Museu do Diamante/Ibram com as seguintes especificações: Pintura hagiográfica em tecido pintado, representando Nossa Senhora das Mercês, redentora dos cativos. No 1º plano dois cativos e um fidalgo e no 2º a Virgem de braços abertos, tendo do lado direito São Raimundo Nonato (não nascido) e lado esquerdo São Pedro Nolasco com sua veste branca de ordem. Na parte superior dois anjos com uma cinta parlante com a seguinte inscrição: "BEATÍSSIMA VIRGO MARIA DEP MERCEDE INTERCEDE PRO

NOBIS". Caixilho de madeira retangular. Pelas dimensões de 5,30 altura x 2,57 largura pode-se inferir que tenha sido também um véu quaresmal, cuja procedência é da Igreja de Nossa Senhora das Mercês em Diamantina. A época aparece na especificação como séculos XVIII/XIX. Seria então o único véu quaresmal não adornado com sibilas, de que se têm notícias no Arraial do Tijuco.²⁷²

²⁷² As informações e uso da imagem foram cedidos pelo Museu do Diamante/IBRAM, Diamantina-MG.

Invocação de Nossa Senhora das Mercês – Museu do Diamante/IBRAM. Foto: Bernardo Magalhães.





As Sibilas são figuras proféticas da mitologia antiga incorporadas pelo cristianismo a partir do Concílio de Niceia. Foram representadas na pintura e escultura desde o império romano, tendo no renascimento italiano o momento privilegiado de suas figurações. Poucos mitos tiveram um alcance temporal tão longo e a sobrevivência em tantos e distintos espaços como o mito das sibilas.²⁷³ No antigo Arraial do Tijuco essas profetisas estão também no teto da Capela de Nosso Senhor do Bonfim, em pintura datada do final do século XVIII.²⁷⁴ O tema é ali recorrente e restaram seis véus quaresmais dos sete que estão inventariados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Há ainda dois panos sibilísticos, como são ali chamados, no distrito do Serro São Gonçalo do Rio das Pedras, que pertencera a Diamantina no passado. Esses véus não estão inventariados, são já dos finais do século XIX e ainda se encontram em uso na semana santa.

Véus quaresmais com sibilas na Igreja do Rosário em São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro. Foto: Bernardo Magalhães



Não foram encontrados registros de outros véus quaresmais adornados com sibilas. A não ser um dos 99 quadros do Fastentuch da cidade de Gurk na Áustria que está adornado

²⁷³ MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. Sibilas: da Babilônia ao Brasil. Revista Portuguesa de Humanidades. Vol. 20, 2. Mulheres Proféticas na Literatura, História e Cultura. Braga: Axioma Publicações da Faculdade de Filosofia, 2016, p. 115-138.

²⁷⁴ MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. Pinturas Setecentistas das Sibilas no Arraial do Tijuco, Brasil: Reinterpretação Artística e Invocação da Morte de Cristo in Do Reino das Sombras Figurações da Morte. Braga: Aletheia, 2014, pp. 275-282.



com a lenda da sibila Tiburtina e do Imperador Augusto. Todos os outros 98 quadros trazem uma representação da história sagrada.

Fastentuch da Catedral de Gurk. Detalhe da sibila Tiburtina e o Imperador Augusto. Foto: M.C.A.O. Magnani



E não há também conhecimento de outras representações das sibilas na Colônia portuguesa da América. Mesmo em Portugal, as representações plásticas das sibilas são escassas se compararmos com outros países europeus. Na porta Sul do mosteiro dos Jerónimos e também na porta norte do Convento de Cristo em Tomar há sibilas esculpidas por João de Castilho no início do século XVI, referidas dentre outro autores, por Pedro Dias²⁷⁵ e por Paulo Pereira.²⁷⁶ Registra-se apenas um ciclo de pinturas em Nossa Senhora de Machede, do século XVIII, seguindo um programa elaborado um século antes (entre 1604 e 1625), estudadas por Vítor Serrão e Artur Goulart.²⁷⁷ Na biblioteca Nacional há um manuscrito de Braga de JBVG (João Batista Vieira Gomes) com as doze sibilas e suas

²⁷⁵ DIAS, Pedro. Os Portais Manuelinos do Mosteiro dos Jerónimos. Subsídios para a História da Arte Portuguesa XXXVI. Instituto de História da Arte, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1993.

²⁷⁶ PEREIRA, Paulo – A Obra Silvestre e a Esfera do Rei. Iconologia da arquitectura manuelina na grande Estremadura. Coimbra: Instituto da Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, 1990.

²⁷⁷ SERRÃO, Vítor & GOULART, Artur .O ciclo de frescos com sibilas e profetas da igreja de Nossa Senhora de Machede (c. 1604-1625) e o seu programa iconológico. In *Artis Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 3: p. 211-238, 2004.



profecias, intitulado História Resumida das Sibilas.²⁷⁸ Há ainda quatro sibilas em um baixo relevo adornando um portal de propriedade particular em Azeitão, Setúbal.²⁷⁹

Pintura de Sibila em Nossa Senhora de Machede, Portugal. Foto: Jerónimo Coelho.



Em Diamantina viveu um pintor bracarense, que no século XVIII foi o mais destacado da região. Para aquela cidade, então um arraial, ele levou uma refinada pintura de falsa arquitetura e se supõe que tenha sido também ele a levar o sofisticado tema das sibilas para a colônia. Segundo Manuela Pinto da Costa (responsável pelos estudos sobre tecidos e têxteis portugueses dos séculos XVII e XVIII e ainda pelos inventários dos bens culturais da Igreja no que se refere a têxteis e paramentarias) não há registros de véus quaresmais adornados em Portugal.²⁸⁰ Apesar da pouca ocorrência do tema das sibilas em Braga, além

²⁷⁸ Biblioteca Nacional de Portugal, cota 11146. GOMES, João Batista Vieira. História resumida das sibilas. Manuscrito, 1808. A transcrição do Manuscrito foi publicada in MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando; GOMES, João Baptista Vieira e OLIVEIRA, Eduardo Pires de. Histórias de Sibilas Entre Braga e Diamantina. Braga: Vilaverdense, 2017.

²⁷⁹ MOREIRA, Rafael de Faria. Três Baixos-relevos Maneiristas de Azeitão, in Belas-Artes, 2.ª série, n.º 31, 1979, p. 83-100.

²⁸⁰ Ver: COSTA, Manuela Pinto da. (2004). Glossário de termos têxteis e afins. Revista da faculdade de Letras: ciências e técnicas do património, Porto, v.3, pp.137-161. Disponível



do manuscrito de João Batista Vieira Gomes que data do início do século XIX (portanto, posterior à execução das pinturas do pano em Diamantina), identificamos a existência única naquele país, do Cântico da Sibila. Na Idade Média, o Cântico da Sibila, que teve sua forma original entre os séculos VIII e IX, fazia uma interação entre o sagrado e o profano. A produção dos cânticos sibilinos coincide, no medievo, com a ascensão do culto mariano. O Cântico da Sibila é anônimo e seu texto trata dos vaticínios das profetisas acerca da vida de Cristo. Ao mesmo tempo em que dá voz às figuras pagãs, está intimamente ligado ao culto à Virgem Maria. O Cântico da Sibila era executado nas Missas de Natal até o século XVI quando foi banido do culto pelo Concílio de Trento por ser considerado profano e ofensivo a Deus. Apesar do banimento e da interdição, continuou sendo executado pontualmente em alguns locais da Espanha e em Braga, na região do Minho, no norte de Portugal. Este canto foi estudado por Pedro Manuel Ferreira.²⁸¹ (No caso da presença do Cântico da Sibila no rito natalício bracarense, trata-se da cantiga de Santa Maria n.º 422 de Afonso X). Por meio dessas informações, pode-se supor que existisse em Braga uma cultura sibilina que atravessou o oceano com o pintor José Soares de Araújo. As sibilas em Diamantina eram tão presentes que qualquer pano de boca, ainda que não adornado com as profetisas era chamado de sibila. Há no escritório do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – em Diamantina, sete inventários de véus quaresmais especificados como pinturas de painéis, todos tendo como proprietária a Mitra Arquidiocesana daquela cidade, de autoria ou anônima, ou atribuída a um discípulo de José Soares de Araújo, conforme descrito a seguir: uma Sibila Tiburtina do acervo da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, datada de 1799/1800(?), autoria de Caetano Luiz de Miranda (?), dimensões 495 cm por 344 cm, inventário número MG-95.122.098; uma Sibila Líbica do acervo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, datada do final do século XVIII, autoria atribuída a Caetano Luiz de Miranda, dimensões 490 cm por 390 cm, inventário número MG-95.121.074; uma Sibila Eritreia do acervo da Sé Catedral de Santo Antônio, datada da segunda metade do século XVIII, autoria

em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>>. Acesso em 28 de abril de 2017. Também: COSTA, Manuela Pinto da. (2009). Tecidos e Têxteis Portugueses do Século XVII ao Século XVIII, in *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, 2009 e COSTA, Manuela Pinto da. (2010) *Paramentos da Irmandade dos Passos de Ovar*, in *Revista Dunas*, n.º 10, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2010.

²⁸¹ FERREIRA, Pedro Manuel. *Notas Sibilinas, Afonso X, Braga y María*. In Muntané, Maricarmen Gómez & Santamaría Eduardo Carrero (eds.), *La Sibila: Sonido. Imagen. Liturgia. Escena*, Madrid: Editorial Alpuerto, 2015 p. 87-104.



Caetano Luiz de Miranda (?), dimensões 460 cm por 351 cm, inventário número MG-95.127.056 (esta peça está desaparecida); uma Sibila Cimeria do acervo da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, datada de 1799/1800 (?), autoria atribuída a Caetano Luiz de Miranda, dimensões 455 cm por 258 cm, inventário número MG-95.126.080; uma sibila Europeia do acervo da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, datada de 1799/1800 (?), autoria atribuída a Caetano Luiz de Miranda, dimensões 454 cm por 257 cm, inventário número MG-95.126.079; uma sibila Cassandra do acervo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, datada do século XIX, de autoria não identificada, dimensões de 423 cm por 254 cm, inventário número MG-95. 125.043; uma sibila Helespôntica do acervo da Igreja de São Francisco de Assis, datada do século XVIII/XIX, de autoria não identificada, dimensões de 577 cm por 382 cm, inventário número MG-95.124.044. Há ainda um pano menor pertencente ao acervo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, identificada como pintura de cavalete, tendo como designação Mulher com Cana Verde. Nada indica que essa mulher seja uma sibila. Em artigo de 2006, Célio Macedo Alves apresenta um quadro das sibilas de Diamantina em seu texto *O Ciclo Pictural das Sibilas de Diamantina*.²⁸² Neste quadro aparecem ainda dois véus que não estão inventariados: uma Sibila Themis do acervo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, datada do século XIX e uma Sibila Eritreia do acervo da Igreja de São Francisco de Assis, também datada do século XIX. Estes panos não foram localizados. As gravuras que fundamentaram as pinturas das sibilas no teto da capela de Nosso Senhor do Bonfim foram identificadas e seus elementos reverberam em certa medida também nos panos, ainda que estes apresentem as sibilas de corpo inteiro, mais próprias dos gravados dos séculos XV e XVI.²⁸³ As pinturas daquele teto foram indubitavelmente inspiradas nas gravuras holandesas seiscentistas da família Van der Passe:

²⁸² ALVES, Célio Macedo. *O Ciclo Pictural das Sibilas de Diamantina*, in *Revista Imagem Brasileira* nº6. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira da UFMG, 2006, p.160.

²⁸³ Sobre as séries das sibilas do século XV recomendo a leitura de RAYBOULD, Robin. *The Sibyl Series of the Fifteenth Century*. Boston: Brill Editors, 2016.



Sibila líbica: Crispijn van der Passe, o velho (del.) & Magdalena van de Passe (sculp.), 1615. Rijksmuseum, Amsterdã. Afresco da Capela do Bonfim em Diamantina, atribuído a Silvestre de Almeida Lopes e véu quaresmal da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Diamantina (fotos de Bernardo Magalhães).



Considerações Finais:

No século XX e no atual, as sibilas aparentemente desapareceram da cultura e do imaginário diamantinense. Antes do esforço árduo que fazemos para divulgar esse patrimônio em Diamantina, até a palavra era desconhecida da população.

As sibilas permanecem em diferentes momentos históricos e distintos locais. O primeiro registro desse mito se deu na Babilônia, antes mesmo de ter chegado à cultura greco-romana. Foi adaptada ainda pelos judeus e pelos cristãos. Chegou até a América espanhola e a América portuguesa. Essa figura mitológica permanece porque tem em si algo de universal. Assim como os aedos gregos, elas tinham um lugar social na cidade antiga e por meio da linguagem delirante e misteriosa dos seus oráculos, faziam a ligação entre o transcendente e o humano. São, portanto, uma expressão do desejo humano de transcender e de saber o futuro. Segundo Joyce Lussu em sua obra *IL Libro Perogno su Donne, Streghe e Sibille* a imagem das sibilas representa e antecede a contraposição aos poderes constituídos, como a vivência do diverso.²⁸⁴ Segundo essa autora toda a cultura hegemônica teve que prestar contas a ela, manipulá-la e deformá-la e ainda assim não a

²⁸⁴ LUSSU, Joyce. *IL Libro Perogno Su Donne, Streghe e Sibille*. Ancona: Società editricie Il Lavoro Editoriale, 1982, p 13-18.



conseguiu suprimir. Nem mesmo a longa e sistemática perseguição impetrada no século XIV sob o papa João XXII em Avignon, conseguiu destruir a tradição sibilina. Ela, de fato, não teria desaparecido, mas se transformado sempre ao longo do tempo, mantendo o contraponto aos poderes estabelecidos, amparado na dimensão mítica da sua vivência. Como exemplo dessa sobrevivência vale recordar a existência da Sibilla Barbaricina na Sardenha – mulher vivente no século XX – e suas práticas mágico-religiosas, cujas notas etnográficas com autoria de Raffaello Marchi foram publicadas pelo Istituto Superiore Regionale Etnografico della Sardegna (ISRE) em 2006.²⁸⁵ Fazendo eco à hipótese de Joyce Lussu, sugerimos que também em Diamantina as sibilas não tenham desaparecido, mas que se transformaram ao longo dos anos, nas mulheres raizeiras, conhecedoras dos poderes naturais e sobrenaturais das plantas, benzedeiras, cartomantes, adivinhas, reafirmando-se sempre na dimensão multicultural do mito feminino que faz o elo entre o divino e o humano.

Não foi possível ainda identificar a origem da tradição de adornar os véus quaresmais nas Minas Gerais, nem tampouco compreender o significado da especificidade da escolha do tema das sibilas para esses objetos em Diamantina. Entretanto, véus e sibilas comportam a dialética tantas vezes evocada aqui entre velar e desvelar. As sibilas, figuras que fazem o elo entre o profano e o sagrado, o humano e o transcendente, desvelam o futuro de forma velada pela linguagem misteriosa. Um futuro terrível que se quer saber e não se quer ver ao mesmo tempo. Abrem uma janela pictural na transparência fingida das telas opacas. Escondem a beleza provocando a curiosidade e o desejo do olhar, enquanto oferecem a posse deleitosa de outra beleza a ela sobreposta.

A dialética entre real e virtual, revelação e ocultação, fascínio e horror, desejo e proibição, transparência e opacidade, ignorância e conhecimento, conservam-se nestes dois elementos da cultura, imanentes ao ser humano, confinantes e imediatos, somente em Diamantina. Paradoxo e ambiguidade permanecem como traços ontológicos tanto dos véus como objetos de significado e dimensão humana, quanto nas sibilas, um mito universal.

Referências Bibliográficas:

²⁸⁵ MARCHI Raffaello. La Sibilla Barbaricina. Note etnografiche. Istituto Superiore Regionale Etnografico Della Sardegna (ISRE), Sardegna: Nuoro Edizione, 2006.



ALVES, Célio Macedo. O Ciclo Pictural das Sibilas de Diamantina. Revista Imagem Brasileira nº6. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira da UFMG, 2006.

CAREY, Michael R. Veiling the Mysteries. In Sacred Architecture Journal. Vol. 3, nº1. Indiana, 2000.p 23-28 disponível em http://www.sacredarchitecture.org/images/uploads/volumesPDFs/Issue_3_2000.pdf acesso em 05/05/2017.

CORRAIN, Lucia. Il velo della pittura. Tra opacità e trasparenza, tra presentazione e rappresentazione. In Il Sistema del Velo/Système du Voile. Ariccia: Aracne editrice, 2016, pp44-45.

CUOZZO, Gianluca. Il Velo: una Metafora dell'Apparire. In Il Sistema del Velo/Système du Voile. Ariccia: Aracne editrice, 2016..

DIAS, Pedro. Os Portais Manuelinos do Mosteiro dos Jerônimos. Subsídios para a História da Arte Portuguesa XXXVI. Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1993, Coimbra.

FAVRE-COMMUNAL, Monique. La Passion du musée de Reims. Étude technique et iconographique de toiles peintes du XVe siècle. Mélanges de l'Ecole française de Rome Moyen-Age. Année 1999. Volume 111 Numéro 1 pp. 357-371. Disponível em http://www.persee.fr/doc/mefr_1123-9883_1999_num_111_1_3698

FERREIRA, Pedro Manuel. Notas Sibilinas, Afonso X, Braga y María. In Muntané, Maricarmen Gómez & Santamaría Eduardo Carrero (eds.), La Sibila: Sonido. Imagen. Liturgia. Escena, Madrid: Editorial Alpuerto, 2015.

GALLEY, Nicolas. Voile de Mort un Spectre Médialchez Claude Monet. In Il Sistema del Velo/Système du Voile. Ariccia: Aracne editrice, 2016.

GALLO, Marzia Cataldi. La Passione in Blu. I Teli con Storie della Passione del XVI Secolo a Genova. Genova: Scuola Tipografica Sorriso Francescano, 2012.

GUÉRANGER, Prosper. L'annoliturgico. - I. Avvento - Natale - Quaresima - Passione, trad. it. P. Graziani, Alba, 1959, p. 627-630. Disponível em <http://www.unavoce-ve.it/pg-quaresima-dom4.htm>

LEONE, RIEDMATTEN & STOICHITA. Il Sistema del Velo/Système du Voile. Ariccia: Aracne editrice, 2016.



LUSSU, Joyce. *IL Libro Perogno Su Donne, Streghe e Sibille*. Ancona: Società editricie Il Lavoro Editoriale, 1982.

MACHADO, Laércio. *ArsCelebrandi. O Véu Quaresmal das Imagens e Cruzes*. Disponível em <http://artedecelebrar.blogspot.com.br/2011/03/o-veu-quaresmal-das-imagens-e-cruzes.html>

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. *Pinturas Setecentistas das Sibilas no Arraial do Tijuco, Brasil: Reinterpretação Artística e Invocação da Morte de Cristo in Do Reino das Sobras Figurações da Morte*. Braga: Aletheia, 2014.

. *Sibilas: da Babilônia ao Brasil*. Revista Portuguesa de Humanidades. Vol. 20,2. *Mulheres Proféticas na Literatura, História e Cultura*. Braga: Axioma Publicações da Faculdade de Filosofia, 2016.

, GOMES, João Baptista Vieira e OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Histórias de Sibilas Entre Braga e Diamantina*. Braga: Vilaverdense, 2017.

MARCHI Raffaello. *La Sibilla Barbaricina. Note etnografiche*. Istituto Superiore Regionale Etnografico della Sardegna (ISRE), Sardegna: Nuoro Edizione, 2006.

MOREIRA, Rafael de Faria. *Três Baixos-relevos Maneiristas de Azeitão*, in *Belas-Artes*, 2.^a série, n.º 31, 1979.

OKADA, Atsushi. *L'immagine come Diáfano*. In *Il Sistema del Velo/Systeme du Voile*. Ariccia: Aracne editrice, 2016.

PEREIRA, Paulo – *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei*. *Iconologia da arquitectura manuelina na grande Estremadura*. Coimbra, Instituto da Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, 1990.

REUS, João Batista, SJ. *Curso de liturgia*. 2.ed.rev.aum. Petrópolis: Vozes, 1944.

RAYBOULD, Robin. *The Sibyl Series of the Fifteenth Century*. Boston: Brill Editors, 2016.

RIGHETTI, Mario. *Storia della Liturgia*. Milano: Ed. Ancora, 2005. RIPA, Cesare. 19.1. *Iconologia*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2012.

SERRÃO, Vítor & GOULART, Artur .*O ciclo de frescos com sibilas e profetas da igreja de Nossa Senhora de Machede (c. 1604-1625) e o seu programa iconológico*. In *Artis Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* nº3, 2004.

S.J. JUNGSMANN, J.A. *Missarum Sollemnia*. São Paulo: Paulus, 2008.



VILLIERS, Henri. Le Voile de Carême – Velum Quadragesimale. Liturgie & Musique Sacrée Traditionnelles. Disponível em <http://www.schola-sainte-cecile.com/2015/02/28/le-voile-de-careme-velum-quadragesimale/>

VOLLI, Ugo. Il Velo di Mosè e Altri Filtri ottici nella Bibbia Eebraica. In Il Sistema del Velo/Systeme du Voile. Ariccia: Aracne editrice, 2016.

Fonte Manuscrita:

Biblioteca Nacional de Portugal, cota 11146. GOMES, João Batista Vieira. História Rezumida das Sibilas. Manuscrito, 1808.

Sessão de comunicação V – 24/11 (sexta-feira)

Patrimônios em Cartas

Abner Miguel Rodrigues Pereira

Discente do curso Bacharelado em Humanidades
UFVJM
Abner_embu@hotmail.com

Joslane Kevelly Teles da Silva

Discente do curso Bacharelado em Humanidades

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o material paradidático “*Patrimônios em Cartas*”, a ideia surgiu da necessidade de um suporte auxiliar no ensino da Educação Patrimonial de Diamantina. No material serão abordados os seguintes temas: Igrejas e Capelas; Casas; Ecologia; Festas religiosas e populares; Culinária; Artesanatos; Arqueologia; Músicas; Literaturas; Personalidades históricas; objetos do Museu diamante; objetos da Casa da Glória; Coringas. Cujo intuito é que os alunos obtenham acesso e conhecimento a respeito da cultura da cidade. Pretende-se nesse projeto informar a importância da educação patrimonial para formação e perpetuação da identidade do diamantinense, sabendo que compreender a cultura local, é uma das formas de preservação da memória coletiva. É importante salientar, que o jogo, não é restrito ao ensino de história,



pelo contrário, pode ser trabalhado de modo interdisciplinar ou ser utilizado especificamente de acordo com a necessidade de cada disciplina.

O artigo é dividido em 7 (sete) seções, sendo: (a) Introdução; (b) Criação do Jogo; (c) Educação Patrimonial; (d) Patrimônios; (e) Jogo como Prática pedagógica :Ensino de História e Interdisciplinaridade; (f) Conclusão.

Na primeira seção, abordaremos como foi pensado e criado o jogo, explicando de forma sucinta os objetivos do material paradidático, assim como do jogo propriamente dito, nesta etapa é possível notar a importância de um suporte para o ensino da história local e educação patrimonial, sabendo que abordar este tema em sala de aula, requer que o professor tenha um conhecimento prévio dos patrimônios e da história da cidade.

Visando uma forma de ajudar os docentes no planejamento das aulas, o Patrimônio em cartas, traz em seu Kit, um guia em que estão as informações adquiridas pela Secretária de Cultura de Diamantina, dos órgãos responsáveis pelos tombamentos da cidade, para que assim, o docente que utilizar o material tenha um suporte para a introdução e desenvolvimento de suas aulas, o guia contará com um manual de instruções, que mostrará ao docente a forma de manuseá-lo e aplica-lo.

Assim como afirma Zalla e Antoni (2013,p.150b) [...]“*Antes de corresponder a uma simples e desprezível atividade, o jogo traz em si, uma gama bastante de significados e representações*”, o jogo *Patrimônios em Cartas* pretende levar a interatividade juntamente com conhecimento para a sala de aula, permitindo que o professor possa ter um meio de “chamar atenção” da turma para o assunto que será debatido.

Na seção 1 utilizamos referências da coletânea “Jogos e Ensino de História”, que tem como organizadores: Marcelo Paniz Giacomini e Nilton Mullet Pereira. Desta coletânea foram retiradas informações que contribuíram para a criação do jogo e de seus objetivos. É citado nesta etapa autores como: Fernando Sefner, Tânia Ramos Fortuna e Marcelo Paniz Giacomini.



A seção 2, fala sobre o conceito de educação patrimonial; como abordar este tema em sala de aula; e quais meios podem contribuir para uma aula mais dinâmica e que traga a realidade da comunidade para sala.

Ressaltando que “*Patrimônios em cartas*”, pretende romper com a monotonia das aulas, que fazem com que os alunos muitas vezes percam o interesse pela história de sua cidade, podendo ser aplicado em ambientes distintos que não se resumem numa classe. Tomando por base os recentes estudos sobre Educação Patrimonial feito por pesquisadores como: Maria Cecília Londres Fonseca e Maria Lurdes Pereira Horta.

A seção 3 contém o nome dos patrimônios escolhidos para fazer parte do material paradidático, para que o leitor se situe a respeito do projeto do jogo, estas categorias foram selecionadas com o intuito de abranger ao máximo os bens tombados da cidade, e que estes possam ser usados de forma interdisciplinar. Explicitando que nem todos os patrimônios de Diamantina estarão presentes no material, visto que a cidade tem uma riqueza patrimonial muito grande e que não caberia cataloga-las num só jogo.

A seção 4 foi pensada para discutir o estudo mais aprofundado sobre as práticas pedagógicas em sala de aula, visto que é um tema que esta no auge, e em que diversos pesquisadores tentam encontrar um meio para uma melhor formação do ensino-aprendizagem. Aqui citaremos alguns estudos feitos por pesquisadores como: Leonor Santos e Juarez da Silva Thiessen, que contribuíram para fomentar a discussão sobre práticas pedagógicas e interdisciplinaridade respectivamente.

1. Criação do jogo

A ideia do Patrimônio em cartas surgiu a partir da participação do projeto Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-HISTÓRIA), que atua na Escola Estadual Gabriel Mandacaru, localizada na cidade de Diamantina, em um momento de observação, os alunos do projeto estavam no intervalo da aula jogando cartas, notamos que poderíamos utilizar um jogo, para atrair a atenção dos alunos. Visto que no ano de 2016 também pelo mesmo projeto foi criado um jogo virtual sobre a Segunda Guerra Mundial, na Escola Municipal Maria Antônia, também situada na cidade de Diamantina, no qual



depois de concluído o jogo, vimos uma melhora na aprendizagem e interatividade dos alunos com o tema. Salientando que em 2016, o tema proposto ao PIBID-HISTÓRIA, foi o de Tecnologias no Ensino de História. E no ano atual, o tema é História local.

A partir das experiências adquiridas, iniciou-se a pesquisa sobre a possibilidade de se realizar um jogo de cartas no Ensino de história, para isso foi preciso buscar textos teóricos que auxiliassem na construção de um jogo como material pedagógico, para que o projeto tivesse um embasamento em estudos de casos como este apresentado anteriormente. Assim que o material paradidático estiver concluído, será aplicado na Escola Estadual Gabriel Mandacaru, como instrumento de apoio pedagógico.

Doravante, Marcello Paniz Giacomoni no artigo “*Construindo jogos para o Ensino de História*” afirma que é fundamental definir: “Temática, os objetivos, a superfície, a dinâmica, as regras e o layout”. No processo de construção do jogo “*Patrimônios em cartas*” a temática escolhida foi a de Patrimônio Cultural (material e imaterial), da cidade de Diamantina.

Logo após a escolha do tema, foi pensado o objetivo pedagógico do “*Patrimônios em Cartas*”, que é permitir que os alunos trocassem experiências sobre os diversos patrimônios, partindo da premissa que eles conhecem e já tiveram contato com alguns; servir de introdução/fixação a determinado assunto que esteja presente nas cartas; usar como base para reflexão dos processos históricos da cidade, e dialogar a educação patrimonial com a interdisciplinaridade. Enquanto que o objetivo do jogo propriamente dito, é formar trincas com as cartas do mesmo tema, exemplo: se o jogador conseguiu reunir três trincas diferentes, sendo: “três literaturas, três músicas e três festas”, ele ganha a partida. O jogador poderá utilizar as cartas coringas para completar sua trinca, exemplo: o jogador tem duas cartas de músicas, ele pode utilizar uma carta coringa para formar a trinca.

A superfície utilizada é a de “cartas” com as seguintes características: Carta com imagem, nome, número, naipe, cor, e uma breve descrição do patrimônio (Ver Figura 1)²⁸⁶. As regras

²⁸⁶ o design da carta ainda está em andamento, este é apenas um esboço foi utilizado para apresentá-los como as cartas estarão representadas e organizadas no manual de instrução.

e a dinâmica do jogo são: Ser jogado com quatro a oito jogadores; Cada jogador recebe 9 cartas no começo do jogo, as cartas que sobraem ficarão no maço no centro da roda, ganha quem fizer três trincas primeiro, podendo uma trinca ser formada por 3 cartas de uma mesma categoria e/ou por três cartas de um mesmo naipe, que conseqüentemente serão de categorias diferentes. O jogador deverá comprar uma carta do maço, e verificar se ela o ajuda a fazer as combinações desejadas, caso sim, ele fica com a carta e descarta outra que esteja em sua mão ao lado do maço, o próximo pode pegar a carta que o último dispensou ou comprar uma do maço e assim sucessivamente. Caso o jogador não queira a carta que ele comprou, poderá descartá-la do lado do maço, e esperar o final da rodada para pegar a carta que o outro jogador dispensou ou pegar uma do maço.

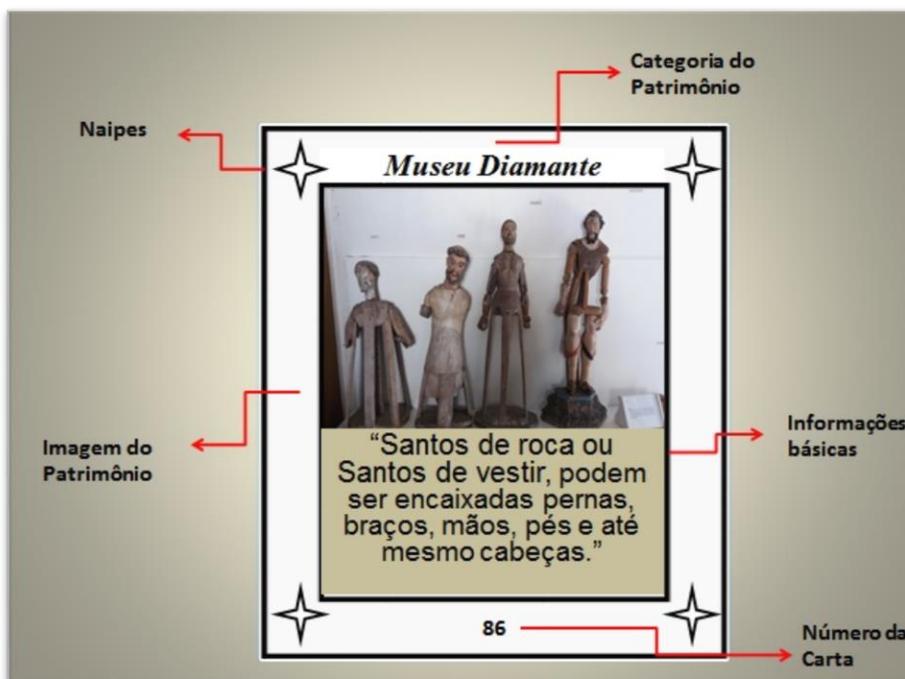


Figura1

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial tem como objetivo o contato direto do aluno com as manifestações culturais, esse contato é denominado pela autora Maria de Lourdes Horta em seu artigo



“*Guia básico da Educação Patrimonial*” como fonte primária, ou seja, o acesso direto aos lugares tombados, sendo esses, as festas culturais, os patrimônios materiais, etc. O jogo não tem a pretensão de substituir esse contato direto com o Patrimônio, mas sim apresentar um leque de possibilidades de patrimônios existentes na sociedade diamantinense, com a localização e com apresentação da história de cada um desses que aparecem nas cartas, procurando assim fomentar o interesse nos patrimônios culturais de Diamantina.

Fonseca faz uma crítica às políticas de patrimônio, que são voltadas para monumentos visando à conservação de sua integridade física, devido a sua perda ser irreparável. A ideia da autora é pensar Patrimônio cultural para além da “pedra e cal” (daí o título do artigo), mas as narrativas que podem identificar e conter simbologias que permitam a formação da identidade cultural brasileira.

“Reduzir o patrimônio cultural de” uma sociedade às expressões de apenas alguns matizes culturais é tão problemática quanto reduzir à função do patrimônio a proteção física do bem [...] Visto que a ‘representatividade’ dos bens, em termos de diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se no sentido de que diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório.

O material paradidático *Patrimônios em Cartas* tem um caráter generalista, pois “simula largos processos genéricos de uma determinada época, sem se ater a sua dinâmica a fatos pontuais”,(Giacomini,2013), além disso, o jogo permite que os alunos tenham conhecimento de alguns patrimônios que não são “tombados”, mas que tem registros internos na cidade, feita pela Secretária de Cultura de Diamantina, ou que não tem tanta visibilidade por se tratar de sinônimos peculiares da cultura diamantinense, (como é o caso das personalidades históricas desconhecidas, modo de fazer bolo de arroz, modo de fazer frango ao molho pardo).

A preservação dos bens considerados importantes para a história da sociedade brasileira em geral, ou específica de algum lugar, (neste caso, trata-se de Diamantina), é protegida por lei, assim como explica Horta em seu texto.



“Constituição Federal e o decreto-lei n.º 25, de novembro de 1937, a chamada Lei do Tombamento. Os monumentos assim identificados são chamados monumentos ou edifícios tombados, quando inscritos nos Livros de Tombo do Patrimônio nacional, estadual ou municipal”.(HORTA, 1999,p.14).

De acordo com Horta (1999), o objeto tombado deve ser importante para a história da sociedade, representando o aspecto cultural e a memória coletiva.

Os órgãos responsáveis por fazer estes tombamentos são o Instituto Patrimonial Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Estadual Patrimonial Histórico e Artístico (IEPHA) e “**Instituto Municipal de registro Patrimonial Histórico e Artístico (IMPHA)**”

3. Patrimônios

3.1. Patrimônio Vivo

Horta (1999) apresenta o conceito de Patrimônio Vivo, que são as manifestações culturais que contribuem para a construção da identidade individual e coletiva. O Brasil é um país pluricultural, existindo diversas manifestações culturais pelo território nacional, de acordo com a autora essas manifestações podem ser representadas como:

“[...] Sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade. (Horta,2013,p.5)

O jogo proporciona o conhecimento sobre alguns Patrimônios vivos de Diamantina, que estão presentes no dia a dia da população, sendo festas Religiosas e Populares, como: Festa do Divino do Espírito Santo, Guarda Romana, Vesperata, Festa de São Vicente, Festa do Rosário, Festa de Santo Antônio, Corpus Christi . Culinária: Modo de fazer Bolo de Arroz, Frango ao molho pardo, Feijoada, Queijo, Frango com quiabo e angu, Pé-de-Moleque, Feijão Tropeiro, Pão de queijo. Modos de fazer Artesanatos: Tapetes Arraiolos, Bordados, Palha de Milho, Taquara e Bambu, cordoaria e cestaria; As culturas musicais da cidade: Conservatório “Lobo de Mesquita”; Banda de Música do 3º Batalhão Polícia



Militar de Minas Gerais, Seresteiros, Coral Regis Pacis, Peixe Vivo (Seresta), Seresteiros JK, Banda Sinfônica Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz, Banda Euterpe Diamantinense, Madrigal Seresteiro Lícia Pádua, dentre outros; Autores literários que fizeram parte da sociedade diamantinense entre eles estão: Joaquim Felício dos Santos, Aristides Rabelo, Antônio Torres, Aires da Mata Machado Filho, Cícero Caldeira Brant, Soter Couto, Alice Dayrel Caldeira Brant; e as personalidades históricas.

Entende-se por personalidades históricas aqueles indivíduos que alteraram o meio social que viviam e foram importantes para as suas respectivas épocas e para outras gerações, ressaltando que Personalidade Histórica não se resume exclusivamente para indivíduos que tiveram ou têm repercussão nacional, mas abrange também aqueles que estão presentes no cotidiano do diamantinense, contribuindo de forma direta para a formação e perpetuação do patrimônio histórico da cidade. Na categoria de personalidades históricas, as cartas serão mescladas com informações sobre indivíduos conhecidos e “desconhecidos²⁸⁷”, visto que todos foram importantes no processo de formação cultural. Os sujeitos históricos que irão representar os milhares de diamantinenses são, entre eles: Chica da Silva, Negro Isidoro, Juscelino Kubitschek.

3.2. Meio Ambiente Histórico

O meio ambiente histórico de acordo com a autora Horta:

“É o espaço criado e transformado pela atividade humana, ao longo do tempo e da história. Pode ser um pequeno núcleo habitacional, uma cidade, uma área rural. Até mesmo uma paisagem natural, rios e florestas, zonas de alagados ou desertos já sofreram, na maioria dos casos, o impacto da ação humana. Algumas áreas foram ocupadas no passado, em tempos pré-históricos, ou há séculos atrás, e hoje não apresentam sinais de ocupação visíveis, o que abre o campo para o trabalho dos arqueólogos(Horta,2013. p 15).”

²⁸⁷ A divulgação dos nomes está em andamento, visto que precisam ser analisadas e aprovadas no conselho de ética da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Diamantina



No jogo há representações do Meio Ambiente Histórico, esta categoria é denominada como Ecologia e contém diversos patrimônios, dentre eles: Vila do Biribiri; Parque das Serras dos Cristais; Cachoeira Santa Apolônia; Sempre-vivas, Caminho dos Escravos, Cachoeira das Fadas, Cachoeira do Telésforo, Gruta do Salitre.

3.3. Arqueologia

Os achados arqueológicos também fazem parte do meio ambiente histórico de Diamantina, grupos de pesquisadores/arqueólogos realizam escavações, mapeiam locais com resquícios de manifestação humana, nos auxiliando a compreender o passado, pela sua importância e contribuição com a cultura, representações arqueológicas aparecem no jogo na categoria de Arqueologia com as seguintes cartas: Cachimbos, Pinturas rupestres, Pontas de Flechas, Porcelanatos, Cerâmica, dentre outros.

3.4. Arquitetura

Sobre a arquitetura de Diamantina, o portal do IPHAN apresenta:

“Sua arquitetura civil tem referência especial pela extrema homogeneidade do seu casario. Possui uma estética sóbria, simples, porém refinada se comparada com outras cidades de sua época. Suas fachadas são bem geometrizadas e seu padrão foi sistematicamente reproduzido pela cidade, não havendo rupturas estilísticas importantes. Essas edificações apresentam evidentes testemunhos da reprodução do modelo cultural de origem portuguesa”

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/32>

A arquitetura de Diamantina é representada nas cartas pelas casas, sendo essas: Prédio da intendência, Casa do Padre Rolim (Atual Museu Diamante), Casa da Glória, Mercado Municipal, Casa da Chica da Silva, Casa do Juscelino Kubitschek, Casa Muxarabiê (atual Biblioteca Antônio Torres), Museu de Tipografia Pão de Santo Antônio.

3.5. Igrejas e Capelas

As Igrejas e Capelas, apresentadas no jogo também são tombadas, pois representam parte da religiosidade local e suas formas demonstram as tendências arquitetônicas das épocas que



foram construídas, tanto como, o perfil dos grupos que as construíram. Elas ficam localizadas em Diamantina e nos seus respectivos distritos, algumas das escolhidas para fazerem parte do jogo foram: Igreja Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Igreja Nossa Senhora das Mercês, Igreja Nossa Senhora do Amparo, Igreja Nosso Senhor do Bonfim, Igreja São Francisco de Assis, Igreja Matriz de Sant'Ana, Capela de santa Rita, Capela do Sagrado Coração **de Jesus. TIRAR UMA**

As imagens localizadas nas igrejas e capelas fazem parte do acervo de tombamento, ou seja, além das construções, tudo que está dentro dos prédios é considerado patrimônio cultural da cidade.

3.6. Museu Diamante e Instituto Casa da Glória

Os objetos do Museu Diamante (localizado na antiga casa do Padre Rolim) representam diferentes períodos históricos da cidade, proporcionando o entendimento sobre alguns dos grupos sociais que fizeram parte da construção cultural da cidade, todos os objetos do museu são tombados juntamente com a casa. Os objetos históricos escolhidos para compor o jogo *Patrimônios em Cartas* são: Santos de Roca ou Santos de Vestir, as formas de Lapidações dos Diamantes, o Caldeirão, o Piano, os Minerais, a Imagem de João Nepomuceno, os Cachimbo e o Livro de registros de pagamentos do século XVIII.

Assim como os objetos do museu, os encontrados na Casa da Glória são protegidos pelo IPHAN e juntamente com a casa são administradas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), hoje ela é conhecida como Instituto Casa da Glória. Doravante as informações, foram selecionados os objetos que fazem parte desse Patrimônio de Diamantina, sendo eles: Fogão a Lenha, Móveis Antigos, Passadiço (vista interna), Passadiço (vista externa), Capela, Artefatos Geológicos, **COMPLETAR MAIS 2.**

3.7. Coringas

A última categoria de patrimônios selecionados foi denominada como Coringas, esses representam alguns dos patrimônios locais, são eles: Ferrovia de Conselheiro Mata, Cemitério dos Escravos, Estrada Real, Praça de Esportes e a Serra dos Cristais.



4. Jogo como Prática Pedagógica: Ensino de História e interdisciplinaridade

No ensino de história Bittencourt (2011) afirma que, a memória tem um papel fundamental para criar vínculos com outros aspectos dos quais o próprio aluno em seu contexto familiar pode participar, valorizando a memória da família e das diversas conexões que advém como o trabalho, a imigração, festejos tradicionais.

Ou seja,

De acordo com Eleonor Santos, no artigo “*A articulação entre a formação somativa e formativa na prática pedagógica: uma possibilidade ou um desafio*” é apresentado os conceitos de avaliações formativas e somativas, Santos (2013) informa que a avaliação formativa tem caráter de apoio á aprendizagem e o ensino, enquanto que a somativa tem o caráter de registo de informações adquiridas em longo prazo.

Sendo que os professores podem fazer uso do material paradidático como método de articulação entre á avaliação formativa e somativa que de acordo com Santos (2013) a primeira, terá obrigatoriamente a participação direta dos alunos, já que o professor irá mediar os conteúdos para que os alunos pesquisem e desenvolvam sua melhora, de acordo com suas dificuldades e/ou curiosidades, respectivamente a somativa servirá para registrar e/ou reportar o conhecimento adquirido ao decorrer do processo de ensino-aprendizagem do aluno, sabendo disso, é importante que o método avaliativo ocorra de acordo com o desenvolvimento do conteúdo. Dessa forma, articular avaliação formativa com a somativa permite que o aluno tenha um apoio para fixar o conhecimento adquirido antes que tenha que escrever ou falar sobre o que foi aprendido. Em suma, o *Patrimônios em cartas* pode ser um método de avaliação formativa para as disciplinas escolares, já que um dos seus objetivos pedagógicos é servir de apoio para o ensino-aprendizagem do aluno.

Antoni e Zalla,(2013), afirmam que: “[...] No jogo além dos registros escritos, qualquer produção do aluno pode ser tomado como instrumento de avaliação [...]” Eles reafirmam o que Leonor Santos apresenta em seu trabalho, que é a articulação da avaliação formativa



com a somativa, como método para medir e consolidar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

“Recomendamos no entanto que o próprio aluno seja desafiado a organizar e produzir um documento que reúna o que considera representativo no desenrolar da atividade” (Zalla e Antoni,2013.p165).

O jogo, não é restrito ao ensino de história, pelo contrário, pode ser trabalhado de modo interdisciplinar com interações entre as disciplinas escolares, ou mesmo de modo individual com cada uma das disciplinas, assim como, a educação patrimonial pode ser abordada pelas diversas ciências presentes nas escolas.

Horta (1999) aborda as possibilidades de ensino e aprendizagem da Educação patrimonial em diferentes disciplinas, linguagem/português, matemática, ciências, geografia, artes e história. (Tabela1)

Artes	Geografia	Literatura	História	Biologia	Matemática
Rococó	Minerais	Autores	Educação Patrimonial	Diversidade ambiental	Formas geométricas
Barroco	Espaço Urbano	Obra	História Local	Ecologia	Arquitetura
Arquitetura	Região	Escola literária	Identidade		Trigonometria
		Músicas	Memória		

Doravante as informações apresentadas, e de acordo com Juarez da Silva Thiessen podemos afirmar que a ‘interdisciplinaridade é um movimento de articulação no processo de ensino-aprendizagem’, ou seja, a interdisciplinaridade não se resume apenas em uma relação entre duas ou mais disciplinas, mas envolve a ampliação em multi-conhecimentos que permite um melhor desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Thiessen cita Paulo Freire ao relacionar a interdisciplinaridade como um movimento que une a realidade e o conhecimento de forma integrada, Thiessen (2007)apud. Freire (1987)



“a interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade e com a sua cultura”. Pensando nesse aspecto o *Patrimônio em Cartas* foi criado para promover uma interatividade entre aluno-conhecimento-professor aproximando-os da cultura na qual estão inseridos, possibilitando assim uma relação de identidade que será reforçada *a priori* pelo material paradidático e posteriormente pelo contato direto com o patrimônio.

5. Conclusão

Diante das propostas apresentadas neste trabalho, pode-se concluir que o jogo é uma ferramenta metodológica que auxilia no ensino e na aprendizagem, no texto “Brincar é Aprender” a autora Tânia Ramos Fortuna afirma que “a aprendizagem é a possibilidade de desenvolver a imaginação, o raciocínio, a expressão e a relação com o outro e consigo mesmo”.

Doravante, podemos compreender que levar um jogo para a sala de aula é uma forma de interação entre aluno e professor, propiciando aos alunos um contato divertido com os diversos patrimônios culturais presentes em Diamantina, proporcionando uma maior dinâmica no ensino, além do conhecimento sobre alguns patrimônios da cidade que estão presentes no cotidiano da população. Incentivar o interesse dos alunos na preservação, no reconhecimento do patrimônio e da identidade cultural, reafirmando o papel de sujeitos-históricos desta sociedade diamantinense.

Agradecimentos:

Programa Institucional Bolsa de Iniciação á Docência (PIBID História – UFVJM).

6. Referências bibliográficas

- HORTA, M.L. Parreiras; Grunberg, E; Monteiro, A.Q- *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Disponível no site (www.iphan.org.com)
- GIACOMONI, M.P; Pereira, N.M- *Jogos e Ensino de história* (coletânea). Porto Alegre, Editora da Evangraf. LTDA, 2013.
- FORTUNA, T. R - *Brincar é Aprender*. Porto Alegre, Editora da Evangraf. LTDA, 2013.p. 63-98.



GIACOMONI, M.P - *Construindo jogos para o Ensino de História*. Porto Alegre, Editora da Evangraf. LTDA, 2013.p. 117-146.

SOARES, Thiessen – “a interdisciplinaridade como movimento de articulação no processo de ensino aprendizagem, Florianópolis, v.8, n.1, p87- 102. Jan/jun 2017

SANTOS, Leonor. A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: Uma impossibilidade ou um desafio?. *Ensaio: Aval. Pol. Publ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.24, n. 92,p.637-669, jul./set. 2016.

Museu Tipografia Pão de Santo Antônio:

Produção do conhecimento no ensino de História a partir da imprensa enquanto fonte histórica

Wellington Carlos Gonçalves

Graduado em História e bacharel em Humanidades
UFVJM

Introdução

O presente artigo é fruto do projeto de intervenção pedagógica realizado no primeiro semestre de 2017, ligado ao estágio supervisionado da licenciatura em História na Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, na cidade Diamantina- MG. O projeto foi desenvolvido com os alunos do oitavo ano do ensino fundamental da Escola Estadual Professora Gabriela Neves. Localizada num bairro periférico de Diamantina, a escola é mantida pelo governo do Estado de Minas Gerais e oferece à comunidade diamantinense as séries dos ensinos fundamental e médio.

O objetivo geral da intervenção foi apresentar os jornais como fontes históricas e a sua importância para a pesquisa e produção do conhecimento. O documento histórico – ou fonte histórica, como também é conhecido – é um importante instrumento para o labor do historiador e do pesquisador de diferentes áreas do conhecimento, e também para o professor de História interessado na efetiva produção do conhecimento. Compreender o significado da importância histórica e social dos jornais foi o principal objetivo da



intervenção. Para exemplificar e tornar palpável a pertinência do documento histórico, de modo geral, e da imprensa, de modo específico, realizou-se uma visita técnica ao Museu Tipografia Pão de Santo Antônio. Esse espaço museal apresenta um acervo que (res)guarda parte da história da imprensa da cidade de Diamantina, tendo sido imprimido ali, por quase um século (1906- 1990), os periódicos *Pão de Santo Antônio* (1906-1936) e *A Voz de Diamantina* (1936), este último ainda em circulação, porém, impresso em outra gráfica da cidade.

Justifica-se essa ação por compreender que a utilização da imprensa como fonte, tanto na pesquisa científica, como na sala de aula, é um importante instrumento para a produção de conhecimentos. Sendo assim, pensar os jornais como fontes históricas nos coloca na condição de sujeitos históricos, atores sociais que constroem e deixam vestígios nos mais diferentes formatos.

A temática sobre as fontes históricas no ensino de História tem sido relacionada a várias questões, como por exemplo, as relações do aluno com a História, e conseqüentemente, o seu papel social na sua comunidade. O ensino de história e o contato direto com os documentos históricos realizados *in loco* podem fomentar aspectos importantes relacionando o ensino e o aprendizado, fazendo com que determinados assuntos coexistam nos âmbitos concretos e simbólicos. Neste caminho, uma pesquisa sobre a visita ao Museu Tipografia Pão de Santo Antônio se justifica, por tornar palpáveis aos alunos, os processos de produção de jornais durante o século XX na cidade de Diamantina. Além disso, o Museu apresenta um acervo com mais de 4.000 jornais, disponibilizados em acervos materiais e digitais, acessíveis para pesquisa, além de outros objetos museais. A visita ao Museu Tipografia Pão de Santo Antônio proporcionou a construção de relações entre o que foi discutido em sala de aula com as realidades sociais da cidade de Diamantina, tendo como foco, alguns jornais da imprensa que circulou na cidade, ampliando assim, os conhecimentos e abrangendo outros espaços formativos não escolares. A questão dos espaços e práticas sociais da cidade como espaço de construção do conhecimento histórico foi abordado pela pesquisadora Luciana Rossato:

Muito sabemos que a história é decorrente do que aprendemos na escola. No entanto, também aprendemos sobre o passado em outros espaços, no convívio com pessoas mais velhas, andando pela cidade e conhecendo espaços



memorialísticos e/ou museológicos, bem como consumindo diferentes produtos culturais, como filmes, telenovelas, jogos digitais, propagandas, telejornais, programas de variedades e os mais variados tipos de materiais impressos (ROSSATO, 2013, p. 75).

A visita ao museu, em conjunto com as aulas expositivas, proporcionaram outras experiências educativas aos alunos, ao professor supervisor e ao estagiário. Tornar apazível o ensino de História requer construir relações entre espaços não escolares e os conteúdos ministrados em sala de aula. Neste contexto, analisou-se vários objetos de estudo que os museus podem proporcionar, contudo, a ênfase recaiu nos objetos expostos e na sua relação com os conteúdos didáticos.

Os jornais como fontes históricas

Os jornais são exemplos dos registros da ação dos homens e seus grupos sociais, e eles podem revelar vestígios das vivências humanas. A partir deles, é possível visualizar traços do passado, buscando conhecer o cotidiano e as práticas em determinado recorte espaço-temporal. Esses periódicos não devem ser lidos como pedaços de papel que perdem o valor no dia seguinte, quando suas informações serão consideradas ultrapassadas. Estes que, geralmente, eram utilizados para embrulhar pão, forrar a casinha do cachorro e outras tantas utilidades, aqui, tornam-se importantes registros.

Os jornais se tornam um “manancial fértil para o conhecimento do passado, fonte de informação cotidiana, material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da imprensa para a pesquisa histórica” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 256) A premissa da imprensa enquanto manancial fértil apontada pelas historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto exprime a importância da imprensa na pesquisa histórica.

Por meio dos jornais é possível recuperar dimensões históricas importantes, como as lutas, os ideais, os compromissos e os interesses de diversos grupos sociais, sobretudo, as trajetórias de grupos antes marginalizados por uma história seleta que priorizava o campo político e os seus “grandes” personagens. A utilização da imprensa enquanto fonte histórica possibilitou um melhor conhecimento das sociedades no nível de suas condições



de trabalho, vida, manifestações culturais, dentre outros aspectos.

Compreender os processos da pesquisa histórica ainda tem sido uma importante e difícil tarefa para se empreender no ensino de História na educação básica. Uma das principais atribuições do ensino de História, para além de ensinar o conteúdo programático, é fazer com que os alunos consigam se atentar para as dinâmicas dos processos históricos. Tendo isso em conta, não foi intenção da intervenção criar “mini-historiadores”, mas sim atentar nos alunos que todos os sujeitos e suas produções materiais e simbólicas são históricas e, portanto, partes da História.

Assim, ao articularmos o conteúdo historiográfico e a visita ao Museu foi possível visualizar o que chamamos de “vestígios histórico-sociais”, que podem ser, das mais diferentes naturezas.

A expressão “vestígios histórico-sociais” é utilizada aqui como um termo correlato de fonte histórica, documento, registro. Todas essas expressões têm como interesse definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço: a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é documento. Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente, o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história (SILVA; SILVA, 2009, p. 158.)

Contudo, explorar o acervo museológico possibilitou ampliar os conhecimentos e aguçar as relações entre fontes históricas, vestígios histórico-sociais, História e ensino de História, demonstrando aos alunos que todos os sujeitos sociais são produtores de conhecimentos.

Aula expositiva: fontes históricas e o uso de jornais como fonte

Para aplicar o conteúdo em sala de aula realizou-se uma aula expositiva sobre



fontes históricas e o uso de jornais como fonte. Para essa aula foi solicitado que os alunos trouxessem jornais recentes, que foram utilizados para ilustrar e exemplificar passagens da aula, construindo o conhecimento histórico a partir do presente. Atentar nos alunos que eles são sujeitos históricos, portanto, partícipes e construtores da História, ainda é um desafio no ensino de história na educação básica:

A história é um conhecimento construído a partir de questões colocadas pelo presente: a dimensão temporal e o contexto no qual as questões são produzidas influem decididamente em sua solução; diversas são as abordagens ou visões sobre o problema em questão, pois diferentes são os sujeitos que com ele dialogam de diferentes espaços sociais; para a sua compreensão, construção/reconstrução é fundamental o confronto das posições, assim como a identificação de suas argumentações e contra-argumentação (CIAMPI, 2007, p. 203-204).

Nesse sentido, pensando na contraposição de ideias e na (re)construção histórica, a aula suscitou o debate que as fontes históricas são os documentos que o historiador utiliza para estudar episódios históricos do passado, ou seja, investigar, estudar a “história”. Essas fontes podem ser visuais, materiais, escritas e orais, porém, foi dado ênfase aos jornais.

As fontes visuais são aquelas cujas informações estão nas pinturas, fotos, quadros, gravuras ou filmes. Os objetos utilizados pelo homem no passado constituem as fontes materiais. Vestígios de cerâmica deixados pelos povos que viveram na região amazônica, na época da Pré-História brasileira, são exemplos de fontes materiais.

Jornais e revistas podem ser considerados como fontes escritas. O historiador também pode fazer suas pesquisas por meio de conversas com pessoas mais velhas, ouvindo as histórias que elas têm para contar. Essas são as fontes orais. É através das relações entre as diversas fontes históricas que o conhecimento humano sobre o passado vai sendo aprofundado.

Com os jornais em mãos analisamos algumas matérias expostas, principalmente, as que trataram sobre o cotidiano da cidade, suas festas, denúncias, embates políticos:



De certa forma, o que orientou os processos educativos, no tocante ao patrimônio, até determinado momento, entrelaçava-se com o enfoque no passado histórico e cultural e exigia uma postura de retorno e vislumbre do passado como gesto fundamental no usufruto da cultura. A consideração da imaterialidade desta nos registros patrimoniais vem suscitar uma mudança no foco educativo, colocando o tempo presente na centralidade do processo. Podemos dizer que, se modificam tanto a relação temporal nos processos educativos como também o aspecto de abordagem (CIAMPI, 2015, p. 70)

Muitos alunos levaram o jornal *A Voz de Diamantina*, publicado desde 1936 até os dias atuais. Por meio desses jornais, foi possível demonstrar que eventos cotidianos, conflitos, relatos podem tornar-se fontes históricas. Desta forma, utilizamos o trabalho do historiador Wellington Carlos Gonçalves, que estudou as práticas religiosas e culturais nos anos 1940 em Diamantina através da imprensa local, com destaque para os jornais *A Voz de Diamantina* e *A Estrela Polar* (GONÇALVES, 2017), exemplificando o papel das fontes histórias para a investigação da história local da cidade.

Espaço de “histórias” e ensino: Museu Tipográfico do Pão de Santo Antônio

A visita ao Museu Tipográfico do Pão de Santo de Santo Antônio, importante espaço de preservação da memória da produção de jornais em Diamantina, inseriu na intervenção pedagógica o debate sobre história local. O ensino da história local é fundamental para a formação histórica de qualquer sujeito, principalmente no período escolar, e o ensino de História, como não poderia deixar de ser, tem papel fundamental:

Permitir repensar a cidade, sua história, suas possibilidades para recuperar o vivido, as experiências dos alunos, por vezes esquecidas ou mesmo desfocadas da história do livro didático. Que a prática pedagógica, que a lida cotidiana, nos leve a ter um olhar rotineiro para os possíveis temas a serem trabalhados no dia-a-dia da sala de aula (CIAMPI, 2007, p. 212)

O ensino de História, preferencialmente, deve apresentar questões práticas que estejam ligadas ao cotidiano dos alunos. Muitos deles passam diante desses espaços museais e não se dão conta que ali é apresentado, guardado e preservado vestígios



histórico-sociais da história da sua comunidade. Outra perspectiva importante ao conciliar teoria e prática é a possibilidade de proporcionar aos alunos o questionamento e participação no processo de construção histórica, tirando-os da posição de meros receptores de informações. De acordo com Júnia Sales Pereira:

As repercussões educativas são visíveis na ampliação das potencialidades de abordagem de bens culturais mais próximos da realidade dos sujeitos, com a inclusão de indícios bibliográficos nos processos educativos. Há expansão das noções de cultura e patrimônio, com inclusão de critérios de valor referencial e simbólico, que não são intrínsecos aos valores materiais dos objetos e registros, mas que se ligam à atribuição de sentido pelos grupos e sujeitos de referência (PEREIRA, 2015, p. 83).

O Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, de acordo com as informações em seu *site* virtual na *Internet*, reúne um acervo museológico e documental que testemunha a longa prática jornalística, editorial e tipográfica desenvolvida, entre 1906 e 1990, pelos jornais diamantinenses *Pão de Santo Antônio* e *Voz de Diamantina*. Foi criado a partir da seleção pública promovida pela Petrobrás Cultural com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo fruto, portanto do projeto Memória do Pão de Santo Antônio, que atuou entre agosto de 2013 e maio de 2015.

Situado na antiga tipografia dos jornais, oficina que funcionou ao longo de todo o século XX, o Museu é caracterizado pela união singular dos meios de produção próprios da tipografia com os impressos saídos dos seus prelos. Trata-se de máquinas impressoras, cavaletes tipográficos, mobiliário, clichês e outras ferramentas, que assumem seu estatuto, hoje patrimonial, ao lado dos quase 4 mil exemplares dos jornais outrora ali redigidos, compostos e impressos.

Outro fator importante destacado pelo museu é fato de ser único do seu gênero no Brasil. O Museu Tipográfico do Pão de Santo Antônio traz, ainda, na sua concepção, uma proposta museológica pautada, também, pelas questões do tempo presente. Depois de terem passado por uma minuciosa restauração, os equipamentos remanescentes da antiga tipografia foram reativados, dando origem a um novo jornal, desta vez, dedicado à memória da imprensa tipográfica diamantinense. Assim, através de diferentes ações educativas e patrimoniais o visitante tem a oportunidade de vivenciar o patrimônio



gráfico em movimento.

A visita ao Museu Tipografia Pão de Santo Antônio

O Museu ocupa duas salas amplas no prédio onde também funciona um asilo para recolhimento de idosos. No início da visita foi apresentado um pequeno memorial sobre o fundador do Asilo Pão de Santo Antônio e dos jornais *Pão de Santo Antônio* (1906-1936) e *A Voz de Diamantina* (1936-atualmente), José Augusto Neves:

José Augusto Neves nasceu em Diamantina em 1875 e formou-se em Direito em São Paulo. Retornou a Diamantina em 1898, assumiu um posto no funcionalismo público, e aulas de geografia em escolas da região. Durante as décadas seguintes, ocupou diversos cargos administrativos e honoríficos, atuando intensamente no campo cultural e político da cidade e região. Entre essas atividades, merece destaque seu envolvimento com associações de ação católica. Faleceu em 1955 (GOODWIN JÚNIOR, 2015, p. 140-141).

Depois da apresentação – factual e pautada nos grandes feitos do fundador da tipografia – realizada pelo funcionário do Museu, a visita foi iniciada. Foram apresentados placas e objetos pertencentes à tipografia, contudo, sempre enfatizadas como coisas curiosas e extraordinárias. Apresentar o Museu através de uma perspectiva positivista pode possibilitar o apagamento da atuação de outros sujeitos, além disso, a história da instituição e seus fundadores foram contadas linearmente, sem apresentar conflitos. O museu deve atuar como um espaço social de construção de novos saberes, construção e ressignificação de memórias, ou seja, um local de interesse e representação para a sua comunidade:

As visitas a museus são uma possibilidade de ampliação da formação acadêmica e profissional para além do espaço escolar e, ao mesmo tempo, de trazer para o cotidiano de formação múltiplas dimensões históricas, políticas e culturais. Situações de visita a museus permitem investigar, nesse caso, a hipótese da circularidade da cultura. Articulam-se reflexões sobre as experiências próprias ao campo de trabalho docente em História aos saberes elaborados no campo da museologia, identificando a circulação dupla de saberes específicos,



elaborados nos dois campos distintos de um universo conceitual a outro e retornando ao campo profissional de forma sistematizada (SEABRA, 2012, p. 19).

Ainda sobre a visita coordenada pelo responsável do Museu, salientamos que ela teve um caráter técnico de demonstrar como as peças lá expostas eram utilizadas. Desta forma, explicou-se o emprego daqueles objetos na produção dos jornais, o que tornou a visita longa e, por horas, enfadonha. Na explicação eram utilizados muitos termos técnicos, o que certamente provocou incompreensão, pois não são termos habituais e usados cotidianamente. Nesse sentido, houve várias intervenções, e a solicitação ao guia histórico que fizesse comparações com objetos do dia a dia para facilitar a compreensão dos alunos. As analogias surgiram a partir de uma série de objetos encontrados no Museu que hoje, ressignificados e remodelados, fazem parte do cotidiano, como as caixas de caracteres que podemos entender como o teclado das máquinas de escrever e computadores; grampeadores; tintas e principalmente a relação entre os modos de fazer a imprensa no século XX e automatização do processo no tempo presente.

A visita na primeira sala, como anunciado, terminou com a execução da impressora que funcionou por quase um século naquela tipografia. É interessante ver num objeto um “resquício” de um passado não tão distante, porém, conservada e ainda em funcionamento. A impressora passou por um processo de restauração, contudo, torná-la “história viva” e palpável foi uma grande experiência para os alunos.

A segunda sala do Museu é destinada ao arquivo onde são guardados os jornais produzidos por aquela instituição. São mais de 4.000 exemplares, todos higienizados, catalogados e restaurados. Este espaço também é destinado para a pesquisa documental. Tivemos acesso a alguns exemplares, inclusive o 2º exemplar (o primeiro não existe) do jornal *Pão de Santo Antônio*, mais tarde substituído no título e nas propostas pelo *Voz de Diamantina*, ambos impressos na tipografia até os anos 1990.

Ressaltamos aspectos importantes na visita ao Museu: na perspectiva do ensino de História, “vestígios” do passado em diálogo com realidades e produções atuais possibilitaram aos alunos a discussão sobre questões relacionadas à nossa atuação enquanto sujeitos sociais e como produtores de conhecimento. Ao debatermos sobre a produção de dois jornais em Diamantina, foi possível elucidar que através deles pode-se contar parte da trajetória da cidade, sujeitos, grupos sociais, instituições, práticas sociais



e culturais e outros.

Sobre as experiências proporcionadas pela produção e execução do projeto de intervenção, e transpostas aqui na forma de narrativa científica, é importante destacar que o projeto, em alguma medida, criou expectativas sobre sua execução: o tempo programado será ser suficiente? Os alunos vão se interessar pelo tema? E se der algo errado, temos um “plano B”? Enfim, todas essas dúvidas foram respondidas no momento em que se iniciou a execução do projeto. A visita ao Museu exemplificou, tornou real e palpável a visão dos alunos sobre a produção dos jornais em Diamantina, aqui tomados como fonte para a produção da História.

Sair pela cidade com os adolescentes diamantinenses e lhes apresentar aqueles espaços, ao mesmo tempo em que foi marcante, também foi desafiador. Compreender que não há sentimento de pertencimento à sua cidade naqueles jovens da periferia é verificar que há limites entre o histórico, o patrimonial, o turístico e o simbólico na relação entre eles e os vários espaços da [sua] cidade.

Considerações finais

O presente trabalho pretendeu investigar o lugar das fontes históricas e da produção do conhecimento no ensino de História. Elegendo a imprensa e o museu como esses “lugares privilegiados”, analisamos o episódio da visita dos alunos do ensino fundamental II da Escola Estadual Professora Gabriela Neves ao Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, ambos da cidade de Diamantina, realizada no primeiro semestre de 2017. Partimos da ideia da importância, no percurso de ensino-aprendizagem da disciplina de História, dos alunos terem maior contato com experiências que os aproximem das realidades vivenciadas pela prática da pesquisa histórica/historiográfica, e assim, sejam capazes de relacionar e construir criticamente o seu papel social na sua comunidade e enquanto produtor de “Histórias” e conhecimento.

A trajetória do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio foi um importante locus nesse sentido, pois, além de evidenciar a relevância da História e da memória da imprensa – enquanto fonte histórica e também como vestígio histórico-social –, igualmente, salientou como os sujeitos são participantes e produtores diretos de conhecimento histórico e também da construção das sociedades e das suas histórias e memórias.



Nesse sentido, os museus não devem ser lidos apenas como receptáculos de objetos e memórias do passado, mas também como locais de lazer e sociabilidades, (re)construção de memórias, pertencimento e, também, como um espaço educativo:

As visitas aos Museus podem ser entendidas como movimentos de circulação entre o momento efetivo da prática pedagógica e de formação, indicando a construção de sensibilidades que envolvem todo trabalho com a cultura e uma orientação para a vida prática daqueles implicados na dinâmica das visitas. A experiência de visita possui, junto a sua dimensão prática, uma qualidade estética dada não pelo resultado final, mas pelo movimento/transcurso da ação. É um agir e padecer frente às coisas físicas e imaginadas. Une eventos e objetos numa relação mútua de extensão e profundidade. As visitas a museus geram conhecimentos e narrativas à medida que permitem uma aprendizagem pela observação e pela própria experiência (SEABRA, 2012, p. 161).

O resultado do projeto foi positivo – ao menos alcançou seus objetivos – que foi, entre outros, despertar o interesse dos alunos pela disciplina da História e o seu ensino através da prática do labor histórico e, de modo igual, por meio do seu (re)conhecimento como produtor de conhecimentos, ou seja, aquilo que esta “guardado” no Museu deve ser interpretado como resultado das suas ações como sujeitos produtores de culturas e saberes diversos, como bem apontou a historiadora Elizabeth Aparecida Duque Seabra:

As visitas [aos museus] podem trazer uma série de efeitos formativos para os estudantes-visitantes, [como] desencadear afirmações sobre a identidade profissional, verbalizar sentimentos e pensamentos sobre o pertencimento cultural ao tempo presente e estimular a reflexividade sobre o exercício da escrita da história em museus (SEABRA, 2012, p. 162).

A pesquisa no Museu Tipografia Pão de Santo Antônio evidenciou a diversidade que um espaço museal pode comportar. Uma boa maneira de conhecer essa diversidade – aqui restringimos nosso diálogo aos professores, de modo geral, e aos professores de História, de modo específico – é aproveitá-los enquanto espaços educativos e visitá-los.



Esse exercício de uso cultural permanente dos museus – que é para toda a vida – “é bastante formativo e com certeza contribuirá para o exercício de sua profissão de ensinar. Afinal, essa é uma postura que certamente poderá compor o seu processo mais amplo de formação humana e cidadã” (PEREIRA, 2007, 112).

Referências bibliográficas

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

GONÇALVES, Wellington Carlos. **Na encruzilhada das tradições: conflitos religiosos na década de 1940 em Diamantina, Minas Gerais**. 48 f. (Monografia de Licenciatura em História) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

GOODWIN JÚNIOR, James William. **Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

CIAMPI, Helenice. Os desafios da história local. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. Mediações entre o Ensino de História e Patrimônio. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline (Orgs.). **Memória, Sensibilidades e Saberes**. Campinas: Editora Alínea, 2015.

PEREIRA, Junia Sales. Ensino de História e Patrimônio na Relação Museu-escola. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline (Orgs.). **Memória, Sensibilidades e Saberes**. Campinas: Editora Alínea, 2015.

_____. (Org.). **Escola e Museus: diálogos e práticas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Cefor, 2007.

ROSSATO, Luciana. Cultura Histórica e memória: o passado veiculado nos impressos turísticos. In: SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. (Org.). **Ensino de história, memória e culturas**. Curitiba: CRV, 2013.



SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. **Visitas de estudantes a museus: formação histórica, patrimônio e memória.** 202 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2009.

Conferência de encerramento (24/11 – sexta-feira)

A Rússia entre paneslavismo e populismo

Oswaldo Coggiola

Doutor em História (École des Hautes Études en Sciences Sociales)

Professor titular de História

USP

Depois de sufocada a revolta dezembrista, protagonizada em 1825 pela nobreza e o oficialato liberal, em 1826 a Rússia czarista invadiu a Pérsia, numa tentativa de recolocar o exército imperial nos seus trilhos e sob o comando incontestado do Imperador. O Czar queria também expandir seu território e conseguir uma saída ao Golfo Pérsico, aos “mares quentes”, que até então haviam estado fora do alcance do Império. Os russos infringiram uma dura derrota ao Irã em 1827, em consequência do que foi firmado o tratado de Turkomanchai, concedendo à Rússia a terra ao norte do rio Aras que demarca atualmente o limite entre os dois países. A nova calma política era só aparente: as agitações revolucionárias continuaram na Europa na década de 1830, atingindo as fronteiras do Império. Na Polônia, a revolução democrática assumiu o caráter de um movimento pela independência. Após o Congresso de Viena, a maior parte do país ficara submetida à Rússia; Polônia estava submetida desde 1815 ao controle conjunto da Áustria, da Rússia e da Prússia. Aproveitando-se da organização de um exército para intervir na Bélgica, a nobreza de Varsóvia, com auxílio de forças liberais francesas, se rebelou contra a dominação russa.

Em pouco tempo, uma revolução nacionalista atingiu toda Polônia. As tropas de Nicolau I esmagaram, contudo, os patriotas poloneses. A derrota, seguida de violenta



repressão, decorreu também da falta de ajuda externa e da cisão entre os revolucionários, divididos entre republicanos burgueses e monarquistas com base na pequena nobreza. Na sequência da derrota da “revolta de novembro” as instituições autônomas polonesas e os acordos de autonomia administrativa com a Rússia foram abolidos e iniciou-se um processo forçado de russificação: ainda assim, mesmo após a anexação formal ao Império Russo, o território polonês manteve algumas formas autônomas e continuou a ser chamado informalmente de Congresso da Polônia. Em que pese sua circunstancial derrota, a questão da independência polonesa se transformou em bandeira de toda a democracia europeia. Os comunistas se solidarizaram com as reivindicações nacionais polonesas. Na fundação da Primeira Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores) a questão da independência da Polônia foi um divisor de águas e de princípios com relação à democracia burguesa e pequeno-burguesa. Engels defendeu que o internacionalismo proletário passava, na Europa, também pela defesa do nacionalismo irlandês e polonês contra os imperialismos inglês e russo. Tal reconhecimento radicava, não apenas na experiência de organização de um Estado nacional anteriormente vivida pelos poloneses, mas também no impacto que a restauração do seu Estado provocaria sobre o “sistema de poder” europeu hegemônico pela aliança entre a Inglaterra e a Rússia imperial.

Em 1839, no Oriente Médio, diante da expansão egípcia comandada por Mehmet Ali, Grã Bretanha, Rússia, Áustria e Prússia, enfrentadas com a França, agiram sustentando um Império Otomano debilitado contra um eventual poderoso Egito, formando uma aliança que exigiu de Mehmet, apoiado pelos franceses, o abandono de suas pretensões ao norte do Egito (a Síria e o Líbano). A resistência de Mehmet Ali levou às forças combinadas da aliança europeia a atacar a frota egípcia e destruí-la, pondo um fim à ocupação egípcia da Síria e do Líbano. Para a Rússia, esse era um passo em direção de sua expansão para as regiões eslavas no Balcãs, ainda pertencentes ao Império Otomano. O Czar, no mesmo período, multiplicou as compras de terras na Palestina e reforçou a opressão contra as minorias nacionais de seu Império. Na década seguinte, a questão polonesa voltou à baila: em Cracóvia, os insurretos poloneses conseguiram uma vitória contra os russos em 22 de fevereiro de 1846, criando um governo nacional que publicou um manifesto pela abolição das cargas feudais.

A insurreição, no entanto, foi esmagada no começo de março desse ano pelas tropas russas; em novembro, a Áustria, a Prússia e a Rússia subscreveram um tratado sobre a



integração de Cracóvia ao Império Austríaco. A Rússia se transformava cada vez mais num fator da política europeia; o papel internacional reacionário da Rússia na conjuntura revolucionária de meados do século XIX foi decisivo: durante as revoluções de 1848, foi com o apoio militar da Rússia que a Áustria finalmente derrotou os húngaros em 1849 (quando as tropas do Czar ocuparam Budapeste, a capital húngara que as tropas imperiais austríacas tinham sido incapazes de recuperar) e os manteve submetidos ao Império Austríaco. As revoluções húngara e veneziana (na Itália) foram as últimas a ceder dentro do ciclo revolucionário de 1848. O retalhamento e submissão da Polônia continuaram sendo, entretanto, a questão chave das relações políticas internacionais na Europa continental: na segunda metade do século XIX, a independência da Polônia foi para os democratas europeus uma causa tão sagrada quanto o fora a independência da Grécia do Império Otomano na primeira metade do século. Em 1848, Marx e Engels esperavam que os países atingidos pela revolução fizessem uma frente comum contra a Rússia, sustentáculo da reação na Europa. O Czar reduziu severamente os poderes autônomos polacos depois da revolta de 1863, fazendo da Polônia um estado fantoche do Império russo, dividido em províncias: a “autonomia polonesa” ficou reduzida a uma ficção.

Ao mesmo tempo, sob a pesada lousa da autocracia, um debate de fundo se processava em torno das raízes históricas, da identidade e do futuro da Rússia. O debate era antigo: logo após a morte de Pedro, o Grande, começaram discussões a respeito da identidade russa. Os “ocidentalistas”, defensores do legado do Czar, consideravam o país parte da Europa e defendiam que a Rússia deveria seguir o modelo de desenvolvimento econômico e social europeu. Já os críticos póstumos de Pedro acusavam-no de descaracterizar a cultura russa ao adotar o “individualismo materialista decadente do Ocidente”. Desse grupo surgiram os “eslavófilos”, entre os que se destacavam autores como Aksakov, Samarine, Khomyakov e Kireievski, contrapostos aos “ocidentalistas” como Belinski e Herzen, profundamente influenciados pela recepção do idealismo alemão, principalmente através da obra de Schelling e de Hegel.

O ponto comum a eslavófilos e ocidentalistas (*zavadniki*) estava na mistura de romantismo com dialética hegeliana, que os levou à procura de uma missão “ontológica” do povo russo, ou seja, à questão do destino e da diferença da Rússia em relação às outras civilizações. Aleksandr Herzen afirmava “somos parecidos ao deus Janus, de dupla face,



temos apenas um único amor pela Rússia, mas este amor tem dois aspectos”. A eslavofilia, ou “paneslavismo”, tinha paradoxalmente seus precursores fora da Rússia e da Igreja Ortodoxa dominante: no século XVII, um deles fora um croata católico; no século XIX, um eslovaco luterano: Ludevít Stúr (1815-1856), autor de *Os Eslavos e o Mundo Futuro*, obra escrita em alemão em 1856 e publicada em tradução russa em 1867, que influenciou Alexandre Odoievski (1802-1869), fundador da primeira sociedade filosófica russa, a *Obchtestvolionbomudrov*. Os eslavófilos preferiam o Estado *de facto* (autocrático) ao Estado democrático, porque o consideravam mais compatível e adequado ao “Reino do Espírito” que, segundo eles, caracterizava a sociedade russa.

A eslavofilia sublinhava a existência de um suposto caráter único (e superior) do povo russo. Escrevia Nikolai Gogol (1809-1852), a respeito do campesinato russo: “Um dia hão de dirigir-se a vós, não para comprar toucinho ou cânhamo, mas para ir buscar a verdadeira sabedoria, que já não se pode encontrar nos mercados ocidentais”.²⁸⁸ Com Aleksii Khomiakov (1804-1866) o antiocidentalismo e a eslavofilia se estruturaram e articularam numa teologia ortodoxa neoplatônica. O monge Ivan Kireivski (1806-1856) tentou conciliar filosofia e religião através de uma “metafísica russa” e Konstantin Aksakov (1817-1860) defendeu as liberdades dos antigos russos; a história da Rússia era para ele, diversamente da europeia, uma “história santa”. Tichtchev, por sua vez, afirmava que o povo russo era cristão não apenas pela ortodoxia da sua fé, mas também por algo mais íntimo: sua capacidade de renúncia e sacrifício, que era o fundamento da sua natureza moral; o romanticismo eslavo descambava desse modo numa apologia da opressão social. Também Yuri Samarine (1819-1876) opôs o eslavofilismo ao mundo romano-germânico, e Nikolai Danilevski (1822-1885), em *Rússia e Europa*, de 1869, escreveu uma espécie de bíblia do paneslavismo; Nikolai Strakhov, do seu lado, escreveu e publicou uma obra chamada *A Luta Contra o Ocidente*. A luta da Rússia, evidentemente.

Os democratas europeus eram visceralmente opostos ao paneslavismo. Nas lutas nacionais de meados do século XIX, Marx e Engels apoiaram a destruição dos impérios multinacionais e a constituição das grandes nacionalidades (Itália, Alemanha, Hungria e Polônia). Rejeitaram em bloco as aspirações nacionais dos povos eslavos do Império Austro-Húngaro e do Império Russo (com exceção da Polônia), qualificados por Engels

²⁸⁸ Nikolai Gogol. *Les Soirées du Hameau*. Paris, Gallimard-Folio, 1989.



como “povos sem história”. Engels citou o exemplo "dos romenos da Valáquia, que nunca tiveram história nem a energia necessária para tê-la, e que teriam a mesma importância que os italianos, dotados de uma história de dois mil anos e de uma vitalidade nacional incomparável". Marx e Engels distinguiram os "povos históricos" (aqueles que tiveram a energia suficiente para constituir-se em Estado nos períodos históricos pré-capitalistas) dos “povos sem história” (carentes dessa característica). Eric Hobsbawm desculpou Engels ("totalmente errado a respeito dos tchecos e outros povos") por ser "um puro anacronismo criticá-lo por sua postura essencial (a do direito nacional dos "povos históricos") a qual era partilhada por qualquer observador imparcial de meados do século XIX".²⁸⁹



Mikhail Bakunin, russo, precursor do anarquismo e paneslavista

Num trabalho crítico a respeito das análises de Engels, Roman Rosdolsky sustentou que “essa concepção (que remonta a Hegel) era insustentável e estava em contradição com a concepção materialista da história que o próprio Engels contribuiu a criar, pois em vez de derivar a essência das lutas entre nacionalidades e dos movimentos nacionais das condições materiais de vida e das relações de classe (continuamente mudadas) dos povos, encontrava sua *ultima ratio* no conceito de ‘viabilidade nacional’, com ressonâncias metafísicas, e que não explica absolutamente nada”.²⁹⁰ Em Hegel, a noção de “povos sem história” remetia à

²⁸⁹ Eric J. Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

²⁹⁰ Roman Rosdolsky. *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos sin Historia*. México, Siglo XXI-Pasado y Presente, 1980.



racionalidade do devir histórico: “Na existência de um povo, o objetivo essencial é ser um Estado e manter-se como tal. Um povo sem formação política não tem propriamente história; sem história existiam os povos antes da formação do Estado, e outros também existem hoje como nações selvagens”.²⁹¹

O que dizer, então, sobre os eslavos? A questão dividiu os intelectuais ocidentais, inclusive os democratas. A opinião de Karl Marx sobre o paneslavismo, doutrina que detestava, repudiando-a em autores e ativistas como Mikhail Bakunin,²⁹² era a de que sua coloração “revolucionária” era uma mistificação que visava ocupar uma parte da Alemanha para restituí-la ao mundo eslavo; referindo-se ao decadente Império Otomano, escreveu: “Não se trata de determinar quem governará em Constantinopla ou quem reinará sobre a Europa inteira [...] A luta por Constantinopla põe a questão de se saber se a cultura ocidental vai ceder o passo à cultura bizantina ou se o antagonismo entre ambas se irá acentuando e virá a revestir formas mais terríveis do que nunca [...] A raça eslava, que durante muito tempo foi dividida pelas suas querelas intestinas, repelida para Leste pelos alemães, submetida em parte pelos turcos, os alemães e os húngaros, encontrou-se, graças à súbita expansão do paneslavismo a partir de 1850, rapidamente reunida. Tendo de defender pela primeira vez essa unidade, seria levada a declarar uma guerra sem tréguas às raças latina, céltica e germânica, que governam o continente. O paneslavismo não é um movimento que aspire apenas à independência nacional, é um movimento que, voltando-se contra a Europa, aniquilaria os frutos de mil anos de História. Não poderia chegar aos seus fins sem riscar do

²⁹¹ G.W.F. Hegel. *Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.

²⁹² Mikhail Bakunin (1814-1876) é considerado o principal fundador e expoente histórico do anarquismo. Sua trajetória em diversos países europeus teve importante influência, em especial na Itália e na Suíça. Passou também pela Ásia extremo-oriental e pela América. Em sua Rússia natal passou três anos em uma cela da fortaleza de São Pedro e São Paulo, e outros quatro anos nas masmorras subterrâneas do castelo de Shlisselburg. Saiu livre depois de controvertidas “confissões” ao Czar. Sua oposição a Marx e à ditadura do proletariado era uma oposição a qualquer ditadura revolucionária: “Sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e se porão a observar o mundo proletário de cima do Estado; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões de governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana”, ao que opunha “uma rebelião universal de parte das pessoas e organização livre das multidões de trabalhadores de baixo para cima”. Suas opiniões antissemitas foram consideradas parte de um preconceito geral da época - “Uma seita de exploradores, um povo de sanguessugas, um único parasita devorador estreita e intimamente ligado, não só através das fronteiras nacionais, mas também em todas as divergências de opinião política... cuja paixão mercantil constitui um dos principais traços de seu caráter nacional” – mas eram particularmente singificativas num país em que o antissemitismo, além de amplamente difundido, era uma política da autocracia czarista.

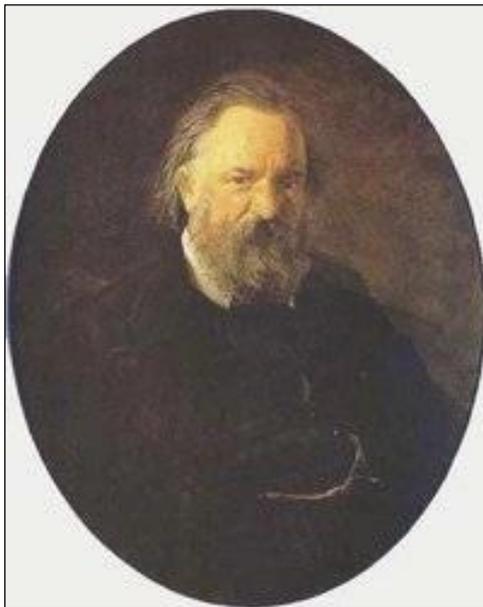


mapa a Hungria, a Turquia e uma boa parte da Europa. E, para conservar esses resultados, se conseguisse obtê-los, o paneslavismo deveria subjugar a Europa. O que não era mais do que uma ideologia tornou-se hoje um programa, ou melhor, uma ameaça política apoiada por 800 mil baionetas”.²⁹³

Aleksandr Herzen (1812-1870), revolucionário social e eslavófilo, antes de assumir essa posição tinha sido entusiasta do ocidentalismo, primeiro à maneira de Hegel e, em seguida, de Ludwig Feuerbach. A mudança de Herzen ocorreu depois do autor, no exílio, ter sofrido a ressaca da revolução frustrada de 1848, passando a detestar o “mercantilismo ocidental”: “Como antes com Mazzini, e também com Michelet, Herzen se separou dos melhores representantes da primavera dos povos, que em finais de 1851 jazia, desflorada e caduca, sob a tempestade da reação e o peso de seus próprios erros e de uma persistente miopia. Não era para Herzen difícil demonstrar que a crise não tinha um caráter nacional, que não dizia respeito a esta ou aquela pátria, mas que afetava a toda civilização moderna”.²⁹⁴ Herzen, romântico socialista, sonhava com uma federação russa das comunas camponesas livres, inspirado nas teses do historiador prussiano August von Haxthausen que descreveu idilicamente o coletivismo agrário das aldeias russas do tempo de Nicolau I, as *obshina*, onde as assembleias camponesas (*mir*) tinham a missão de gerir coletivamente a terra comum e a de arbitrar as disputas entre particulares.

²⁹³ Karl Marx. *La Russie et l'Europe*. Paris, Gallimard, 1954. Existe uma coletânea comentada (em tom antieslavo) dos fragmentos de Marx dedicados à Rússia: Maximilien Rubel (org.). *Marx y Engels contra Rusia*. Buenos Aires, Libera, 1965.

²⁹⁴ Franco Venturi. Prólogo. In: Aleksandr Herzen. *El Desarrollo de las Ideas Revolucionarias en Rusia*. México, Siglo XXI, 1979.



Aleksandr Herzen

As posições comunistas de Herzen se misturavam com cerrados ataques ao czarismo, redigidos por ele e publicados na revista “O Sino” (*Kolokol*), editada em Londres a partir de 1857. Herzen considerava benéfico para Rússia que a comuna rural nunca se tivesse desfeito e que a propriedade privada nunca tivesse tomado o lugar da propriedade comunal no campo: a Europa ocidental era a reencarnação do Império Romano em decadência; os eslavos poderiam ser os “bárbaros” que a destruiriam para regenerá-la, uma ideia que não era nova: “De fato, *só bárbaros são capazes de rejuvenescer um mundo que sofre de civilização agonizante*”.²⁹⁵ Herzen atribuiu ao Ocidente a paternidade do decadente liberalismo, considerando que a Rússia era socialista e cristã por sua essência. Esse tipo de atitude atingiu seu clímax no célebre romancista Fiodor Dostoievski (1821-1881) que passou progressivamente de professar um anticzarismo libertário para um messianismo nacionalista, anticatólico, antisemita e antissocialista, acabando por servir de inspiração para a família governante dos Románov. Fê-lo através de uma obra literária magistral em que o protagonismo da psicologia dos personagens (como em *Crime e Castigo*) transformou-se em cânone literário universal.

Para os ocidentalistas, ao contrário dos eslavófilos, Rússia era um país basicamente europeu que devia seguir o desenvolvimento ocidental; seus adversários insistiam em que

²⁹⁵ Friedrich Engels. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.



Rússia não era nem europeia nem asiática, mas uma civilização única, sem igual, que devia seguir seu caminho próprio; finalmente, os “eurasianistas” defendiam que a Rússia era uma síntese de Europa e Ásia, do princípio eslavo europeu com o princípio turco-mongólico asiático, e que dessa síntese provinha sua força.²⁹⁶ “A eslavofilia se havia transformado na cobertura mística de uma opinião pública conservadora, mas desejosa de progresso, difundida nas camadas médias da aristocracia da terra. A deformação do passado, a idealização da civilização russa, o âmbito religioso do movimento, induziram os eslavófilos a confrontos esquemáticos entre Rússia e Ocidente que desaguaram em um sentimento de oposição irreduzível e de superioridade nacional. Os eslavófilos, contudo, não eram hostis a um progresso que respeitasse as estruturas tradicionais: desejavam ‘as máquinas, não as ideias, do Ocidente’ (o que era) uma adaptação ao capitalismo que estava penetrando na Rússia às relações sociais que eles consideravam fatores de estabilidade, dissimulando essa contradição sob uma torrente de palavras”.²⁹⁷



Fiodor Dostoievski

O “paneslavismo” se desenvolveu como ideologia de uma “modernização conservadora”, favorecida pelo czarismo em suas relações com o Ocidente capitalista: em meados do século XIX, na Rússia, que possuía o maior índice absoluto de produção de Europa, França assumiu a liderança do investimento externo: Rússia representava mais de 25% de seus investimentos fora do país no período compreendido entre 1870 e 1914, contra

²⁹⁶ Angelo Segrillo. *Rússia: Europa ou Ásia?* Curitiba, Prismas, 2016.

²⁹⁷ Roger Portal. *Gli Slavi*. Roma, Riuniti, 1975, p. 310.



pouco mais de 3% para a Grã-Bretanha e pouco menos de 8% para a Alemanha, no mesmo período. A autocracia czarista, no entanto, não renunciou à sua política imperialista. O expansionismo russo foi um dos fatores que provocaram a Guerra da Crimeia, que se estendeu de 1853 a 1856 na península desse nome (no mar Negro, ao sul da Ucrânia), no sul da Rússia e nos Bálcãs. A guerra implicou de um lado o Império Russo e, do outro, uma coligação integrada pelo Reino Unido, a França, o Reino da Sardenha - formando a Aliança Anglo-Franco-Sarda - e o Império Otomano. A coalizão, que contou ainda com o apoio do Império Austríaco, foi criada em reação contra as pretensões expansionistas russas. Desde o fim do século XVIII, os russos tentavam aumentar sua influência nos Bálcãs. Em 1853, além disso, o Czar Nicolau I invocou o direito de proteger os lugares santos dos cristãos em Jerusalém, que eram parte do Império Otomano. Sob esse pretexto, suas tropas invadiram os principados otomanos do Danúbio (Moldávia e Valáquia, na atual Romênia). O Sultão da Turquia, contando com o apoio do Reino Unido e da França, rejeitou as pretensões do Czar, declarando guerra à Rússia.

A frota russa destruiu a frota turca na Batalha de Sinop, provocando uma comoção política internacional. O Reino Unido, já sob o governo da rainha Vitória, temia que uma possível queda de Constantinopla para as tropas russas pudesse lhe retirar o controle estratégico dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos, tirando-lhe as comunicações com a Índia. Por outro lado, Napoleão III da França mostrava-se ansioso para mostrar que era o legítimo sucessor de seu tio, buscando obter vitórias militares externas. Depois da derrota naval dos turcos, as duas nações, França e Inglaterra, declararam guerra à Rússia no ano seguinte, seguidos pelo Reino da Sardenha (governado por Vittorio Emanuele II e o seu primeiro-ministro, o Conde de Cavour, futuro unificador da Itália). Em troca, o auxiliado Império Otomano permitiria a entrada de capitais ocidentais. O conflito iniciou-se efetivamente em março de 1854. Em agosto, Turquia, com o auxílio de seus aliados ocidentais, já havia expulsado os russos dos Bálcãs.

De forma a encerrar o conflito, as frotas dos aliados convergiram sobre a península da Crimeia, desembarcando suas tropas a 16 de setembro de 1854, iniciando o bloqueio naval e o cerco terrestre à cidade portuária fortificada de Sebastopol, sede da frota russa no mar Negro. Embora a Rússia fosse vencida em diversas batalhas, o conflito arrastou-se com a recusa russa em aceitar os termos de paz. A guerra terminou com a assinatura do tratado



de Paris de 30 de março de 1856. Pelos seus termos, o novo Czar, Alexandre II da Rússia, devolvia o sul da Bessarábia e a embocadura do rio Danúbio para o Império Otomano e para a Moldávia, renunciava a qualquer pretensão sobre os Bálcãs e ficava proibido de manter bases ou forças navais no mar Negro. Por outro lado, o Império Otomano, representado por Ali-Pachà Emin, era admitido na comunidade das potências europeias, tendo o sultão se comprometido a tratar seus súditos cristãos de acordo com as leis europeias. A Valáquia e a Sérvia passaram a estar sob a “proteção” franco-inglesa. Isso fortaleceu as ambições inglesas sobre o Oriente Próximo.

A indústria militar e o numeroso exército russo não haviam impedido que, na guerra da Crimeia, Rússia fosse derrotada pelos corpos expedicionários franco-britânicos, que a impediram de atingir Constantinopla e de ter acesso ao Mediterrâneo, isto é, às “águas quentes”, motivo principal de seu expansionismo, que se apresentava coberto por uma ideologia de reconquista cristã dos lugares santos.²⁹⁸ A guerra da Crimeia colocou pela primeira vez o descompasso com a civilização ocidental: o Czar Alexandre II pôde então avaliar as debilidades de seu império e compreender que a mera inércia era incapaz de proporcionar as gloriosas vitórias que sonhava. O primeiro grande fracasso do expansionismo russo teve fortes repercussões internas. O czarismo, impressionado pela eficiência militar ocidental, passou a importar técnicos e especialistas estrangeiros na arte militar, até começar a formá-los local e tardiamente no século XIX, assim como também importou quadros para a crescente burocracia estatal. Os recursos materiais para isso eram extraídos do próprio país, o que significava a imposição de impostos enormes às classes burguesas em vias de formação, e principalmente aos camponeses e pequenos comerciantes, que se viam forçados a escolher entre a fome e a fuga, o que levou a que se registrasse até uma diminuição da população russa.

Encarada como uma questão de segurança bélica, a “modernização” russa reforçou as bases históricas do atraso econômico: “O atraso do conjunto do processo está suficientemente caracterizado pelo fato de a lei da servidão, nascida no final do século XVI, e estabelecida no século XVII, atingir seu auge no século XVIII, e ser juridicamente abolida apenas em 1861”.²⁹⁹ “A partir desse momento abriu-se um novo período de

²⁹⁸ Orlando Figes. *Crimea. The last Crusade*. Londres, Penguin Books, 2011.

²⁹⁹ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris, Seuil, 1950, p. 42.



desenvolvimento econômico do país, caracterizado pela rápida formação de uma reserva de trabalho ‘livre’, pelo rápido alastramento do sistema ferroviário, construção de portos, afluxo incessante de capitais europeus, europeização da técnica industrial, crescimento dos incentivos e do crédito, o aparecimento do ouro no mercado, um forte protecionismo e a inflação da dívida pública”³⁰⁰ - tudo isso sob o forte controle burocrático e policial do Estado.

Em 1881, o Czar Alexandre II foi assassinado por um dos grupos populistas, os *pervomartovskys*: as forças conservadoras russas uniram-se em torno do novo Czar, Alexandre III, que retomou com vigor o regime monárquico absolutista. Alexandre III concedeu grandes poderes à polícia política do governo (*Okhrana*), que exercia severo controle sobre os setores educacionais, sobre a imprensa e sobre os tribunais de justiça. Alexandre III faleceu em 1894. A pressão fiscal estatal continuou aumentando: entre 1885 e 1913, em virtude do esforço para o fortalecimento do setor estatal, verificou-se na Rússia um aumento na tributação de 1,78 vezes per capita (78%). No imposto indireto, o imposto sobre consumo, o aumento foi de mais de três vezes, com uma política de substituição de impostos diretos por indiretos, os que penalizavam o consumo popular; em 1885, os impostos indiretos eram 37,91% do total, em 1913 eles perfaziam 64,22%, onerando a população trabalhadora, em especial os camponeses. A percentagem das receitas destinadas ao setor militar, por sua vez, foi sempre, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, superior a 50%, chegando até 85%.³⁰¹ Quando o Estado encontrou a possibilidade de completar seu financiamento através de empréstimos externos, a pressão financeira da Europa ocidental somou-se à pressão militar: “O financiamento da industrialização russa diferiu do Japão; na Rússia foi maciça a entrada de capital estrangeiro, não somente por meio de empréstimos oficiais e na construção ferroviária, mas também por investimentos diretos na indústria e por empréstimos aos bancos russos”.³⁰²

Essa era a diferença entre o capitalismo “tardio” (Japão) e o “periférico” (Rússia). Ao lado da inflação da dívida pública, o Estado russo continuava absorvendo, comparado ao Ocidente capitalista, uma porção relativamente muito maior da fortuna pública, minando

³⁰⁰ Leon Trotsky. 1905. Paris, Seuil, 1969, pp. 26-27.

³⁰¹ W. E. Mosse. *An Economic History of Russia*. Londres, I. B. Tauris, 1996.

³⁰² Carlos A. Barbosa de Oliveira. *Processo de Industrialização*. Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, Editora Unesp, 2003, p. 254.



as bases de desenvolvimento das classes burguesas e retardando o processo de diferenciação social das classes possuidoras, configurando “um Estado forte, centralizado e burocrático, carente de mediação de qualquer grupo social capaz de constituir uma ponte social, econômica e política entre ele e as massas camponesas”.³⁰³ Esse Estado, que retardava o desenvolvimento da burguesia, procurava simultaneamente apressar sua formação, pois necessitava seu apoio: “Para existir e dominar, o Estado tinha necessidade de uma organização hierárquica de estados (grupos da sociedade pré-capitalista que possuem direitos e deveres particulares definidos por lei). Daí porque, apesar de minar as bases econômicas que teriam permitido a hierarquização, o Estado procurava impô-la através de medidas governamentais”.³⁰⁴ O “capitalismo de estado” czarista, misturado com a miséria e o atraso agrários da Rússia, suscitou contradições sociais e políticas mais agudas do que as existentes na Europa ocidental.

Foi a intelectualidade russa, a *intelligentsia*, e não a raquítica burguesia nacional, a camada social sensível ao aguçamento das contradições sociais e políticas, tanto quanto ao caráter insuportável da repressão e do absolutismo czarista, pois via-se tolhida nas suas bases elementares de existência. Entre os *dekabristas* (corrente filosófica vinculada à nobreza liberal “dezembrista”) havia várias tendências ideológicas e políticas: desde a nobreza liberal da Sociedade do Norte (Trubetskoi, Rylev) até as ideias jacobinas da Sociedade do Sul (*Pestel*) e da “Sociedade dos Eslavos Unidos”. Os pontos de vista dos “dekabristas” sobre os problemas fundamentais da filosofia eram heterogêneos: havia entre eles elementos influenciados pelo idealismo clássico alemão, por sobrevivências maçônicas e por conceitos próprios ao materialismo francês do século XVIII. Na sua filosofia social, era predominante a influência da filosofia dos “filósofos ilustrados” franceses do século XVIII (Montesquieu, Mably, Rousseau, Holbach, Helvetius) e a de Radichtchev.

Os princípios sociais básicos e comuns dos “dekabristas” eram: o regime de tirania (a autocracia) existente, o fanatismo (o domínio da igreja) e a servidão (o direito feudal) deveriam ser destruídos. Em seu lugar era preciso construir uma sociedade baseada nos princípios da natureza e da razão, traduzidos nas leis naturais, iguais para todos e regidas pelo direito natural, a lei básica da natureza. Essas ideias refletiam tardiamente as

³⁰³ Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

³⁰⁴ Leon Trotsky. *Op. Cit*, p. 20.



concepções da burguesia revolucionária francesa e seus princípios de liberdade e igualdade. Ideias análogas desenvolveu, de forma poética, o grande poeta russo da época, amigo dos dekabristas, A. S. Pushkin, na ode "Liberdade" (de 1817), na qual, dirigindo-se ao Czar, escrevia: "*Senhor; a vós, a coroa e o trono / Dá-lhe a Lei, e não a Natureza / Viveis em cima do Povo / Mas em cima de vós vive a Lei*". Na organização mais radical dos dekabristas, a "Sociedade dos Eslavos Unidos", havia influência forte do materialismo francês: P. I. Borisov e A. P. Bariatinski chegaram até a formulação do ateísmo. Depois do extermínio dos dekabristas pelo governo czarista, alguns deles, quebrados pelos tribunais e pelos trabalhos forçados, afastaram-se do materialismo, mas a maioria conservou seus pontos de vista filosófico-revolucionários.³⁰⁵

A repressão czarista pós-revolta de 1825 teve consequências explosivas: "A partir de 1826 a filosofia foi suprimida em Moscou. Em 1849 o governo vetou o ensino da disciplina em todas as universidades, ou confiou a tarefa às faculdades de teologia... A perseguição oficial da filosofia, em especial da hegeliana, não impediu seu desenvolvimento. Contudo, não conseguindo espaço no seu local mais apropriado, a universidade, ela migrou para os círculos ou salões,³⁰⁶ onde se transformou em mais militante e em menos escolástica, o que não era em si um defeito. O pensamento filosófico, privado de transmissão acadêmica, não tinha o nível técnico nem o rigor que possuía nas universidades alemãs. Quando se começou a ler Hegel, não existia na Rússia uma tradição filosófica digna desse nome... Quando Hegel foi descoberto, a tradição filosófica russa não tinha mais de vinte anos".³⁰⁷ Nesse terreno, como em outros, Rússia progrediu "aos saltos" e pulando etapas no seu desenvolvimento cultural e intelectual.

Foi nesse marco de evolução acelerada que o democratismo burguês foi superado antes que pudesse expor suas propostas e horizonte histórico. A força do absolutismo cegava o tímido liberalismo russo ao ponto de lhe fazer negar qualquer possibilidade de revolução na Rússia. No início do século XX, e contra isso, foi prognosticado: "Quanto maior a centralização do Estado e independência em relação às classes privilegiadas, mais rápida

³⁰⁵ B. Zenkovsky. *Histoire de la Philosophie Russe*. Paris, Gallimard, 1953.

³⁰⁶ Em *Pais e Filhos*, Ivan Turgueniev encenou uma discussão filosófica sobre Hegel, animada por um agitador-professor, Bazarov, em um pequeno sarau celebrado no salão da casa de um proprietário rural de uma região afastada.

³⁰⁷ Guy Planty-Bonjour. *Hegel e Il Pensiero Filosofico in Russia (1830-1917)*. Milão, Angelo Guerini, 1995, p. 14.



será sua transformação em organização absoluta elevada acima da sociedade. Quanto maiores forem as forças militares e financeiras de uma organização desse tipo, maiores serão as chances dela prolongar a sua existência. O Estado centralizado... com um exército permanente de um milhão de homens pôde continuar existindo por muito tempo depois de ter deixado de satisfazer as exigências mais elementares do desenvolvimento social (...) O poder administrativo, militar e financeiro do absolutismo, que lhe possibilitou existir a despeito da evolução social, longe de impedir toda revolução, como acreditava o liberalismo, fazia da revolução, ao contrário, a única questão admissível, sendo que, quanto maior o abismo entre o poder e as massas populares engajadas no novo movimento econômico, mais radical deveria ser o caráter dessa revolução”.³⁰⁸

A nova sensibilidade social e cultural se transformou em movimento político organizado na segunda metade do século XIX com os populistas (*narodniks*), cujo movimento denominou-se "Terra e Liberdade" (*Zemlia i Volia*); eles definiram o objetivo de convencer e organizar a massa rural para sublevar-se contra o Czar. Pela sua enorme importância ulterior, cabe notar que parte da intelectualidade russa judia ocidentalizada nas décadas de 1870 e 1880 engajou-se e teve um papel dirigente no movimento *narodniki*. O teórico populista judeu Danielson foi o principal correspondente de Marx na Rússia. O primeiro grupo de socialistas judeu surgiu em Vilna na antiga escola rabínica, que em 1873 transformou-se no Instituto de Professores. Desse grupo saíram importantes ativistas para o *Narodnaia Volia*, como Aron Zundevitch e Vladimir Jochelson, contando entre seus líderes Aaron Liberman, que acabou emigrando para a Inglaterra. Na geração posterior, a intelectualidade judia de esquerda incorporou-se em grande parte à socialdemocracia russa.

O *Narodnaia Volia* surgiu por volta de 1870; seus prosélitos eram intelectuais militantes que pretendiam instaurar o poder e o controle coletivos da economia agrária pelas comunidades rurais, derrubando o autoritarismo czarista. O objetivo dos populistas era menos a democracia política do que promover a justiça e acabar com as desigualdades sociais. O seu movimento ficou conhecido como o *narodnichestvo*, derivado da expressão russa "*Khojdenie v narod*", "ir para o povo". Os líderes populistas provinham em geral da classe média ou alta: inspiravam-se nos anarquistas ocidentais, pensando poder levar a Rússia ao socialismo devido à existência de comunidades rurais organizadas em torno do

³⁰⁸ Leon Trotsky. *Op. Cit.*, pp. 20-23.



mir (unidade de produção comunal agrária) que facilitariam sua implantação. A maior parte deles não tinha qualquer afinidade social com os lavradores russos e sua cultura, e muitas vezes nem sequer falavam sua língua, mas tinham a certeza de que no campesinato, na comunidade aldeã, estava a base para uma nova sociedade mais justa e harmônica, pois os camponeses ainda não haviam sido atingidos pela corrupção moral e material do capitalismo ocidental.



Nikolai Tchernitchevski, autor do romance social “*Que Fazer?*”

Os populistas se inspiravam menos nas teorias dos socialistas europeus seus contemporâneos do que em Jean-Jacques Rousseau e nas ideias que inspiraram a Revolução Francesa: o homem era bom em sua essência, a sociedade é o que o corrompia. Além da busca pela justiça social e da esperança no campesinato, havia muitas divergências entre os populistas. Um setor mais radical do movimento pensava que o povo deveria ser forçado, se preciso fosse, a se revoltar. Propunham a destruição violenta do Estado czarista e depois conduzir o processo que levaria a sociedade para um mundo melhor, era uma espécie de blanquismo de base pequeno-burguesa e de escopo agrário. Outro setor, mais moderado, condenava essa postura. Aleksandr Herzen fazia parte da segunda ala. Pensador da geração dos anos de 1840/1850, não compartilhava a ideia de um movimento violento, o povo deveria ser educado e conscientizado da necessidade da revolução. Temia que o processo revolucionário, conduzido por uma minoria de homens esclarecidos, independentemente de suas boas intenções, levasse à ditadura de uma elite intelectual, “tão inaceitável quanto



àquela do czar”.³⁰⁹ Tchernichevski, autor do romance *Que Fazer?* e um dos mais influentes pensadores da democracia revolucionária russa do século XIX, também se indagava sobre a questão. Segundo Joseph Frank: “Nenhum livro da literatura moderna (com exceção, talvez, de *A Cabana de Pai Thomas*) pode competir com *O Que Fazer?* em termos de efeito sobre vidas humanas e de poder de fazer história. O romance de Tchernichevski, mais que *O Capital* de Marx, forneceu a dinâmica emocional que eventualmente desembocou na Revolução Russa”.³¹⁰

O pensamento revolucionário russo, em todas suas fases, não foi simples transposição ou adaptação de ideias elaboradas alhures (embora reconhecesse sua influência). Para autores marxistas russos, “*Narodnaia Volia* representou a continuidade de todo o processo precedente do pensamento socialista populista russo... O movimento populista combateu sempre contra a autocracia e imaginou a nova Rússia como um país libertado do despotismo czarista (...) Os revolucionários russos pensavam o socialismo como uma sociedade sem classes onde todos trabalhariam e o trabalho seria não só um meio de sobrevivência, pois permitiria aos homens usufruir a vida mais plenamente. O trabalho intelectual e físico criaria um homem novo... O programa socialista de *Narodnaia Volia* era utópico, irrealizável naquele período concreto, em aquelas condições concretas, com os meios e modos propostos pelos revolucionários. Sua realização teria tido consequências que os socialistas russos estavam longe de esperar e desejar: um desenvolvimento muito mais rápido e completo das relações de produção burguesas, sem o obstáculo de sobrevivências feudais ou escravocratas. A utopia socialista dos revolucionários camponeses foi, em que pese eles próprios, uma expressão indireta de aspirações radicais em direção de uma transformação democrático-burguesa”.³¹¹ Menos enfático na questão e, sobretudo, menos esquemático, Lênin afirmava que os populistas “viam para onde se dirigia o movimento real

³⁰⁹ “Por que a liberdade é valiosa? Porque constitui um fim em si, porque é o que é. Reduzi-la a um sacrifício a algo mais significa simplesmente realizar um ato de sacrifício humano”. “Quem terminará conosco? A senil barbárie do centro ou a selvagem barbárie do comunismo, o sabre sangrento ou a barbárie vermelha?”. “O comunismo varrerá nossas instituições, que serão, como diz delicadamente Proudhon, liquidadas. Lamento (a morte da civilização). Mas as massas não a lamentarão, as massas a quem ela não trouxe nada além de lágrimas, penúria, ignorância e humilhação” (Aleksandr Herzen. *Op. Cit.*). Herzen era de origem nobre, possuía a mesma raiz familiar da dinastia reinante, os Románov, que governavam o país desde 1613.

³¹⁰ *Apud* Angelo Segrillo. Introdução. In: Nikolai Tchernichevski. *O Que Fazer?* Curitiba, Prismas, 2015.

³¹¹ Valentina Aleksandrovna Tvardovskaia. *El Populismo Ruso*. México, Siglo XXI, 1978, pp. 15-16.



e se adiantavam de fato a esse desenvolvimento”. O populismo russo era menos uma *utopia* do que uma *antecipação*.

Na tentativa de se aproximar dos camponeses, os jovens populistas urbanos aprenderam a falar como eles, a se vestir como camponeses e a dançar com eles. Ao chegar às vilas do campo, vestidos apropriadamente como lavradores, cantando e dançando como tinham aprendido, chegaram a ser tomados por bruxos pelos camponeses; muitos desses intelectuais citadinos foram maltratados pelos camponeses, alguns foram julgados em improvisados tribunais locais. A *Okhrana* (polícia secreta czarista) respondeu também com repressão à agitação populista: revolucionários foram espancados, presos e exilados. Ainda assim, os estudantes populistas continuavam a se revoltar contra a situação social iníqua do país, buscando agir para libertar os camponeses das desigualdades sociais. Esta forma de pensar, de criticar moralmente a sociedade foi “a principal contribuição dos russos à mudança social no mundo”.³¹² Na segunda metade do século XIX, milhares de estudantes urbanos, inspirados pelo populismo, se deslocaram para o campo, com vistas a organizar as revoltas camponesas, que periodicamente sacudiam diversas regiões russas, permanecendo, no entanto, isoladas entre si. Em breve eles foram confrontados com uma realidade rural que era bem diferente da idealizada. Os *narodniks* tentaram ensinar aos lavradores o imperativo moral da revolta: não encontraram neles quase nenhum apoio. Os idealizadores do movimento concluíram que os camponeses russos eram refratários à sua propaganda e às suas doutrinas. Terminado o capítulo da agitação no campo, alguns desses intelectuais enveredaram por uma nova estratégia: o terror político, com a criação do *Zêmlia i Vólia* em 1876. A 6 de dezembro de 1876, o movimento populista organizou a primeira manifestação pública opositora ao czarismo da moderna história russa.

O zênite do populismo foi vivido em 1877. Um líder *narodnik*, Stepniak, escrevia em 1876 a seu amigo Lavrov: "Não conseguimos nem sequer mudar o pensamento de um entre 600 camponeses, quanto mais de um em sessenta". “O resultado foi a criação de uma estrutura partidária nesse mesmo ano, que estava mais centralizada do que os círculos frouxos dos anos 1860. Ela recebeu o nome de *Terra e Liberdade*, e deu menos importância à propaganda aberta, para se concentrar nas atividades conspirativas clandestinas”.³¹³

³¹² Isaiah Berlin. *Pensadores Russos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

³¹³ Orlando Figes. *Op. Cit.*



Depois dos métodos da revolução social, os *narodniks* se viraram para os métodos da conspiração, do terror e do golpe de Estado em nome do povo. Os escritos do populista Piotr Tkatchov marcaram esta transição.³¹⁴ O açoitamento dos presos políticos levou à militante *narodniki* Vera Zasulich a expressar a indignação geral em 1878, com um atentado contra o general Trepov, responsável principal e visível pela repressão política.³¹⁵ Seu exemplo repercutiu na intelectualidade revolucionária: o que começou como um ato de vingança foi elevado ao estatuto de sistema em 1879-1881.³¹⁶

As reformas executadas pelo Czar Alexandre II (entre 1861 e 1865), como a abolição da servidão da gleba, a criação das câmaras municipais (*zemstvos*), a atenuação da censura na imprensa e nas universidades, haviam sido provocadas pela crescente agitação interna e o fracasso da política externa do czarismo. As reformas, devido à sua timidez, geraram um descontentamento ainda mais amplo. Desgostaram à nobreza porque tornaram os camponeses "insolentes", e a estes, porque tiveram que se endividar para obter sua autonomia; à *intelligentsia* porque as reformas haviam sido insuficientemente profundas, não mudando a essência autocrática do regime czarista. Foi, desse modo, das camadas "esclarecidas" da população que partiu a tentativa de derrubar o regime por um movimento não palaciano. Em 1881 o Czar Alexandre II foi morto por uma jovem militante russa, Sofia Perovskaia. O terrorismo, no entanto, apenas reforçou ainda mais o aparato estatal e justificou a intensificação da opressão e da censura. É neste contexto que o marxismo surgiu como uma nova alternativa política. Engels chegou a escrever a Plekhánov (fundador do marxismo russo), em 1895: "Um *narodnik*, um ex terrorista, poderia terminar facilmente como partidário do czarismo". Anos depois, Lênin chamou os terroristas do Partido Social Revolucionário de "radicais burgueses com bombas no bolso".

³¹⁴ Franco Venturi. *Il Populismo Russo*. Turim, Einaudi, 1952.

³¹⁵ Vera Ivánovna Zasulich (1849-1919) foi militante destacada do movimento populista e, mais tarde, pioneira da socialdemocracia na Rússia. Em 1883, exilada na Suíça depois de libertada da prisão, fundou o grupo "Emancipação do Trabalho", primeiro grupo socialista marxista russo, junto com Giorgui Plekhánov e Pável Axelrod.

³¹⁶ Vera Zasulich. The terrorist tendency in Russia. *Historical Materialism*, Vol. 23 n° 4, Londres, 2015.